

Jurandira Fonseca Gonçalves

**Humanidades em revista:  
reflexões sobre a cobertura jornalística das ciências do  
homem**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e sociabilidade contemporânea.

Linha de pesquisa: Textualidades Midiáticas

Orientador: Prof. Dr. Elton Antunes

Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Belo Horizonte, julho de 2013

301.16      Gonçalves, Jurandira Fonseca  
G635h        Humanidades em revista [manuscrito] : reflexões sobre a cobertura  
2013        jornalística das ciências do homem / Jurandira Fonseca Gonçalves.- 2013.  
.  
              196 f.  
              Orientador: Elton Antunes.  
              Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade  
de Filosofia e Ciências Humanas.  
.  
              1. Comunicação - Teses. 2. Comunicação de massa – Teses. 3.Divulgação  
científica - Teses. 4. Humanidades – Teses. 5.Jornalismo – Teses. 6.Ciência –  
Teses. I. Antunes, Elton. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade  
de Filosofia e Ciências Humanas . III. Título.

Aos meus pais, Pedro e Eva,  
com todo o meu amor,  
admiração e gratidão.

## Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e ao *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq) pelo financiamento, através de bolsa de estudos, para a realização desta pesquisa de mestrado.

Ao meu orientador, professor Elton Antunes, agradeço profundamente por toda ajuda, disponibilidade e atenção e, principalmente, pela paciência e generosidade, oferecidas quando eu nem mesmo merecia.

A melhor coisa do mestrado, sem dúvida, foram as pessoas. Os colegas, os professores, os novos amigos. A elas agradeço, singelamente, pela conversa, pelos encontros, pelas confidências, pelo aprendizado e pelas experiências conjuntas. Frances, Eliziane, Felipe, Carol, Siomara, Clayton, Tatiana, Víctor, Vanessa, Phellipy, Eulálio, Leandro, Tiago e João. Obrigada pela melhor companhia que um curso de mestrado poderia oferecer. Eu os terei para sempre no coração.

Um agradecimento especial a Eliziane, pela bondade e amizade sincera, que eu descobri, como a um tesouro, durante esse período. E ao meu querido amigo Frances, meu anjo da guarda, a quem amo como irmão, por ser exatamente como é – perfeito para o meu coração –, por estar sempre ao meu lado, me conhecer melhor que eu mesma e me fazer sempre bem.

Agradeço ao meu amado pai, Pedro, e minha querida mãe, Eva, por todo apoio e compreensão. São as melhores pessoas do mundo e eu não seria nada sem vocês. O meu amor por vocês é infinito e nenhuma palavra conseguiria definir.

Não poderia deixar de agradecer as minhas queridas amigas Fiorenza, Danny e Bruna, por dividirem comigo mais que uma casa, mas um lar cheio de carinho e companheirismo, onde encontrei amizade de verdade e me senti querida e amada, assim como as quero bem e amo. Obrigada por estarem perto quando precisei e por fazerem parte de minha vida (espero que para sempre!).

E não ficariam de fora meus amigos queridos, tantos que ficaria difícil listar, mas de quem lembro sempre com carinho. Em especial ao Max, por me entender tão bem, ter um coração tão grande e generoso e garantir que minha vida seja sempre mais alegre. Meu obrigado também a Érica (a gata da noite), Cris, Helô e Mari, com quem aprendi muito, me

diverti muito e com quem partilhei alguns de meus melhores anos em Belo Horizonte. Vocês são maravilhosas!

Aproveito a oportunidade para agradecer às minhas tias Mary, Rosa e Regina. Minhas queridas! Meus amores. Minhas mães e irmãs. Mulheres lindas, brilhantes, fortes e muito especiais. A quem admiro muito e a quem devo grande parte do que sou.

Agradeço aos garotos da minha vida, meus dois irmãos, Jefferson e Leonardo, por nossa história juntos, nossas confusões, nossa cumplicidade e nosso amor. Assim como a Mônica, minha prima-irmã, minha linda, que mesmo a distância, está sempre presente, do meu lado, torcendo por mim. E para quem vou torcer sempre, com todo meu coração.

Obrigada também ao pequeno Pedro Antonio, que em pouco de tempo de vida, me deu nova alegria de viver.

Enfim, um agradecimento muito especial a Massimo, meu amor. Meu namorado, meu amigo, meu querido de tantos anos. Pelo carinho, paciência, força e apoio. Pela espera e pelos sonhos. Por ter aguentado firme nos momentos mais difíceis e nunca ter desistido de mim. Por estar ao meu lado e quere continuar ali. Por ser um homem bom.

A todos agradeço por terem me ajudado a conquistar o pouco que consegui. Foi um período difícil e, se tenho algo a celebrar, com certeza é mérito de vocês.

## **Resumo**

Essa dissertação busca analisar a cobertura jornalística das ciências humanas em revistas especializadas e que se propõem formalmente a falar de ciência. Para tanto, se volta para o modo como as humanidades são tema ou tematizadas em reportagens de quatro revistas de divulgação científica, com o intuito de compreender o estatuto que ocupam frente a essas publicações e como o gesto e a retórica jornalística se direcionam para a questão e propõem representações. As publicações foram divididas em duas categorias: populares (Superinteressante e Galileu) e institucionais (Minas Faz Ciência e Pesquisa Fapesp). Tal esforço se desenvolve por meio das perspectivas que o estudo das matérias de capa de tais publicações, ao longo de 2011, oferece. Para tanto, partimos de uma discussão sobre divulgação e jornalismo científico de forma geral, como meio de pensar o contexto no qual a cobertura das ciências humanas se insere, e focamos o seu lugar no corpo da ciência. Nos voltamos, então, para o modo como as dimensões específicas das ciências humanas são abordadas, com o intuito de compreender sua abordagem nas revistas. O trabalho toma por base a premissa de que as humanidades alcançam sua aplicação prática em circulação, ou seja, atingem seus “efeitos” por meio da sua divulgação e inserção na vida prática, na sua capacidade de se “infiltrar” e influenciar as formas de agir e pensar das pessoas (RIBEIRO, 2003). Duas ideias constituem o terreno onde a proposta se insere: a noção de que é no processo comunicativo, nas práticas sociais de interação, que a ciência se constitui, é participada e partilhada; e a constatação de que a comunicação pública da ciência contribui não apenas para a difusão do conhecimento científico, mas afeta a vida social e a paisagem cultural dos indivíduos e está relacionada ao bom funcionamento da democracia.

## **Abstract**

This dissertation seeks to analyze the journalistic coverage of the humanities in specialized magazines that propose formally to talk about science. To do so, turn to how the humanities are theme or themed in stories of four science magazines, in order to understand the statute they occupy forward to these publications and how gesture and journalistic rhetoric are directed to the issue and propose representations. The publications were divided into two categories: popular (Superinteressante and Galileo) and institutional (Minas Faz Ciência and Pesquisa Fapesp). This effort is developed through the perspectives that the study of cover articles of such publications throughout 2011, offers. To make this, we start with a discussion about dissemination of science and scientific journalism in general, as a means of thinking about the context in which the coverage of the humanities is a part, and focus on the place of the humanities in the body of science. We turn, then, to how the specific dimensions of the human sciences are approached, in order to understand how the magazines deal with that. The work is based on the premise that the humanities achieve practical application in circulation, or reach their "effects" through its dissemination and integration into practical life, in their ability to "infiltrate" and influence the forms of people act and think (RIBEIRO, 2003). Two ideas form the land where the present proposal falls: the notion that it is in the communicative process, social practices of interaction, that science is constituted, is participated and shared; and the fact that the public communication of science contributes not only for the dissemination of scientific knowledge, but affects the social and cultural landscape of individuals and is related to the proper functioning of democracy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 – A CIÊNCIA E O JORNALISMO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 – Que ciência é essa?.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 – Ciência e comunicação.....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 – Modelos de comunicação da ciência.....</b>	<b>22</b>
<b>1.4 – Cobertura das Humanidades .....</b>	<b>25</b>
<b>2 – JORNALISMO CIENTÍFICO: ESTUDOS E PRÁTICAS ATUAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>2.1 – Discursos da divulgação científica.....</b>	<b>35</b>
<b>2.2 – Fontes.....</b>	<b>39</b>
<b>2.3 – Retórica dos resultados.....</b>	<b>41</b>
<b>2.4 – Ciência como verdade.....</b>	<b>43</b>
<b>2.5 – Temas e formas de inserção da ciência.....</b>	<b>44</b>
<b>2.6 – Jornalismo ou jornalismo científico?.....</b>	<b>47</b>
<b>3 – AS HUMANIDADES E SEU LUGAR EPISTEMOLÓGICO: IMPACTOS NA COBERTURA.....</b>	<b>49</b>
<b>3.1 – Humanidades.....</b>	<b>49</b>
<b>3.2 – O lugar epistemológico.....</b>	<b>51</b>
3.2.1 – Humanidades no plural.....	58
3.2.2 – Encontro de fronteiras.....	60
3.2.3 – Fundações epistemológicas.....	64
i) A questão da linguagem.....	64
ii) A questão do erro.....	65
iii) Positividade X Controvérsia.....	66
iv) Reflexividade.....	66
v) Implicações práticas: externalidade X internalidade.....	68
vi) Totalidade X divergência do campo.....	70
<b>4 – CIÊNCIAS EM REVISTAS.....</b>	<b>72</b>
<b>4.1 – Populares .....</b>	<b>75</b>
4.1.1 – Superinteressante .....	75
4.1.2 – Galileu .....	78
<b>4.2 – Institucionais .....</b>	<b>80</b>



4.2.1 – Pesquisa Fapesp .....	81
4.2.2 – Minas Faz Ciência .....	84
<b>5 – PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>87</b>
<b>5.1 – Dimensões de análise .....</b>	<b>90</b>
5.1.1 – Reflexividade .....	90
5.1.2 – Controvérsia .....	91
5.1.3 – Retórica dos resultados .....	91
<b>5.2 – Categorias de análise .....</b>	<b>92</b>
5.2.1 – Modos de acionamento da ciência.....	92
A) Ciência que aciona o jornalismo .....	92
B) Jornalismo que aciona a ciência .....	93
C) Vozes da ciência.....	94
5.2.2 – Estratégias de tradução .....	95
5.2.3 – Formas de acionamento das fontes .....	95
5.2.4 – Tom da reportagem .....	95
5.2.5 – Pontos de vista .....	95
<b>5.3 – Corpus .....</b>	<b>96</b>
<b>6 – HUMANIDADES EM REVISTA – PRIMEIRAS LEITURAS.....</b>	<b>97</b>
6.1 – Humanidades tematizadas .....	106
6.2 – perguntas e respostas .....	110
6.3 – A construção da notícia nas revistas de divulgação científica .....	114
<b>7 – HUMANIDADES EM REVISTAS POPULARES.....</b>	<b>120</b>
7.1 – Controvérsia .....	127
7.2 – Reflexividade .....	137
7.3 – Retórica dos resultados .....	144
<b>8 – HUMANIDADES EM REVISTAS INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>151</b>
8.1 – Controvérsia .....	158
8.2 – Reflexividade .....	163
8.3 – Retórica dos Resultados.....	170
<b>9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>176</b>
<b>10 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>181</b>
<b>11 – ANEXOS .....</b>	<b>189</b>

## INTRODUÇÃO

“A livre circulação de ideias e resultados de pesquisas é fundamental para o próprio avanço da ciência, o exame de suas implicações éticas e o enriquecimento da educação<sup>1</sup>.” O trecho da *Declaração sobre a ciência e o uso do conhecimento*, da Unesco, dá o tom da importância da relação entre ciência e comunicação.

Ao mesmo tempo em que se configura como espaço de constituição da ciência enquanto prática social é a comunicação que a faz circular e chegar aos mais variados públicos, desde aqueles inseridos nos campos científicos até o cidadão comum.

A relevância da divulgação científica não está apenas na possibilidade de dar visibilidade ao que é produzido no universo das academias e centros de pesquisa, mas está ligada à promoção da cidadania, uma vez que o conhecimento construído e as transformações proporcionadas afetam a vida social e a paisagem cultural dos indivíduos. Em uma sociedade atravessada por mudanças de todas as categorias imputadas pelos avanços da ciência— desde aquelas referentes às formas de interação e relacionamento até as que moldam nosso agir social – ao mesmo tempo em que ela própria é atravessada, é fundamental o acesso à informação científica, em particular a que afeta diretamente o cotidiano, que tem efeitos políticos, econômicos e sociais.

Diante da importância que a divulgação científica assume na sociedade, torna-se fundamental empreender esforços analíticos para a compreensão desse fenômeno, assim como o estudo das representações da ciência construídas nesse processo. Do mesmo modo, partindo da importância do acesso dos indivíduos às informações científicas via meios e dispositivos de comunicação, é válido estudar como a ciência se apropria desses instrumentos para promover tal aproximação.

Apesar da vasta discussão sobre o que é ciência, como e por quem se constitui e qual seu estatuto e sua validade – que vem se desenvolvendo nos últimos períodos da história da humanidade e engloba embates em diferentes campos do conhecimento – uma coisa podemos notar desde os primórdios sobre o processo de construção de conhecimentos: ele não existe

---

<sup>1</sup>UNESCO. Declaração sobre a ciência e o uso do conhecimento. *Jornal da Ciência*, n.407, páginas 6-7, março de 1999

sem comunicação. Desde as comunidades mais antigas, a constituição e a transferência de saberes se dão por meio do contato, do gesto, da troca, do encontro e do conflito, das práticas e experiências do homem no mundo, com o mundo, consigo mesmo e com o outro.

É também no próprio processo comunicativo, nas práticas sociais de interação, que a ciência se constitui. Em sua essência, é uma construção do coletivo e só existe a partir do momento em que é participada, partilhada, enfrentada e reconhecida pelos agentes de seu campo. Sem comunicação, o conhecimento científico não avança.

Além de encarnar esse local de constituição da ciência, a comunicação se torna fundamental também por englobar, dentre seus objetos, os meios pelos quais a ciência se dá a ver, se apresenta para a sociedade e busca sua validação, além de sua aproximação da vida prática e do cotidiano das pessoas. A comunicação pública da ciência, sua contribuição para a difusão do conhecimento científico, está, aí, relacionada ao bom funcionamento da democracia (CASTELFRANCHI, 2010).

Segundo Vera França (FRANÇA, 2004), a comunicação, enquanto campo de estudo, apresenta-se como um novo caminho para se conhecer e tratar os fenômenos sociais, sendo a especificidade de seu objeto definida pelo olhar do pesquisador e pela sua apreensão da empiria sob uma abordagem comunicativa. Nesse sentido, a eleição, como tema de pesquisa, do jornalismo e da sua abordagem dada aos temas da ciência sob um viés relacional – que entende a comunicação como um processo de interação, de constituição mútua da realidade e da vida social, realizado entre sujeitos, por meio da linguagem – é pertinente aos estudos da comunicação.

Segundo Yuriy Castelfranchi, nas últimas décadas, muita reflexão tem sido feita acerca do papel, das funções e das melhores práticas em jornalismo científico, em divulgação da ciência ou, em geral, na comunicação pública da ciência e tecnologia (CASTELFRANCHI, 2008). No entanto, ainda são poucos os estudos sistematizados sobre a cobertura da mídia e que consigam ir além de uma perspectiva normativa e da formatação de manuais. A maior parte dos trabalhos prioriza aspectos quantitativos e preza pela caracterização do cenário de divulgação e os temas que ganham destaque. São apontadas também questões relacionadas aos processos e práticas jornalísticas (a relação com as fontes, as rotinas e pressões institucionais, as dificuldades inerentes ao processo de construção dos textos).

Um volume considerável de trabalhos se volta para a análise do discurso de divulgação, mas ainda com atenção específica para a identificação dos temas cobertos, as

fontes acionadas, e os contratos estabelecidos com o leitor (MASSARANI *et al.* 2002, 2005, 2008; GOMES *et al.* 2002, 2009, 2010, TUCHERMAN *et al.* 2010). São poucas as pesquisas que avancem frente a uma leitura descritiva da cobertura ou que superem a ênfase na importância da divulgação científica em si.

No que se refere às ciências humanas e sociais, a situação é ainda mais deficitária. Poucos são os esforços no sentido de compreender a relação entre o jornalismo e o fazer científico das humanidades e, em geral, as pesquisas encontradas são referentes aos países desenvolvidos de língua inglesa. Em comparação, as ciências ditas naturais são privilegiadas e aparecem como foco de um número representativo de estudos específicos – ainda que pouco robustos quanto à sua natureza conceitual, teórica e analítica.

A atuação, como jornalista, em ambientes de divulgação científica ligados a instituições formais da ciência foi uma oportunidade para conviver com a prática de produção de notícias sobre o tema, as possibilidades, dificuldades, desafios e o potencial informativo dos conteúdos. Nesses espaços, despertou interesse a relação simbiótica entre ciência e mídia, uma vez que a primeira busca se apropriar dos dispositivos midiáticos como forma de promover uma aproximação e validação pública, enquanto a segunda se alimenta dos conteúdos da ciência como forma de assegurar seu princípio de noticiabilidade, sua busca pela novidade, pela explosão do desconhecido e do exótico e cumprir seu compromisso com o chamado “interesse social”.

Nesse contexto, pode-se perceber o pouco espaço conferido às ciências humanas e sociais nos jornais e revistas e a dificuldade para veiculação de notícias relacionadas ao tema. Chama atenção, em especial, a resistência por parte de alguns jornalistas em divulgar notícias referentes a essa temática em espaços tradicionalmente reservados à ciência e a forma como o modelo de abordagem e a configuração da tessitura jornalística se constituem. É nesse cenário que cresce o interesse em verificar os motivos de tais posturas e checar como as humanidades são representadas.

É inserida nessa perspectiva que surge a proposta de reflexão sobre a cobertura jornalística das chamadas ciências humanas em revistas que se propõem a falar especificamente sobre ciências. Nosso esforço de análise se direciona para o modo como quatro revistas brasileiras, divididas em duas categorias (populares, institucionais) abordam o tema, como constituem seus discursos, mobilizam e circunscrevem valores, e como o gesto

jornalístico se direciona às humanidades. Não há, no Brasil, trabalhos com foco nessa abordagem, o que motiva o início de nossa investigação.

As revistas selecionadas foram Superinteressante e Galileu; e Pesquisa Fapesp e Minas Faz Ciência. Busca-se compreender como as ciências humanas são acionadas e se fazem presente no interior das matérias por meio de análise comparada entre os meios, como forma de perceber as aproximações e/ou diferenças na abordagem assim como os conceitos, valores e recursos narrativos de que fazem uso.

Nosso procedimento de pesquisa se dirige para a tentativa de traçar um mapa das principais características que constituem a retórica e a narrativa jornalística com relação às humanidades nas revistas especializadas e de analisar como o gesto jornalístico lida com as principais problemáticas e questões específicas das humanidades – e como responde a esses desafios no interior de seu texto.

O trabalho se estrutura da seguinte forma: o primeiro e o segundo capítulo são voltados para as relações entre ciência e comunicação e para a abordagem da ciência e da problemática do jornalismo que cobre temas relativos a esse campo. O objetivo é esclarecer o terreno no qual se insere nossa investigação e os principais conceitos nele situados. Interessa aqui caracterizar a cobertura das ciências como um todo, apontando o(s) modelo(s) e padrões cristalizados.

O terceiro capítulo tem como foco a discussão sobre o conceito de humanidades a que nos dirigimos, assim como seu lugar epistemológico e como se apresenta frente ao corpo da ciência. A abordagem se volta para os fundamentos das ciências humanas e seus impactos na cobertura.

No quarto e quinto capítulos apresentamos o cenário no qual se desenhou nossa amostra (o universo das revistas de divulgação científica das duas categorias selecionadas) e o esforço metodológico realizado, com a descrição do caminho escolhido para se chegar ao recorte do *corpus* e ao modo de análise em questão.

O sexto capítulo é reservado para a discussão das primeiras impressões relativas ao estudo de nossa amostra. Tal preâmbulo se fez necessário visto que, como parte do percurso metodológico, foi realizada uma leitura inicial de todas as reportagens do corpus (reportagens publicadas nas capas das quatro revistas ao longo de 2011). Tal leitura permitiu a seleção dos textos finais a serem analisados, mas também se mostrou reveladora de aspectos da cobertura

das revistas de forma geral (com relação a temas de áreas variadas) e permitiu antecipar algumas considerações sobre a cobertura das ciências humanas.

Nos capítulos seguintes nos debruçamos sobre a análise de 24 reportagens, cujas chamadas tenham ganhado destaque nas capas das revistas populares e institucionais de divulgação científica. Tomando-se em conta o desafio proposto, é cabível antecipar que não apresentamos respostas conclusivas, mas uma reflexão sobre o lugar das humanidades nesses espaços dedicados à ciência e a forma como são apreendidas e apresentadas.

## **1 – A CIÊNCIA E O JORNALISMO**

Neste capítulo, buscamos traçar um panorama das relações entre ciência e comunicação, e apresentar uma revisão da problemática do jornalismo que cobre ciência com o intuito de subsidiar a discussão sobre a forma como as humanidades se inserem nesse cenário.

Além de caracterizar a divulgação científica e a cobertura jornalística dos temas relacionados a esse campo, buscamos apontar modelos e identificar padrões e práticas cristalizados no jornalismo contemporâneo. Buscamos, ainda, adentrar pela cobertura do dispositivo escolhido para nossa análise, as revistas, e as especificidades (com foco na caracterização e tipo de abordagem) dos veículos selecionados para nossa coleta: quatro revistas que se prestam formalmente a abordar temas relacionados ao universo da ciência.

A discussão de tais pontos tem o interesse de nos munir de repertório para um olhar crítico sobre a cobertura das humanidades, partindo de um conhecimento mais amplo do campo geral na qual se insere.

### **1.1– Que ciência é essa?**

Desenvolver um trabalho que se insere no campo das relações entre ciência e comunicação pode suscitar um questionamento primário sobre o que é ciência, ou mesmo que ciência (ou ciências) é (ou são) essa(s) com a(s) qual (is) pretendemos lidar? Qual o conceito com o qual dialogamos? Mas, é fundamental logo de início esclarecer que não se trata de nosso objetivo discutir o conceito de ciência, suas tensões, conflitos ou os debates que se fazem num momento a que muitos se referem como de “crise da ciência” ou de “mudança paradigmática”.

Da mesma forma, não nos atentamos para o caráter de cientificidade dos temas, nem pretendemos traçar distinções entre ciência e não ciência. Partimos da constatação da existência de dois campos que se comunicam e se tensionam: campo da comunicação e o campo científico. Cada um desses campos é marcado por suas dinâmicas e conflitos internos e externos e pela presença de vozes distintas e, muitas vezes, antagônicas. Esses campos, segundo o conceito de Bourdieu (2004), constituem-se como espaços sociais estruturados,

relativamente autônomos, dotados de suas leis próprias, em que atuam sujeitos e onde se estabelece um jogo de forças e de interesses. São marcados pela presença de práticas comuns e pelo compartilhamento de uma cultura. Os dois campos trazem especificidades, contextos, elementos, formas, normas e discussões que lhe são próprias e que emergem frente ao entrecruzamento dos dois, quando são atravessados por questões comuns. E é desse tensionamento que surge nosso interesse de pesquisa: o jornalismo focado na cobertura das ciências humanas e a maneira como lida com a ciência, ou melhor, com o conceito de ciência de que se apropria. No entanto, algumas considerações iniciais se fazem importantes.

Conhecer diz de uma atividade humana – realizada por sujeitos – de apreensão, interpretação e criação de representações dos objetos e fenômenos do mundo. Como afirma França (2004), existem várias formas de conhecer, ou caminhos para o conhecimento, dentre elas o nosso próprio estar e agir no mundo e a compreensão que temos dele como fruto de nossas vivências. Conhecemos também por meio do acesso às informações, narrativas e representações, ou seja, por processos mediadores, que nos permitem olhar de modo diferente para a vida. E, dentre outras possibilidades, podemos conhecer por meio de um trabalho sistemático de pesquisa e estudo, com a utilização de instrumentos e métodos específicos e adequados e adoção de uma prática cuidadosa e disciplinadora. Temos, assim, o conhecimento científico (FRANÇA, 2004).

É essa forma de conhecer que nos interessa, aqui, de maneira especial. A ciência, atenta aos seus objetivos, objetos e métodos, e exposta ao crivo de sua validade, é uma forma essencial de compreensão da realidade. Mas não podemos negligenciar o fato de que essa mesma ciência se constitui como uma prática social, inserida em um contexto histórico, cultural, social e político e sujeita a influências e condicionamentos. Essa vinculação com a realidade (ou realidades, uma vez que esta não é dada a princípio e não deve ser naturalizada), segundo Vera França, é fundamental para a constituição e validação do conhecimento científico.

A Ciência, comprometida também com a melhor qualidade de vida no mundo, tem como objeto primeiro o próprio conhecimento (existe para criar o conhecimento). O que não significa, é bom realçar, tomar o conhecimento como um valor em si, ou para si (num processo de isolamento e auto-alimentação). O conhecimento desenvolvido pela ciência é estimulado pela realidade e volta para ela – mas à condição de tanto estabelecer proximidade quanto saber guardar afastamento (FRANÇA, 2004, p.5).



Segundo Bourdieu, o campo científico – a exemplo dos demais – é um campo de forças e de lutas (internas, entre seus elementos e agentes, e externas, vindas das pressões de outros campos) para conservar ou transformar essas mesmas forças. Nesse sentido, uma das grandes questões que o autor aponta diz respeito ao grau de autonomia desses campos. Para ele, quanto mais autônomo for um campo, maior será o seu poder de refração, de retradução, e mais as imposições externas serão transfiguradas.

(...) é preciso escapar à alternativa da ‘ciência pura’, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ‘ciência escrava’, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve (BOURDIEU, 2004, p.21).

O papel e a relação entre os agentes do campo também ganha relevância para o sociólogo. Para ele, os agentes fazem os fatos científicos e mesmo o próprio campo científico, a partir de uma posição nesse universo.

(...) o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são (...) os princípios do campo. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não fazer (BOURDIEU, 2004, p.23).

A força desses agentes no campo é proporcional ao seu capital de crédito científico, espécie de capital simbólico que consiste no reconhecimento atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior de um campo científico. Nessa perspectiva, torna-se importante não ignorar os conflitos de interesse inerentes ao interior do campo e externos a ele – políticos.

O campo da ciência – ou os campos científicos – é reconhecido e validado socialmente há um longo tempo. No entanto, encontra-se em discussão, em contínuo questionamento quanto à sua configuração, seus limites e possibilidades, o que o torna ainda mais profícuo enquanto espaço a ser problematizado.

## **1.2 – Ciência e comunicação**

A divulgação científica é tão antiga quanto a própria ciência. Alguns autores sugerem que a distinção entre ciência (enquanto campo de produção do conhecimento científico) e o público (colocando-o como exterior ao processo de produção do conhecimento científico) começou com a formação de uma comunidade científica, ou seja, com a institucionalização da

ciência enquanto atividade com participantes específicos, regras e práticas acordadas, que as separam das demais atividades. Esta separação ocorreu no século XVIII e, desde então, o esforço de divulgação orientado para o público tem sido uma constante.

Em seu estudo das perspectivas sobre os discursos da divulgação da ciência, Joana Lobo Fernandes indica que a divulgação esteve, desde muito cedo, associada a uma missão de educação social, que pode ser remetida ao movimento enciclopedista do século XVIII.

(...) entendia-se que o conhecimento combatia o preconceito, e este último tinha a capacidade de afectar as esferas do cognitivo, da moral e da política. Donde se retira a associação de conhecimento à ideia de justiça. A ignorância poderia ser um obstáculo ao progresso, daí (...) uma consciência do impacto social do saber e da sua virtude libertadora. Este entendimento indica que a divulgação (do conhecimento) era compreendida como discurso militando por uma certa concepção de sociedade, onde a ciência e a tecnologia têm um papel determinante, com uma orientação argumentativa, o que é mais do que comunicação de um saber, pois entramos no domínio da retórica, isto é, um discurso portador de estratégias e de ideologias, contribuindo para instituir certos tipos de relacionamentos sociais (FERNANDES, 2011, p.94 e 95).

Para Yuriij Castelfranchi e Nico Pitrelli – em seu trabalho sobre as relações entre ciência, comunicação e sociedade desde a ampliação dos horizontes do conhecimento a partir do século XV até a tecnociência dos dias atuais – a ciência, em todas as suas fases e faces, esteve intrinsecamente ligada a formas de difusão, arquivamento e discussão das informações. “Podemos dizer que não existe ciência onde não exista comunicação<sup>2</sup>” (CASTELFRANCHI e PITRELLI, 2007, p.27).

O modo como tal comunicação se dá e evolui ao longo da história diz respeito diretamente ao próprio desenvolvimento da ciência e aos modos de concebê-la socialmente. A comunicação da ciência está diretamente ligada à sua representação social. Antes mesmo da criação das sociedades científicas, as “novidades e maravilhas” da ciência já ganhavam visibilidade por meio de apresentações públicas, algumas em estilo quase “circense”, outras em pequenos grupos.

Para Castelfranchi e Pitrelli, desde o nascimento dos primeiros cotidianos periódicos, ainda que irregulares, por volta de 1500 e 1600, os jornais se ocupam de ciência.

Com o iluminismo, a ciência é elevada a um símbolo da própria razão e da capacidade do povo de libertar-se das superstições e do absolutismo. A classe burguesa também se volta com interesse pelo campo, uma vez que o vê como símbolo de transformação social. Dessa

---

<sup>2</sup> Tradução livre. No original: “Possiamo dire che non esiste scienza dove non esista comunicazione”

forma, com um público numeroso e diferenciado, formado tanto pela aristocracia quanto pela alta burguesia, e partilhando da mesma curiosidade e interesse, a divulgação da ciência começa a ser vislumbrada como uma realidade, o que permite que comece assim seu desenvolvimento de forma organizada.

Muitos autores afirmam que a ciência moderna ganha força e importância na Europa no final do século XVII, quando se torna perceptível que seus resultados podem contribuir para o fortalecimento do estado e crescimento da economia. Torna-se notável que os conhecimentos e inventos podem impulsionar a melhoria do comércio, da indústria, da saúde e da guerra, o que permite a criação e fortalecimento de vínculos entre cientistas e Estado.

Para o pesquisador Calvo Hernando (1997), o nascimento da divulgação efetiva só foi possível graças ao abandono do Latim como língua oficial da ciência, uma vez que, dessa forma, os conhecimentos produzidos se tornavam mais acessíveis. Segundo Castelfranchi e Pitrelli, é no fim do século XVIII que o conhecimento é visto como um direito universal.

O capitalismo transforma a informação em mercadoria, a sua difusão em negócio. Nos mesmos anos, a ciência passa por uma transformação radical, entrando naquela que John Ziman definiu de “época acadêmica”: da figura do filósofo natural e do homem de ciência, assume a figura profissional e do 'cientista'<sup>3</sup> (CASTELFRANCHI e PITRELLI, 2007, p.36).

O nascimento da ciência acadêmica traz profundas consequências para a concepção e desenvolvimento do fazer científico e para a forma e retórica da própria divulgação da ciência. É o nascimento propriamente dito de um campo científico, com suas regras e identidade própria, e no qual a ciência se consolida como instituição e assiste a uma separação do público – ou, dito de outra forma, surge também uma noção de público, como grupo distinto da ciência. É nesse período que surge, pela primeira vez, a figura do cientista, da mesma forma que estão aí as origens do imaginário do cientista da forma como ainda hoje a concebemos.

Ao mesmo tempo em que a informação científica se torna um direito e uma mercadoria, cresce o interesse do público, tanto entre as pessoas cultas, os patrões e proprietários dos meios de produção, quanto entre os operários e pessoas simples, que buscam na “ciência popular” tanto meios e instrumentos para melhorar a produtividade como uma

---

<sup>3</sup> Tradução livre. No original: “Il capitalismo transforma l’informazione in merce, la sua diffusione in un business. Negli stessi anni, la scienza va incontro a una transizione radicale, entrando in quella che John Ziman ha definito l’epoca ‘accademica’: alla figura del filosofo naturale e dell’‘uomo di scienza’ sta per subentrare quella professionale dello ‘scienziato’”

possibilidade de formação profissional e oportunidade para a busca de melhores trabalhos e condições de vida.

Todo esse processo se desenvolve ao mesmo tempo em que assistimos ao aflorar do modelo da ciência moderna, positivista e racionalista que, ainda hoje, não foi totalmente superada. Tal modelo pressupõe uma separação entre ciência e público e uma especialização cada vez maior dos saberes, separados em campos e disciplinas específicas. Da mesma forma, pressupõe o uso de métodos e critérios, a validação dos achados pelos pares e um abandono dos conhecimentos considerados vulgares, ou seja, do senso comum.

Segundo Edgar Morin (2008), o desenvolvimento das grandes civilizações fez evoluir dois tipos de pensamento: um empírico/lógico/racional e outro simbólico/mitológico/mágico. O primeiro, baseado em procedimentos, métodos e verificações, reivindicou para si, ao longo de séculos, o posto de caminho para o saber racional, válido, digno de crédito. Ele constitui o ponto central de uma ciência que surge por volta do século XVI, baseada no modelo de racionalidade das ciências naturais, e que vem a ser conhecida como moderna. Esse pensamento vem a influenciar as ciências sociais desde o seu nascimento, no século XIX.

Segundo Lyotard (2009), a ciência moderna caracteriza-se por um enquadramento metafísico e por uma visão autorreferente, na qual existe e se renovava por si mesma. Sua missão, enquanto atividade nobre e desinteressada, desvinculada do Estado, da sociedade e do capital, e legítima em si mesma, é a de romper com o mundo das “trevas”, do senso comum e das crenças tradicionais.

O caráter da ciência moderna é objeto de crítica também para Boaventura de Souza Santos, que reforça esse caráter de construção contra o senso comum e afirma que o discurso do paradigma da ciência moderna se torna desencantado, frente ao excesso de rigor e à total ausência de imaginação (SANTOS, 1989). O autor fala da ciência em um momento de crise de degenerescência – abarca todo o paradigma, atravessa todas as disciplinas e põe em causa a própria inteligibilidade do real – no qual é necessário proceder a uma hermenêutica crítica da epistemologia. Nesse momento de transição, Santos propõe uma concepção de ciência pós-moderna, que se insere num movimento de desdogmatização e se baseia numa dupla ruptura epistemológica, como veremos no capítulo 3.

Apesar da soberania da concepção moderna da produção de conhecimentos, enquanto construção social dinâmica, a ciência não se viu engessada em tal modelo e incorporou aos questionamentos e desafios apresentados acima outros que permitiram a ela assistir ao início

de uma transformação. As mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, assim como o surgimento e consolidação da chamada “sociedade da informação”, impactaram e continuam impactando as tradicionais formas de se fazer ciência.

Podemos dizer que a ciência vive, hoje, um momento de virada, que tem como consequências um novo modo de produção do conhecimento e de organização da pesquisa, além de um novo *ethos* para o pesquisador, que passa a assumir papéis diversificados. Essa nova dinâmica, que começa a se delinear no fim do século XX, está ligada a uma série de transformações tecnológicas, econômicas e culturais. Para CASTELLS (2010), tudo isso culmina em uma nova forma de sociedade, que ele denomina de Sociedade em Rede. Sua principal característica é a constituição em redes em todas as dimensões fundamentais de sua organização e da prática social.

Muitos pesquisadores (dentre eles sociólogos, filósofos, historiadores etc.) se dispuseram a tentar compreender a ciência contemporânea e suas especificidades.

Alguns falaram de uma ciência que, a partir da segunda metade do século 20, teria se tornado “pós-industrial” e pós-acadêmica (Ziman, 2000). Para outros, existiria hoje um novo “modo de produção” do conhecimento científico, o “Modo 2”, configurando até um novo “contrato social entre ciência e sociedade” (Nowotny, Scott, Gibbons, 2001; Gibbons, 1999). Outros autores, ainda, falaram de uma ciência “pós-normal” (Funtowicz, Ravetz, 1997) ou, ainda, de uma nova configuração nas relações entre universidades, empresas e governos (Leydesdorff, Etzkowitz, 1996). Não importa entrar em detalhes. O que importa é que, apesar das divergências, todas essas análises mostram uma maior, mais capilar, transversal e cada vez mais necessária interação entre cientistas e não-cientistas na gestão e na legitimação da pesquisa científica, na difusão e apropriação da informação científica e até mesmo, segundo alguns, na produção do conhecimento (CASTELFRANCHI, 2010, p. 16).

Sem adentrarmos na discussão dos paradigmas da ciência, ou mesmo das mudanças nas formas de produção do conhecimento, interessa-nos atentar para o fato de que tais transformações trazem implicações diretas para os modelos de comunicação da ciência. Tais modelos dizem respeito a formas específicas de se entender a comunicação pública da ciência, seus desafios e objetivos, e as melhores formas para se alcançá-los. Cada uma das abordagens diferencia-se pela postura dos cientistas, pela participação popular, pela integração social e pela interatividade com os diferentes grupos e objetivos.

### 1.3 – Modelos de comunicação da ciência

Segundo Costa, Souza e Mazocco (2010), os modelos de comunicação pública da ciência são abordados sob duas esferas: a que prevê uma comunicação de via única, tratando o público como mero receptor passivo, e outra que assume uma comunicação de duas vias, em que o público ocupa uma posição ativa e de integração no processo. A cada um desses modelos corresponde um sentido de comunicação. No primeiro, ele é transitivo, e pode ser entendido como divulgar, formar, persuadir. Nesse sentido, a sua função é transmitir algo que o especialista já possui. O segundo sentido é o reflexivo, onde o ato de comunicar assume o papel de compartilhar e de dialogar.

É possível, aqui, uma identificação de tais modelos com os próprios paradigmas tradicionais da comunicação: o epistemológico e o praxiológico. Tal analogia nos permite refletir sobre como as perspectivas analíticas da comunicação e como o atual status das discussões em seu campo podem contribuir para debates também no campo da ciência e da comunicação da ciência.

Os modelos de comunicação pública vêm sendo explorados na literatura buscando explicar as relações entre ciência e sociedade. Yuriy Castelfranchi chama a atenção para a disseminação ocorrida, em países como o Brasil, do “modelo de déficit cognitivo”, considerado o modelo dominante da *Public Understanding of Science* e que se vincula à concepção positivista de ciência. Nele, os cientistas são considerados aqueles que possuem o conhecimento, e o público, aqueles carentes de fatos científicos e tecnológicos. Nessa visão, a ciência é pensada como em certa medida autônoma em relação ao resto da sociedade e o público como uma massa homogênea e passiva, com “buracos cognitivos e informativos” que devem ser preenchidos – como se esses fossem tabulas rasas – com o conteúdo fornecido por aqueles que pertencem à instância superior do conhecimento. Segundo o autor, a comunicação de Ciência e Tecnologia para o público leigo é, então, uma operação de simplificação em que, no caminho entre a ciência e o público, há perda de informação em parte pela operação do comunicador e por uma imparcial compreensão devido às falhas culturais e cognitivas do receptor (CASTELFRANCHI, 2008).

No livro “Come si comunica La scienza?”, Castelfranchi e Pitrelli descrevem de forma pormenorizada tal visão da comunicação científica, na qual

(...) tanto os cientistas quanto os divulgadores imaginam a comunicação pública da ciência como uma atividade de transmissão unidirecional, de tradução linear do complexo ao simples, de quem sabe a quem não sabe, de um saber científico descrito como verdadeiro e objetivo, para um público passivo que, vítima de déficit de conhecimento, escuta e entende parcialmente a informação científica (CASTELFRANCHI e PITRELLI, 2007, p.45).<sup>4</sup>

Dentre as severas e volumosas críticas que vêm sendo apresentadas contra essa concepção, está aquela referente à afirmação do conhecimento científico como algo acabado e indiscutível e a caracterização de um público carente de conhecimento.

Para Fernandes (2011), a superação do modelo dominante da comunicação da ciência faz-se a partir do lugar ocupado pelo receptor, passando o público a ser entendido como utilizador da informação científica e das inovações tecnológicas. Passa-se aí a uma ideia de negociação e centra-se os estudos da área não mais nos produtos científicos, mas na implicação ativa dos sujeitos ditos leigos no processo de aquisição de informações sobre a área.

Bruce Lewenstein (2003), por sua vez, afirma o desenvolvimento de ao menos outros três modelos em resposta à concepção do déficit cognitivo: o modelo contextual, o modelo da experiência leiga e o modelo da participação pública. No primeiro caso, o autor identifica uma maior preocupação com o contexto nas discussões que sucedem o modelo do déficit. Em um primeiro momento, defende-se que as pessoas não são receptáculos vazios e que sua compreensão será influenciada por seu ambiente, referências culturais e experiências prévias. Ou seja, indivíduos em contextos diferentes reagem de formas diferentes. As críticas direcionadas ao modelo contextual afirmam ser ele apenas uma versão mais sofisticada do modelo de déficit. Dessa forma, ponderam que ele levaria em conta mais os interesses da comunidade científica e buscaria mais a concordância que a compreensão.

Por outro lado, vêm ganhando força dois modelos de tendência dialógica: o de experiência leiga, em que os conhecimentos locais podem ocupar a mesma importância do conhecimento científico estandardizado, e o modelo da participação pública, ou democrático, que busca uma relação de igualdade entre cientistas e públicos e reconhece múltiplos tipos de conhecimento (COSTA, SOUSA e MAZOCCO, 2010).

---

<sup>4</sup> Tradução livre. No original: “(...) tanto gli scienziati quanto i divulgatori immaginano la comunicazione pubblica della scienza come un’attività di trasmissione unidirezionale, di traduzione lineare dal complesso al semplice, da chi sa a chi non sa, di un sapere scientifico descritto come vero e oggettivo, verso un pubblico passivo che, vittima di ‘deficit’ di conoscenza, ascolta e capisce solo parzialmente l’informazione scientifica.”

As críticas ao modelo contextual deram origem ao chamado modelo de experiência leiga. Nele, as atividades de comunicação devem ser pensadas reconhecendo – e não menosprezando – a expertise das pessoas (LEWENSTEIN, 2003). Já o modelo de participação pública ganha força a partir dos anos 1990 e carrega alguns slogans que já aparecem na produção científica. Ao invés de “transmitir”, “ensinar” e “disseminar” a ciência, defende-se o engajamento e o diálogo com a população. Agora, o público é visto como ativo e dotado de conhecimentos e opiniões legítimas. O modelo busca a participação, o diálogo e o envolvimento da sociedade nas decisões relacionadas aos rumos da ciência.

É relevante notar que esses debates, em função da problemática e dos desafios comuns, podem se beneficiar das discussões da comunicação. A apreensão da ciência por um viés ancorado numa abordagem praxiológica e relacional pode apontar nesse cenário um promissor caminho de pensamento.

Nossa proposta de estudo se insere no interior dessa discussão, mas antes de partirmos para a análise do jornalismo científico como mediador da informação científica e espaço privilegiado de sua divulgação, é preciso fazer alguns esclarecimentos quanto ao sentido da expressão “divulgação científica”, uma vez que tal conceito e seus correlatos “difusão científica”, “disseminação científica” e o próprio “jornalismo científico” são usados algumas vezes de forma indiscriminada.

De acordo com Isaltina Gomes, cada um desses conceitos assume contornos próprios, ainda que se articulem no terreno comum dos processos, estratégias, técnicas e mecanismos de veiculação de fatos e de informações que se situam no universo da ciência e da tecnologia. Eles mantêm relações de complementaridade e de gênero-espécie.

A difusão científica figura como um gênero que comporta as espécies ‘disseminação científica’ (difusão para os pares) e ‘divulgação científica’ (difusão para o público leigo). Nessa última, subdividida em ‘divulgação científica’ feita por especialistas e por não especialistas, estaria localizado o ‘jornalismo científico’, como apenas uma das formas utilizadas para divulgar o conhecimento científico (GOMES, 2009, p.17).

A divulgação científica é assim praticada de diferentes formas, seja por meio de revistas de circulação restrita entre pesquisadores de determinadas áreas, museus, exposições, projetos educativos etc. A mídia, e em especial o jornalismo, se insere nesse universo de divulgação, onde apresenta como um de seus instrumentos o jornalismo científico.



Esse jornalismo não se restringe aos locais canônicos de divulgação científica, como revistas e publicações temáticas, além de programas televisivos, radiofônicos, sem se descartar o grande espaço e relevância que tem alcançado na web. É também uma atividade presente nos jornais diários, nas revistas e programas de variedades dos mais diferentes perfis.

É esse jornalismo de especialidade que nos interessa aqui de maneira especial e é para a forma como se volta para as ciências, como as elege, apresenta e representa que nos voltaremos como forma de compreender esse gesto.

#### **1.4 – Cobertura das humanidades**

O primeiro fato a se considerar é a inexistência de trabalhos que tematizam as humanidades e sua relação com a comunicação, no Brasil. Em levantamento prévio, não identificamos investigações sistematizadas sobre a questão, mas apenas alguns apontamentos inseridos em pesquisas sobre o jornalismo científico de forma geral.

Em estudo sobre a cobertura das ciências no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, entre os meses de janeiro a março de 2007, a pesquisadora Isaltina Gomes identificou uma proliferação de matérias ligadas à violência, com análises de pesquisadores das Ciências Humanas. No entanto, a própria autora relaciona tais ocorrências a um fato em específico que mobilizou a opinião pública: a morte do menino João Hélio, arrastado pelo cinto de segurança, durante uma tentativa de assalto. Para a pesquisadora, as ciências humanas, em si, não mobilizariam tão volumosa cobertura – como não observado em outros meses – mas são acionadas em matérias para tratar de assuntos sociais, ou seja, criar vínculos com a realidade cotidiana (GOMES, 2009).

Em pesquisa similar, desta vez voltada para a cobertura das ciências em revistas semanais de variedades (Veja, IstoÉ e Época), Isaltina Gomes aponta que apenas uma média de 8% das reportagens sobre ciência abordaram questões referentes às humanidades. Um dos fatores apontados para justificar o fato seria que as demais ciências “criam uma aura de verdade que não se pode ver, por exemplo, na abordagem que fazem das ciências humanas” (GOMES, 2004, p. 5).

A pesquisadora inglesa Angela Cassidy indica a existência de trabalhos de certo relevo na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Alemanha, mas assume que os diferentes contextos culturais, assim como a própria concepção de ciência e sua percepção pública nos países

referidos impedem generalizações e interferem nos resultados. Ela aponta uma hierarquização nas ciências por parte da mídia, sendo que a física e as ciências da vida são preponderantes, e relaciona tal fato a uma associação, pelos veículos de comunicação, de uma boa ciência àquela embasada em métodos e procedimentos positivistas. Uma das consequências dessa postura, elencada pela pesquisadora, é o direcionamento dos temas referentes às humanidades para jornalistas sem treinamento específico e sem a devida compreensão do assunto e seu lugar nas discussões sociais. Para a autora, enquanto, ao menos em países de cultura anglocêntrica, os jornalistas recebem uma formação para abordagens de temas científicos, a temática social e humana é relegada à cobertura generalista. (CASSIDY, 2008).

Um dos elementos indicados pelo trabalho de Cassidy é a presença relevante de matérias produzidas pelos próprios cientistas sociais, partindo de suas experiências pessoais. Ela ainda enfatiza uma forte presença das humanidades em textos jornalísticos por meio de comentários de pesquisadores da área sobre temas em voga e não por seus trabalhos específicos. Essa “voz” das humanidades também é encontrada em colunas, editoriais, entrevistas e outros espaços sem que isso represente um demérito. São espaços importantes de visibilidade para o conhecimento social e humano, mas que também não foram ainda problematizados.

Num dos mais conhecidos e importantes trabalhos sobre a relação entre mídia e ciências sociais, as pesquisadoras Carol H. Weiss e Eleanor Singer discutem sobre os regimes de visibilidade da mídia ao abordar as ciências em geral e desenvolvem duas linhas de investigação. Por um lado, buscam entender quais ciências sociais a mídia seleciona para reportar e o nível de investimento e precisão das informações disponibilizadas para o público e, por outro, entender quais as mudanças a que as ciências sociais são submetidas nesse movimento do domínio das pesquisas e laboratórios acadêmicos para o mundo das notícias.

São apontados dois processos na cobertura das ciências sociais: o primeiro no qual os jornalistas selecionam os fatos que irão divulgar e o segundo por meio do qual eles as convertem em uma nova história. Tais processos são caracterizados pelas metáforas de filtro (na qual a mídia seleciona uma pequena fração do que as ciências sociais têm a oferecer e descartam a maioria) e da transformação da realidade (na qual o deslocamento de domínios reveste as ciências sociais de uma nova forma e de uma série de recursos para torná-la compatível aos modelos narrativos da imprensa) (WEISS, 1987). Tais processos e metáforas apresentam níveis de dificuldades tanto para os jornalistas, que os realizam, quanto para o campo dos cientistas, que se submetem – sem muito controle – a eles.

Em estudo específico sobre a divulgação da sociologia nos Estados Unidos, as pesquisadoras Catherine Siebel e Katherine Smith partem do conceito de sociologia pública – que por definição inclui o engajamento com a mídia e o diálogo com o público – para afirmar que apesar de ser cada vez mais forte o reconhecimento pela necessidade de aproximar a sociologia do público, são poucos os estudos que investigam essa dinâmica. Da mesma forma, apontam uma atenção precária da imprensa com relação à divulgação das pesquisas sociológicas. Nesse sentido, afirmam uma espécie de separação entre as disciplinas das ciências sociais – em que cada uma ganharia uma compreensão e um espaço diferenciado por parte dos veículos de mídia – sendo que sociologia disputaria espaço para explicar fenômenos como interação social, desigualdade, trajetórias de ocupação e desafios culturais (SIEBEL e SMITH, 2009).

A economia é apontada como a disciplina que mais consegue espaço, pois suas mensagens têm ressonância com o público ao reportar temas familiares ou que foram familiarizados por repetição. Para Cassidy, a cobertura se volta prioritariamente para a psicologia, assim como os esparsos estudos sobre a cobertura das ciências sociais focaliza prioritariamente a disciplina.

Como forma de tentar compreender a pouca cobertura da mídia e a falta de interesse da imprensa, as pesquisadoras questionam quais as áreas da abordagem noticiosa com as quais a sociologia é associada, em quais circunstâncias os profissionais do campo são acionados/chamados para servir como peritos ou especialistas e quais métodos de pesquisa ressoam na mídia. Como resposta apontam que o fenômeno da escassa cobertura se dá em função de demandas estruturais sobre as profissões da sociologia e do jornalismo, assim como dos constrangimentos e restrições culturais construídos por sociólogos, jornalistas e o público. Entre os fatores que ajudam a responder aos questionamentos propostos estão a mensagem da área, o engajamento com o público e as demandas da cultura profissional (SIEBEL e SMITH, 2009).

Com relação à mensagem, a natureza eclética da sociologia é apontada como a responsável pela dificuldade que o público em geral tem de entender o que é a sociologia propriamente. Tal obscuridade do papel da área é agravada pelo fato de a investigação sociológica se dirigir aos fatos e fenômenos com os quais o público leigo tem considerável experiência cotidiana e sobre os quais desenvolve opiniões próprias, como casamento, família, religião e trabalho. Por essa razão, as descobertas e achados da área acabam por ser vistos como “senso comum” e não o resultado de trabalhos empíricos rigorosos.

O segundo obstáculo para a imagem pública da sociologia seria a própria reticência dos integrantes do campo a se submeterem à atenção pública. Um histórico de experiências com a mídia ruins poderia justificar tal desconfiança, mas o resultado é ruim tanto para a imprensa quanto para a disciplina, uma vez que a atitude de isolamento alimenta um círculo vicioso: sociólogos não são preparados para lidar com a mídia – como resultado suas interações os deixam com a sensação de que suas ideias foram sequestradas e deturpadas – levando-os a evitar contatos futuros.

A cultura profissional e os constrangimentos estruturais são outro obstáculo à divulgação das ciências sociais. Para as autoras, o engajamento com o público não é encorajado institucionalmente nas academias e não há suficientes saídas para “escoamento”, para publicização dos materiais e trabalhos produzidos. A passividade dos atores do campo e a sua falta de pró-atividade em buscar maior diálogo com a mídia reforçam o quadro de dificuldades.

Por outro lado, a cultura jornalística também é apontada como responsável por criar entraves para a cobertura, principalmente no que se refere às rotinas de produção e aos modelos ou “enquadramentos” tradicionais de divulgação. Para as pesquisadoras, o tempo disponível para desenvolver as histórias é curto, e os profissionais precisam de mensagens sucintas e com apelo ao imediatismo, o que dificulta a cobertura das ciências sociais, cujos achados acabam não sendo bem compreendidos e divulgados como discretos e desconectados do universo científico.

Uma segunda explicação para o distanciamento entre a mídia e a sociologia é a própria reticência dos jornalistas em divulgar tais temas, seja pela dificuldade em reconhecê-los como histórias de interesse do público, pela dificuldade de encaixá-las nos modelos de narrativas tradicionalmente reconhecidos na imprensa ou pela falta de treinamento e capacitação dos profissionais para lidar com essas questões (SIEBEL E SMITH, 2009).

Carol Weiss desenvolve cinco hipóteses sobre a cobertura das ciências sociais na mídia. Tais hipóteses podem orientar nosso olhar sobre as reportagens sobre ciências humanas divulgadas em revistas especializadas, uma vez que apontam para modos de acionamento das ciências sociais e os principais fatores envolvidos na dinâmica entre jornalismo e a produção científica voltada para o estudo do homem.

Na primeira hipótese, os jornalistas têm interesse pelas ciências sociais e consideram alguns de seus temas noticiáveis. No entanto, não as enxergam como uma especialidade nem

reconhecem a elas um lugar específico ou de destaque. Elas são vistas de forma naturalizada. Em suma, as ciências sociais são uma pauta como outra qualquer, tratada como os outros assuntos, e conformada às mesmas normas jornalísticas.

A segunda hipótese é a de que as ciências sociais adquiriram prestígio junto à mídia e são acionadas para dar credibilidade aos textos jornalísticos. Podemos reconhecer aqui a presença de uma das principais formas de identificação da ciência no jornalismo: como fornecedora de especialistas, de alguém que possa explicar uma determinada realidade e devolver ordem ao mundo. Mas, aqui, a questão ganha ainda uma nova roupagem. Para Weiss, o uso de dados de pesquisa e do olhar particular dos cientistas é uma forma de aumentar a reputação do trabalho do jornalista e, muitas vezes, são acionados para dar suporte às suas próprias análises e interpretação dos eventos (WEISS, 1987).

Diante da institucionalização da ciência e da organização do seu universo, cada vez mais, de acordo com o modelo de mercado, a divulgação também se torna moeda de troca nas academias e centros de pesquisa. Divulgar, ou manter um bom relacionamento com a mídia, torna-se uma habilidade, ou uma competência valiosa. A terceira hipótese de Weiss se dirige para essa questão. Para ela, a visibilidade das ciências sociais depende das atividades de promoção dos indivíduos e das organizações. Ela identifica uma estrutura de divulgação mais organizada por parte das ciências naturais, com mais revistas especializadas disponibilizadas ao público e maior utilização de serviços de assessoria e de veiculação de *press releases*. Notamos, também, que é mais intenso por parte das chamadas ciências *hard* o desenvolvimento de atividades de interação com o público, como palestras, seminários, cursos e interação com escolas e outros ambientes educacionais e de entretenimento. Uma postura passiva por parte dos cientistas sociais contribui, dessa forma, para a escassa presença na mídia e nos espaços de visibilidade pública. “A determinação de qual ciência social é reportada é menos uma questão de importância da ciência social em termos de cada disciplina ou da mídia em si que por uma questão de falta de agressividade do empresariado dos cientistas sociais<sup>5</sup> (WEISS, 1987, p.7).

A quarta hipótese se volta para a falta de treinamento dos jornalistas em conceitos e métodos das ciências sociais, o que gera um círculo vicioso.

---

<sup>5</sup> Tradução livre. No original: “Which social science is reported may be determined less by the importance of social science in terms of either the disciplines or the media than by the aggressiveness of entrepreneurial social scientists.”

Primeiro, repórteres cometem erros na reportagem, enfatizando aspectos inapropriados, omitindo elementos chave, ou falhando na apresentação de contextos. Segundo, eles não conseguem distinguir bons estudos dos mais fracos ou ‘autoridades’ qualificadas das desqualificadas, e então acabam dando espaço para pesquisas de má qualidade e para ‘experts’ sem competência (WEISS, 1987, p. 7).<sup>6</sup>

Por fim, a quinta e última hipótese apresentada pela pesquisadora americana se dirige às condições produtivas da mídia, que impõem constrangimentos aos conteúdos das ciências sociais, em conformidade com argumentos já apresentados aqui.

Tais hipóteses podem ser identificadas, ainda que não de forma conjunta, em outros estudos e reflexões sobre a cobertura das ciências sociais e humanas. Mike Schmierbach (2005) aponta argumentos semelhantes ao avaliar o impacto da metodologia adotada nas pesquisas para sua presença na mídia. Ele evidencia que as ciências sociais recebem tratamento mais áspero por parte dos jornalistas e recebem menos respeito que a cobertura das ciências naturais. Tal fato se associa a uma ideia de que estas últimas são mais precisas e relevantes que as primeiras. Para compreender esse cenário, o pesquisador lança mão da hipótese de que a metodologia adotada nos trabalhos (mesmo que essa não ganhe visibilidade na mídia e não seja incluída nas matérias) faz diferença na avaliação dos jornalistas. Para ele, jornalistas classificam estudos quantitativos como mais precisos e confiáveis, dando preferência a eles que aos demais na cobertura.

Cassidy identifica duas vertentes no estudo da cobertura das humanidades: a primeira normativa, com a formação de manuais para os cientistas e para a mídia, e a segunda voltada para a análise de conteúdo. Com atenção voltada para alguns desses trabalhos, a pesquisadora inglesa chega a duas importantes conclusões:

(...) ciências sociais são simultaneamente marginalizadas e imensamente populares no domínio público, ao menos no mundo dos falantes de língua inglesa. A pesquisa em ciência social tem um reduzido status epistemológico frente à ciência natural, é menos provável que seja publicada enquanto notícia em si, não ‘merece’ especialização midiática ou jornalística, e por vezes é vista como pouco diferente do próprio jornalismo. (...) Ao mesmo tempo, a ciência social é muito frequentemente coberta pela mídia, vista como relevante para as audiências, fácil de entender, e aparece em toda a cobertura da mídia ao invés de ser confinada para uma área de especial interesse, como acontece com as ciências naturais. Como tal, os cientistas sociais muitas vezes têm papéis importantes a desempenhar como comentaristas,

---

<sup>6</sup> Tradução livre. No original: “First, reporters make mistakes in reporting, emphasize inappropriate aspects, omit key elements, or fail to provide context. Second, they are unable to distinguish good studies from poor ones or qualified from unqualified ‘authorities’, and thus wind up giving room to shoddy research and inexperienced ‘experts’.”

analistas e conselheiros sobre questões políticas, sociais e pessoais (CASSIDY, 2008, p.233)<sup>7</sup>.

A partir dessas considerações podemos deduzir que o espaço e o interesse para os temas da área são legítimos, mas a sua relação com o jornalismo sofre ainda com entraves e preconceitos. Os elementos indicados por Cassidy realçam um “quadro” das humanidades no jornalismo em que tais temáticas: 1) não são, na cobertura jornalística, notícias em si; 2) são vistas, na sua abordagem, como pouco diferentes do próprio jornalismo; 3) são consideradas como de fácil compreensão; 4) aparecem em toda a cobertura e não confinadas em espaços específicos dedicados à ciência, da mesma forma em que não ganham destaque em tais espaços; 5) são acionadas enquanto fornecedoras de comentadores, analistas e consultores para temas em discussão na cena social ou midiática.

É preciso deixar claro, no entanto, que tais constatações não são avaliadas como defeitos ou como problemas da cobertura em si ou das humanidades. Pelo contrário, são dados empíricos que apontam para o lugar das humanidades no jornalismo. O que é necessário, contudo, é a problematização dessa realidade. Tal quadro pode contribuir para a orientação de nosso olhar ao abordarmos tal cobertura em espaços dedicados específica e explicitamente para a divulgação das ciências.

Com a preponderância de estudos quantitativos e de tentativas de traçar quadros descritivos sobre a presença das ciências sociais e humanas no jornalismo, são relegadas a segundo plano as avaliações sobre a construção desse jornalismo, ou seja, sobre o gesto e a retórica utilizada na abordagens das temáticas. Cassidy propõe uma hipótese de que a reflexividade (ou natureza reflexiva) das humanidades seja o ponto que faz a sua cobertura tão diferente da abordagem das ciências naturais. Mas ainda aqui essas diferenças não são adequadamente apontadas e problematizadas.

Os objetos selecionados, os procedimentos metodológicos e analíticos, a linguagem acionada e a proximidade com o cotidiano são alguns dos pontos que refletem sobre a forma

---

<sup>7</sup> Tradução livre. No original: “(...) social science is simultaneously marginalised *and* immensely popular in the public domain, at least in the English speaking world. Social science research has a lower epistemological status than natural science, is less likely to be newsworthy in and of itself, does not merit media or journalistic specialisation, and at times is seen as little different from journalism itself. (...) At the same time, social science is very frequently covered by the media, seen as relevant to audiences, easy to understand, and appears throughout media coverage rather than being confined to an area of special interest, as with natural science. As such, social scientists often have important roles to play as commentators and advisers on social, political and personal issues.”

como são acionadas e abordadas em textos jornalísticos e disponibilizadas ao crivo das audiências.

Há uma carência evidente de investigações no interior dessa prática jornalística direcionada às humanidades, que não renegue a importância das evidências quantitativas, mas que foque o olhar na análise de como as abordagens sobre essa temática específica são construídas e como o jornalismo responde às suas problemáticas e questões específicas. É nessas relações, no conteúdo dos textos produzidos, na forma como as humanidades são tematizadas frente às demais ciências, em espaços formalmente dedicados a falar de ciência, que nos atentaremos.



## 2 – JORNALISMO CIENTÍFICO: ESTUDOS E PRÁTICAS ATUAIS

(...) como efeito dos acirrados debates sociais desencadeados pela Ciência e Tecnologia e da complexa rede de osmose e fluxos de informação científica na sociedade globalizada, hoje alguns acreditam que um bom jornalista científico não pode ser apenas um hábil cativador de audiências, um esperto simplificar de conceitos, um tradutor de termos e dados para a linguagem ‘comum’. Precisa fazer muito mais. Além de fatos, acontecimentos, descobertas, invenções, deve saber contar, explicar, contextualizar as hipóteses, as teorias, os debates, as dúvidas. Junto com dados, noções, termos deve saber lidar com estórias e personagens, e com a história, a filosofia, a sociologia das ciências. Deve saber mostrar, indagar e comentar não só as ideias científicas, mas também os métodos e os processos da ciência (CASTELFRANCHI, 2008, p. 11).

A premissa do bom jornalismo científico defendida acima não é de fácil execução. Ao menos é o que têm demonstrado alguns estudos na área. O jornalismo científico, para o qual direcionaremos nosso olhar em busca da compreensão sobre sua cobertura das ciências humanas, tem algumas especificidades ao realizar sua função de mediador entre a ciência e o público. Antes de partirmos para nossa investigação sobre a forma como ele realiza suas operações em reportagens das revistas que cobrem ciência, é preciso indicar como se dá a cobertura das ciências de uma maneira geral. É preciso, antes, salientar que iremos nos ater ao trabalho que se identifica como especialidade, uma vez que, como apontado pelos estudos indicados anteriormente, a cobertura das humanidades muitas vezes confunde-se com o jornalismo em geral.

Que jornalismo é esse? Podemos falar de um modelo de cobertura? Como se caracteriza o gesto e a retórica jornalística relacionada aos temas científicos? Nesse sentido, apesar da escassez de estudos aprofundados e robustos conceitualmente, podemos recorrer a uma série de trabalhos que o escolheram por temática como forma de tentar traçar um quadro geral dessa cobertura<sup>8</sup>.

Uma primeira consideração pode ser feita a respeito da inserção do jornalismo científico no próprio campo jornalístico, ou seja, submetido às técnicas, rotinas e pressões comuns à atividade. A maioria dos estudos que avaliam a cobertura jornalística da ciência, seja em meios impressos, televisivos ou da web, apontam uma submissão desse jornalismo chamado especializado aos processos tradicionais do *newsmaking*. Da mesma forma, valores

---

<sup>8</sup> Como a orientação de nosso estudo se volta para a análise da cobertura específica das ciências humanas, recorreremos, aqui, a um exame da literatura da área como forma de caracterizar a cobertura geral das ciências.

notícia como atualidade, novidade, importância e rapidez se fazem presentes no processo de seleção e abordagem dos temas.

Diante da já apresentada importância de divulgação da ciência e do papel estratégico e privilegiado que o jornalismo assume nessa divulgação, é preciso ressaltar que trata-se de uma atividade complexa e conflituosa. Ao mesmo tempo em que se insere no tensionamento de campos como científico, o jornalístico e a própria realidade (múltipla) das audiências a que se dirige (e submetida às demandas, questões e conflitos inerentes a cada um desses territórios), a divulgação da ciência realizada jornalisticamente é tensionada ainda pelas formas de ver o jornalismo – situado entre o polo ideológico e o polo econômico a que se refere Traquina (2005) – e por um complexo cenário de mediações culturais e sociais: público a que se dirige, dispositivo no qual se inserem, ao conceito de ciência em circulação etc.

O que podemos notar nos estudos sobre jornalismo científico é que esses se dirigem de forma mais contundente para os temas abordados que para os aspectos jornalísticos envolvidos. Em levantamento preliminar sobre estudos relacionados à cobertura da mídia sobre ciências, podemos notar, também, uma preponderância de estudos direcionados aos veículos de maior circulação no país, como os grandes jornais e programas televisivos. Mesmo em casos onde publicações especializadas são abordadas (TUCHERMAN *et al.*, 2010), o foco se direciona às ciências de maneira geral, mas com foco específico nas ciências naturais.

Apesar de boa parte dos esforços dos materiais voltados para a compreensão do jornalismo científico expressar uma preocupação com a formatação de manuais e estabelecimento de boas práticas, o que vemos na maioria dos estudos e das análises dessa mesma prática são críticas contundentes às atividades executadas pelos profissionais. Poucos trabalhos apontam bons exemplos e focam seu interesse de pesquisa sobre resultados bem sucedidos. Em suma: a boa cobertura ganha pouco espaço, frente à maioria de avaliações pessimistas.

Tal observação se faz importante uma vez que buscamos compreender o jornalismo científico hoje, sua influência no debate social e sua contribuição para o acesso às informações, formação de uma cultura científica e construção da cidadania. A escassez de observações dessa categoria (olhar voltado para as boas práticas em voga) pode influir em nossas considerações.

Outro ponto a se considerar na discussão sobre jornalismo científico é o espaço que constitui enquanto âmbito privilegiado de construção de representações da ciência e mesmo de discussão sobre o estatuto da ciência, ou seja, o status de cientificidade dos temas. A maioria dos estudos na área aponta que o conceito de ciência em circulação nas matérias não é problematizado, assim como sua forma de inserção na cobertura jornalística.

Ao traçar um quadro geral da cobertura contemporânea das ciências, faz-se necessária a discussão sobre as principais formas de abordagem dessa cobertura, em suas práticas e nos estudos que se dirigem a elas.

## **2.1 – Discursos da divulgação científica**

A maioria dos trabalhos sobre essa cobertura foca-se na identificação dos fenômenos linguísticos que ocorrem no texto jornalístico sobre ciência. Os pesquisadores Luiza Massarani e Ildeu de Castro distinguem três linhas gerais na comunicação científica: “Os discursos científicos primários (escritos por pesquisadores para pesquisadores), os discursos didáticos (como os manuais científicos para ensino) e os da divulgação científica” (MASSARANI & MOREIRA, 2005, p.1). Nessa concepção, a informação científica passaria por processos de adaptação às suas várias audiências, visto que cada discurso serve a um propósito determinado e busca atingir um público específico.

Os artigos científicos, mais impessoais, tendem a utilizar termos especializados e à construção de argumentações que convençam os iniciados acerca dos resultados exibidos ou dos modelos propostos, enquanto os textos de divulgação tendem a ser descritivos, com a introdução de um estilo mais personalizado e mais próximo da linguagem convencional (MASSARANI e MOREIRA, 2005, p.1).

Os próprios autores, no entanto, reconhecem que o processo a que chamam de “acomodação da linguagem” não é simplesmente uma transformação do jargão técnico para equivalentes simplificados. Trata-se de uma verdadeira mudança de discurso, que envolve diferentes finalidades, audiências, vocabulários e outros componentes semânticos, além de diferentes características lexicais, enunciativas, retóricas e visuais.

Nesse caso, os processos “acomodativos”, principalmente os voltados para a adaptação de textos científicos para textos de divulgação científica, envolveriam várias estratégias de alteração, como omissões e substituição de termos, utilização de paráfrases, comparações,

analogia e metáforas de vários tipos, além de mudanças de estilo textual, de ênfases e argumentações. Tais transformações no nível da linguagem, da retórica e da estruturação do texto trazem impactos não apenas para o estilo, enfoque e audiência presumida do material, mas interferem, segundo os autores, nas informações transmitidas. Exemplo disso seria que “os jornalistas exibem, em geral, um grau de certeza maior do que cientistas” (MASSARANI e MOREIRA, 2005, p.3), com omissões, às vezes grosseiras, de informações por completo e a identificação recorrente de exageros e imprecisões.

A análise do discurso é a principal linha acionada pelos estudos relacionados ao jornalismo científico. Autores como Bakhtin, Charaudeau e Maingueneau são frequentemente citados como forma de se tentar compreender as relações discursivas estabelecidas entre o campo científico e o jornalístico. Tal apropriação acontece principalmente em estudos que buscam compreender a elaboração ou formulação discursiva como um ato dialógico, no qual a enunciação pressupõe, e exige, um outro, que participa de forma ativa na produção dos sentidos em circulação. Como muda o público a que se dirige o discurso, muda o próprio discurso, assim como as estratégias discursivas utilizadas para legitimação do lugar de fala e das informações disponibilizadas e de persuasão dos interlocutores.

Aqui se insere uma ampla discussão do discurso de divulgação científica – com foco específico nas práticas jornalísticas – com inúmeros conflitos quanto ao seu caráter de tradução, reformulação discursiva, transferência discursiva, retextualização e formulação propriamente dita. Não há um consenso entre os pesquisadores, mas formas variadas de olhar para tais textualidades.

Um dos traços comuns entre as diferentes linhas de pensamento é a consideração dos discursos (científico ou de divulgação) como pertencentes a diferentes campos (tomando aqui o conceito elaborado por Bourdieu<sup>9</sup>) ou esferas (tendo como base a noção do círculo de Bakhtin<sup>10</sup>). De forma geral, o jornalismo científico é pensado como integrante de um discurso

---

<sup>9</sup> Segundo Pierre Bourdieu, um “campo” é um espaço social estruturado, relativamente autônomo, uma espécie de microcosmo dotado de suas leis próprias, em que atuam sujeitos e onde se estabelece um jogo de forças e interesses. “(...) universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.” (BOURDIEU, 2004, p.20).

<sup>10</sup> Bakhtin, 2006. A noção de esfera está presente em toda a obra do círculo de Bakhtin, como aquelas que dão conta da realidade plural da atividade humana, ao mesmo tempo em que tem como base o terreno comum da linguagem humana. Essa diversidade é condicionadora do modo de apreensão e transmissão do discurso alheio, bem como da caracterização dos enunciados e de seus gêneros. A noção de esfera da comunicação discursiva é compreendida, assim, como um nível específico de coerções que constitui (junto com outros fatores, como os sociais e econômicos) as produções ideológicas, segundo a lógica de cada esfera.

de divulgação científica, que pertence, portanto, a um campo específico, em tensionamento com o campo científico e o próprio campo jornalístico.

Para a pesquisadora Elizabeth Moraes Gonçalves, no contexto da divulgação científica, a relação que se estabelece entre o divulgador (jornalista ou cientista), por meio do veículo, e o público leitor, revela um *ethos* diferenciado, considerando-se a especificidade do conteúdo veiculado e os objetivos envolvidos nesse processo comunicativo, caracterizado como um campo entre o discurso científico e o jornalístico, ora mais próximo do primeiro, ora do segundo. Portanto, quem divulga os avanços da ciência e da tecnologia deve estar/ser ciente de que sua tarefa ultrapassa os limites da pura informação, às vezes entendida, equivocadamente, como mera tradução. Ela ressalta a relação de diferentes contratos de leitura e de comunicação entre os veículos e dispositivos e seus públicos.

Partimos do pressuposto de que não existe apenas um discurso de divulgação científica. As publicações são responsáveis por construir diferentes discursos, conforme as características dos veículos e do público a que se destinam, haja vista que as manifestações enunciativas são resultantes de interação entre os interlocutores, ideologicamente marcadas pela linguagem (GONÇALVES, 2011, p.5).

Uma volumosa corrente de estudos linguísticos que toma como foco a divulgação científica se apoia nos trabalhos da pesquisadora francesa Jacqueline Authier-Revuz – abordagem dialógica do discurso – segundo a qual tais textos, quanto à questão da heterogeneidade, do lugar do outro, apresentam um funcionamento discursivo muito tipificado “(...) o de uma encenação do dialogismo, que faz da DC um gênero particular no conjunto das práticas de reformulação” (AUTHIER-REVUZ, 1999, p.9). Nesse sentido, a divulgação científica (aqui, como em vários outros trabalhos indicada pela sigla DC) apresenta-se como uma prática de reformulação de um discurso-fonte, ou discurso primeiro, em um discurso segundo, por ser destinada a um público receptor diferente do público para o qual se destina o discurso científico.

Lílian Zamboni (2001) é uma das principais críticas a essa postura e sustenta a ideia de que a divulgação científica constitui um gênero particular no conjunto dos demais discursos, das diferentes áreas de funcionamento da linguagem, sujeito, portanto a condições de produção bastante diversas daquelas que cercam ao menos o discurso científico. Suas ressalvas se sustentam na afirmação de que a divulgação científica é “resultado de um efetivo trabalho de formulação discursiva, no qual se revela uma ação comunicativa que parte de um ‘outro’ discurso (o científico) e se dirige para ‘outro’ destinatário (o público leigo)”

(ZAMBONI, 2001, p.11), constituindo, assim, um gênero específico de discurso, que não pertence sequer ao mesmo campo do gênero do discurso científico.

Nesse sentido, o texto jornalístico não é apenas um espaço para tradução de termos e expressões, ou da tentativa de simplificar conteúdos, mas um espaço para formulação propriamente dita, ou seja, construção de um discurso próprio. Partidária dessa concepção, a pesquisadora Eni Orlandi defende que o discurso jornalístico sobre ciências não é apenas uma soma de discursos (jornalístico + científico), mas uma articulação específica, um jogo complexo de interpretação.

(...) há um duplo movimento de interpretação: interpretação de uma ordem de discurso que deve ao produzir um lugar de interpretação em outra ordem de discurso, constituir efeitos de sentidos que são próprios ao que se denomina “jornalismo científico” que, ao se produzir como uma forma específica de autoria, desencadeará por sua vez novos gestos de interpretação, agora produzindo um certo efeito-leitor. O discurso de divulgação científica é textualização jornalística do discurso científico (ORLANDI, 2001, p.23).

Não há, dessa forma, equivalência entre o que é dito em uma ordem de discurso e na outra. Da mesma forma, não há apenas o transporte de um sentido para o outro, nem mesmo o jornalista se envolve num esforço de traduzir o discurso científico para o jornalístico. O processo apontado por Orlandi é de transferência, no qual o jornalista trabalha no entremeio desses discursos, e para a eficácia do qual pesam as estratégias de encenação.

Para nos situarmos em tais discussões é preciso fazer um apontamento frente às próprias particularidades do discurso jornalístico em si. Assim como o discurso científico, este ocupa um campo específico, com suas características e estratégias e marcado pelas práticas e rotinas que o constituem. Tal discurso não fica incólume ao abordar assuntos relacionados a ciência e não se adapta, simplesmente, para receber e acomodar o discurso científico. Não podemos, assim, simplesmente falar de reformulação ou de adaptação. É o entrecruzamento de discursos que propicia a geração de algo novo. Com novas características e dirigido a um público com suas especificidades. Assim como não julgamos adequado falar de um discurso segundo do discurso científico – ou seja, um discurso científico simplificado pela enunciação e pelas práticas jornalísticas – também não podemos falar de um jornalismo que simplesmente se abre a um novo tema. As duas esferas se transformam, na formação de uma nova textualidade.

Tomando por base que o jornalismo científico articula o discurso científico com o próprio discurso jornalístico, temos que ele se constitui, assim, como um discurso

heterogêneo, híbrido e polifônico, onde a presença das vozes é negociada e onde as restrições, rotinas e processos típicos do empreendimento jornalístico, assim como as implicações dos dispositivos entram em negociação.

Dessa forma, não se trata apenas de um jornalismo convencional que escolhe como pauta a ciência. Mas tal constatação, dadas as configurações de seu discurso, não traz garantias de que seja esse o modo como é constituído, ou enxergado pelos profissionais da área, atualmente. O que poderemos avaliar nos capítulos a seguir.

## **2.2 – Fontes**

As fontes acionadas também ganham a atenção das pesquisas que apontam a preponderância de fontes oficiais (ou autorizadas/legitimadas pelo campo científico) e as poucas contribuições externas ao universo da ciência. Em geral, é incomum a presença de contrapontos ou de avaliações críticas quanto à pertinência dos trabalhos.

Gomes chama atenção para a preponderância das fontes do universo científico, mas pondera que, na maioria das vezes, essas falas são acionadas para oferecer contrapontos a questões anteriores e/ou legitimidade a alguma questão que alcançou visibilidade na cena midiática. “Quando a pesquisa foca o trabalho de um pesquisador, ele aparece apenas como uma espécie de consultor do repórter. A ciência aparece como algo que se sustenta independentemente da existência do cientista” (GOMES, 2002).

Ao mesmo tempo em que nota-se uma tentativa de apagamento das marcas da fala coloquial, é perceptível, também, um apagamento dos pontos de vista. A constituição do texto jornalístico se dá por meio de operações retextualizadoras e construção de paráfrases, que visam não apenas a simplificação das informações que serão levadas ao conhecimento público, mas também à concisão do texto. A ciência é tratada de forma quase essencialista e isenta de discussões onde as conclusões surgem quase que instantaneamente e, em alguns casos, fazem uma fusão entre campos diferentes (GOMES, 2002, p.106).

A presença de um volume considerável de fontes “especialistas” é uma das estratégias de encenação do discurso de divulgação. Tal prática se associa ao uso de testemunhos relacionados aos temas em pauta. Pessoas de diferentes classes sociais, gêneros e idades são chamadas para dar seu depoimento sobre diferentes questões relacionadas ao tema das

matérias. Essa estratégia autentica a cobertura de um determinado fato ao mostrar como aquilo afeta o cidadão médio.

A presença das fontes muda de acordo com o dispositivo, da configuração do espaço (seções ou veículos especializados), do público a que se dirige (do contrato de leitura) e da tipologia (popular, institucional etc.). A autoria dos textos se divide entre jornalistas, especialistas e cientistas, sendo também algumas vezes assinados por órgãos e instituições da ciência. Quando a autoria é de cientistas, a preocupação é maior em legitimar o trabalho a que o texto se refere que as informações disponibilizadas. Desse modo, a presença de fontes que vão além do próprio artigo/pesquisa científica é escassa. Em geral, as principais fontes de informação são outros trabalhos da área que contextualizam a pesquisa desenvolvida ou legitimam os processos e “descobertas” apresentadas. Não há presença de falas externas ao universo da ciência, assim como não é recorrente nomear a outros cientistas ou personagens. A presença de aspas e citações nesses espaços é raríssima.

Em matérias assinadas por jornalistas, a situação é completamente diversa. As fontes têm direito de fala e a presença de testemunhos é constante. No entanto, a presença de contrapontos é pequena. Há uma seleção de uma fonte prioritária e o seu discurso é, em geral, comprado pelo texto jornalístico. Ou, voltando ao argumento apresentado acima por Gomes, melhor seria dizer que a fonte é eleita para legitimar o discurso do jornalista. A fala do cientista recebe um tratamento que a eleva a um tom de verdade inquestionável, a quem o jornalista não ousa questionar.

Wilson da Costa Bueno é crítico com relação à presença das fontes no jornalismo científico. Para ele, há uma displicência por parte dos jornalistas quanto aos procedimentos e estratégias de avaliação e qualificação das fontes na cobertura das ciências. Algumas das justificativas apontadas pelo pesquisador para essas omissões ou equívocos cometidos na relação com as fontes são a falta de capacitação do profissional que cobre ciência e tecnologia, a relação desequilibrada entre o repórter e a fonte e a aceleração do processo de produção jornalística, que atropela a coleta e a “checagem” das informações.

Podemos apontar, no entanto, um outro motivo, que nos parece fundamental e que está subjacente à prática do jornalismo científico: a aparente neutralidade da fonte.(...) o jornalista, ao se deparar com um pesquisador, um cientista, ou um técnico, costuma pressupor que, neste ambiente especializado, as falas e as intenções são isentas, ou seja, não há porque se manter em vigília. A postura tem a ver com a própria imagem da ciência, como uma atividade humana nobre, comprometida com o progresso e o bem estar da coletividade. O especialista, como porta-voz da ciência



e da tecnologia, estaria, portanto, para quem acredita nisso, distante do processo de contaminação que afeta as fontes jornalísticas em geral (BUENO, 2005, p. 1 e 2).

Tal crítica é pertinente e nos leva a outras características da cobertura jornalística, inseridas nessa visão da “voz da ciência” (construída no jornalismo da área) como liberta de contaminação, portadora da verdade, veiculadora de promessas e vinculada sempre a bons, e úteis, resultados – associados a uma aplicabilidade, se não imediata, em vias de se concretizar.

### **2.3 – Retórica dos resultados**

A revisão da bibliografia da área aponta para um fato – uma unanimidade entre os pesquisadores e especialistas no tema – que pode ser facilmente constatado pela leitura de reportagens em jornais e revistas e pela observação de matérias sobre ciência na TV, rádio e web. A lógica utilitarista é predominante no discurso de divulgação científica e não há ênfase nos processos de construção dos trabalhos, assim como nos procedimentos e escolhas metodológicas. O gesto jornalístico, nesse caso, se dirige de maneira preponderante para os resultados e para seus possíveis efeitos para a vida prática. Assim, temos uma representação da ciência como reveladora de fatos e verdades e não como um processo de construção social e coletiva.

Essa “retórica dos resultados”, como nomeia o pesquisador Antônio Fernando Cascais (2004), contribui para uma ilusão de autossuficiência científica e cria um efeito de censura do processo de produção do conhecimento científico, com apagamento dos riscos e assimilação dos fins (ou as pretensões iniciais) a resultados sempre positivos. Além disso, tal lógica leva a uma negligência da atividade científica enquanto processo e a anulação do papel do erro criativo, representado, aqui, como um problema de insuficiência da ciência.

Em essência, a retórica dos resultados consiste em: a) representar a actividade científica pelos seus produtos; b) reduzir os processos científicos à obtenção finalista e cumulativa de resultados; e c) isolar exclusivamente como resultados aqueles que são avaliados *a posteriori* como êxitos de aplicação (CASCAIS, 2004, p.137).

O pesquisador associa a instauração da retórica dos resultados à ampla disseminação do modelo linear de comunicação da ciência (ver item 2.3) e vincula suas condições últimas de existência à própria índole da tecnociência moderna.

A retórica dos resultados é afim da submissão do rigor teórico da antiga *scientia* contemplativa à eficácia tecnológica que caracteriza a tecnociência moderna. Nisto consiste o caráter logotécnico da ciência moderna, a qual deixou de aferir o seu rigor da descrição integral e exacta dos estados de coisas que compõem o real para passar a inferi-lo da sua capacidade de alterar eficazmente os estados de coisas, isto é, de manipular o real. (...) Crê-se que aquilo que a natureza não faz, ou faz mal, fazemo-lo nós melhor por ela. (...) Deste ponto de vista, estamos, de facto, em vias de realizar o sonho baconiano de uma natureza mais perfeita que ela própria (CASCAIS, 2004, p.138).

Tal modelo cria uma ilusão de controle do risco tecnocientífico, ou melhor, aponta a ciência como única forma de gestão do risco, abordando o erro como um problema de insuficiência, algo que se esgota em si, e a revisibilidade (parte integrante do processo de construção da ciência) como algo que precipita desconfiança com relação aos cientistas e ao seu trabalho.

Para Cascais, a retórica dos resultados não informa nem forma o público, mas oferece uma ilusão de satisfação de suas necessidades. Uma das consequências disso, além do já relatado apagamento do processo constitutivo dos conhecimentos e das possíveis falhas e enganos da ciência, é que as expectativas e promessas geradas por tal retórica hoje podem se tornar problemas e serem execradas caso se mostrem frustradas posteriormente. E, nesse caso, a responsabilidade não será apontada como da comunicação, que adotou tal procedimento na divulgação, mas da própria ciência que cometeu o “crime” de errar.

Podemos vincular tal discussão a outro fato recorrente na cobertura das ciências: o apagamento da ciência como processo coletivo e histórico. A ciência, em grande parte das vezes, é apresentada como se fosse baseada em feitos individuais, sem menção ao sistema complexo que aciona e ao conjunto de pessoas que tem participação. Segundo a pesquisa de Massarani e Buys junto a jornais da América Latina, a referência à ciência como processo coletivo não é mencionada sequer em metade dos textos analisados. Da mesma forma, o contexto histórico dos trabalhos também é pouco abordado. O presente e o futuro ganham mais atenção que o passado.

Assim, o tratamento da ciência como notícia, ao tomar a ciência como acontecimento e não como processo de produção do conhecimento, coloca a ciência como um lugar que pudesse dar respostas presentes para problemas presentes, bastando, para isso, mobilizar a ciência (GUIMARÃES, 2001, p.20).

Esse tratamento da ciência como acontecimento também se vincula à noção de descoberta. Da figura da ciência como reveladora de mistérios, não como construtora de realidades, por meio da técnica. Tal imagem exclui também o papel do acaso, os resultados

fortuitos, inesperados e adversos, pois considera como resultados apenas aqueles cuja eficácia a posteriori foi apontada.

## 2.4 - Ciência como a verdade

No Brasil, o estudo de Amorin e Massarani (2008) indica que apesar da presença na mídia de temas relacionados à ciência ter aumentado, alguns dos mais importantes veículos brasileiros tratam de maneira inadequada os temas relacionados a esse campo do conhecimento, ressaltando apenas aspectos positivos, com pouca ênfase nas questões éticas, morais e de riscos associados ao tema. Outra consideração importante diz respeito à associação da ciência com a verdade. Segundo os autores, a falta de contrapontos cria representações estereotipadas do científico e de sua produção e “vende” imagens de achados conclusivos, muitas vezes capazes de transformações miraculosas e de garantia das condições de sobrevivência e bem-estar das pessoas.

As controvérsias – usualmente presentes no processo científico e aspecto importante na sua própria dinâmica – aparecem pouco nos materiais analisados. Apesar da presença de textos de qualidade na mídia, dados de pesquisas indicam que, no Brasil, é feito um jornalismo descontextualizado ao dia-a-dia de nossa sociedade, com atitude pouco crítica dos jornalistas perante as fontes de informações que vêm de agências de notícias e jornais do mundo desenvolvido, que são muitas vezes traduzidos e republicados integralmente (...) (AMORIN e MASSARANI, 2008, p.77).

Ao abordar o acontecimento científico na mídia, Eduardo Guimarães aponta uma espécie de assimilação da voz da ciência pelo jornalismo. Isso acontece de forma consoante ao relacionamento estabelecido com as fontes, na qual o jornalista ou “compra” o discurso do cientista ou o incorpora para justificar, confirmar, seus argumentos. Em alguns casos, a voz da enunciação jornalística tem um grau máximo de adesão à voz da ciência. Nesses casos, há uma espécie de apagamento desta última, o que acaba por naturalizar como verdade os argumentos da ciência.

As controvérsias aparecem no jornalismo científico no nível do conflito, mas não no sentido construtivo, de contraponto e de forma a estimular um debate. A controvérsia é configurada como disputa de poder e de sentidos entre grupos opositores (contrários e a favor ao aborto, favoráveis e desfavoráveis às pesquisas com células tronco, aprovação ou reprovação dos transgênicos etc.). Na maioria dos casos – mesmo quando a “disputa” em

questão se dá no campo da própria ciência – a ciência é acionada como juíza da questão. Como um poder justo e isento, capaz de avaliar a situação e decidir o resultado correto. Tal papel também é acionado em casos exteriores ao universo da ciência, mas nos quais a mesma pode interferir (investigações criminais, decisões jurídicas etc.).

Antonio Marcos Pereira Brotas, ao analisar a cobertura das principais revistas semanais do Brasil sobre a questão das células-tronco, aponta o jornalista como agente da construção pública de certezas.

Apagando as instituições, os aspectos mercadológicos, a disputa entre os grupos de pesquisa, os debates da bioética, as relações com o mercado, a ciência é reduzida aos cientistas, como seres solitários em defesa de um conhecimento autônomo, reiterando, por completo, uma visão de ciência desinteressada de Merton (1979), na busca de conhecimento acima das demais motivações. A ciência, mesmo em meio a incertezas, é representada como detentora de certeza, com o monopólio legítimo do conhecimento (BROTAS, 2009, p.5).

Para o autor, as controvérsias são apresentadas em um esquema “a favor” X “contra”, que apaga os conflitos e tensões interiores a cada “lado” e acaba por reduzir as questões e as possibilidades de debate social. Ao mesmo tempo, tal esquema é frágil com relação à premissa do jornalismo de apresentar diferentes perspectivas e pontos de vista, uma vez que é vulnerável ao favorecimento de uma postura em detrimento de outra.

## **2.5 – Temas e formas de inserção da ciência**

Conforme apontam os trabalhos de Massarani *et al.*(2002; 2005; 2008) Gomes *et al.* (2002; 2009; 2010), Tucherman *et al.*(2010), dentre outros, a cobertura jornalística da ciência volta-se prioritariamente para temas das chamadas ciências naturais, com foco para assuntos relacionados à saúde, medicina, meio ambiente e ciências biológicas.

Outro ponto sinalizado pelos estudos é a focalização das ciências tomando como base o modelo estereotipado – tomado do modelo clássico de ciência – das ciências naturais, que pregam um discurso de objetividade, imparcialidade e verdade. A ciência moderna, de origem lógico-positivista – e que em muitos ambientes científicos e acadêmicos vem sendo criticada, enquanto busca-se um novo modelo de ciência, mais próxima e em diálogo com a sociedade – é ainda a referência prioritária no imaginário jornalístico sobre ciências.

No entanto, uma visão geral sobre a literatura da área (principalmente sobre estudos quantitativos, que avaliam a extensão da cobertura das ciências e categorizam os temas

encontrados e sua recorrência em diferentes dispositivos) permite notar que há um esforço (ainda que tímido) em diversificar a cobertura. Em estudo sobre a presença da ciência em nove jornais da América Latina, Luiza Massarani e Bruno Buys indicam uma estabilidade na cobertura da imprensa sobre ciência, mas em seções especializadas e sem definições precisas de que ciência é essa, qual sua origem, relevância real para as audiências, e critérios pertinentes de seleção dos temas. “Os jornais analisados têm uma concepção ampla de ciência e tecnologia e há uma variação considerável em relação aos campos acadêmicos cobertos quando comparamos dos distintos jornais” (MASSARANI e BUYS, 2008, p.25). No entanto, essa variação de temas não impede uma predominância das ciências naturais.

Na tentativa de estabelecer modelos da cobertura sobre ciência, alguns autores tentaram identificar as principais formas como o tema aparece na mídia e os seus padrões de como se insere na pauta jornalística. Assim, mapearam modos ou categorias como a retórica jornalística se dirige à temática.

No estudo *O Jornal Nacional e a Ciência*, realizado em 2009, os pesquisadores Isaltina Gomes, Diego Salcedo e Larissa Alencar identificam seis categorias de inserções de matérias sobre ciência: “Pesquisa como foco”, “Pesquisa como referência”, “Evento científico”, “Curiosidades”, Pesquisa como coadjuvante” e “Especialista-opinador”. O grupo de pesquisas coordenado por Gomes é responsável, ainda, pela publicação, em 2010, de uma nova categorização, com pequenas variações de nomenclatura. A classificação feita pelo grupo é a seguinte:

*Pesquisa como foco*: o tema principal da reportagem é a pesquisa em si. São incluídas aqui investigações acadêmicas desenvolvidas por universidades e instituições de pesquisa. Nessa categoria, apesar de o resultado ser o ponto mais valorizado, também são mencionados a metodologia e os objetivos da pesquisa. Uma característica comum é a aparição do pesquisador na reportagem, com valorização de sua fala, seja para reforçar os argumentos apresentados, explicar os métodos e procedimentos adotados ou para dar uma perspectiva social dos avanços alcançados.

*Pesquisa como gancho*: a pesquisa científica aparece apenas para suscitar o assunto, como uma espécie de base sustentadora para a matéria, e seus aspectos específicos e detalhes não são explicados.

*Pesquisa como coadjuvante*: diferentemente da pesquisa como gancho, nessa categoria o assunto surge geralmente no início, apenas para ambientar a matéria. Ou seja, a matéria trata

de outro fato, mas que remete a algum estudo científico. A ciência apresenta-se aqui como ferramenta de suporte de outro assunto ou outra discussão maior. A investigação científica é parte da matéria, mas a amplitude da produção jornalística vai além da apresentação de uma pesquisa. O(s) estudo(s) acionado faz parte de um contexto maior. Nesse conjunto, foi incorporada uma categoria anteriormente autônoma, a de “Especialista-opinador” que, apesar de não ter o avanço da ciência em seu centro, leva em si o discurso científico. São reportagens factuais em que a voz do pesquisador pode ser utilizada como argumento de autoridade ou acrescentando uma interpretação relevante para o entendimento do assunto.

*Curiosidade:* fatos inusitados e peculiares que sejam da seara científica, tais como ocorrências raras na natureza, animais exóticos, descoberta de cometas etc.

*Encontro Científico:* matérias em que o tema central é um encontro (congresso, seminário, feira etc.) em que sejam expostos e discutidos assuntos relacionados à ciência.

No esforço de identificar modelos de inserção das ciências na cobertura jornalística, Betânia Maciel e Marcelo Sabbatini destacam os cinco enquadramentos mediáticos propostos por Väliverronen <sup>11</sup>,

(a) divulgação , com o objetivo de divulgar conhecimentos científicos e informação tecnológica, (b) impacto social , ressaltando repercussões tanto positivas como negativas para a sociedade, (c) política científica situando a questão em um quadro mais amplo e relacionando-a com política científica ou regulamentação jurídica, (d) legitimação/deslegitimação da ciência , ou seja, dois enquadramentos opostos, situando o debate em função da validade ou do risco da ciência, de reafirmação de seu status ontológico ou pelo contrário, de sua falibilidade e contradições internas. Finalmente, uma categoria de (e) outro pode acomodar textos residuais que não se encaixem bem dentro dos outros enquadramentos, mas que em sua maioria poderia denominar-se enquadramento econômico (MACIEL e SABBATINI, 2005, p.6).

Patrícia Marcuzzo, ao analisar o gênero notícia de popularização da ciência, aponta que, em termos de estrutura, ela apresenta uma estrutura retórica mais ou menos comum, composta de seis movimentos:

O movimento 1 apresenta uma conclusão da pesquisa para chamar a atenção do leitor para a notícia, o movimento 2 apresenta informações sobre a pesquisa popularizada, o movimento 3 faz referência a conhecimento prévio, o movimento 4 descreve a metodologia, o movimento 5 apresenta explicações acerca dos resultados da pesquisa e, por fim, o movimento 6 apresenta conclusões da pesquisa popularizada (MARCUSO, 2009, p. 96).

---

<sup>11</sup>Väliverronen, E. (1998). Popularizers, interpreters, advocates, managers and critics: representing science and scientists in the media. 5<sup>th</sup> International Conference on Public Communication of Science and Technology.

## 2.6– Jornalismo ou jornalismos científicos?

Feitas estas considerações, o que define uma prática jornalística como especializada na abordagem das ciências? A simples presença de temas relacionados ao universo científico configura uma abordagem jornalística especializada? Ou seria a vinculação das fontes ao campo da ciência o elemento caracterizador de tal prática? Conformado como um discurso heterogêneo, particular e capaz de propor suas próprias formulações, é natural que o discurso da divulgação científica – e aqui inserido o jornalismo científico – não configure apenas um perfil ou modalidade, mas se apresente de diferentes formas. O jornalismo científico seria, a partir das abordagens apresentadas, marcado por um discurso heterogêneo e conflituoso, no qual interesses e referências distintas se entrecruzam, e no qual a ciência é focalizada pela ótica do modelo tradicional lógico-positivista. A seleção de temas se mostra marcada pela priorização das ciências naturais e as fontes são acionadas tanto como fornecedoras de informações quanto validadoras de posturas e argumentos, sendo prioritariamente selecionadas do universo científico. A retórica do texto é marcada pelo destaque dado aos resultados em contraposição ao apagamento dos processos, da mesma forma em que a ciência é tida como verdade inquestionável e não há grandes incentivos ao debate.

As formas de abordagem apontadas são relevantes para nossa compreensão da cobertura da ciência e orientam nosso olhar sobre a leitura das humanidades na visada jornalística. Tal modelo de cobertura se aplica às ciências humanas? Tais características são identificáveis quando se tem como tema um conhecimento inserido em lógica diferenciada daquela cristalizada pela ciência moderna e positiva?

Mas, ao invés de tomarmos tais abordagens como modelos para nossa análise, preferimos falar de uma articulação entre elas, como forma de entender como se dá a presença da ciência na mídia. O que nos importa é o gesto e retórica jornalísticos, e como se dirigem para a problemática das ciências humanas. Dessa forma, não buscamos engessar a cobertura em um modelo que busque dar conta de todo o fenômeno da divulgação, que é dinâmico e está o tempo todo em processo de mudança. Assim como a própria ciência, o jornalismo se adequa ao contexto social e histórico e tais transformações impactam seu modo de se apropriar dos fatos e de falar. Parece a nós inconclusivo tentar limitar a cobertura das ciências em formatos fixos. Preferimos, assim, falar de modos de acionamento, de possibilidades de aparição da ciência na mídia.

Uma importante consideração a ser feita é que não falamos de um jornalismo, mas de diferentes gestos jornalísticos voltados ao mesmo campo. É precipitado categorizar apenas uma categoria de jornalismo, obedecendo aos mesmos critérios de produção, rotinas e relações estabelecidos na cobertura de outros campos. Isso porque podemos identificar diferentes faces referentes a variáveis como a autoria dos textos (cientistas, jornalistas, especialistas em determinado assunto), o suporte ou dispositivo acionado (publicações impressas, televisivas, radiofônicas etc.), a origem da informação, o público a que se dirige, e o caráter do meio (público, privado).

Também é possível falar de diferentes jornalismo científico no que diz respeito à abordagem realizada, ou seja, ao tratamento dado ao tema. Tais variações são importantes, pois revelam, mais que a influência dos meios e da estrutura produtiva da prática jornalística, um modo de ver e um modo de falar de ciência típico do jornalismo.

É raro, porém, perceber algum tipo de influência da nova retórica de participação na prática do jornalismo científico. As fontes privilegiadas, por exemplo, continuam a ser aquelas autorizadas, ou com legitimidade, no universo científico e o público ainda é considerado em último plano. Decisões sobre os rumos da política científica não são debatidas na mídia, que continua a privilegiar matérias com foco no “curioso” e no discurso da “ciência como verdade”. O jornalismo científico não constitui um espaço de debate ou deliberação. Apesar da relevância de sua inserção na esfera pública e no espaço privilegiado de visibilidade, não há exposição ou espaço para contrapontos.

Não cabe aqui enumerar todas as possibilidades de inserção da ciência na mídia, uma vez que tal gesto exige uma pesquisa mais ampla e estruturada, mas algumas das questões apresentadas podem apontar para novas reflexões e incentivar olhares diferenciados sobre a cobertura jornalística da ciência. Mais que isso, é a partir dessa caracterização da cobertura das ciências em geral que nos voltaremos para o estudo da cobertura das ciências humanas em específico.



### **3 – AS HUMANIDADES E SEU LUGAR EPISTEMOLÓGICO: IMPACTOS NA COBERTURA**

O filósofo Renato Janine Ribeiro defende a premissa de que as humanidades alcançam sua aplicação prática em circulação, ou seja, atingem seus “efeitos” por meio da sua divulgação e inserção na vida prática, na sua capacidade de se “infiltrar” e influenciar as formas de agir e pensar das pessoas (RIBEIRO, 2003).

Para o sociólogo Anthony Giddens, é o próprio caráter reflexivo das ciências sociais que caracteriza seu “produto” ou seu “resultado prático”. Ou seja, sua capacidade de se alimentar da vida social como forma de gerar conhecimentos sobre essa mesma vida social e, assim, permitir a revisão constante – pelos sujeitos – de suas práticas e instituições.

Uma das implicações disso é que a sociologia (e as outras ciências que lidam com seres humanos) não desenvolve conhecimento acumulativo da mesma maneira que em outros campos ou áreas do saber. A introdução desse conhecimento no mundo social não pode ser canalizada de forma imediata, mas sim processual, como um circuito que se retroalimenta e no qual o conhecimento está em constante revisão. E é por meio dessa circulação que se observa o seu impacto prático e o seu ‘poder’ de transformação social. (Giddens, 1991).

Nesse sentido, dirigimos nossa questão de pesquisa para a forma com que o jornalismo contribui para essa circulação, e nos perguntamos sobre o modo como as ciências humanas são abordadas pelo jornalismo dito especializado, nas revistas que se propõem a falar de ciência. Para tanto é preciso uma contextualização do cenário no qual tal proposta se insere e o esclarecimento de alguns conceitos que orientarão nossa abordagem.

#### **3.1 – Humanidades**

Uma primeira discussão se antecipa quanto à definição/entendimento entre humanidades, ciências humanas e ciências sociais. Não é nossa intenção aqui, visto a complexidade da questão, estabelecer fronteiras ou apresentar conclusões a respeito, mas apenas apresentar a reflexão que orienta nosso olhar. Renato Janine Ribeiro considera enquanto humanidades, sobretudo, as artes, a literatura e a filosofia, tendo essas em comum alguns aspectos que as diferenciam das ciências humanas. Para ele, em primeiro lugar, as

humanidades não configuram ciências propriamente ditas, uma vez que não se submetem aos critérios, normas e procedimentos das formas de conhecimento ditas científicas. Dessa forma, não são passíveis de refutação, o que lhes garante uma trajetória histórica de longo percurso. Surge daí o segundo aspecto característico: não têm sua validade priorizada no presente. “Seu *corpus* constitui um patrimônio (...) tudo o que nelas se produziu continua dotado de validade” (RIBEIRO, 2001, p.35).

O terceiro ponto de diferenciação remonta às origens das humanidades e ciências humanas e reside no fato de, como aponta Renato Janine, as primeiras não serem, ao contrário das outras, um produto da modernidade, enquanto paradigma sociocultural dominante a partir do século XVI. Os efeitos desse vínculo afetam, segundo o autor, diretamente o estatuto atual das ciências humanas e tem como implicação o enquadramento forçado destas num modelo de ciência racional positivista (RIBEIRO, 2001).

O autor enfatiza que a distinção entre humanidades e ciências humanas é mais difícil e inoperante do que pode parecer. Donde parte para uma abordagem de seu papel no rumo do desenvolvimento econômico e social de uma sociedade, tomando-as como sinônimos, ou como disciplinas de conhecimento que têm o homem por objeto e que evidenciem que o sujeito se modifica no ato mesmo de conhecer. Para ele, as humanidades, entendidas enquanto nível da cultura, podem fecundar a pesquisa em ciências humanas e “permitir relativizar certos conceitos-chave das ciências, em especial os ligados à verdade, à imparcialidade, por um lado, e à eficiência tecnológica, por outro” (RIBEIRO, 2001, p.36).

As ciências sociais também são comumente acionadas para nomear os conhecimentos referentes ao homem e a sociedade. Para Weber, as ciências sociais visam à compreensão de eventos culturais enquanto singularidades, ou seja, desde que estude os “acontecimentos da vida humana a partir de sua significação cultural” (WEBER, 1982, p.91). Boaventura de Souza Santos aponta as ciências sociais como eixo privilegiado a partir do qual se pode pensar as ciências em seu conjunto e a sociedade em geral, uma vez que permitem a compreensão “do nosso estar no mundo” (SANTOS, 1989).

Para Santos, vivemos em uma época de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma, que o autor chama de ciência pós-moderna (que ainda encontra-se em construção), no qual o conhecimento emergente tende a ser um conhecimento não dualista que se funda na superação de distinções dicotômicas estandardizadas como natureza/cultura, sujeito/objeto, mente/matéria, natural/artificial, animal/pessoa. O resultado

desse processo repercute-se nas disciplinas fundadas sobre esses fundamentos. Partindo desse pressuposto, o autor afirma que todas as ciências são ciências sociais.

A transformação da natureza num artefacto global, graças à imprudente produção-destruição tecnológica, e a crítica epistemológica do etnocentrismo e androcentrismo da ciência moderna, convergem na conclusão de que a natureza é a segunda natureza da sociedade e que, inversamente, não há uma natureza humana porque toda natureza é humana. Assim sendo, todo o conhecimento científico natural é científico-social (SANTOS, 2011, p.89).

O que podemos notar é que uma tentativa de conceituação, por nossa parte, seria um procedimento leviano e inconclusivo. Não sendo nosso objetivo aqui enveredar por uma complexa caracterização, tomamos as ciências sociais no bojo do que passaremos a chamar – simplesmente – de ciências humanas ou humanidades. Interessa-nos o conhecimento produzido sob uma fundação epistemológica diferenciada quanto às ciências naturais, onde o sujeito é, além de ser do conhecimento, o seu objeto, e no qual tenha espaço o estudo dos elementos, dos fenômenos e das relações da sociedade enquanto entidade dinâmica e em transformação.

Não nos interessa, ainda, avaliar estatutos epistemológicos e eleger melhores/piores caminhos para o conhecimento, assim como hierarquizá-los. Da mesma forma, não é intenção desse trabalho definir um conceito de ciência e partir em defesa ou negação do estatuto de cientificidade das humanidades. Olharemos aqui para um objeto que se define como local de divulgação da ciência e é a forma como se dá a cobertura das humanidades, nesse local, que nos interessa.

### **3.2 – O lugar epistemológico**

O que são e onde estão as humanidades frente ao corpo da ciência? Qual sua problemática? Ao partir para uma tentativa de análise sobre as representações das ciências humanas construídas pelo chamado jornalismo científico, com foco no modo como o tema é acionado e abordado em revistas especializadas, faz-se necessário, de antemão, localizar as humanidades frente ao peso que as ciências têm no mundo contemporâneo. De forma mais específica, é necessário buscar entender o que significam as humanidades no conceito da ciência e quais as suas questões, desafios e especificidades. É para essas questões que direcionaremos nosso olhar no exercício de análise das matérias jornalísticas.

Faz-se necessário ressaltar, aqui, que não partimos de uma concepção de dois campos científicos monolíticos (humano e natural), com fronteiras bem definidas e que disputam espaço. A própria sociologia da ciência, hoje, prega que tal diferenciação é inexata e questionável. Tomar as ciências naturais como imparciais, ingênuas e apegadas aos fatos e à verdade absoluta, a uma realidade imanente, é grosseiro, da mesma forma em que eleger as humanidades como local privilegiado e consolidado de construção de um conhecimento crítico é precipitado. A ciência como um todo vem sendo repensada e questionada e não cabe aqui apontar definições quanto a esse tópico.

Da mesma forma, não assumimos que o jornalismo faça tal diferenciação, ou que suas práticas estejam ligadas a um ou outro paradigma. É exatamente olhar para como essas questões se dão, transparecem (ou não) na prática de um jornalismo especializado em ciência que nos interessa. Partimos, então, para um levantamento de tais discussões na bibliografia da área, como forma de orientar nosso olhar e apontar caminhos de investigação.

Discutir o estatuto de cientificidade das ciências humanas é uma questão há muito debatida. Autores os mais relevantes já se depararam com tais indagações e os mesmos continuam em pauta. Da mesma forma, a discussão de diferentes culturas científicas, ou fundações epistemológicas, ou diferentes caminhos do pensamento e da razão, continuam alimentando acalorados debates. Nesse campo, não há consensos nem conclusões definitivas, mas investigar alguns dos argumentos e problemáticas apresentados é um caminho rico para se entender a concepção moderna de ciência e o fazer científico como o conhecemos e como é representado hoje.

Renato Janine Ribeiro fala de diferentes fundações epistemológicas entre ciências humanas e naturais. De forma geral, considera que o objeto a se conhecer seria o ponto de partida para se pensar uma diferenciação: o homem e a natureza. As ciências naturais estariam ainda fundamentadas em um projeto cujas bases foram deitadas a partir do século XVI e que pregava a nítida separação entre sujeito e objeto, pela qual o primeiro pode conhecer, sem demasiado ruído, o segundo – sendo essa a garantia de submissão e dominação da natureza.

Nas ciências humanas, no entanto, essa relação seria de vínculo e o sujeito se transforma no próprio processo de conhecer, da mesma forma que seu objeto é transformado. Enquanto as ciências da natureza – ao menos no modelo que foi ao longo dos tempos estandardizado – prezam por uma imparcialidade, a mesma é impossível nas Humanas. “As humanas se caracterizam por uma profunda perturbação nas relações entre o sujeito e o

objeto. Se seu trabalho por vezes soa turvo, é porque enfrenta a difícil situação de uma coincidência entre o sistema que conhece e o sistema que é conhecido” (RIBEIRO, 2003, p.88).

Outra questão relevante quanto ao entendimento das ciências humanas frente às ciências naturais diz da relação com o senso comum. Voltando à discussão de Boaventura de Souza Santos (1989)– seção 3.1 –sobre a transição paradigmática, o autor defende que o paradigma da ciência moderna tem como marca o distanciamento do discurso científico tanto do cidadão comum quanto dos demais cientistas e traz como regra o rompimento com o “senso comum”, o “conhecimento vulgar”, a “esperança imediata”, opiniões e formas de conhecimento ‘falso’ para que se torne possível o conhecimento científico, racional e válido. No entanto, por voltar-se para objetos e fenômenos da realidade social, comum aos cidadãos, e por valer-se da mesma linguagem natural, do dia a dia, as humanidades são frequentemente confundidas com esse senso comum.

Em sua crítica à ciência moderna, Santos propõe olhar para a ciência com uma mirada hermenêutica, baseada na relação eu-tu – em oposição a uma relação epistemológica, fundada na dicotomia eu-coisa –, tornando-a, assim, um objeto familiar e próximo. Sua reflexão sobre as ciências sociais, em particular, visa a tornar compreensível o que estas são no mundo atual e o que dizem sobre a sociedade (SANTOS, 1989, p. 14).

O autor propõe assim uma dupla ruptura epistemológica. A primeira seria a operada entre a ciência e o senso comum.

Em ciência, nada é dado, tudo se constrói. O ‘senso comum’, o ‘conhecimento vulgar’, a sociologia espontânea’, a experiência imediata’, tudo isto são opiniões, formas de conhecimento falso com que é preciso romper para que se torne possível o conhecimento científico, racional e válido. (SANTOS, 1989, p. 31)

No caso das ciências sociais, essa ruptura se mostra mais difícil – assim como se mostra mais difícil para estas se estabelecerem no mesmo patamar das demais ciências –, uma vez que tratam de objetos reais que falam e usam a mesma linguagem que a própria ciência, julgando conhecer o que ela se propõe a conhecer. As ciências sociais olham para as ações do homem no mundo e para os fenômenos de sua interação. Por isso, o cientista social corre o risco de não concluir satisfatoriamente a primeira ruptura epistemológica e confundir sua opinião sobre o fenômeno em estudo com o resultado de sua investigação científica.

Constatada a crise no paradigma clássico – que abarca todos os modelos de ciência, sejam elas da natureza ou do homem – surge a necessidade de pensar alternativas. Frente a

esse cenário, Santos propõe como desafio à Ciência, na construção de um novo paradigma, a proposta de uma segunda ruptura epistemológica e de uma reflexão cada vez mais profunda sobre os limites do rigor científico. Tal proposta não anula a primeira ruptura, mas estabelece que, após sua realização, o mais importante é romper com a própria ruptura: “a ciência, em geral, depois de ter rompido com o senso comum, deve transformar-se num novo e mais esclarecido senso comum” (SANTOS, 2003, p. 9).

O autor assume uma definição positiva do senso comum, como aquele que pode contribuir para um projeto de emancipação cultural e social. Mas reforça que essa positividade só pode se desenvolver “no interior de uma configuração cognitiva em que tanto ele [o senso comum] como a ciência moderna se superem a si mesmos para dar lugar a uma outra forma de conhecimento” (SANTOS, 1989, p.41).

O objetivo da dupla ruptura epistemológica é transformar tanto o senso comum quanto a ciência e criar uma forma de conhecimento prático e esclarecido, que esteja acessível a todos, ao contrário de uma ciência clássica excludente e elitista. Nesse sentido, os fatores já apontados de aproximação entre as humanidades e o senso comum, podem, ao contrário de vulgarizá-las ou depor contra sua validade, facilitar o diálogo e abrir caminhos para essa segunda ruptura.

Para Antônio Souza Ribeiro, definir fronteiras rígidas entre as ciências humanas e naturais é um processo ineficaz, uma vez que vivemos um contexto de redefinição global dos saberes, no qual as próprias humanidades precisam ser reconstruídas. Para ele, “(...) a ideia de Humanidades surge como dificilmente separável de um conceito enfático de cultura e de uma noção vincada de hierarquia cultural, estreitamente associada a uma visão canônica do campo das artes – e tudo isso está posto radicalmente em questão num contexto de diluição de fronteiras como o actual (...)” (RIBEIRO, 2002, p.199).

Mas apesar de um quadro contemporâneo no qual a questão da fluidez das fronteiras científicas ganha cada vez mais fôlego e espaço nas discussões acadêmicas, como explicar a visão amplamente arraigada de dois campos distintos? O físico inglês Charles Percy Snow foi quem mais “comprou a briga” sobre a separação entre as ciências naturais e as artes e literatura (num conceito que se encaixa bem com o que temos chamado aqui de humanidades) ao pregar a existência de um fosso entre as duas e apontar os inúmeros prejuízos que tal distância acarreta. Em seu polêmico livro “The two cultures and the scientific revolution”, de 1959, o autor provocou uma série de discussões ao identificar a existência de duas culturas

diferentes e totalmente apartadas: a científica e a humanística, no interior das quais se identifica dois tipos de sujeito respectivamente: os cientistas e os intelectuais<sup>12</sup>. O termo cultura é utilizado numa visada antropológica para explicar que, nesses dois “campos incomunicáveis do saber”, os seus componentes partilham atitudes comuns, padrões e formas de comportamento, além de abordagens e postulados comuns.

Nas duas culturas postuladas por Snow, os integrantes apresentam imagens distorcidas uns dos outros e dificuldades de comunicação, visto que a distância estabelecida entre os dois “mundos” impede o conhecimento de um pelo outro e gera uma série de preconceitos e imprecisões. Tal fato resulta de uma especialização excessiva ocorrida, segundo o autor, principalmente após a revolução industrial e da visão estreita dos cientistas e intelectuais.

O autor reconhece que criar uma dicotomia é um gesto arriscado e acha válidas as considerações relativas à existência de, no mínimo, uma terceira cultura. Mas sua opção por trabalhar com a ideia de dois “universos” autônomos se justificaria porque buscava “(...) algo que fosse um pouco mais que uma metáfora de efeito, e muito menos que um mapa cultural. E para esses propósitos a expressão ‘duas culturas’ servia muito bem (...)” (SNOW, 1961, p.10).

Apesar de sua atuação no campo das ciências naturais, o físico mantinha contato com literatos e artistas (no que ele considerava uma rara ponte entre culturas e que o permitia conviver nos dois campos e identificar suas disparidades e estranhamentos) e reconhece um papel relevante para as humanidades, mesmo para praticantes das ciências duras. Da mesma forma considera que a abertura dos intelectuais aos pensamentos dos cientistas poderia enriquecer sua própria cultura. Para ele, tal polarização implica em perdas para todos, uma vez que os integrantes das duas culturas se auto empobrecem com a distância e falta de diálogo.

O próprio processo de evolução da ciência e o modelo educacional adotado no ocidente seriam os responsáveis por tal separação. O modelo de ensino, com disciplinas muito especializadas e fechadas contribuiu ao longo do tempo para que a distância fosse alargada.

---

<sup>12</sup> O próprio Snow critica a adoção de tal termo para se referir aos integrantes da cultura humanística. Segundo o autor, tal denominação foi assumida pelos próprios literatos e artistas, que se julgavam os únicos dignos de tal referência.

<sup>13</sup> Tradução livre. No original: “(...) something a little more than a dashing metaphor, a good deal less than a cultural map: and for those purposes the two cultures is about right (...)”.

Desde o início da formação escolar, os sujeitos são levados a escolher um lado e o adotam como a uma bandeira, um modo próprio (e o único correto) de ver o mundo.

Parece, então, não haver lugar onde as culturas se encontrem. Não vou perder tempo dizendo que é uma pena. É muito pior que isso. (...) Mas no coração do pensamento e da criação, nós estamos deixando algumas de nossas melhores oportunidades escaparem por negligência. O ponto de colisão de dois tópicos, duas disciplinas, duas culturas – de duas galáxias até onde se possa ir nessa suposição – deveria produzir oportunidades criadoras (SNOW, 1961, p.17).<sup>14</sup>

Snow recebeu uma série de críticas – algumas severas – pela sua tentativa de separar o mundo ocidental em duas culturas e com isso explicar os problemas que a cultura em geral – e a própria produção de conhecimento – enfrentam no mundo moderno. Tal divisão é passível de inúmeros questionamentos, inclusive porque prega a real existência de uma separação rígida entre as humanidades e ciências naturais, enquanto algumas correntes pregam que tal fronteira é, na verdade, difusa e mais pedagógica que aplicável.

Podemos questionar também que a sociedade apresenta uma complexidade muito maior do que se poderia presumir ao tentar dividi-la em dois polos e encaixar dois grupos díspares. Com certeza é um procedimento impreciso esse de categorização. No entanto, a validade da reflexão de Snow vai além de suas imprecisões. Ressalta uma preocupação com um movimento que é real e identificável na sociedade que é o de especialização excessiva e fechamento das disciplinas em campos que pouco se comunicam. A distância entre as duas culturas e o desconhecimento recíproco aponta ignorâncias do mesmo nível nos dois “lados” da questão (mesmo que uma divisão em lados, ou níveis seja realmente grosseira).

Snow aponta um movimento que realmente é identificável até os dias atuais. Por mais que a ciência como um todo passe por um momento de crise, ou que venha sendo repensada e busque um novo paradigma, ainda podemos visualizar uma distância excessiva entre postulados, métodos, preocupações e culturas. E não estamos aqui reclamando ou afirmando uma mesma fundação epistemológica para humanidades e ciências naturais, uma vez que diferenças existem e são legítimas (mesmo que não se deem em função apenas de diferentes culturas e não sejam resumíveis a dois campos), mas a construção sobre um campo comum, que é a realidade social, chama por um diálogo e pela possibilidade de interação e negociação. A diluição de fronteiras pode ser rica para todos. O próprio Snow indica que muitas das

---

<sup>14</sup> Tradução livre. No original: “There seems then to be no place where the cultures meet. I am not going to waste time saying that this is a pity. It is much worse than that. (...) But at the heart of thought and creation we are letting some of our best chances go by default. The clashing point of two subjects, two disciplines, two cultures – of two galaxies, so far as that goes – ought to produce creative chances.”



“descobertas” ou avanços da dita ciência dura pode gerar debates importantes se devidamente comunicados e partilhados por diferentes olhares. Da mesma forma, a ciência pode ser útil à arte. “Ela deve ser assimilada juntamente com o conjunto de nossa experiência mental, e como parte integrante dela, e ser utilizada tão naturalmente quanto o resto<sup>15</sup>” (SNOW, 1961, p. 18).

O estatuto das humanidades e ciências naturais hoje remonta ao histórico da relação entre as duas e à própria forma como o conhecimento e a educação se desenvolveram e foram assimilados pela sociedade. O sociólogo Julien Freund aponta como a referência explícita mais antiga à classificação das ciências como sendo a de Aristóteles, que “(...) distinguia três tipos: as ciências teóricas, cujo objecto era a análise daquilo que parecia necessário; as ciências poéticas, que se debruçavam sobre a produção ou actividade cujo fim é exterior ao agente; as ciências práticas, que se interessavam pela própria actividade do agente” (FREUND, 1977, p.11 e 12). O pesquisador enfatiza que nenhuma dessas ciências teve um desenvolvimento especial até o fim da Renascença, mantendo-se todas praticamente no mesmo ponto, com “ausência de rigor no trabalho, investigação tactante, resultados incertos, quando não estavam submetidas a crenças supersticiosas” (FREUND, 1977, p.12).

Para Julien Freund podemos entender por ciências humanas as “(...) disciplinas que têm por objeto a pesquisa das diversas actividades humanas, na medida em que implicam relações dos homens entre si e dos homens com as coisas, bem como as obras, instituições e relações que delas resultam” (FREUND, 1977, p.9). No entanto, o autor pondera que a ideia das ciências humanas como uma esfera autônoma de investigação, ou como disciplinas com um estatuto epistemológico próprio ou uma metodologia específica é muito recente e só começa a aparecer como referência a partir do século XVII – se afirmando progressivamente ao longo do século XVII para se impor no século XIX.

O sociólogo Simon Schwartzman (2008) afirma que o histórico da relação entre as “ciências” é anterior e mais complicado do que o texto de Snow deixa entender.

Nas universidades medievais, incluindo Cambridge, as disciplinas centrais eram a filosofia, a teologia, o direito e a medicina, apoiadas no estudo da aritmética, a geometria, a música e a astronomia (o chamado ‘quadrivium’), que eram por sua vez precedidos pelo estudo da gramática, lógica e retórica (o ‘trivium’). A educação era feita pela leitura, interpretação e memorização de textos clássicos em grego e latim. Áreas de atividade prática como o direito e a medicina eram vistas como derivadas

---

<sup>15</sup>Tradução livre. No original: “It has got to be assimilated along with, and as part and parcel of, the whole of our mental experience, and used as naturally as the rest.”

da filosofia, e estudadas também a partir de textos clássicos em grego e latim. Atividades manuais como as dos mestres de obras, cirurgiões-barbeiros, dentistas e ferreiros não tinham acesso às universidades, e ficaram relegadas ao treinamento prático dos aprendizes com seus mestres. É sobretudo a partir do início do século XIX que as ciências empíricas tais como as entendemos hoje começam a ser admitidas nas universidades europeias (SCHWARTZMAN, 2008, p.2).

Tal admissão ocorre num momento em que as ciências empíricas já começam a deslocar a filosofia de sua concepção de forma superior de conhecimento. Somado a isso, o rápido e promissor desenvolvimento das ciências naturais desde trabalhos como os de Galileu Galilei e sua expansão a partir do século XVII finalizam o processo de germinação de uma separação na “República das ciências<sup>16</sup>”.

O prodigioso desenvolvimento das ciências naturais frente ao que foi compreendido como uma estagnação das ciências do espírito gerou questionamento sobre uma possível disparidade, ao nível de cientificidade, entre os dois grupos de ciências. Como implicações, as ciências naturais foram assumidas como modelo de toda cientificidade, o que acarretou tentativas de se enquadrar as ciências humanas em seus padrões, normas e métodos.

Antônio Souza Ribeiro aponta ainda hoje os prejuízos desse processo de “triunfo” das ciências da natureza, principalmente durante o século XIX, que implicou na remissão das ciências do espírito a um papel considerado por ele residual e instrumental, a favor de um projeto educativo aparentemente consensual. É nesse sentido que o autor defende, em nossos dias, frente ao momento de questionamento e abertura das ciências, uma reconstrução das humanidades, em uma forma considerada por ele como utópica, na qual cumpre a elas pensar transversalmente os domínios autonomizados pela modernidade e tomar como objeto não apenas a cultura, mas a forma cultural do mundo (RIBEIRO, 2002). Tal reconstrução das humanidades levaria a sociedade para além das duas culturas e “(...) se revela não apenas como necessidade epistemológica, mas também como urgência ética e política” (RIBEIRO, 2002, p.206).

### **3.2.1 - Humanidades no plural**

Em discussão sobre as formas de racionalidade e estratégias discursivas das ciências humanas na contemporaneidade, o filósofo Ivan Domingues as define como um conjunto de diferentes disciplinas cujo esforço se dirige ao conhecimento da realidade humano-social e

---

<sup>16</sup> FREUND, 1977.

que empregam nesses esforços diferentes paradigmas e modelos, envolvendo disciplinas como a economia, sociologia, antropologia e história. Sua definição de campos, e de aproximações e limites entre eles, é muito mais sofisticada para caracterizar o que chamamos de Humanidades que o esforço aqui desenvolvido pretende. Mas suas reflexões são importantes uma vez que se situam no universo complexo da cientificidade das formas de conhecimento. São mais importantes ainda porque apontam para um fato que é anterior à discussão do estatuto, ou lugar epistemológico, das humanidades frente às demais ciências: o relacionamento entre as formas de conhecer, ou disciplinas, que compõem as próprias ciências humanas – ou seja, seu estatuto frente a elas mesmas.

Fica implícita em sua discussão uma espécie de crítica à falta de diálogo entre filosofia, ciências humanas e sociais e os prejuízos intelectuais que tal dificuldade de interação causa a todas. Para o autor, os temas tratados pelas ciências humanas e sociais, e os modos como são abordados por tais campos do conhecimento têm uma grande importância para a reflexão filosófica sobre o ser individual e social do homem. Ao mesmo tempo em que tais ciências são “filosoficamente impregnadas”, sendo que o que as caracteriza seria um investimento em análise conceitual tão importante quanto seu investimento em análises empíricas.

Quanto ao relacionamento entre as disciplinas humanas, Domingues aponta diferentes formas de racionalidade inclusive entre os trabalhos mais conceituados do campo e entre seus principais representantes. Ao analisar o trabalho de quatro relevantes pensadores (Weber, Durkheim, Marx e Strauss), Domingues dirige a eles a mesma pergunta: Como cada um pensa a questão da fundação das ciências humanas? E encontra diferentes respostas. É daí que parte para tratar não de uma, mas de uma pluralidade de formas de racionalidade.

A ideia de tratar a *ratio* das ciências humanas no plural, a exemplo da via ou da estratégia adotada, igualmente múltipla e variada, se prende à ênfase concedida aos diferentes usos da razão, em vez de fixá-la numa essência ou congelá-la numa razão substancial, vista como única e universal. Esta, porém, uma vez fixada, logo se deparará com a dificuldade de sua pluralidade de empregos e de diversidade de vias ou de caminhos, de sorte que a razão científica moderna, do mesmo modo que o *logos* grego e a *ratio* medieval, é mais uma questão de criação ou de invenção, e como tal obra da liberdade, do que de uma emanção ou de algo co-natural aos homens e às coisas (essência ou substância, luz natural ou divina), e, como tal, fruto da necessidade (DOMINGUES, 2004, p.17).

Podemos fazer uma aproximação (pela questão colocada e não pela discussão estabelecida) entre tal constatação de Domingues e algumas considerações de Fernand Braudel (2007) em seu trabalho sobre a natureza da história, quando se debruça sobre a

questão da unidade e diversidade das ciências do homem. “(...) à primeira vista, as ciências humanas nos impressionam não pela unidade, difícil de formular e de promover, mas pela diversidade entranhada, antiga, afirmada, para dizer tudo, estrutural” (BRAUDEL, 2007, p.79).

Braudel é crítico ao afirmar que cada ciência social é imperialista e tende a apresentar suas conclusões como uma visão global do homem. Isso se deve ao fato de que, apesar de todas as ciências humanas se interessarem por uma mesma paisagem, “a das ações passadas, presentes e futuras do homem”, essa paisagem se oferece a diferentes observatórios, com suas vistas particulares e suas perspectivas diferentes. E esses fragmentos de paisagem que cada uma recorta não são peças de armar, não se chamam um ao outro e nem reclamam uma imagem de conjunto. (BRAUDEL, 2007)

Tal modo de olhar as humanidades apresenta algumas dificuldades internas ao seu campo. Em cada observatório apresentado pelo autor pode aparecer um homem diferente. E a existência desses diferentes, e algumas vezes distantes, observatórios cria dificuldades para as relações que podem existir entre cada uma dessas “vistas” e mesmo para o conhecimento da sociedade. A paisagem que se apresenta às ciências humanas é, assim, uma paisagem recriada e fragmentada.

Ao afirmar uma distância entre as próprias ciências humanas, Braudel faz um chamado anterior ao de se pensar o estatuto das ciências humanas frente ao corpo da ciência ou em relação às ciências naturais: a necessidade de se pensar as humanidades com um corpo de conhecimentos heterogêneos e que muito ganharia com mais diálogo e familiaridade.

### **3.2.2 - Encontro de fronteiras**

Para se compreender, ainda que sem respostas definitivas, o lugar epistemológico das ciências humanas e seu estatuto frente o corpo das ciências, são válidas todas as considerações apresentadas. Isto porque as humanidades representam um campo de conflitos, complexo, não homogêneo e com limites fluidos, ainda sendo traçados, e um campo com possibilidade de abertura para “outras culturas”. Mas, como então olhar para essas humanidades frente a um campo de muitos caminhos para o pensamento, mas de poucas conclusões?

Foucault apresenta uma oportuna possibilidade de abordagem ao tratar das ciências humanas como um entrecruzamento de campos, um território que nasce da interação dos

demais que o circundam, mas que ganha vida própria, se diferencia e se destaca. Um conjunto múltiplo de disciplinas marcado pelo primado da representação. Mas representação, aqui, não é simplesmente um objeto dessas ciências, mas o seu próprio campo, o suporte geral dessa forma de saber e aquilo a partir do qual esse conhecimento é possível.

Ao se dedicar à análise das ciências humanas, o autor apresenta o domínio da episteme moderna como um espaço volumoso e aberto segundo três dimensões: a das ciências matemáticas e físicas (ou o campo das ciências dedutivas); a das ciências da linguagem, da vida, da produção e da distribuição das riquezas (ou o campo das ciências empíricas); e a dimensão da reflexão filosófica<sup>17</sup>.

Essas dimensões definem entre si planos comuns, onde se encontram e acabam por gerar novas disciplinas. No entanto, as ciências humanas fazem parte desse triedro epistemológico, no sentido de que não podem ser encontradas em nenhuma das três dimensões e nem à superfície dos planos comuns traçados entre elas. No domínio da episteme moderna, as ciências humanas encontram seu lugar no interstício desses saberes, na interseção onde as três dimensões se encontram ao mesmo tempo, de forma que estejam, a todo momento, em relação com todas as outras formas de saber.

Partindo dessa concepção, as ciências humanas mantém sua especificidade e sua autonomia, seu caráter de cultura própria, mas sem prender-se a uma forma isolada das demais ciências, ou apartada de uma cultura científica. Elas estão, a todo momento, em encontro e em tensionamento com outros campos.

(...) têm o projeto, mais ou menos protelado, porém constante, de se conferirem ou, em todo caso, de utilizarem, num nível ou noutro, uma formalização matemática; procedem segundo modelos ou conceitos tomados à biologia, à economia e às ciências da linguagem; endereçam-se, enfim, a esse modo de ser do homem que a filosofia busca pensar ao nível da finitude radical, enquanto elas pretendem percorrê-lo em suas manifestações empíricas (FOUCAULT, 2002, p.480).

Essa relação constante com as três dimensões é o que confere às ciências humanas o seu espaço, ao mesmo tempo em que as tornam difíceis de situar, que torna sua localização no domínio epistemológico tão precária.

O que explica a dificuldade das “ciências humanas”, sua precariedade, sua incerteza como ciências, sua perigosa familiaridade com a filosofia, seu apoio mal definido

---

<sup>17</sup> Não faz parte da visão adotada neste trabalho a defesa de uma separação entre a filosofia e as ciências humanas, uma vez que não possuímos repertório para uma discussão aprofundada sobre tal questão. Autores como Lucien Goldman, Ivan Domingues e o próprio Foucault (em outras obras) desenvolvem esse debate e se apresentam como referências qualificadas para mais esclarecimentos.

sobre outros domínios do saber, seu caráter sempre secundário e derivado, como também sua pretensão ao universal, não é, como frequentemente se diz, a extrema densidade de seu objeto, não é o estatuto metafísico ou a indestrutível transcendência desse homem de que elas falam, mas, antes, a complexidade da configuração epistemológica em que se acham colocadas, sua relação constante com as três dimensões que lhes confere seu espaço (FOUCAULT, 2002, p.481).

Essa existência relacional das ciências humanas gera uma discussão sobre a definição de sua positividade. Entre as três dimensões que abrem a ela seu espaço próprio, a das matemáticas é talvez a menos problemática. É com elas que as ciências humanas mantêm as relações mais claras e o recurso às matemáticas, segundo Foucault, sempre foi a maneira mais simples de emprestar ao saber positivo sobre o homem um estilo, uma forma, uma justificação científica. No entanto, é com relação às outras duas dimensões que se encontram as dificuldades mais fundamentais e que permitem definir melhor o que são as ciências humanas. Para o autor, pode-se fixar o seu lugar nas vizinhanças, nas fronteiras imediatas e em toda a extensão das ciências em que se trata da vida, do trabalho e da linguagem. Contudo, nem a biologia, nem a economia ou filologia devem ser tomadas como as primeiras, ou as mais fundamentais, ciências humanas.

Essa diferenciação se dá uma vez que as ciências humanas se dirigem ao homem na medida em que ele vive, fala e produz. Como um ser vivo que interage com outros e está imbricado com outros. O seu objeto é o homem em seu estar e agir no mundo, enquanto se abre à possibilidade de constituir representações. Dessa forma, as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza, nem são um prolongamento dos mecanismos biológicos.

O específico das ciências humanas não seria, então, seu direcionamento ao homem enquanto objeto, mas sim o fato de estarem numa posição de reduplicação.

Em relação à biologia, à economia, às ciências da linguagem, elas não estão, portanto, em carência de exatidão ou de rigor; estão antes, como ciências da reduplicação, numa posição “metaepistemológica”. (...) Aqui as ciências humanas, quando reduplicam as ciências da linguagem, do trabalho e da vida, quando, na sua mais fina extremidade, se reduplicam a si mesmas, não visam a estabelecer um discurso formalizado: ao contrário, elas embrenham o homem que tomam por objeto no campo da finitude, da relatividade, da perspectiva – no campo da erosão indefinida do tempo (FOUCAULT, 2002, p.491).

Segundo Foucault, o domínio das ciências humanas é constituído por três ciências, ou regiões epistemológicas, sendo as mesmas subdivididas e entrecruzadas umas com as outras: psicologia, sociologia e estudos das literaturas e mitos. A psicologia se liga à representação do

ser vivo; enquanto que a sociologia é associada à representação do indivíduo que trabalha e da sociedade, e os estudos das literaturas e mitos ligam-se à representação da cultura.

Num arco hermenêutico que leva à compreensão do modo como as ciências humanas se entrecruzam e se interpenetram umas as outras, num apagamento de fronteiras que leva à multiplicação de disciplinas intermediárias e mistas, Foucault defende que a positividade das ciências humanas se apoia em modelos constituintes tomados de empréstimo da biologia, da economia e do estudo da linguagem. Dessa forma, na superfície de projeção da biologia o homem aparece como um ser que tem funções e age segundo normas. Na superfície da economia, o homem encontra-se em conflitos mediados por regras. E na superfície da linguagem o homem produz sentidos organizados por um sistema de signos.

Esses conceitos são válidos e são retomados em todas as regiões das ciências humanas, mas, em geral, a psicologia é, em base, um estudo do homem em termos de funções e normas (maior proximidade com a superfície de projeção da biologia). A sociologia em termos de regras e conflitos (maior proximidade com a superfície de projeção da economia) e as literaturas e mitos vem de uma análise das significações e dos sistemas significantes (maior proximidade com a superfície de projeção da linguagem). Assim,

(...) tem-se um critério formal para saber o que é do nível da psicologia, da sociologia ou da análise das linguagens: é a escolha do modelo fundamental e a posição dos modelos secundários que permitem saber em que momento se “psicologiza” ou se “sociologiza” no estudo das literaturas e dos mitos, em que momento se faz, em psicologia, decifração de textos ou análise sociológica. Mas essa superposição de modelos não é um defeito de método. Só há defeito se os modelos não forem ordenados e explicitamente articulados uns com os outros (FOUCAULT, 2002, p.495-496).

Dessa forma, o que torna as ciências humanas possíveis é uma certa situação de vizinhança em relação às demais dimensões epistemológicas. É inútil, assim, discutir se tais conhecimentos podem ser ditos realmente científicos e a que condições deveriam sujeitar-se para vir a sê-lo.

Para Foucault, as ciências do homem fazem parte da episteme moderna como a química ou a medicina ou outra ciência, da mesma forma que a gramática e a história natural faziam parte da episteme clássica. Isso não quer dizer, no entanto, que sejam consideradas ciências para o autor. Mas, mais que isso, que é inútil uma discussão sobre sua pertinência e sobre a validade/falsidade de sua cientificidade. Uma vez que,

(...) dizer que elas fazem parte do campo epistemológico significa somente que elas nele enraízam sua positividade, que nele encontram sua condição de existência, que não são, portanto, apenas ilusões, quimera pseudocientíficas, motivadas ao nível das opiniões, dos interesses, das crenças, que elas não são aquilo a que outros dão o estranho nome de “ideologia”. O que não quer dizer, porém, que com isso sejam ciências (FOUCAULT, 2002, p.505).

### **3.2.3 – Fundações epistemológicas**

As “especificidades” das ciências humanas envolvem ainda uma série de questões que podem orientar nossa compreensão a seu respeito e referenciar nossa leitura de seus aspectos na cobertura midiática. Destacamos algumas que nos permitem pensar as humanidades na visada jornalística, como possíveis dimensões para a análise dos textos coletados nas revistas. Tais dimensões, claras e distintas numa discussão epistemológica, ganham uma reorganização pelo jornalismo, que, em seu gesto de abordar as humanidades, as mistura.

Tais aspectos ganham nossa atenção por apresentarem de forma marcante algumas das principais fundações epistemológicas das humanidades, ao mesmo tempo em que podem nos servir de guia na análise do texto jornalístico. O potencial de afetação que tem sobre o discurso jornalístico e a possibilidade de nos atermos à forma como o gesto jornalístico se dirige a estas questões se soma, ainda, ao seu potencial metodológico.

#### **i) A questão da linguagem**

As ciências não falam línguas diferentes. São construções do homem e se direcionam para o social, buscam compreensão e partilha. Se sua constituição se dá na comunicação, nos processos de troca e interação, é fundamental que sejam participadas e conjuguem uma linguagem comum. No entanto, nas ciências humanas predomina o uso da linguagem em vários momentos aproximada à do dia a dia – o que reverbera em uma pequena distância entre texto científico e de divulgação e gera alguns equívocos, principalmente por parte de outras áreas que não compreendem que essa mesma linguagem é empregada com rigor – enquanto que as demais ciências assumem um modo de falar mais específico, diferenciado e que torna, em determinado nível, artificial a linguagem científica.

Se nossa linguagem é tão próxima da natural (sem impedir, porém, que certos textos sejam herméticos e de difícil compreensão ao leigo), é porque está na essência mesma das ciências do homem a passagem do discurso-sobre ao discurso-com e por vezes ao discurso-de. Em outras palavras, o sentido essencial de nossas ciências é o de efetuar a translação da terceira pessoa do discurso, no qual ela opera inicialmente



(falando dos homens como ‘eles’), para uma linguagem dialogada e, finalmente, para uma primeira pessoa. Por isso é que o empreendimento das Humanas (ou, vale retomar, das Humanidades) se mostra emancipador (RIBEIRO, 2003, p. 98-99).

Enquanto que as demais ciências se foram constituindo e/ou fortalecendo à medida que formalizavam sua linguagem – em especial mediante o recurso à matemática – e buscavam esvaziar-se de variáveis inoportunas e indesejadas, as humanidades buscaram alavancar o refinamento do seu processo de pesquisa no interior da própria linguagem natural.

É fato que hoje, constatada a necessidade de se darem a ver e de serem partilhadas, todas as ciências buscam uma aproximação e uma forma de inserção na vida cotidiana. Mas essa barreira, ou desafio, tem menos obstáculos no modo de falar das ciências humanas.

## **ii) A questão do erro**

O estatuto do erro é bem diferente nas ciências da natureza e nas ciências do homem – ao menos da forma como estas se apresentam no modelo clássico. Apesar das recentes discussões sobre a ciência como uma construção social e coletiva, passível de contestação e controvérsia, e onde o acaso ocupa um importante estatuto, predomina ainda nas primeiras uma noção do erro como algo que se esgota em si mesmo, e que dificilmente se poderá dizer que haja uma positividade em sua ocorrência, no sentido em que este merecia ter consideradas as condições que o gestaram. Nas ciências humanas, o erro detém forte positividade, quer se pense a partir do marxismo, como ideologia, quer com a psicanálise, como ato falho ou resistência. O erro suscita questionamentos, gera novas discussões e abre espaço para que novas questões ganhem a cena.

O sociólogo Anthony Giddens (2002) tece algumas considerações sobre essa perspectiva do erro como força motriz de um conhecimento que – na nossa sociedade – está em constante revisão e nasce para ser superado. Para ele, no que diz respeito ao conhecimento científico, a reflexividade da modernidade (ver seção iv neste capítulo) confunde as expectativas do pensamento iluminista, segundo o qual “as afirmações da razão deveriam superar os dogmas da tradição, oferecendo uma sensação de certeza em lugar do caráter arbitrário do hábito e do costume” (GIDDENS, 2002, p.26). O que vivemos, segundo o autor, e, na verdade, a crise da certeza do conhecimento.

A ciência depende não da acumulação indutiva de demonstrações, mas do princípio metodológico da dúvida. Por mais estimada e aparentemente estabelecida que uma determinada doutrina científica seja, ela está aberta à revisão – ou poderá vir a ser

inteiramente descartada – à luz de novas ideias e descobertas (GIDDENS, 2002, p.26).

### **iii) Positividade x controvérsia**

Esse descompasso entre as áreas se ancora em diferentes concepções de verdade. Diante das discussões atuais de crise paradigmática e dos esforços tanto da sociologia da ciência quanto dos próprios campos científicos específicos, não podemos falar de uma defesa ingênua da ciência natural como lugar da verdade inquestionável. Mas resta um ranço, uma noção estereotipada desse tipo de ciência que ainda interfere na cobertura e na divulgação que a elas é dada.

A ciência moderna, de cunho racional positivista – e facilmente vinculada às ciências naturais, dada sua origem – ancora-se na positividade de seus postulados, uma vez que se vale de procedimentos, métodos sistematizados e busca explicara natureza. Nota-se em especial na cobertura jornalística a ratificação desse discurso de verdade e positividade. A ciência, nesse modelo, é vista como inquestionável.

Nas ciências humanas, no entanto, partindo da premissa de Ribeiro (2003) de que as humanidades existem em circulação e que alcançam sua aplicação prática em sua divulgação e debate no meio social, a ideia de um discurso de verdade dá espaço para a ideia de construção de pontos de vista, ou seja, é o lugar prioritário da controvérsia, da contestação.

Em suma, circulação supõe controvérsia e podemos nos perguntar, então, em que medida o debate das humanidades no jornalismo chama uma controvérsia. Essa discussão se articula também com as ideias de um saber e uma ciência acabada, definitiva, postulada pelo modelo de racionalidade, enquanto que nas humanidades e ciências sociais, o conhecer parte da premissa de que os saberes são construções sociais, em constante debate e transformação.

### **iv) Reflexividade**

Enquanto campo da controvérsia, as ciências humanas são, também, o âmbito privilegiado da reflexividade, entendida aqui enquanto a capacidade de pensar a si mesmo, enquanto sujeito de conhecimento e enquanto processo de conhecer, como objeto desse mesmo conhecimento.

A ciência torna-se reflexiva sempre que a relação ‘normal’ sujeito-objeto é suspensa e, em seu lugar, o sujeito epistêmico analisa a relação consigo próprio, enquanto

sujeito empírico, com os instrumentos científicos de que se serve, com a comunidade científica em que se integra e, em última instância, com a sociedade nacional de que é membro (SANTOS, 1989, p.78).

Tomando-se o sentido amplo apresentado pelo autor, a reflexividade não é, de modo algum, específica das ciências sociais. No entanto, no domínio das ciências sociais, a reflexividade amplia-se e aprofunda-se a partir do momento em que a ortodoxia positivista entra em crise. “O caráter autorreferenciável da reflexividade faz com que o seu exercício esteja muito vinculado à personalidade e à circunstância do cientista social que a empreende” (SANTOS, 1989, p.79).

A reflexividade é um dos temas explorados pelo sociólogo Anthony Giddens, que a situa como um fenômeno marcante do conhecimento social e da própria modernidade<sup>18</sup>. Para ele, “há um sentido fundamental no qual a reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente ‘se mantêm em contato’ com as bases do que fazem como parte integrante do fazer” (GIDDENS, 1991, p.43). Nesse sentido, a reflexividade é tomada como o processo por meio do qual “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p.45).

Partindo da concepção de um caráter reflexivo das ciências sociais, Giddens aponta que estas têm sido compreendidas como geradoras de conhecimento sobre a vida social moderna, de forma a fornecer – por meio dos filtros dos agentes sociais – condições de previsão e controle. Avançando sobre essa visão (que o pesquisador julga como via para se entender a aplicabilidade ou o resultado prático das ciências sociais), Giddens propõe pensar a reflexividade desse conhecimento a partir da ideia de “hermenêutica dupla”.

O desenvolvimento do conhecimento sociológico é parasítico dos conceitos dos leigos agentes; por outro lado, noções cunhadas nas metalinguagens das ciências sociais retornam rotineiramente ao universo das ações onde foram inicialmente formuladas para descrevê-lo ou explicá-lo. Mas esse conhecimento não leva de maneira direta a um mundo social transparente. O conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto esse universo como a si mesmo como uma parte integral deste processo (GIDDENS, 1991, p.24).

---

<sup>18</sup> Para o autor, isso não quer dizer que ela não existisse nas civilizações pré-modernas, mas que ainda estava, em grande medida, limitada à reinterpretação e esclarecimento da tradição. “Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si” (GIDDENS, 1991, p.45).

Tal modelo de reflexividade nos remete às discussões de Boaventura de Souza Santos, abordadas nas seções 4.1 e 4.2, sobre a crise da ciência moderna e a necessidade de superação desta por uma ciência capaz de um duplo movimento de ruptura hermenêutica. Para Santos (1989), tal ruptura deve se operar no campo das ciências sociais, exatamente por seu caráter reflexivo.

Para Giddens, todas as ciências sociais participam desta relação reflexiva. Tomando como exemplo o discurso da economia e conceitos como “capital”, “investimento”, “mercados”, dentre outros, o autor pontua que tais conceitos foram formulados em função de mudanças na sociedade, ao mesmo tempo em que não permaneceram separados das atividades às quais se relacionam. “A atividade econômica moderna não seria como é se não fosse o fato de que todos os membros da população dominaram esses conceitos e uma variedade indefinida de outros” (GIDDENS, 1991, p.47).

O cientista político Sérgio Costa (2002) entende a reflexividade como o “exercício da apropriação crítica dos conhecimentos que a sociedade produz sobre si mesma e as possibilidades de redefinição dos próprios papéis sociais que nascem com tal apropriação” (COSTA, 2002, p.173).

Partindo de tais discussões, interessa-nos aqui o caráter reflexivo das humanas no sentido de ciências que permitem aos sujeitos de conhecimento pensar-se a si mesmos, além de sobre o próprio conhecimento gerado. Um conhecimento que permita olhar para as próprias experiências, práticas e repertórios e reexaminá-los. É um campo, assim, menos de respostas absolutas e fundantes, mas de questionamentos e reflexões.

#### **v) Implicações práticas: externalidade X internalidade**

Considerando a “retórica dos resultados” utilizada pela mídia na cobertura das ciências<sup>19</sup>, somos levados a refletir sobre a forma como as implicações práticas nas ciências naturais são externas ao conhecimento sobre o próprio homem. Segundo Ribeiro, se nas ciências biológicas visamos essencialmente objetos bem separados e distintos do sujeito, é exatamente

---

<sup>19</sup> CASCAIS, Antônio Fernando. A Retórica dos resultados na comunicação da ciência. Comunicação e Sociedade, vol. 6, 2004. O autor resume a questão como uma representação da atividade científica pelos seus produtos, submetendo os processos científicos à consecução finalista e cumulativa de resultados e isolando como resultados aqueles que são avaliados a posteriori como êxitos de aplicação.

disso que decorre as tecnologias tratarem o mundo enquanto matéria, e recortarem o conhecimento e sua aplicação (RIBEIRO, 2003).

Boa parte da defesa da ciência básica procede afirmando a precedência da pesquisa sobre a tecnologia, o caráter desinteressado da primeira, o surgimento da segunda mais a partir de uma economia de escala do que de um planejamento preciso em cada caso. O perfil é correto, mas cumpre notar que supõe uma exterioridade entre a pesquisa em ciência básica e sua aplicação tecnológica. Essa exterioridade tem menos cabimento nas humanas. Se a fundação e o funcionamento das ciências humanas são diferentes, o efeito prático do saber adquirido será – também – radicalmente diferente do das demais ciências. Não é o caso de usá-lo para dominar a natureza, entendida enquanto matéria distinta de nós. O que está em jogo é o seu uso para um conhecimento que tem, de difícil e de essencial, o fato de ser do homem sobre o homem, e que por isso mesmo mescla em seu cerne o conhecimento e a ação, a razão e as paixões. Assim, sua eficácia se dá não no plano da produção das coisas, mas no da construção do mundo humano (...) (RIBEIRO, 2003, p.90).

A questão da externalidade e internalidade das implicações práticas das ciências é diretamente ligada a um ponto essencial de comparação entre as ciências naturais e humanas, e que se refere aos seus *inputs* e *outputs*. No caso das primeiras, os benefícios seriam posteriores e exteriores ao processo de construção do conhecimento e sua aplicação prática se destila depois da pesquisa, seus efeitos são posteriores ao processo de conhecimento e exteriores aos objetos e seres de conhecimento. Há aqui uma distinção entre o tempo da descoberta e do conhecimento propriamente dito daquele da sua aplicação e uso. Nas ciências do homem esse recorte não se aplica e o problema da reflexão, entendida como o retorno do homem sobre si mesmo, ganha centralidade.

Entra aqui a discussão sobre a aplicação prática das ciências humanas e humanidades que, segundo Ribeiro, não podem ser quantificadas de forma matematizada. Elas existem em circulação e, assim como partem, se realizam no social e humano. O resultado prático das ciências humanas se dá em sua divulgação e na transformação social que acarretam.

Esse diferente estatuto dos resultados e implicações práticas traz uma série de consequências para as humanidades, inclusive no tocante à sua prestação de contas à sociedade e instituições de fomento científico e à sua divulgação. Se a divulgação e circulação dos saberes constitui, em si, a aplicabilidade, o efeito prático das ciências humanas, qual a relação que esse fazer científico tem com o jornalismo? Como o jornalismo dá a ver as humanidades e como as coloca em circulação?

No entanto, essa separação internalidade X externalidade também é problematizada por outros pontos de vista que consideram a questão de forma menos dualista. No livro “A

vida de laboratório”, os pesquisadores Bruno Latour e Steve Woolgar criticam os estudos desenvolvidos sobre a ciência por manterem intacta a separação entre o conteúdo científico e o contexto social. Para eles, a compreensão das atividades complexas que constituem o funcionamento interno (sob pressão dos efeitos externos e da recepção e percepção da ciência) da atividade científica continua subdesenvolvida. Nesse sentido, é preciso vencer esses limites e pensar a ciência em construção.

A perspectiva analítica dos autores se insere num novo modo de problematizar a ciência, que vem ganhando espaço em estudos das ciências sociais e marca o debate contemporâneo da sociologia da ciência. Essa postura considera o trabalho dos cientistas como uma construção, influenciada tanto por aspectos internos da própria comunidade científica como por aspectos externos da sociedade a que pertencem, ou seja, sujeita a conflitos e interesses. Outro aspecto fundamental dessa nova concepção de ciência consiste no entendimento de que a ciência está fundada sobre uma prática e não sobre ideias.

Os autores defendem que, ao contrário do preconizado pela epistemologia, a ciência não se diferencia de outras práticas sociais em função de uma superioridade cognitiva derivada da racionalidade intrínseca a essa atividade. Sendo assim, o cientista é visto como um ator social – como outros – ou alguém que se utiliza de estratégias persuasivas que visam garantir a aceitação dos enunciados por ele produzidos (LATOUR e WOOLGAR, 1997).

Fica em evidência nessa perspectiva o caráter peculiar, local, heterogêneo e contextual das práticas científicas. Em oposição a uma vertente dualista, surge uma abordagem pragmática que não privilegia nem só a técnica e nem só o social, mas é também capaz de respeitar a dinâmica não hierárquica e não linear de suas relações.

#### **vi) Totalidade X Divergência do campo**

As ciências humanas e sociais não constituem um todo harmônico e uma ciência totalizante. Elas não integram uma disciplina a elas superior e são, além de complementares, divergentes.

Para Renato Janine, o que distinguiu o desenvolvimento das ciências humanas e sociais ao longo do século XX foi que a sua totalização tornou-se muito difícil, e que sua força, hoje, consiste exatamente em enfatizar as diferenças. “(...) embora cada uma precise,

como do ar que respira, escutar as outras e integrar elementos delas em seu trabalho, seus enfoques privilegiam aspectos diferentes” (RIBEIRO, 2001, p.21).

Esse poliglotismo cultural é defendido por uma série de autores como o cerne, a questão central, das humanidades, uma vez que inviabiliza uma restrição de campos ao mesmo tempo em que promove a contestação de fronteiras. Mas ele é ainda um desafio em concretização que traz, no bojo de uma pesquisa sobre a circulação das humanidades da mídia, uma série de questões.

O que se pode concluir, após essa discussão sobre as ciências humanas, é que não nos encontramos em um campo de consensos ou respostas conclusivas. A complexidade do entendimento das humanidades e seus fundamentos, assim como dos limites (ainda que borrados) entre elas e as ciências naturais vai além das capacidades de um trabalho como o nosso e exigiria, por si só, um mapeamento crítico muito mais amplo. No entanto, tal discussão nos capacita a olhar para as humanidades enquanto um campo distinto e autônomo e identificar suas especificidades. Permite-nos enxergá-las e distingui-las frente a todo o corpo das ciências.

Retomando os principais aspectos da discussão, reforçamos que, partindo da dificuldade em se estabelecer distinções entre humanidades, ciências humanas, ciências sociais e outros termos relativos aos campos do conhecimento voltados para o homem e as práticas sociais, os tomaremos como sinônimos. Outro ponto a ser ressaltado diz do não entendimento de uma possível separação entre ciências humanas e ciências naturais como campos isolados. Atemo-nos a uma separação entre os dois em termos das fundações epistemológicas aqui apresentadas.

Interessa-nos o lugar epistemológico das humanidades: o que são? Quais seus fundamentos? Qual sua problemática? E, ainda aqui, não há respostas unânimes (ou sequer perto disso). Mas frente à diversidade de correntes e perspectivas mobilizadas, podemos olhar para as humanidades – ainda que plurais, com conflitos internos, fronteiras mal definidas (ou indefinidas) com outros campos e com modelos de racionalidade distintos – de forma mais crítica e com embasamento para tecer nossa análise de sua cobertura.

## 4 – CIÊNCIAS EM REVISTA

Considerando o discurso jornalístico de divulgação científica como uma composição heterogênea, onde vozes e fatores são negociados, partimos para análise desse discurso como forma de verificar a ocorrência de fenômenos que possam elucidar nossos questionamentos. Para tanto, selecionamos como objeto de análise quatro revistas que se intitulam, e reforçam em seus discursos, sua posição enquanto divulgadoras de ciência, ou seja, espaços oficiais para a veiculação de informações científicas.

A escolha se deve a uma série de fatores. Em primeiro lugar interessa-nos observar o conceito de ciência que circula nesses dispositivos. Ao se proporem a falar de ciências, sem a especificação de um campo ou linha de investigação específica, estão assumindo com o leitor alguns compromissos, sendo um deles o de uma ciência que abarque todos os campos do saber. Como são abordadas, nesse contexto, e frente a esse compromisso, as ciências humanas?

Não nos interessa aqui uma análise de tipo quantitativa ou mesmo um estudo tradicional de análise de conteúdo. Tal perspectiva poderia se revelar pertinente, mas foge a nossos objetivos. Optamos, por conseguinte, por uma análise qualitativa de matérias extraídas de um núcleo heterogêneo de revistas do universo pré-delimitado. Foram selecionadas quatro revistas divididas em duas categorias: 1) *populares*: Superinteressante (Editora Abril) e Galileu (Editora Globo); e 2) *institucionais*: Pesquisa Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp) e Minas Faz Ciência (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig).

São publicações representativas do que se tem produzido em jornalismo de especialidade voltado para a ciência no Brasil e permitem verificar o funcionamento do discurso de divulgação científica submetido a diferentes condições de produção. Com exceção da Revista Minas Faz Ciência (trimestral), todas as publicações são mensais e comercializadas em bancas convencionais. No entanto, a segmentação obedece a alguns critérios, como o público a que se dirigem, a autoria e nacionalidade dos textos, ao perfil editorial, as fontes acionadas e a fonte geradora.

Segundo Isaltina Gomes, em sua tentativa de estabelecer uma tipologia entre as revistas de divulgação científica, as publicações especializadas em ciência e tecnologia podem ser classificadas em dois tipos: a) Revistas de Disseminação Científica e b) Revistas de



Divulgação Científica. Embora ambas tenham como objetivo a difusão da ciência, as primeiras

(...) reproduzem o conhecimento com o intuito de gerar mais conhecimento, são produzidas por pesquisadores, dirigidas aos pares e, por isso mesmo, veiculam textos altamente especializados, que, provavelmente, só serão compreendidos por profissionais da área do conhecimento do assunto abordado. Esse segmento comporta as centenas de revistas científicas, periódicos especializados publicados por universidades, institutos de pesquisa e sociedades científicas (GOMES, 2011, p.8).

As revistas de divulgação científica, por outro lado, procuram veicular textos com linguagem acessível a não especialistas. Quando reproduz o conhecimento apenas com o propósito de dar a conhecer, tem como alvo um público não especializado e publica textos produzidos exclusivamente por autores jornalistas é denominada revista jornalística especializada em ciência. Mas, quando veicula textos de autores especialistas e autores pesquisadores e tem como público-alvo especialistas e não especialistas trata-se de uma publicação de natureza híbrida, visto que

(...) existem diferentes objetivos (reprodução do conhecimento apenas para informar, para convencer o público da validade das pesquisas e para gerar mais conhecimento); leitores especialistas e não especialistas, autores pesquisadores e jornalistas e, em consequência, dois tipos de linguagem (da quase acadêmica à jornalística) (GOMES, 2011, p.8).

Apesar de não assumirmos por completo a segmentação proposta pela autora, ela orienta alguns de nossos passos. É a partir de tais considerações que dirigimos nossa investigação para as revistas de divulgação científica do tipo jornalística especializada.

Trabalharemos com a subdivisão popular e institucional. A primeira, englobando as revistas Superinteressante e Galileu, compreende as publicações como espaços em que a orientação para a cobertura parte de orientações da empresa jornalística e do perfil do público. A segunda, tendo os jornalistas focalizando a ciência a partir de seu campo gerador, ou seja, orientadas pelo interesse de instituições do universo da ciência.

Cada uma dessas categorias apresenta diferentes indicadores de análise, como os seus contratos de leitura com o público, a priorização dos temas, os vínculos estabelecidos, as fontes acionadas, os saberes mobilizados, a nacionalidade das pautas e textos publicados. Nossa intenção é organizar esses critérios e estabelecer como eles podem orientar nosso gesto analítico.

A ciência, enquanto pauta, tema da cobertura jornalística, se faz presente nos mais variados veículos de informação – jornais, revistas, TV, rádio, internet – de diferentes perfis editoriais, periodicidades e públicos. O foco de nossa análise se dará em reportagens de revistas especializadas e, para tanto, faz-se importante uma rápida caracterização da presença das ciências em tal dispositivo. Cada um desses diferentes meios impõe ao conteúdo suas configurações e conforma as informações.

Nas revistas semanais de variedades, a abordagem da ciência, segundo apontam estudos como o de Gomes (2004) se encaixa no perfil tradicional de divulgação da ciência. Para a autora, as revistas semanais de informação constroem, através de estratégias discursivo-textuais, a identidade da ciência (e dos cientistas) de forma bastante singular, dando menos poder ao cientista do que aos fatos em si. O discurso tende a sacralizar a ciência, visto que as afirmações feitas por pesquisadores não costumam ser questionadas ou receber versão contrária. O discurso científico é tomado como verdadeiro e neutro.

Para além dessa percepção da cobertura da ciência, há que se dizer também que a cobertura realizada nesses veículos ganha uma roupagem própria relativa às características do dispositivo. Elton Antunes e Paulo Bernardo Vaz apresentam a noção de dispositivo midiático como aquele que “compreende as dimensões da comunicação como um certo arranjo espacial, uma forma de ambiência (um meio em quê), e um tipo de enquadramento que institui um mundo próprio de discurso” (ANTUNES; VAZ, 2006, p.46).

Nesse sentido, a cobertura nas revistas tem seu formato, seu conteúdo conformado. As revistas, em geral, apresentam maior flexibilidade com relação ao espaço disponibilizado, da mesma forma em que o uso de recursos gráficos pode ser mais recorrente e mais trabalhado. Outra característica diz respeito ao próprio processo de produção. Com uma periodicidade reduzida, com relação aos veículos diários, as revistas permitem maiores esforços de apuração e uma cobertura mais aprofundada, com apresentação de mais argumentos e maior investimento no conteúdo e elaboração textual e visual.

Da mesma forma, além de se fazer presente em veículos de grande circulação como jornais e revistas semanais, as ciências têm ganhado, cada vez mais, espaços próprios de circulação, além dos cadernos ou seções de jornais e programas televisivos. Um fenômeno recente em termos de espaços exclusivos para divulgação e discussão da ciência tem sido os blogs e sites sobre ciências. Mas têm ainda relevante força as revistas especializadas, voltadas

formalmente a tratar de temas relativos ao universo científico. É para esse dispositivo que nos voltamos: as revistas periódicas de jornalismo científico.

Para a caracterização das revistas que compõem o universo de nosso *corpus* de análise, realizamos algumas pesquisas junto aos sites das publicações e as acompanhamos ao longo do ano de 2011.

#### **4.1 – Populares**

O que aqui chamamos de revistas populares de divulgação científica são as publicações de caráter comercial, voltadas para o público leigo e de segmentação ampla. Ou seja, estão vinculadas a organismos editoriais e não a instituições científicas ou ligadas ao campo. Os textos são, em sua expressiva maioria, assinados por jornalistas, submetidos a pressões e rotinas da empresa jornalística, e são voltados para temas diversos relacionados à ciência, de diferentes temáticas, instituições, nacionalidades e interesses. Em tese, as publicações são abertas para diferentes campos do conhecimento e se interessam por pautas que atendam aos interesses públicos.

No caso das revistas aqui selecionadas, *Superinteressante* e *Galileu*, têm em comum o fato de focar sua cobertura, de forma deslizando, na fronteira entre a ciência e o seu imaginário. É marcante nas publicações, e é expresso em suas linhas editoriais, um desejo de antecipar as possibilidades de futuros avanços científicos e de divulgar as descobertas científicas de forma simples. E esses objetivos acarretam em tomadas de posições que as fazem, muitas vezes, tomar a referida fronteira como algo tênue, tendo como consequência o risco de imprecisões e precipitações.

##### **4.1.1 – Superinteressante**

A revista *Superinteressante* foi criada em setembro de 1987 e é hoje uma das revistas de maior tiragem do Brasil, com mais de 430 mil exemplares em circulação mensalmente. É publicada por uma das maiores e mais conceituadas editoras comerciais do país, a Editora Abril, que é responsável, anualmente, por mais de 300 títulos, com circulação de

aproximadamente 180 milhões de exemplares vendidos ao ano e quatro milhões de assinaturas. Segundo informações do site da editora (<http://www.abril.com.br/revistas/super>), a revista pretende tratar “o conhecimento de forma simples, informativa e divertida”. O site [www.superinteressante.com.br](http://www.superinteressante.com.br) traz a seguinte definição: “Surpreendente, dinâmica, bem-humorada, SUPERINTERESSANTE aborda grande diversidade de assuntos como comportamento, saúde, tecnologia, futuro, história, aventura, ciência. Tudo de um modo simples, claro, ilustrado e divertido! Uma revista para ler, pesquisar e guardar!”.

A publicação tem o objetivo de atingir um público variado, com ênfase no público jovem, e não especializado em ciências. Produz reportagens que se distanciam do rigor das universidades e centros de pesquisa e dão grande espaço para curiosidades e para o imaginário sobre os avanços da ciência. Sempre com linguagem coloquial e com grande investimento visual e de recursos gráficos.

A maioria dos textos são curtos e, frequentemente, a compreensão do conteúdo noticiado é possível por meio da simples visualização das páginas. O grande volume de imagens e recursos visuais permite que o texto verbal, em diversas ocasiões, seja algo acessório à matéria. Mesmo em reportagens maiores a importância do texto imagético não pode ser negligenciada. São variados os recursos, como mapas, infográficos, ilustrações, testes e até histórias em quadrinho. É rara a utilização de imagens genéricas e, na maioria das vezes, as fotos e ilustrações parecem produzidas especificamente para a notícia divulgada. A revista constantemente utiliza dúvidas dos leitores e casos “bizarros” divulgados na internet ou outros meios como ganchos para suas pautas. Outra característica marcante é o humor dos conteúdos. Além do tom descontraído encontrado na maioria dos textos, são frequentes pequenas piadas, jogos de linguagem e colocações irônicas.

Em geral, a principal voz presente nos textos é a do jornalista responsável pela matéria. São poucas as referências a estudos e pesquisas, assim como são poucas (principalmente se compararmos com outras revistas dedicadas à divulgação de temas do universo da ciência) as citações de falas de cientistas, ou a presença de depoimentos de pesquisadores para explicar as informações apresentadas. A utilização de fontes do universo da ciência acontece quase sempre nas reportagens especiais (em geral, de capa) ou matérias maiores, mas é rara na grande maioria dos textos. As informações são apresentadas como pertencentes ao conhecimento daquele que as enuncia – o autor da matéria.

Como a maioria dos textos é curta, a presença de personagens ou testemunhos de figuras externas ao universo da ciência se limita às reportagens de maior extensão, em geral a matéria de capa e mais dois ou três textos.

São utilizados muitos dados (estatísticas, percentagens e mesmo afirmações) atribuídos a estudos específicos. Mas estes são referenciados de forma genérica: “segundo pesquisas recentes”, “estudos realizados na Alemanha”, “cientistas afirmam”, “para os especialistas”. A preocupação em referenciar as informações não é um atributo destacável na revista, assim como não é a preocupação de oferecer perspectivas aprofundadas dos temas abordados ou incitar grandes discussões. O investimento em apresentar contrapontos entre estudos e perspectivas e apresentar questionamentos existe e merece ser destacado, uma vez que faz uso, em muitos casos, das humanidades para propor esse espaço.

Mais que um caráter de formação, ou de orientação pública para a ciência, a revista é marcada pelo perfil do entretenimento. Tais características contribuem para que, em uma expressiva parte, a revista lembre um almanaque de curiosidades. E, que fique claro, tal constatação não conforma uma crítica negativa a priori. Não há aqui a intenção de deixar subtendido que a revista preste um desserviço à ciência. A criatividade presente na abordagem, assim como a inventividade nos modelos de apresentação dos conteúdos são estratégias que trazem retorno. A revista consegue ser atrativa e até mesmo interessante. O que se nota, no entanto, é que nesse esforço de ser “superinteressante”, alguns valores jornalísticos são deixados em segundo plano, ou melhor, são modificados em função do entendimento da revista do que possa ser jornalístico. Não transparece nos textos, por exemplo, uma preocupação com a checagem e validação das informações. Algumas vezes o conteúdo parece apressado e as afirmações feitas são precárias e careceriam de melhor checagem e discussão.

Segundo Tucherman (TUCHERMAN *et al.*, 2010), em seu estudo sobre a divulgação realizada por revistas científicas e a relação entre a mídia e o biopoder, é difícil identificar na representação da ciência apresentada pela revista onde termina o campo de trabalho dos cientistas e onde começa o terreno da ficção científica.

São utilizados amplamente recursos retóricos, tanto escritos como visuais, no sentido de indicar a magnitude do poder da ciência, seja ou não, a magnitude real. Os textos-imagem são, na maioria das vezes, utilizados para reforçar uma ideia, mais que para informar um procedimento. Tanto no texto escrito como nas imagens e na escolha dos temas, recorre-se à emoção do leitor. As matérias falam, com frequência, da possibilidade de a ciência resolver problemas metafísicos como os

relacionados à alma ou às emoções. São raras as referências às pesquisas científicas específicas. Questões sociais e culturais são assuntos frequentes. E quase sempre se busca explicá-las pelas ciências físicas (TUCHERMAN *et al.*, 2010, p.287).

Outro ponto que ganha atenção é a pouca atenção dada à identificação dos temas tratados e da origem das informações. Em geral, não sabemos se é nacional ou estrangeiro, se foi produzido pelos jornalistas da revista ou comprado em agências, ou mesmo se “as descobertas” (ou os conhecimentos em geral) em questão são brasileiras ou realizadas em países estrangeiros. A ciência, ou o que a Superinteressante traz em suas páginas sob a alcunha de científico, é algo apresentado como dado, e cabe à revista apenas trazê-la ao conhecimento do leitor.

A revista conta com o já citado site ([www.superinteressante.com.br](http://www.superinteressante.com.br)) no qual são disponibilizadas as matérias de revistas anteriores, além de outros textos sobre temas afins aos veiculados nas publicações. Conta, também, com blogs específicos para as principais editorias da revista, na qual os temas são explorados de forma interativa e sempre incentivando a participação do leitor/usuário.

#### **4.1.2 – Galileu**

Criada em 1990 pela Editora Globo – uma das maiores do Brasil – com a denominação de Globo Ciência, a Revista Galileu teve seu nome alterado em 1998 quando passou por uma reformulação gráfica e editorial. Com o slogan “Ciência + Tecnologia + Cultura – o futuro antes”, a publicação se propõe, com afirmações que se repetem em seus editoriais, a antecipar tendências e interpretar a vida (física, espiritual e digital), a partir do que a ciência sabe sobre nosso planeta, mentes e corpos.

A publicação conta com uma tiragem média de 190 mil exemplares e busca atingir um público amplo, de ambos os sexos, e na faixa de 18 a 34 anos. Segundo informações disponíveis no site da Editora Globo (<http://corp.editoraglobo.globo.com/marca/galileu/>), a revista “tem como missão selecionar e traduzir as melhores e mais inovadoras ideias e atitudes que estão transformando o mundo. Galileu adianta o futuro nos campos da ciência, da tecnologia, da cultura e do comportamento e apresenta ao leitor as mais importantes e inspiradoras histórias do nosso tempo”.

Ao contrário de Superinteressante, nota-se mais rigor na apresentação das informações, com mais contextualização das afirmações, maior investimento na explicação dos temas e indicação das fontes consultadas, e é possível reconhecer um maior critério de apuração e redação. A linguagem é mais elaborada e rigorosa que a de Superinteressante, com menos excessos estilísticos, uso de duplo sentido, linguagem coloquial e humor e uma preocupação marcante em referenciar os dados. A presença de cientistas e de fontes do universo da ciência é constante. São acionados vários “especialistas”, estudos e instituições para apresentar informações e embasar argumentos. Apesar de também perambular pela fronteira entre o científico e a ficção científica (ou entre o científico e o universo de promessas futuras), a revista tem um discurso mais cauteloso que o de sua similar e apresenta uma preocupação, ou uma tentativa, de apresentar as informações de maneira mais ponderada, mostrando diferentes lados das questões. No entanto, não podemos ainda falar de um espaço privilegiado para contrapontos ou controvérsias, mas de um esforço em apresentar ressalvas às afirmações. Da mesma forma, o rigor e as ponderações não apagam o discurso positivo e a retórica dos resultados preponderante nos textos.

O que podemos notar, em algumas reportagens, é que a controvérsia existe e se deixa transparecer na matéria, mas é uma espécie de recurso utilizado para reafirmar a positividade do estudo ou posição apresentada. As matérias constroem, em geral, uma série de expectativas e criam uma aura de promessa ao longo do texto. Mas, em dados momentos, essas mesmas expectativas e promessas são amenizadas. Uma espécie de precaução contra os possíveis excessos dos “milagres apontados”.

Apesar dos objetivos similares aos de Superinteressante, a Revista Galileu traz um perfil de reportagem semelhante ao de revistas semanais de variedades. Tal semelhança se dá também no visual da revista, mais sóbrio que sua “concorrente”, mas sem se limitar a um formato fixo ou a uma linguagem engessada. Sobriedade, nesse caso, não quer dizer formalidade, visto que a estamos comparando a uma revista de regime prioritariamente visual (a Superinteressante). O caráter visual também é importante aqui e há espaços onde recursos visuais são mais amplamente explorados. As matérias contam com imagens diretamente ligadas ao tema divulgado e o uso de ilustrações, infográficos e recursos interativos é marcante. Ainda assim, as matérias se inserem totalmente no regime jornalístico tido (ao menos na literatura tradicional) como padrão. A linguagem é mais contida, apesar da abertura para ironias e humor (sem excessos).

A autoria das reportagens é totalmente de jornalistas. No entanto, as últimas páginas da revista são dedicadas a uma ampla seção intitulada “Novas ideias”. Nesse espaço são publicados pequenos artigos de professores, pesquisadores e especialistas em determinadas áreas. Os temas são os mais diversos e o perfil dos textos se afasta da linguagem acadêmica convencional. É uma espécie de espaço no qual os “especialistas” se dirigem diretamente ao público sem as restrições das publicações científicas e sem a inscrição, pelos jornalistas, de seu discurso em um discurso-outro.

A Ciência é acionada tanto por temas que ganham visibilidade no debate público e que precisam ser contextualizados e explicados quanto por estudos e pesquisas que se destacam por suas “revelações” ou “descobertas”. Mas, podemos identificar uma tendência pela escolha de temas em evidência e que chamam, ou pedem, estudos e especialistas que possam referenciá-los. Outra característica é a presença constante de testemunhos e de personagens. Muitas vezes, toda a reportagem é construída sobre histórias de “pessoas comuns”, sobre relatos populares que servem de gancho para o desenvolvimento do texto.

Há uma mistura de fontes e de material de diferentes nacionalidades e origens. Numa mesma reportagem é possível identificar pesquisadores brasileiros e estrangeiros e dados de instituições de pesquisa e de organizações públicas e privadas.

A revista conta com site ([www.revistagalileu.globo.com](http://www.revistagalileu.globo.com)) no qual são divulgadas notícias relacionadas ao seu universo: curiosidades, descobertas, tecnologias, comportamento etc. Mas, o espaço destinado à visualização da revista em si ou das edições anteriores é restrito a assinantes.

## **4.2 – Institucionais**

As revistas de cobertura da ciência categorizadas como institucionais se inserem no campo jornalístico com uma característica a mais de especialização: se vinculam a uma instituição ou órgão da ciência, seja ele de financiamento ou de incentivo ao desenvolvimento de trabalhos, ou mesmo de desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa, como universidades e centros científicos. As publicações têm como campo de origem não aquele especificamente jornalístico (uma editora, uma rede de TV, um jornal). Em geral, as



instituições ou contam com uma estrutura de comunicação responsável pela produção dos produtos de divulgação ou terceirizam o serviço junto a agências e profissionais da área.

A revista Pesquisa Fapesp, publicada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), e a Revista Minas Faz Ciência, publicada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), se inserem nessa categoria e têm em comum o fato de divulgarem pesquisas e projetos financiados pelas respectivas agências e desenvolvidos nos estados em questão. A narrativa utilizada, assim como as estratégias textuais e discursivas, insere as revistas no perfil característico do jornalismo. No entanto, a existência de filtros pré-estabelecidos para a seleção de temas e pautas modifica o regime de produção identificado, por exemplo, nas revistas populares.

As revistas institucionais não se privam do compromisso jornalístico com a informação e outros valores e práticas profissionais. No entanto, atendem a interesses específicos das instituições, como dar visibilidade às iniciativas que contam com seu apoio e, assim, divulgar a ciência ao público de forma aliada ao fortalecimento de sua marca.

Cabe ressaltar algumas diferenças entre as duas publicações selecionadas para análise nesta categoria. A Revista Fapesp é mensal e comercializada em bancas, além de ser distribuída entre bolsistas e pesquisadores vinculados à Fundação. Já Minas Faz Ciência integra um projeto maior de divulgação da Fapemig, que conta com eventos e projetos de divulgação científica para diferentes públicos e não é comercializada. A distribuição é feita entre bolsistas e pesquisadores vinculados à instituição e entre pessoas interessadas, por meio de cadastro para recebimento no site.

#### **4.2.1 – Pesquisa Fapesp**

A revista Pesquisa Fapesp foi publicada pela primeira vez em 1999 e surgiu como desdobramento do boletim Notícias Fapesp, de 1995. A publicação é voltada para o público leigo em geral, incluindo aí o acadêmico (vinculado de alguma forma à Fapesp) e conta com tiragem de cerca de 45 mil exemplares. Tal perfil vai ao encontro de um dos objetivos de sua linha editorial de promover a divulgação da produção científica brasileira e a aproximação entre diferentes campos do saber.

A publicação conta com o site [www.revistapesquisa.fapesp.br](http://www.revistapesquisa.fapesp.br), que traz a íntegra de todos os textos publicados na revista, além de traduções de reportagens para o inglês e o espanhol. O endereço eletrônico também publica notícias sobre ciência e tecnologia especialmente produzidas para o meio digital e vídeos e galerias de fotos, complementares ou não ao conteúdo da edição impressa.

Segundo informações expressas no site, o objetivo básico de Pesquisa é “difundir e valorizar os resultados da produção científica e tecnológica brasileira, da qual a FAPESP é uma das mais importantes agências de fomento. Trata-se da única publicação jornalística do país especializada no segmento de ciência e tecnologia que tem por foco primordial a produção científica nacional, apesar de cobrir pontualmente as novidades internacionais. Por isso, a revista funciona como um polo de contato e reconhecimento contínuo dos pesquisadores brasileiros e como referência indispensável para as editorias de ciência e tecnologia dos veículos de comunicação nacionais”.

A publicação traz uma grande semelhança com as chamadas revistas de disseminação científica, na qual pesquisadores publicam seus trabalhos tendo como público seus próprios pares. É notável o rigor na linguagem e apresentação das informações, assim como na contextualização e indicação de referências.

Apesar da presença de pequenas notas e alguns textos mais curtos, a maioria de seu espaço é dedicado a reportagens, algumas bem extensas, com uma exploração mais aprofundada dos temas selecionados. As reportagens dizem respeito a projetos, ou conjunto de projetos num mesmo campo, financiados pela Fapesp. Mas há também espaço para apresentação e discussão de temas relativos ao universo da ciência de forma geral, como a lei de inovação, incentivos públicos, relação universidade-empresa, inserção de pesquisadores brasileiros no cenário científico internacional, sistemas de Ciência e Tecnologia do Brasil e do exterior, política científica, grandes debates ou polêmicas, além de entrevistas com pesquisadores e especialistas renomados em determinadas áreas. As notas e notícias curtas não dizem respeito necessariamente à Fapesp e abordam trabalhos, descobertas ou avanços de universidades brasileiras de outros estados e do exterior, além dos esforços ou resultados de pesquisas divulgadas em publicações científicas internacionais, como *Nature* e *Science*.

Em geral, as reportagens são assinadas por jornalistas, com uma pequena abertura para textos de pesquisadores, poetas, artistas e outros intelectuais nas seções Resenha e Ficção. O tom das matérias é bem mais moderado que o encontrado em revistas populares, com uma

expressiva cautela ao fazer afirmações e apresentar resultados promissores. A revista tem um discurso que evita apontar certezas e faz sempre ponderações sobre as promessas indicadas nos trabalhos. O uso de expressões como “pode contribuir”, “pode vir a ser”, “por ora apresenta”, “talvez ajude”, dentre outras indica uma espécie de zelo com as possíveis expectativas geradas.

No entanto, o cuidado na linguagem não contém o tom positivo predominante nos textos. Para estar nas páginas de Pesquisa, o trabalho ou descoberta já traz em si uma dose de aprovação prévia.

É importante destacar um espaço privilegiado na revista para a apresentação das técnicas e metodologias utilizadas e descrição do processo realizado até que os fatos que geraram a notícia fossem alcançados. Em geral, há um substantivo esforço de contextualização dos trabalhos, desde o cenário no qual se inserem, motivos que levaram à sua realização e trajetória.

A Fapesp aparece inserida na grande maioria dos textos, indicando seu apoio aos trabalhos realizados, ou à construção de centros de pesquisa, financiamento de bolsas, compra de equipamentos etc. No entanto, é a escolha do tema que se dá pela atuação da Fundação, mas isso não impede que pesquisas financiadas por outras agências ou realizadas em universidades e centros de outros estados ganhem espaço. Em geral, a pesquisa paulista é o fio condutor, mas acaba acionando outros estudos, nacionais e internacionais, assim como outras instituições e pesquisadores de diferentes origens, que aparecem como fontes de informações, de validação dos argumentos apresentados e como responsáveis por explicar e dar ordem a uma específica realidade.

Quando a matéria tem como foco um único projeto que contou com o apoio da Fundação, este ganha uma espécie de ficha técnica no texto, com seu nome oficial, a modalidade de financiamento recebido, o coordenador do trabalho e o recurso disponibilizado para seu desenvolvimento. Além disso, as reportagens sempre trazem, ao final, a indicação dos artigos ou publicações científicas que embasam a matéria e nos quais mais informações podem ser obtidas.

A articulação entre diferentes trabalhos e a criação de uma espécie de rede entre pesquisas relacionadas ao mesmo campo ou tema é uma marca recorrente das matérias. Para divulgar os avanços de estudos de duas universidades de São Paulo sobre o Mal de Parkinson, por exemplo, foram acionadas pesquisas similares desenvolvidas em diferentes cantos do

Brasil e do mundo. O texto deixa transparecer um esforço de pesquisa prévio de modo a identificar “o estado da arte” das pesquisas sobre o assunto e contextualizar o trabalho desenvolvido com o financiamento da Fundação.

Os pesquisadores ganham um relevante espaço, por meio de depoimentos e da citação de suas posições e pontos de vista. O discurso do jornalista ainda parece preponderante, mas tem menos autonomia que nas demais revistas analisadas. O jornalista aparece aqui como quem traça um mapa, como um conhecedor dos debates e correntes de pesquisa sobre o tema, e não como um especialista nas pesquisas em si.

Em contraposição ao regime das revistas populares, em Pesquisa o visual perde seu posto de prioridade para o texto escrito. Em geral, há grande utilização de imagens genéricas, que beiram, em alguns casos, a produções artísticas abstratas. A produção visual, no entanto, não deixa de ser importante e conforma uma das principais características da revista, uma espécie de sofisticação, de maturidade, como que uma forma de garantir seriedade à publicação. Há um investimento expressivo em fotos, ilustrações e gráficos que possam contribuir para a compreensão dos textos, facilitar o entendimento e mesmo contextualizar as matérias. Mas estes são recursos complementares.

Outro ponto que merece destaque é a rara aparição de personagens e depoimentos externos ao universo da ciência. O “povo fala” pouco nas páginas de Pesquisa e, nas suas poucas inserções, aparece ou como vítima ou beneficiado de alguma situação ou tecnologia. Não há espaço para opiniões sobre a ciência, que continua uma esfera restrita a um grupo isolado. A ideia de personagem só aparece quando este é o tema da matéria, ou seja, quando se trata da trajetória de um pesquisador ou de alguma figura que tenha se destacado de alguma forma.

#### **4.2.2 – Minas Faz Ciência**

A revista Minas Faz Ciência foi criada em dezembro de 1999, como parte do Projeto Minas Faz Ciência, de divulgação científica para o público leigo, executado pela Fapemig. Segundo descrição do site da Revista ([www.revista.fapemig.com.br](http://www.revista.fapemig.com.br)), o conjunto de iniciativas “busca promover a integração entre a comunidade científica e outros setores da sociedade civil, como o empresarial, o educacional e a mídia”. Além da revista impressa, o projeto

engloba uma versão on-line da publicação, vídeos e pequenos documentários para TV, e um ciclo de palestras mensal.

A publicação é trimestral, com reportagens, artigos e debates sobre as pesquisas de C&T desenvolvidas em Minas. Com distribuição dirigida e gratuita, conta com tiragem reduzida, que não passa dos 20 mil exemplares por edição.

Apesar de se caracterizar como revista de divulgação científica de tipo institucional, e ter sido criada na mesma época, a revista se diferencia de Pesquisa Fapesp em uma série de aspectos. O primeiro diz respeito à limitação a projetos desenvolvidos no Estado mineiro e com recursos da Fapemig. A segunda diz da focalização de estudos específicos, geralmente associados a um pesquisador ou grupo de pesquisa, sem que sejam acionados trabalhos de outros estados ou instituições. A articulação entre diferentes projetos só é notável quando da pré-existência de uma rede de cooperação entre pesquisadores ou instituições de pesquisa.

É possível identificar também reportagens recorrentes, embora em pequeno número, em que um tema em evidência, como a nanotecnologia ou a Aids, aciona diversas pesquisas e trabalhos realizados no estado, como uma forma de apresentar o que tem sido pesquisado e produzido em Minas sobre o referido assunto.

A Revista reserva um espaço cativo para entrevistas com pesquisadores e especialistas em campos variados, sejam eles de qualquer região ou mesmo do exterior. Além disso, matérias sobre o universo da ciência, como leis em trâmite no congresso, debates éticos e científicos, e pautas institucionais da Fapemig (acordos, eventos, trocas de gestão) também ganham destaque.

Um ponto que merece destaque é que, ao eleger projetos e pesquisas específicos em cada matéria, a revista acaba por desenvolver um discurso de adesão ao trabalho apresentado. Não há contrapontos ou questionamentos, sequer no esforço (identificado em outras revistas já caracterizadas aqui) de acionar outras iniciativas na área que possam corroborar ou contestar algumas das postulações elencadas no texto. As pesquisas acabam por ganhar um tom acentuado de verdade inquestionável e bem coletivo.

Outra característica identificada pela leitura das revistas publicadas em 2011 é a rara presença de personagens e depoimentos de sujeitos “comuns”. As fontes acionadas pertencem ao universo científico ou são reconhecidas como “especializadas” de alguma forma (formação profissional ou acadêmica, carreira em determinada área, dedicação pessoal a um tema específico etc.). As fontes “externas” não parecem nem para exemplificar os temas abordados

nem para oferecer suas opiniões sobre os assuntos. Assim como em Pesquisa Fapesp, nas raras aparições de personagens, estas são caracterizadas como vítima ou beneficiado de alguma situação ou tecnologia, e não como um ator interessado e envolvido no sistema de C&T.

Quanto ao caráter visual da publicação, nota-se um investimento recente em tornar as páginas mais leves e utilizar mais recursos visuais, como ilustrações e imagens mais abstratas. Minas faz Ciência passou por uma revisão gráfica em 2011 e, embora as mudanças não tenham sido radicais, houve ganhos em termos da utilização das fotos e imagens. Em geral, as matérias são ilustradas com fotos específicas dos projetos, sem grandes inovações, mas já é reconhecível um esforço por potencializar o visual das páginas.

Esporadicamente a Minas Faz Ciência traz artigos assinados por pesquisadores ou autoridades do campo da ciência. Mas o gesto é inconstante e não descaracteriza seu perfil prioritariamente jornalístico.

## 5 – PERCURSO METODOLÓGICO

Feita a contextualização teórica e a caracterização do cenário e dispositivos nos quais se insere nosso objeto, partimos, agora, para a indicação de nossas operações analíticas.

Antes, faz-se importante um pequeno relato sobre o trajeto percorrido até o momento. Após a seleção das revistas e sua segmentação em categorias, realizamos uma leitura prévia de exemplares das publicações divulgadas em um mesmo período como forma de conhecer o material e identificar possíveis procedimentos metodológicos e indícios para análise.

Foram selecionados os exemplares do mês de setembro de 2011 das quatro revistas do *corpus*. A leitura nos forneceu impressões importantes e, num esforço de análise preliminar, nos permitiu identificar dois critérios fundamentais para o recorte de nosso *corpus*. Identificamos duas formas predominantes de abordagens das humanidades: enquanto tema e enquanto tematização.

Em alguns casos as ciências humanas são acionadas como o assunto principal da reportagem, seja por meio de um estudo específico ou por meio de um acontecimento que as acione diretamente. Uma segunda vertente de abordagem aciona as humanidades enquanto um contexto, um pano de fundo ou fio condutor para o encadeamento das ideias do tema principal e estabelecimento de um vínculo da pesquisa/descoberta com a realidade social. Essas duas categorias de abordagem – tema e tematização – serão o ponto de partida para a realização de nossa análise.

Para Teun A. Van Dijk, ao estudar as estruturas da notícia, os temas são uma propriedade do conteúdo de um texto e, em consequência, necessitam de uma análise teórica nos termos de uma teoria semântica. Para o autor, os temas pertencem ao macronível global da descrição do discurso. Ele trabalha com o conceito a partir da ideia de proposições, ou as menores e mais independentes construções de significado da linguagem e do pensamento. Um conjunto organizado de proposições compõe uma macroestrutura semântica, ao mesmo tempo em que, compondo uma macroestrutura, as proposições podem ser caracterizadas como macroproposições. É assim que o autor define que cada tema de um texto pode representar-se como uma macroproposição. Chama atenção também para o fato de que, no discurso de periódicos, a organização temática desempenha um papel fundamental (VAN DIJK, 1990).

Patrick Charaudeau trabalha com as ideias de distribuição em rubricas e repartição temática para analisar como a máquina midiática recompõe, de modo próprio, a “estruturação do espaço social através de um jogo de repartições: considera-se que as ‘seções’ e as ‘rubricas’ correspondem às categorias de pensamento da opinião pública (...)”. (CHARAUDEAU, 2010, p.145)

O que aqui chamamos de tema e tematização são as consequências de operações apontadas pelo autor como de constituição da configuração midiática do espaço público construído pelas mídias. Tais operações “revelam como cada organismo de informação trata os temas, os subtemas e os atores que integram uma mesma notícia, logo, a maneira pela qual cada um desses organismos constrói a ‘cobertura temática’ do acontecimento”. (CHARAUDEAU, 2010, p.147)

Tema e tematização se apresentam assim como um modo de seleção de nosso *corpus* e análise do material. A ideia inicial para tal procedimento era a de trabalhar com o recorte temporal de um mês em específico e selecionar, em cada uma das quatro revistas, uma matéria em que as humanidades fossem eleitas como tema e outra em que figurassem como tematização.

Tal procedimento se mostrou insuficiente para o andamento do percurso metodológico, uma vez que persistia o desafio da seleção das matérias. Faltavam ainda critérios para a escolha dos temas em si. Neste cenário, surgiu a perspectiva de trabalhar com a metodologia da Análise de Conteúdo, mas em uma forma revisitada e que não se limite a busca de recorrências e a um conceito de texto estrito às formas verbais.

Segundo Leal e Antunes (2011), a Análise de Conteúdo (AC) é uma das metodologias mais utilizadas para se analisar os modos como os veículos noticiosos constroem os acontecimentos. No entanto, os autores propõem pensar a AC de forma a superar suas limitações e tendo como base um conceito mais amplo de texto, ou melhor, um “alargamento da noção de texto que leve em conta a dimensão relacional da comunicação” (LEAL e ANTUNES, 2011, p.22). A AC repensada dessa forma tem seu caráter interpretativo reforçado e tem de lidar com o desafio da instabilidade do sentido, produzindo modos de codificação válidos para seus objetos empíricos.

Vista sob este ângulo, a metodologia da AC se apresenta como uma boa iniciadora de caminhos para os percursos metodológicos. Para nós, torna-se ainda mais promissora, visto que, sob perspectiva renovada, a temática ganha peso em suas operações.



A análise de conteúdo vai permitir basicamente apontar e medir a presença de determinados temas e ideias em certo *corpus*, que podem ser bastante variados. Na análise de conteúdo quantitativa ou qualitativa trata-se fortemente de “dissecar” tal *corpus*: detectar, classificar, medir e comparar, produzindo categorias de apreensão dos fenômenos representados no material analisado (LEAL e ANTUNES, 2011, p.29).

Nesse sentido, realizamos um movimento de coleta de todas as edições das quatro revistas estudadas ao longo de 2011 para a realização de um esforço preliminar de criação de um mapa de codificação. Foram reunidas **41 revistas**. Esse número se deve ao fato de a Revista Minas Faz Ciência ser trimestral.

Devido ao grande volume de material coletado, nos restringimos a escolha dos textos caracterizados pela forma/gênero reportagem, publicadas com chamada nas capas das revistas, o que resultou num total de **171 matérias**<sup>20</sup>, a partir das quais definimos nosso mapa e propusemos o *corpus*. A seleção se deu entre as matérias deste universo, sendo metade delas escolhida por trazer as ciências humanas como tema principal e a outra metade coletada entre as matérias que as trazem de forma tematizada. Para caracterização das matérias como pertencentes ao campo das humanidades tomamos por base a tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), considerando as disciplinas integrantes das grandes áreas denominadas como Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

A ideia de selecionar as capas se deu em função do importante papel que desempenham frente às publicações. As capas configuram acontecimentos jornalísticos e atuam como uma vitrine das revistas, o primeiro contato que têm com o leitor. É ali que é realizado o convite para a leitura e a seleção de matérias que figura nesse espaço privilegiado diz muito sobre a própria publicação.

O mapa fornecido pela AC precisa, no entanto, de complementação, uma vez que os próprios objetos “indicam métodos e sugerem categorias a serem inventadas para a apreensão” (LEAL *et al.*, 2011, p.34). E é a esse movimento que nos dedicamos a partir de agora.

---

<sup>20</sup> Considerando todas as chamadas principais e secundárias presentes nas capas das 41 revistas, obtemos um total de 212 registros. No entanto, há presença de chamadas relativas a gêneros jornalísticos distintos do que fora proposto no estudo, como entrevistas, artigos, fotorreportagens, gráficos e manuais ilustrativos. Foram identificados 41 textos que não atendiam aos critérios requeridos, sendo 8 entrevistas e 33 textos de outras categorias. O número em questão (171) diz respeito apenas às reportagens com chamadas nas capas.

## **5.1 - Dimensões de análise**

Ao apontar o lugar epistemológico, ou as especificidades das ciências humanas frente ao corpo da ciência, construímos um panorama que nos permite olhar para as reportagens e buscar a forma como tais dimensões se encontram presentes ou se articulam no texto jornalístico.

Sabemos que as dimensões apresentadas (linguagem, reflexividade, questão do erro, implicações etc.) são distintas entre si, mas a leitura preliminar das revistas indica um entrecruzamento entre elas na visada jornalística, de modo que transparecem de forma reorganizada. A leitura das reportagens de capa das revistas nos permitiu destacar três dimensões das humanidades que, de forma prioritária, parecem impactar a maneira como as humanidades são representadas no texto jornalístico e essas servirão como guia para a realização de nosso estudo. Tais dimensões tensionam o gesto e a retórica jornalística com relação aos temas das ciências humanas e são capazes de articular os seus demais aspectos característicos.

### **5.1.1 – Reflexividade**

Como dito anteriormente, interessa-nos aqui o caráter reflexivo das humanidades no sentido de ciências que permitem aos sujeitos de conhecimento pensar-se a si mesmos, além de sobre o próprio conhecimento gerado. É um campo, assim, menos de respostas absolutas e fundantes, mas de questionamentos e reflexões.

Tal posição traz implicações para o texto jornalístico, principalmente aquele ainda pautado por um modelo tradicional de ciência e ancorado numa retórica de resultados. As afirmações tornam-se mais difíceis e instaura-se um espaço de dúvidas. Em sua tentativa de “traduzir” uma realidade, de modo a torná-la mais acessível ao público, os jornalistas se deparam com o desafio de uma linguagem semelhante à sua própria e com a dificuldade de retratar, no universo científico, conhecimentos sobre uma realidade que também é a sua.

Resulta disso, por exemplo, os apontamentos feitos pelos pesquisadores que se debruçaram sobre a cobertura das humanidades (seção 1.4). A reflexividade impacta ainda o discurso uma vez que tem a capacidade de converter um espaço convencionalmente dedicado às afirmações em um local de perguntas. As matérias recebem uma série de interrogações,

dirigidas aos leitores e a eles mesmos. Será essa uma marca de que o jornalismo sobre humanidades exige uma reconfiguração do gesto jornalístico em direção às ciências? O que tal dimensão tem a dizer sobre este gesto? Partimos dessas e de outras inquietações para realizar a análise nesse ponto.

### **5.1.2 – Controvérsia**

Diante do lugar epistemológico que ocupam, ou de seus aspectos característicos enquanto campos de produção de conhecimento, as humanidades se apresentam como espaço privilegiado para a presença de controvérsias, ou de debates sobre questões, sem que sejam apontadas certezas. Tal debate transparece na abordagem jornalística? Como a questão da controvérsia nas ciências humanas figura na cobertura jornalística sobre ciência?

O gesto de apontar diferentes pontos de vista, ou de acionar estudos relacionados ao tema abordado, é uma das estratégias que comumente o jornalismo científico lança mão para se mostrar isento e objetivo. Tal gesto consegue dar conta do aspecto controverso das humanidades? Pelo potencial revelador do gesto jornalístico, tal dimensão também abre portas para nossa análise.

### **5.1.3 – Retórica dos resultados**

As implicações práticas das humanidades se dão por meio da circulação do conhecimento e de sua possibilidade de incitar debates e mudanças. Não são, assim, resultados palpáveis e de fácil demonstração, como no caso de grande parte das ciências naturais. São ainda contribuições cujo potencial transformador se oferece a longo prazo, sem se atrelar a uma lógica utilitarista de aplicações diretas e imediatistas. Ou seja, não são oferecidos produtos acabados e o processo não é acumulativo. Uma vez estudado um objeto, isso não significa que ele tenha sido revelado, desvendado, isentado de questões, mas compreendido à luz de seu tempo. O que significa que ele está pronto para se abrir a novas questões. A noção de esgotamento, ou de estoque (no sentido de possuir as respostas prontas para questões) não se aplica, uma vez que os objetos, o homem e a sociedade, estão em constante mutação e uma vez que o próprio conhecimento adquirido pode instigar mudanças e novas questões.

Da mesma forma, o erro e seu potencial criativo e gerador de novos debates ganha status diferenciado nas humanidades. Nesse cenário, cabe ainda uma retórica dos resultados

como a identificada no modelo estabelecido de divulgação científica? Como a mídia informativa configura tal especificidade em sua lógica de divulgação?

Frente às possibilidades de reflexão que oferece e de forma a verificar como o jornalismo lida com tal questão, elegemos também tal retórica como um de nossos nós, ou pontos de articulação da análise.

## **5.2 – Categorias de análise**

Identificadas tais dimensões, é preciso desdobrá-las em instrumentos que nos permitam acessá-las nos textos. Recorremos, então, às categorias analíticas descritas a seguir.

### **5.2.1 – Modos de acionamento da ciência**

Tomamos de empréstimo alguns conceitos e visões apontadas pelas análises das práticas e estudos do jornalismo científico para propor nossa forma de abordagem, pensando, inicialmente em uma macro-categoria, em que há três gestos de inserção de temas da ciência na mídia, ou três formas de articulação entre os interesses do discurso da ciência e do jornalismo: a) Ciência que aciona o jornalismo; b) Jornalismo que aciona a ciência; c) Vozes da ciência.

#### ***A) Ciência que aciona o jornalismo***

Uma forma comum de jornalismo científico diz respeito à cobertura de projetos de pesquisa e estudos em determinadas áreas. Nesse caso, a cobertura – em muito motivada pela atuação de assessorias de imprensa ligadas às instituições de ensino e pesquisa responsáveis pelos trabalhos, ou mesmo pelo esforço de pesquisadores e cientistas em divulgar seus esforços – focaliza o tema em questão e toda a construção jornalística se faz buscando elementos que possam contextualizá-lo. Nesse caso, sendo o próprio tema científico a acionar o interesse da mídia, há maior possibilidade – e em geral espaço – para problematização dos processos, metodologias e recursos envolvidos.

A ciência também alcança o “poder” de acionar o interesse jornalístico por meio das chamadas “grandes descobertas” e “revelações” científicas. Em geral, publicações internacionais – e, nos últimos tempos, resultados alcançados nacionalmente – abrem espaço para discussões de determinados temas – ou mesmo campos de pesquisa. Algumas vezes, o próprio histórico em determinado ramo de investigação científica é recuperado como forma de compreender os avanços empreendidos.

As controvérsias científicas também são revestidas de um grande apelo midiático, por despertarem grande interesse público e por seus possíveis impactos econômicos e sociais.

Em geral, nesses casos, a notícia é constituída a partir da posição da ciência e seu controle sobre o que é veiculado é alto, visto que se constitui como promotora e como fonte de informações.

### ***B) Jornalismo que aciona a ciência***

“Ciência vira pauta quando associada às questões factuais” (MELO *et al.*, 2010, p.7). A afirmação pode ser radical, mas aponta para uma das principais formas de abordagem da ciência nos meios de comunicação. A mídia, em especial o jornalismo, aciona a ciência para contextualizar quadros. Nesse caso, um tema em voga – seja motivado por um acontecimento recente ou pela discussão na esfera pública – ao ganhar a cena midiática evoca a ciência como forma de contextualização, de explicação ou mesmo de validação das informações fornecidas. Nesse caso, a ciência, além de pano de fundo, ou de equalizadora de mundos possíveis, é mobilizada para ajudar a organizar a realidade e torná-la inteligível aos leitores e espectadores.

São exemplos dessas práticas projetos de pesquisa, centros de estudos e mesmo cientistas que são acionados para explicar e contextualizar a ocorrência de fenômenos climáticos, doenças, alterações demográficas, urbanas e referentes à criminalidade etc. da mesma forma, assuntos como reciclagem, geração de energia, meio ambiente, dentre inúmeros outros, exigem uma fala autorizada onde a voz do jornalista não é capaz, sozinha, de referenciar as informações fornecidas.

Tal modo de acionamento dá origem ao fenômeno da fala autorizada, ou da voz do especialista. Mesmo que a maioria das informações não tenham origem no universo científico

e não sejam validadas pelo informante em questão, a sua voz, o seu depoimento acaba por legitimar toda a construção narrativa elaborada pelo jornalista.

A ciência, nesse sentido, atua ainda na formação de um vínculo social com as audiências. Muitas vezes, é comum a presença de contextos científicos como instrumentos para introduzir temas ou contribuir para seus argumentos. Assim, explicações sobre, por exemplo, distúrbios sobre o sono e sobre a concentração decorrentes do excesso de ruídos nas grandes cidades podem ser uma forma de trazer à tona um novo projeto de lei do silêncio, ou mesmo atrair o leitor e criar com ele uma espécie de afinidade, uma partilha de uma realidade comum.

### *C) Vozes da ciência*

Faz-se necessário, ainda, chamar atenção para um movimento comum em matérias do campo do jornalismo científico: a presença constante de vozes da ciência (cientistas e pesquisadores) para validar pontos de vista ou referenciar afirmações e posturas oferecidas pelos textos jornalísticos ou mesmo por outras fontes já utilizadas. Como no item anterior, é possível falar de um gesto que parte da mídia (que aciona a ciência), visto que o movimento de identificação, seleção e coleta de tais falas é realizado pelos jornalistas.

A ciência aqui mantém ainda seu caráter de explicadora e organizadora da realidade e mais. A presença de fontes oficiais provenientes de seu campo referencia e legitima os dados e informações apresentadas, garantindo veracidade e confiabilidade às matérias. Para Zamboni, “A presença numerosa de nomes de prestígio empresta ao discurso da divulgação um ‘efeito de real’ do discurso da ciência, ao mesmo tempo em que lhe assegura a autoridade e a seriedade da voz que ‘diz a verdade’” (ZAMBONI, 2001, p.52).

Outro fenômeno verificado é a presença da “voz da ciência” apenas para qualificar o discurso do repórter. Nesses casos, pode-se perceber que as falas introduzidas muitas vezes não acrescentam informações, dados ou elementos novos ao cenário e aos argumentos apresentados. Está ali como para compor uma forma de “encenação”.

A presença de muitas fontes oficiais, algumas vezes, busca sinalizar um esforço de apuração jornalística e uma polifonia de vozes – que vai ao encontro à premissa do jornalismo de buscar “os dois lados” do fato, ou ouvir todos os interesses em questão. No entanto, tal fenômeno pode, também, acabar por mascarar uma polifonia, uma vez que não são acionadas

fontes de outros campos. Como já dito anteriormente, há presença pouco constante de contrapontos e controvérsias, o discurso positivo e utilitarista e a falta de questionamentos e posturas críticas acaba por oferecer ao leitor espectador uma posição tomada e não conteúdo para formar seu ponto de vista.

O discurso de divulgação científica é, em essência, um discurso polifônico. No entanto, na construção das notícias tal ideia é confundida com o uso diversificado de fontes. Apresentar fontes distintas não é garantia de pluralidade nem de espaço para diferentes posições.

### **5.2.2 – Estratégias de tradução**

Uso de exemplos, analogias e metáforas, simplificação dos textos, utilização de verbos e expressões modalizadoras.

### **5.2.3 – Formas de acionamento das fontes**

Tipos de fontes acionadas e momentos de acionamento; fontes especialistas, presença de personagens e testemunhos externos ao universo da ciência etc.

### **5.2.4 – Tom das reportagens**

Matérias de tom positivo ou negativo, nível de adesão aos argumentos/ pesquisas. Presença de afirmações/ interrogações / negativas etc.

### **5.2.5 – Pontos de vista**

Presença de contrapontos, apresentação de iniciativas diversas àquela que ganha foco, presença (ou não) de vozes consoantes e dissonantes aos argumentos apresentados; multiplicidade de vozes X multiplicidade de falas etc.

### 5.3 – *Corpus*

Como não há intenção nesta proposta de quantificar o espaço conferido nessas publicações às humanidades nem mesmo de identificar as temáticas predominantes, nossa escolha se dirige para um conjunto heterogêneo e diversificado de matérias. Frente ao universo de reportagens selecionadas (171) e tomando como critério de escolha matérias em que as ciências humanas sejam tema e tematizadas, finalizamos nosso recorte com a adição das dimensões de análise como filtros para a configuração final do *corpus*. Em cada revista selecionamos uma matéria que corresponda a cada uma das três dimensões, ou melhor, em que uma das dimensões apareça de forma mais proeminente.

Selecionamos, assim, 24 reportagens, categorizadas da seguinte maneira: seis matérias de cada revista, sendo metade relativa ao tema e metade à tematização. Das três de cada metade, cada uma deve apresentar de forma mais proeminente uma das dimensões de análise. Dessa forma, podemos analisar cada dimensão nas quatro revistas e nos dois tipos de abordagem.



## 6 – HUMANIDADES EM REVISTA – PRIMEIRAS LEITURAS

A seleção das matérias para análise foi orientada pela presença de traços das dimensões mencionadas (controvérsia, reflexividade, retórica dos resultados) em matérias de capa das 41 revistas do corpus e contemplando, em cada dimensão, textos nos quais as humanidades sejam abordadas tanto enquanto tema como enquanto tematização. No entanto, alguns esclarecimentos se fazem necessários quanto ao modo com que as 24 reportagens finais foram escolhidas.

Em primeiro lugar, a presença de traços de tais dimensões não se apresentou de forma tão marcante a ponto de tornar indiscutível sua representatividade da dimensão em questão. Tal dificuldade foi maior no que se refere às matérias em que as humanidades são tematizadas. Em alguns casos destacava-se de forma razoável uma das dimensões, mas não no que se referia à presença das humanidades em seu corpo. Ou seja, a reflexividade (em teor bem menos expressivo), a controvérsia e, de forma mais expressiva, a retórica dos resultados eram notáveis no que dizia respeito ao assunto principal, ou tema primário, das matérias (nesse caso, as ciências naturais), mas seus traços não se destacavam de forma expressiva no que diz respeito às humanidades ali tematizadas.

Ainda assim, focamos nosso recorte na identificação de matérias em que os traços das dimensões citadas se referissem aos aspectos das ciências humanas presentes nos textos, ou seja, traços de controvérsia, reflexividade e retórica dos resultados das humanidades ali tematizadas. O que se seguiu foi uma tentativa de isolar o “quê” de humanidade era identificável no texto (a presença de uma fonte do universo das humanas, uma contextualização histórica, econômica ou política, uma referência a um conhecimento das humanidades, o acionamento de uma reflexão que embasa, dá suporte ao argumento primário do texto etc.) e, junto a esse material, buscar os traços das dimensões referidas.

De forma geral, foi adotado como critério a escolha de matérias em que tais dimensões se destacassem das demais. Outra categoria criada como facilitadora da seleção foi a de não repetição de matérias da mesma revista. Ou seja, a coleta se restringe a uma reportagem por edição, de modo a contemplar um número maior de exemplares e permitir uma melhor exploração do *corpus* disponível. Uma exceção foi necessária no que diz respeito à Revista Minas Faz Ciência, em função de dois fatores. O primeiro é que trata-se de uma publicação trimestral, com apenas cinco edições referentes a meses de 2011. O segundo fator relaciona-se

ao fato de uma das edições ser temática (voltada para nanotecnologia) e não apresentar chamadas das humanidades na capa ou textos em que a tematização das humanas fosse expressiva. Dessa forma, os 24 textos coletados pertencem a 22 exemplares distintos das publicações.

Era nossa intenção preliminar evitar também a repetição temática, ou seja, a seleção de reportagens de mesma área do conhecimento ou assunto. No entanto, devido a um traço próprio das revistas, de constante repetição temática, tal critério foi abandonado. Além disso, frente à já apontada dificuldade de segmentação das matérias por dimensões preponderantes, a manutenção de tal restrição temática revelou-se impraticável.

Para a seleção dos textos, foi necessário um esforço de leitura geral de todas as matérias com chamadas nas capas das 41 revistas. Essa vasta leitura forneceu impressões importantes tanto sobre a cobertura realizada pelas revistas de um modo geral (seus principais aspectos, temas escolhidos, priorização de assuntos, campos e áreas, seleção de fontes, hierarquização de informações, modos de acionamento da ciência, processos de construção etc.), quanto sobre a forma em que as ciências humanas se fazem presentes e são abordadas.

Como antecipado no capítulo anterior, em alguns casos as ciências humanas são acionadas como o assunto principal da reportagem (atuam enquanto tema), seja por meio de um estudo específico ou por meio de um acontecimento que as acione diretamente. Nesse caso, identificamos nas capas das revistas 75 chamadas cujo tema se insere em uma das grandes áreas definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>21</sup> como Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes. Destas, 14 não dizem respeito a reportagens (gênero que é foco do nosso estudo) e, por isso, não fazem parte do universo da nossa amostra. Chegamos, assim, a um *corpus* de 61 textos elegíveis para a análise da cobertura das humanidades enquanto tema.

À primeira vista, o principal critério para a presença de determinados temas é a diversidade (temas relacionados à psicologia são aqueles que mais ganham destaque, seguidos de temas referentes à religião e economia com mais recorrência. Mas, em geral, várias áreas e

---

<sup>21</sup> A Capes é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) do Brasil, responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), e que apresenta uma classificação das áreas de conhecimento segundo objetos de investigação e métodos cognitivos, com uma finalidade de orientar órgãos da área de ciência e tecnologia. Tal classificação foi definida como o principal instrumento dessa pesquisa para a identificação dos temas e sua categorização enquanto pertencente ou não ao universo do que nomeamos humanidades.

assuntos são abordados: família, violência, planejamento urbano, comportamento, modernidade, cultura etc.). Nota-se que essa presença na capa segue o mesmo princípio ao longo das publicações - há uma espécie de esforço de equilibrar temas ao longo da publicação em todas as revistas<sup>22</sup>.

A presença relevante de matérias nas capas nos surpreendeu, uma vez que, frente à literatura consultada, o espaço dado às humanidades no jornalismo de especialidade, em geral, é descrito como restrito. Considerando o universo de 212 chamadas que estamparam as capas das revistas durante o ano de 2011, as Humanidades (75 casos) representam cerca de 35% dos temas que ganharam destaque.

Essa visibilidade na capa chama atenção principalmente se consideramos a importância desse espaço para as publicações como um todo e mesmo se consideramos – conforme alguns autores vêm chamando atenção recentemente – que as capas configuram textos e tem um grande potencial de afetação dos sujeitos, mesmo daqueles que não tem acesso ao interior da publicação. A capa atinge um público bem maior que a própria publicação. É possível afirmar, conforme veremos, que as capas falam por si e as revistas, ao operarem seu procedimento de seleção e eleição de temas para esse espaço privilegiado, conferem aos mesmos importância e notoriedade frente aos demais acontecimentos.

Carla Rodrigues Cardoso, ao analisar as capas de *newsmagazines*<sup>23</sup> de quatro diferentes países defende a ideia da capa como um dispositivo de comunicação, uma vez que “possui linhas de visibilidade (as imagens, por exemplo); de enunciação (os títulos); de força (o título e a imagem principais); de fractura (mecanismos de separação dos temas, quando são múltiplos)” (CARDOSO, 2007, p.2). Para ela, as capas das revistas (no caso específico de seu estudo as revistas semanais de informação) configuram um dispositivo híbrido, uma espécie de fronteira entre a publicidade e o jornalismo e que “afirma-se como a primeira moldura da realidade ‘oferecida’ pelas publicações aos seus leitores” (CARDOSO, 2007, p.13).

(...) a capa de revista é também uma figura intermediária, que faz parte da publicação, mas ao mesmo tempo se demarca dela, vale por si, é uma janela de contacto com o exterior. A capa não se reduz a informação, mesmo que este seja o

---

<sup>22</sup>No entanto, esse movimento em prol da diversidade temática não deve ser confundido com um pretenso equilíbrio entre os assuntos eleitos pela cobertura. Os temas das ciências naturais são inquestionavelmente, nas quatro revistas analisadas, sempre mais numerosos, tanto na capa como no interior das publicações.

<sup>23</sup>“(…) revistas que nos ajudam a adquirir informação, conhecimento e compreensão. Informam-nos sobre assuntos e acontecimentos que podem afectar-nos, dizem-nos o que se está a passar no mundo e o que isso significa para nós” (JOHNSON e PRIJATEL, 1999, p. 2, *apud* CARDOSO, 2007, p.2)

teor do interior da revista; a capa anuncia o conteúdo da revista e reforça a notoriedade e a identificação da publicação, sem se perder no universo da publicidade (CARDOSO, 2007, p.2 e 3).

As capas seriam assim a primeira forma de contextualização oferecida pelas revistas para os leitores, de forma a passar a eles uma interpretação dos acontecimentos própria de cada publicação. Mais que isso, cabe a elas atrair a atenção do leitor, seduzi-lo, e realizar com ele um primeiro contato. Funcionando como uma vitrine de cada edição (VAZ e TRINDADE, 2011) elas buscam convencer o leitor da compra do exemplar (além de que buscam convencê-lo à leitura do material) e representam o resultado de um complexo processo de seleção e eleição de temas que são alçados à visibilidade, retirados do emaranhado múltiplo de acontecimentos para circular de forma privilegiada na esfera midiática.

Paulo Bernardo Vaz apresenta a ideia da capa como um mecanismo de flerte com o leitor e como um discurso repleto de significados. Ao tratar das capas de *newsmagazines* semanais, ele afirma que

Suas capas promovem a construção de sentidos ao oferecerem relatos de acontecimentos e tentam ganhar seu público com assuntos que possam despertar seu interesse. Renovadas a cada sete dias, as capas dessas publicações são planejadas para atrair o olhar do transeunte próximo à banca; influenciar na decisão de compra; sinalizar para os assinantes as atrações principais daquela edição; convocar os vizinhos de habituais leitores; atrair novos leitores mesmo para empréstimos (VAZ, 2009, p.1).

Apesar de dirigidas às revistas semanais de informação, tais considerações podem ser aplicadas também, de modo geral, às capas das revistas mensais (como é o caso das revistas tomadas em consideração neste trabalho, com exceção para a Revista Minas Faz Ciência, que é trimestral e não é comercializada) e, no nosso caso, podem ajudar a compreender a importância da presença dos temas das humanidades nas capas dessas publicações. O fato de serem eleitos para figurarem nesse espaço não pode ser visto como mera casualidade.

As revistas mensais têm, devido à sua periodicidade, uma série de especificidades com relação a outras publicações e dispositivos. Submetidas às normas, processos e pressões do universo jornalístico e reguladas por valores notícias e critérios de noticiabilidade, as revistas se ajustam nesse universo e configuram tais normas e procedimentos ao seu modo. Não é mais o hoje datado, imediato, em questão, assim como não é o acontecimento que emerge inesperado e causando descontinuidade que prioriza a pauta. A periodicidade da revista, a sua duração no tempo (nas bancas, sites, estantes ou salas de recepção), a forma como é trabalhado o seu espaço e a maior liberdade de tamanho e investimento no texto as

diferenciam, assim como diferenciam sua forma de apreensão dos acontecimentos, de tratamento dos temas e de organização de seu processo produtivo e de circulação.

Uma das diferenças que chama mais nossa atenção diz respeito à forma como selecionam e configuram o acontecimento, como abordaremos oportunamente mais adiante. Mas, no que diz respeito às capas, elas se diferenciam por sua duração. As revistas permanecem nas bancas (a não ser que se esgotem) durante todo o mês. A sua capa, além de vitrine, representa a “cara” da revista daquele mês. O tema central eleito para a manchete não é apenas o tema da capa, mas o tema do mês, ele vai representar o pensamento da revista por todo esse período. E essa “cara do mês” vai estampar não só as bancas, mas, em geral, os sites das revistas (que se adaptam para representar e se alinhar à edição em voga). Isso sem contar a presença da revista na casa do leitor, uma vez que, conforme apontam alguns estudos (SCALZO, 2008), esse tipo de veículo não é tão facilmente – ou rapidamente – descartado pelo leitor/assinante. Ou seja, o tema eleito para a capa é a cara da revista daquele mês, ou representa a própria revista durante todo o período. E, assim, é criado um vínculo direto não só com aquela edição (Edição 70 ou 100, ou 1000), mas com aquele mês: a revista de março, abril ou maio.

Tal consideração se casa com a ideia de Carla Cardoso das capas como o rosto das publicações. Mas, nesse caso, seria um rosto mais duradouro. No entanto as ciências humanas nem sempre são alçadas, ou legitimadas como capazes de configurar esse rosto. Considerando-se que as capas são constituídas por um conjunto de elementos textuais (verbais, imagéticos, gráficos etc.) e que há uma hierarquia entre esses elementos na própria capa, há que se destacar o papel da chamada principal, ou da matéria de capa, na constituição desse “rosto” ou dessa “cara” mensal das publicações. Podemos afirmar sem receios que é essa matéria de capa – responsável pela chamada principal e pela imagem central da capa – que é alçada ao posto de face da revista e que sua visibilidade e seu poder de afetação são expressivamente superiores aos demais temas estampados na capa – por meio de chamadas secundárias ou terciárias.

Levando-se em consideração esse fato, é preciso ponderar sobre essa visibilidade dada às humanidades, uma vez que apenas em oito casos<sup>24</sup>, ou em apenas oito das 41 capas, as

---

<sup>24</sup>As oito capas que tem como chamada principal temas das Humanidades se distribuem da seguinte maneira: duas capas de Superinteressante (“Psicopatas no trabalho”, edição 291, maio de 2011 e “Os anos ocultos de Jesus”, edição 293, julho de 2011), duas capas de Galileu (“Organize sua vida”, edição 243, outubro de 2011 e “O que te motiva?”, edição 239, junho de 2011); duas capas de Pesquisa Fapesp (“.br – os 20 anos de internet no Brasil”, edição 180, fevereiro de 2011 e “A escravidão sobre a terra”, edição 190, dezembro de

humanidades foram exatamente as responsáveis pela chamada principal da capa, ou seja, por definir esse “rosto” da publicação.

Ao fato de que a maioria das ocorrências de reportagens das ciências humanas nas capas das revistas de divulgação científica se restringe às chamadas secundárias e terciárias se somam outras questões sobre esse destaque conferido aos temas das humanidades ou a essa visibilidade conferida a eles pelas publicações.

A presença das humanidades na capa confere evidência aos temas frente aos demais abordados na revista e, principalmente, frente a todo um universo de acontecimentos elegíveis. No entanto, nem sempre a visibilidade na capa garante visibilidade interna ou mesmo visibilidade às ciências humanas enquanto tal. Alguns temas das ciências humanas se apagam nas capas, uma vez que a roupagem que recebem, ou seja, a forma como são elaboradas as chamadas segue o mesmo padrão adotado para apresentar os temas das ciências naturais – num universo de promessas, de grandes revelações e respostas conclusivas para as questões propostas – o que afasta a identificação das humanidades de seus fundamentos e de suas características básicas. As chamadas de matérias referentes às ciências humanas e sociais muitas vezes parecem se dirigir a reportagens de outras áreas.

Outra constatação observada é de que algumas matérias de capa se apagam dentro da publicação. Às vezes é difícil identificá-las, localizá-las no interior na revista, tamanha a distância entre a promessa promovida pela chamada de capa e a realidade do conteúdo. Além disso, se considerarmos o espaço das humanidades frente àquele destinado à divulgação das ciências naturais, a preponderância destas últimas é marcante.

Outra característica que salta aos olhos numa primeira visada das capas é a maneira como esse expoente das humanidades ganha forma nesses espaços. Há que se considerar que essa visibilidade não é dada de modo simplista. Olhando à primeira vista para as capas das revistas populares, por exemplo, é difícil identificar onde se encontram as humanidades e quais temas pertencem a esse universo. As chamadas ganham uma roupagem de ciência natural, com um teor de revelação ou de promessa sempre alto e uma retórica que, muitas vezes, afasta a chamada do real conteúdo dos textos. Há uma espécie de apagamento dos traços de “humanidades” nas capas. Algo que poderíamos olhar como uma visibilidade alcançada pelo apagamento de suas marcas específicas, ou visibilidade reconhecida pela

---

2011); e duas capas de Minas Faz Ciência (“Um código para avançar”, edição 47, Setembro a novembro de 2011 e “Memória coletiva”, edição 48, Dezembro de 2011 a fevereiro de 2012).

naturalização dos temas específicos das humanidades no universo do conhecimento positivo. As ciências humanas são eleitas para as capas (ou são consideradas legítimas, capazes de “sustentar” o peso e a importância desse espaço), mas com cara de ciência *hard*, de quem pode oferecer respostas e afirmar verdades. Elas são eleitas para o espaço de destaque, mas de forma condicionada. Muitas vezes, é impossível identificar o tema ao qual determinada matéria diz respeito de fato, somente pela chamada. Nesses casos, é necessária a leitura completa do texto no interior da revista para que se possa afirmar em qual universo se insere e qual o foco de sua abordagem.

Parece haver um modelo de capa, ou seja, uma expectativa do que a capa deve oferecer e, para que sejam legitimadas como capazes de ocupar espaço frente a esse modelo, as humanidades devem ser capazes de oferecer o mesmo que supostamente as ciências humanas oferecem.

Há que se ressaltar, ainda, a presença de uma espécie de jogo de “parece mas não é e vice-versa”. Muitas vezes, chamadas que parecem se relacionar a assuntos do universo das humanidades não o são de fato, enquanto em outras ocasiões (seja pelo teor de certeza ou pela questão/problema que o texto promete responder/resolver) as chamadas características do campo das ciências naturais na verdade se relacionam a textos que abordam questões das humanidades e acionam esse campo de conhecimento como forma de explicar fenômenos.

Esse segundo caso é muito comum quando se trata de uma questão polêmica, para as quais as revistas demonstram julgar necessária a validação do tema no campo das ciências *hard*. É o caso de temas como inteligência artificial, meio ambiente e saúde. Na matéria “O lado burro da inteligência artificial”, publicada na revista Superinteressante, edição 290, de abril de 2011, a discussão sobre a construção do pensamento e do conhecimento e sobre a complexa distinção entre a mente humana e uma mente artificial ganha ares de robótica e física avançada se considerarmos a chamada de capa, os títulos internos e o visual da reportagem. Mas o conteúdo não condiz com essa promessa e aborda a discussão sobre a substituição da mente humana e os limites e debates éticos referentes à questão. É como se as humanidades não fossem legítimas ou apelativas o suficiente para garantir interesse no tema ou como se não “segurassem” o argumento sem o apoio das ciências naturais.

Outro caso no qual é recorrente esse recurso de customização das chamadas de matérias de assuntos pertinentes às humanidades com uma roupagem de ciência natural ocorre quando um tema que geralmente é abordado sob a ótica destas ciências ganha uma revisão, ou

é abordado sob o olhar das ciências humanas, como acontece com textos que se referem a números e conjuntos numéricos, evolução, genética, drogas etc. É o que acontece com a reportagem “A ciência dos preços”, cuja chamada ganha espaço na capa da Superinteressante, edição 294, de agosto de 2011. A chamada, assim como títulos internos e construção visual da reportagem, remete a um texto muito distinto daquele que é disponibilizado pela revista, com foco em estudos da psicologia humana e sua relação com números e valores e nas estratégias de marketing e mercado para seduzir consumidores.

De forma mais deliberada, há ainda os casos em que a própria revista adota rubricas que categorizam as matérias de forma equivocada, identificando matérias referentes a temas das humanidades como relacionadas ao universo das ciências naturais.

Aqui, nos chama atenção algumas considerações apresentadas por Patrick Charaudeau sobre as operações de distribuição em rubricas (separação e identificação dos temas em seções – as rubricas – que busquem corresponder às categorias de pensamento da opinião pública) e repartição temática (distribuição das notícias segundo as rubricas) operadas pela máquina midiática. Podemos associar tais procedimentos realizados pelas revistas para categorizar seus temas como representativos da forma como as revistas enxergam as ciências humanas e seus temas frente ao universo da cobertura científica. Não podemos afirmar que haja demérito com relação às humanidades nem mesmo que essas sejam preteridas (no que diz respeito ao espaço ocupado) em função de uma inferiorização frente às ciências naturais. Mas procedimentos como os acima apontados com relação à categorização dos temas demonstram uma dificuldade por parte das publicações em alocar as humanidades no universo das ciências, ou mesmo de apresentá-las como legítimas nesse universo sem que estejam vinculadas aos campos já consolidados como tradicionais no universo da cobertura jornalística da ciência.

Na contramão dessa tendência temos os já referidos casos – embora mais escassos – em que, seja pelos títulos e chamadas ou pelas imagens utilizadas nas capas, tem-se a ideia de que o texto abordará questões do universo das humanas, quando o mesmo não ocorre. Exemplo disso é a matéria de capa da Revista Pesquisa Fapesp, edição 182, de abril de 2011. O título “Um retrato ancestral dos ameríndios” é ilustrado por uma grande imagem de um artefato (provavelmente uma escultura) com traços característicos das culturas nativas da América. A construção da capa dá a entender uma abordagem histórica e arqueológica do tema. No entanto, o texto foca-se em estudos genéticos e bioquímicos para identificação de mutações em genes comuns aos povos ameríndios e que favorecem a ocorrência de doenças como obesidade e diabetes. As humanidades aparecem no texto de forma tematizada –



disponibilizam dados históricos para contextualização da pesquisa e validação de hipóteses – mas não ganham destaque.

Em seu estudo sobre as capas de *newsmagazines*, Cardoso aponta entre seus resultados mais significativos o fato de que a grande maioria dos títulos busca seduzir o leitor (80% dos casos estudados pela autora). Tal constatação pode contribuir na compreensão do fenômeno identificado nas capas das revistas de divulgação científica. Embora não abordem o acontecimento da mesma forma que os jornais ou as revistas semanais e sejam regidas por normas e processos diferenciados, as revistas mensais também trabalham com esse jogo de sedução e suas capas têm a função de atrair a atenção e convencer da compra e da leitura do exemplar. Essa necessidade de ser atrativa, somada a outros valores fundamentais para um veículo de informação, como as necessidades de ser atual, de fazer a diferença, de oferecer o novo e o relevante e se destacar do ordinário, podem pesar para esse descompasso da capa com o interior da revista. O resultado é que muitas das promessas e respostas oferecidas na capa não são entregues. E nesse jogo de sedução, as humanidades são tomadas como ferramentas, assim como as ciências naturais, para realizar essa atração e conquista do leitor.

Há que se considerar, ainda, que as revistas constroem seu próprio universo e espaço de reconhecimento. Ou seja, criam elementos de identificação com o leitor e de inserção no seu campo específico (no caso, o das revistas de especialidade dirigidas às ciências). Em outras palavras, a revista disponibiliza periodicamente um produto que permite que ela não seja confundida com outra publicação, que tenha uma identidade e que seja reconhecida por ela. Essa identidade estabelece uma série de relações (se liga a princípios editoriais, processos produtivos, relações com o leitor, com as fontes, com os anunciantes e com outras publicações e veículos da área, além de se relacionar a visões de mundo e de ciência específicas) e cria uma série de expectativas com relação à publicação que é disponibilizada como produto final.

Tais expectativas criadas com relação à revista retroalimentam um sistema de demandas, ou seja, um sistema no qual se entende que o público (ou os leitores) sabe o que esperar da revista e a revista precisa atender – não pode frustrar – essa expectativa que ela própria gerou sobre si. Dessa forma, a revista precisa adequar os temas eleitos para sua capa e seu conteúdo à demanda que precisa suprir. E essa adequação não se dá sem consequências para a representação e abordagem dos temas.

Beatriz Marocco defende a ideia de se explorar, no texto jornalístico, duas camadas de sentido. A primeira é a face visível do jornal (ou revista, ou seja, do dispositivo), que permite

que identifiquemos sempre um determinado veículo, embora seus conteúdos mudem. Essa camada é mais superficial e possui uma forma, ou seja, aqueles elementos que projetam esta face visível. Essa forma seria tudo que é feito para dar aparência à notícia. (MAROCCO, 2011). Na segunda camada, localizam-se os esquemas narrativos, que permitem a compreensão do relato e a sua identificação como pertencente ao universo jornalístico, com seus elementos específicos e sua rede de relações.

Para a autora, no jornal

(...) muitos dos elementos que encontramos na superficialidade fornecem pistas do que as camadas mais profundas revelam ao analista e são importantes para o estudo do saber jornalístico em suas relações com a sociedade, para além da organização racional que o jornal é capaz de dar a seus enunciados (MAROCCO, 2011, p. 209).

A capa de uma publicação, podemos então afirmar, ajuda a configurar essa primeira camada – que pode ser identificada como a camada de configuração do dispositivo – e é um dos elementos fundamentais na composição dessa “forma” – embora nem de longe seja a única. Sendo assim, a capa é fundamental na construção das expectativas referentes à revista e seu conteúdo e, mais que isso, tem o papel de contribuir para o reforço dessa expectativa, ou seja, para atender à demanda construída em torno da publicação. A capa, enquanto “face” precisa ratificar a identidade da publicação. E, partindo-se da constatação de que as revistas analisadas (em diferentes níveis) constroem sua identidade sobre um conceito específico de ciência – em geral ainda relacionado à noção de ciência moderna e positivista, baseada em métodos replicáveis e com resultados obtidos de forma objetiva – e se apresentam como portadoras de promessas e respostas, o que observamos é um esforço para enquadrar as ciências humanas nesse cenário. Ou seja, as humanidades, enquanto ocupam espaço na capa, devem contribuir para a confirmação dessa identidade e dessa expectativa. E para atender a esses requisitos, os seus temas recebem as já citadas configurações e ganham roupagens específicas nas chamadas e mesmo nos títulos do interior das publicações.

## **6.1 – Humanidades tematizadas**

Uma segunda vertente de abordagem aciona as humanidades enquanto um contexto (operam como tematização), um pano de fundo ou fio condutor para o encadeamento das ideias do tema principal e estabelecimento de um vínculo da pesquisa/descoberta com a

realidade social. Tal abordagem se faz em um número bem maior de reportagens, no entanto, em níveis bem diferenciados, o que dificulta uma quantificação do número de aparições desse tipo de abordagem. As humanidades se fazem presentes desde a fala de um profissional ou pesquisador da área, que é chamado para falar, por meio de noções, ideias e conceitos das humanidades naturalizados e absorvidos pelo discurso do senso comum, até pela referência a trabalhos ou pesquisas das humanidades que possam contribuir para a compreensão de determinado assunto ou para situar o público em determinado cenário.

Em uma leitura preliminar do universo das duas categorias de revistas, podemos observar que a tematização é mais facilmente identificável nas reportagens das revistas populares. Sua ocorrência é marcante também nas demais categorias, mas com diferenças relacionadas à maneira como a ciência é acionada e às especificidades de autoria dos textos e fonte geradora das pautas.

Nas revistas populares, o gesto predominante é o de acionamento da ciência pela mídia, ou seja, raramente os textos são motivados por um projeto ou pesquisa específicos, mas sim por questões e temas para os quais as publicações busquem respostas ou explicações. Em outras palavras, a revista elege um tema, questão ou uma realidade que vai buscar organizar, explicar, tornar acessível e claro ao leitor, com uma boa dose de “revelação” e de “ineditismo” sempre que possível. Essa necessidade de oferecer ao leitor uma “organização para o mundo” ou uma “versão organizada e explicada da realidade” faz com que as publicações populares acionem a ciência em diferentes âmbitos e direções. Não é o foco das pesquisas que ganha prioridade, mas a forma como essas pesquisas ou estudos podem contribuir para responder as perguntas estabelecidas pelas reportagens. Nessa busca por respostas e por ganchos capazes de organizar uma determinada realidade, a revista investe no acionamento de outras áreas para além daquela referente ao tema central de seu texto.

Nesse cenário, as humanidades surgem como mediadoras, uma vez que conseguem conectar o universo das ciências *hard* ao cotidiano e a realidade palpável do público. Da mesma forma, as humanidades surgem como um instrumento de complementação, como um recurso ao qual recorrer quando não se obtém um fecho para as questões apenas com as respostas das ciências naturais. Como a preocupação da revista não é especificamente apresentar pesquisas, mas apresentar cenários explicados, realidades planificadas, não há uma preocupação em estabelecer os limites específicos entre os universos científicos. Ou seja, torna-se mais difícil, no texto, separar o que pertenceria ao campo das humanidades do repertório oriundo de outros campos.

Nas revistas institucionais, por sua vez, a presença de uma instituição que motive, que mobilize a elaboração das matérias, modifica a relação e permite que a ciência em si, ou os temas específicos, tenham mais capacidade de acionamento, e mais potencial de reivindicar espaço. Assim, o que notamos é que a necessidade de identificar um problema ou uma questão que precisem ser explicados – preponderante nas revistas populares – é substituída por um esforço em se apresentar os estudos, a forma como são desenvolvidos e suas possíveis contribuições para a sociedade em termos de alimentar novos debates ou de disponibilizar novos conhecimentos.

Tal fato não impede que as ciências humanas sejam tematizadas em reportagens cujo foco se dirija às ciências naturais, nem que sejam acionadas para criar vínculos e para oferecer contrapontos. No entanto, parte da sua capacidade – observada nos textos das revistas populares – de disponibilizar uma complementação se perde, uma vez que os próprios estudos acionados conseguem se explicar sem muita necessidade de que outras áreas sejam acionadas para permitir sua compreensão. A rede que se constrói ao redor do tema (mesmo que um estudo específico seja o foco da reportagem, raramente ele é o único trabalho citado ou acionado) costuma se tecer, nesses casos, com outros estudos da área ou de campos similares. No entanto, são vários os casos em que os autores acionam a realidade social como um contexto, como forma de legitimar seus trabalhos e sua aplicabilidade e como forma de introduzir o cenário no qual desenvolvem seus esforços e a forma como seu trabalho está relacionado a um universo mais amplo.

Feita essa breve consideração, à qual nos deteremos de forma mais aprofundada nos capítulos dedicados à análise específica da cobertura das humanidades em cada categoria, partimos para um panorama também rápido das formas mais recorrentes como identificamos a tematização das ciências humanas nas revistas.

As humanidades são tematizadas, muitas vezes, como um gancho, uma forma de introduzir o assunto ao universo do leitor, de criar um link com o público em potencial e reduzir a complexidade da questão, aproximando-a de uma realidade comum a de quem tem acesso ao texto. Na matéria de capa da edição 185, julho de 2011, da revista Pesquisa Fapesp, que ganhou o título “Arqueologia magnética” (e o título “A história magnética do Brasil” no interior da revista) a reportagem tem início com uma espécie de diário de bordo do pesquisador – relatado pela matéria – no qual a trajetória até a seu “achado” (diminuição da intensidade do campo magnético nas regiões nordeste e sudeste do Brasil e nova técnica de datação de construções históricas brasileiras por meio da intensidade magnética de amostras

de seus materiais) é descrita. Ali, além de introduzir a descoberta e contextualizar/legitimar a pesquisa, o texto desenvolve uma retrospectiva histórica que remonta ao início do estudo, os acasos ocorridos ao longo do processo e a maneira como o trabalho foi se desenvolvendo. O texto se inicia com uma história sendo contada, na qual vão sendo lembrados detalhes e coincidências – para os quais faz uso de diversas referências culturais e históricas partilhadas pelo leitor para se estabelecer – como a casa que pertenceu ao poeta Gregório de Matos e que tinha sua data de construção equivocada ou a troca de e-mails entre pesquisadores que acabou resultando numa parceria de sucesso. A forma do relato poderia ser a do caso de qualquer pessoa sendo contado e esse modelo gera uma proximidade com o leitor, de forma mais fácil e rápida do que certamente seria se o texto fosse iniciado com um argumento da geofísica.

Em alguns casos, a tematização é mais que um complemento ou pano de fundo contextualizador. As humanidades ganham força em algumas matérias a ponto de concorrer, em termos de importância e competência, para a compreensão do assunto abordado, diretamente com o tema principal. Em uma matéria sobre a “a origem” de sentimentos como a maldade e a crueldade (“De onde vem o mal”, Galileu, edição 240, julho de 2011), a neurociência, a biologia e a psiquiatria são o carro chefe da abordagem, que busca caracterizá-los como uma doença e, dessa forma, apontar a possibilidade de tratamento e cura. No entanto, as humanidades são acionadas no que toca ao comportamento humano, ao lado cognitivo da questão além da influência do contexto cultural e social para o surgimento de determinados comportamentos ou posturas. Em certos pontos do texto, fica difícil seguir com a leitura sem o apoio da voz das humanas e fica também difícil distinguir qual campo é o responsável (ou o capaz) por oferecer melhores explicações sobre a realidade apresentada.

A tematização das humanidades configura também um espaço para questionamentos e contrapontos dentro dos textos. Em muitos casos, é no momento em que as ciências humanas entram em pauta (de forma direta ou indireta) que surgem as ponderações, que ganham espaço pontos de vista diferenciados e que as perguntas que permanecem sem resposta podem ser formuladas e apresentadas, sem riscos de que a validade dos estudos ou linhas de pesquisa enfocados de forma primária no texto seja contestada por isso. A tematização surge, assim, também com o papel de abrir caminho para uma espécie de flexibilidade nos textos relacionados às ciências naturais. Como se as humanidades constituíssem esse espaço para o questionamento, fornecessem uma espécie de respiro dentro do texto, num universo de oferta de certezas, quando as certezas não estão tão facilmente disponíveis.

## 6.2 – Perguntas e respostas

Baseado numa leitura preliminar das reportagens que ganharam chamada nas capas, pode-se afirmar que a abordagem muda bastante de acordo com a forma com que o tema é acionado e com os mecanismos de acionamento mobilizados. Quando as humanidades acionam o jornalismo (um projeto de pesquisa ou uma pesquisa já realizada que chama atenção) a abordagem é mais ampla e vislumbra-se um estatuto de ciência (não que esse seja o ponto a se observar). Nesse caso, há espaço para mais explicações do pesquisador, para uma preocupação com a origem do trabalho (de onde parte, quais problemas busca responder) e os resultados possíveis (qual aplicabilidade, as contribuições). Nesse caso, o modelo de divulgação das ciências naturais é facilmente reconhecido nos textos.

Mas essa “imposição de modelo” cria alguns problemas, pois as humanidades não fornecem as respostas de maneira tão visível ou palpável como as demais áreas científicas. Os textos, principalmente nas revistas institucionais, acabam por conter uma abordagem legível para especialistas, são mais densos, com algumas partes com forte linguagem “academicista” e na maioria das vezes ignorando o processo de construção, os meios pelos quais os resultados são obtidos (mais até que em matérias das chamadas ciências *hard*).

O jornalismo não consegue dar conta dos elementos de subjetividade, tais como a apresentação de resultados (ou achados) de pesquisas que não tem como base dados quantitativos, a relação mais próxima e interativa do pesquisador com seu objeto ou com a questão observada, o envolvimento e a interferência do pesquisador na realidade estudada (presentes em maior grau, ou de forma mais evidente no processo científico das humanas) e a perspectiva mais interpretativa dos estudos e resultados. Como se assumir a forte presença do pesquisador, e o fato de que muito dos caminhos e dos resultados obtidos dependem de escolhas, fosse comprometer a credibilidade ou o teor científico das pesquisas e matérias.

Traços dessa dificuldade se manifestam em textos como “O problema do mundo sem bullying”, publicada em Superinteressante, edição 294, agosto de 2011. A matéria ganha a chamada “Por que o mundo precisa de bullying” na capa da revista e se volta para apresentar uma linha de estudos que defende a não intervenção dos adultos nos casos de agressão leve entre crianças, como forma de incentivar o amadurecimento e a superação de desafios. Apesar de “vender” a ideia dos estudos, ou seja, apresentar em suas chamadas e títulos a afirmação de que tal teoria é correta, a matéria traz tais afirmações como polêmicas, uma vez que uma

segunda linha de estudos se manifesta como contrária à ideia. Mas a matéria tem dificuldade em apresentar e posicionar essa segunda vertente, uma vez que não apresenta, como a primeira, estudos quantitativos que embasam seus resultados e experimentos replicáveis com grande número de participantes. Enquanto a primeira vertente apresenta resultados embasados em grandes levantamentos, realizados por poucos pesquisadores, mas munidos de muitos recursos, a segunda linha de pesquisa se apoia na experiência de psicólogos e clínicos, e na interação com pacientes reais e casos individuais. Tais métodos criam dificuldades para uma apresentação da ideia do bullying como algo negativo, e essa perspectiva acaba por obter menos espaço e destaque na matéria. A revista compra a ideia da primeira vertente, uma vez que apresenta justificativas mais objetivas, mesmo que os pressupostos apresentados sejam visivelmente questionáveis.

Outro exemplo pode ser observado na já citada matéria “De onde vem o mal?”, publicada em Galileu, edição 240, julho de 2011. Há uma clara dificuldade no texto em lidar com a ideia de que experimentos semelhantes em termos de bases teóricas e mecanismos utilizados têm resultados diferentes em função de variáveis colocadas pelas humanidades. Tal dificuldade leva a matéria a priorizar estudos com bases quantitativas e métodos mais próximos àqueles das ciências naturais.

Mas há que se ressaltar que essa “densidade” das matérias relativas a temas das ciências humanas tende a ser menos expressiva em matérias de capa que em outras matérias das humanidades presentes no interior das revistas. A leitura de um conjunto de revistas de nossa amostra permitiu que notássemos que em todas as publicações analisadas, mas de forma mais intensa nas revistas institucionais, as matérias que não ganhavam destaque na capa apresentavam uma preocupação menor com a tradução ou em serem simplificadas para o público. Nesses casos, em parte por se tratarem de textos menores (as matérias de capa chegam a 16 páginas) e mais focados em questões ou projetos específicos, há menos preocupação em responder e/ou explicar questões mais amplas ou polêmicas e há uma maior exploração dos conceitos e teorias mobilizados nos estudos, assim como a fala dos pesquisadores responsáveis é mais livre e menos mediada (ou editada) pelos jornalistas. Nessas matérias que não ganham as capas é aberto espaço para discussões mais polêmicas no interior do campo das humanidades, como a discussão de seu nível de cientificidade e debates entre correntes de pensamento divergente.

Exemplo disso é a matéria “Antropologia não é ciência?”, publicada na revista Pesquisa Fapesp, edição 181, março de 2011. O texto apresenta a discussão proposta pelo

título alimentada pelo recente fato da Associação Americana de Antropologia (AAA) ter retirado a palavra “ciência” de um de seus principais documentos. A leitura do texto exige a mobilização de um repertório próprio da área e o torna de difícil compreensão para quem não possui experiências prévias com os termos e conceitos utilizados.

Já quando as humanidades são acionadas, ou seja, quando um tema ganha visibilidade social e demanda da ciência algumas explicações, a cobertura tem outra configuração. Por exemplo: Ao trazer uma matéria sobre a amizade e a impossibilidade, para o homem, de ser feliz sozinho, a revista *Superinteressante* chama antropólogos e psicólogos para falar. Mas não vem ao caso qual é a pesquisa deles, ou em quais trabalhos estão envolvidos, quais suas linhas de estudos. Eles estão ali validando uma perspectiva ou apontando outra. Nesse caso, não há um conhecimento construído que se apresenta, mas alguém (um representante do universo científico) que explica aquela realidade. Diz daquela realidade como se fosse algo dado. Nesse tipo de abordagem, as Humanidades são chamadas para fornecer respostas, para planificar, ou “domesticar” a realidade.

E aqui, pode-se questionar a possibilidade de olhar para a cobertura das revistas como algo que propõe perguntas e respostas, ou seja, se as matérias trabalham com esse conhecimento como um lugar de perguntas ou de respostas. Quando a pergunta é da revista (do veículo, dos jornalistas envolvidos) e a ciência aparece como uma “fornecedora de respostas”? E quando a pergunta é da pesquisa e a revista se apresenta como lugar para apresentar suas respostas? Indica-se assim que as ciências naturais seriam um lugar de respostas enquanto que as humanidades se configurariam realmente como um espaço de questões?

Pode-se, ainda, relacionar esse quadro – ao qual retornaremos de forma mais atenta mais à frente – à já identificada questão de tema e tematização. As humanidades, nesse caso, seriam tema quando há respostas definidas e a abordagem se dá pelo trabalho (ou projeto de pesquisa) que a oferece. Seriam tematizadas quando a revista (o veículo ou os jornalistas) não apresenta respostas para uma questão e busca, por meio das humanidades, uma explicação, uma organização para determinada realidade.

No entanto, nem sempre a tematização se constitui como uma “pergunta da revista”. Ela também aparece quando uma pesquisa de outra área é abordada. A tematização tem um forte caráter de contextualização, de criação de vínculo com uma realidade acessível ao leitor, e de legitimação das informações apresentadas. Ou seja, o tema não conduz apenas à



especificação de um assunto, um recorte, como o conhecimento científico buscaria, mas também funciona como esse “alargamento” para a vida dos comuns.

Da mesma forma, nem sempre a eleição de um tema das humanidades se dá por meio de um projeto ou de um estudo que tenha emergido e ganhado atenção da mídia. As ciências humanas podem ser acionadas como tema (ou se fazem acionar) quando constituem um acontecimento ou, de forma muito recorrente nas revistas populares, quando um acontecimento ou fenômeno da vida social alheio ao seu campo emerge de forma inesperada e reverbera, exigindo uma contextualização ou explicação que pode ser buscada nas humanidades.

Dois caminhos ficam mais marcados quanto à proposição de perguntas ou respostas: há um modelo de abordagem no qual as ciências humanas são tomadas como um campo isolado, uma ilha de saberes específicos, capaz de propor questões e reflexões nem sempre com conclusões ou garantias para oferecer ao leitor. Por outro lado, chama atenção um espaço relevante que é dado para uma abordagem das humanidades como mediadora. E isso não se restringe aos casos em que é tematizada. As ciências humanas, se poderia conjecturar, ainda não alçadas ao posto de ciências propriamente ditas, teriam um poder de mediar o caminho entre estas e a sociedade. Parece uma espécie de reconhecimento de que muitas das respostas de que precisam os leitores (na verdade, de que precisa a sociedade como um todo) não podem ser fornecidas pelas ciências naturais (principalmente num cenário de modernidade avançada, de mudanças extremas em instituições, sistemas culturais, políticos e da fé e na crescente autonomia dos sujeitos).

A possibilidade de se olhar para o gesto jornalístico em direção às ciências como algo que propõe perguntas e respostas pode ainda ser analisado sob a perspectiva dos modos de acionamento da ciência. À primeira vista, quando a ciência tem o poder de acionar a mídia, ou seja, quando seus temas e projetos chamam atenção da mídia por sua própria força, ineditismo ou relevância, constitui-se um espaço de apresentação de resultados e respostas. A abordagem feita desses estudos e pesquisas que pautam a mídia é direcionada ao seu potencial de esclarecimento de questões pré-estabelecidas e às possibilidades de contribuições futuras. Já quando a mídia aciona a ciência, o gesto do jornalista seria o de buscar respostas para perguntas estabelecidas pela revista. Nesse caso, diferentes estudos e linhas de pesquisa são mobilizados como forma de esclarecer problemas ou jogar luz sobre realidades desconhecidas do público. Mas esse jogo de perguntas e respostas não é tão claro ou rígido. A tendência observada nas revistas é a de sempre disponibilizar esclarecimento para as questões propostas

(seja por ela ou pelos projetos) uma vez que a ideia de deixar perguntas em aberto ou sem respostas conclusivas parece ir contra ao princípio informativo adotado pelas publicações. No caso das ciências humanas esses limites são ainda mais questionáveis, uma vez que seus projetos e pesquisas, em geral, não têm a mesma pretensão de disponibilizar certezas e suas respostas não são muitas vezes conclusivas. Dados os seus próprios fundamentos, as humanidades configuram sempre um lugar de debate e de abertura para contestações.

### **6.3 – A construção da notícia nas revistas de divulgação científica**

As revistas mensais configuram seus relatos de maneira diferente, uma vez que não se afetam pela tirania do diário e não estabelecem com o público um compromisso com o factual e com a “notícia em primeira mão”. O diferencial de sua cobertura não está no ineditismo do fato – que seria inalcançável frente à sua periodicidade e à inevitável superação por veículos de circulação menos espaçada – mas no poder explicativo de sua cobertura, ou seja, o seu modo de olhar para a questão e as informações que elege para contextualizar, complementar ou analisar determinadas questões.

As revistas de divulgação – a modo de outras revistas mensais – elegem suas pautas em função de fatores semelhantes aos das demais publicações (atualidade, novidade, relevância, saliência, imprevisibilidade etc.), mas articulados de maneira diferente e com uma hierarquia de critérios distinta. Como não pode dar conta de acontecimentos que irrompem de maneira inesperada ou de fatos que chamam atenção em momentos e situações específicas, as revistas têm no seu potencial de interpretação dos fatos, o seu maior trunfo. O tempo disponível para apuração e produção dos textos é maior, assim como o espaço de que dispõem para as matérias. E são maiores as possibilidades de uma abordagem ampla e com desdobramentos das questões tratadas. Isso se reflete no produto final. De um modo geral, podemos afirmar que as especificidades do dispositivo (revista impressa, periodicidade maior, de especialidade) se refletem na maneira como as revistas de divulgação científica configuram as notícias e o acontecimento.

Os grandes acontecimentos que ganham o espaço midiático, com alto poder de afetação coletiva e de quebra do cotidiano, e que rompem com a continuidade e com as expectativas (QUÉRÉ, 2005; MOUILLAUD, 1997), tornando quase que obrigatória a atenção

da mídia e sua configuração em notícias, não deixam de demonstrar sua influência sobre as revistas de divulgação científica. Mas essa afetação se dá de maneira diferenciada.

Segundo Vaz e França (2009), os meios de comunicação produzem acontecimentos de acordo com as expectativas de seu público e, por meio desse poder de seleção, construção e filtro, consegue preencher seus noticiários e lidar com acontecimentos que não possuem poder de reverberação próprio. Tais acontecimentos ganham importância, se destacam frente aos demais, exatamente pela forma como são construídos pela mídia.

(...) a mídia possui o poder de legitimar determinados assuntos, transformando-os de maneira a afetar os sujeitos. Uma vez tornado acontecimento, o fato a princípio sem força de mudança, afeta a experiência de quem entra em contato com ele. (...) O fato, a princípio sem importância, ganha relevância pela própria criação de expectativa do discurso midiático e torna-se acontecimento pela legitimação dessa saliência pelo mesmo discurso (VAZ e França, 2009, p. 7 e 8).

Por serem mensais, as revistas de divulgação científica tomadas para nossa análise não se atrelam tanto a acontecimentos ditos legítimos (VAZ e FRANÇA, 2009). Dessa forma, não têm a necessidade de organizar, de dar sentido a uma determinada realidade frente à emergência do acontecimento. Elas lidam com suas reverberações. Mesmo ao desenvolver sua retórica focada em resultados, o texto não o faz motivado pela pressão emergencial do acontecimento. A novidade aqui é uma novidade mais explicada e contextualizada que propriamente inédita. Não identificamos, assim, a retórica dos resultados no sentido de uma busca e apresentação de produtos novos. Aqui, interessa mais os produtos empacotados e prontos para consumo. Produtos já devidamente contextualizados, no sentido de que são teorias, resultados e dados já incorporados ao corpo da ciência, que são acionados para explicar fenômenos e realidades.

Mas sua própria definição como publicação voltada para a divulgação de temas científicos garante às revistas, para além de seu reconhecimento como instituição midiática, autoridade para determinar quais acontecimentos serão legitimados e a forma como serão construídos enquanto tal. As revistas populares pautam os acontecimentos de forma a torná-los legítimos frente a um universo de possibilidades. E aqui nos deparamos com uma questão importante: quais temas do universo científico são selecionados para serem legitimados?

Pelos pontos já apresentados aqui, podemos apontar que as revistas de divulgação científica constroem e legitimam seus acontecimentos em função das expectativas de seus públicos, daquilo que julgam atender aos critérios de sua identidade enquanto publicação

segmentada e singular, de sua política editorial e de uma série de princípios e valores no que diz respeito à atualidade e relevância dos temas.

No caso das revistas institucionais há que se destacar um fator específico de legitimação dos acontecimentos: o fato de se relacionarem a projetos de pesquisa fomentados pela instituição responsável pela publicação. Tal circunstância reduz consideravelmente o universo de possíveis dos acontecimentos a serem selecionados. Não há garantias pré-estabelecidas com relação à seleção e publicação de tais textos, mas a possibilidade de tal gesto contribui em boa medida para a saliência desses temas frente a um conjunto de outros.

Mas, para além dos pontos mencionados, as revistas de divulgação científica selecionam acontecimentos que julgam atender a uma ideia de ciência partilhada coletivamente. E, como já salientado anteriormente, essa ideia traz alguns constrangimentos para as humanidades e sua cobertura. As ciências humanas, quanto ao que vimos sobre suas especificidades e fundamentos, dificilmente constituiriam acontecimentos legítimos. Seu próprio caráter processual e marcado pela reflexividade os coloca em contraposição à capacidade – esperada desses acontecimentos – de revelação ou de erupção de temas que rompem expectativas, provocam quebra de discurso.

No entanto, até esse ponto, não identificamos grandes diferenças com relação à cobertura das ciências naturais, uma vez que – independente de seu poder de afetação – não configuram acontecimentos legítimos nas revistas. O que fica em evidência é a forte tendência em se legitimar acontecimentos das ciências ditas duras em contraposição às humanidades.

Segundo Vaz e França (2009), o acontecimento legitimado ganha existência e importância pelas estratégias de sua exposição, ou seja, pela forma como são construídos e conformados ao modelo da mídia. E aqui, o modelo a que os acontecimentos das ciências humanas são acomodados para se tornarem legítimos é o modelo das ciências naturais.

A tendência à adoção dessa estratégia de acomodação das ciências humanas no modelo das ciências naturais como mecanismo de legitimação dos acontecimentos das humanidades pode ser compreendido por estas configurarem o que Traquina (1999) denomina “problemáticas” e não acontecimentos propriamente ditos. Para o autor, o conceito de atualidade que conduz a atividade jornalística, seu ritmo, associado a fatores como tempo de produção, o espaço disponível, a formação dos profissionais e a dificuldade de adentrarem, eles próprios, na profundidade da maioria dos assuntos, cria uma dificuldade de se abordar assuntos ou problemáticas. Citando Gaye Tuchman, o autor reforça que os acontecimentos

estão concretamente enterrados na ‘teia da facticidade’, enquanto as problemáticas não. Em contraposição a essa concreitude e delimitação no tempo, que tornaria os acontecimentos mais observáveis, os processos e problemáticas exibem uma espécie de ‘invisibilidade’, que exige maior poder de resposta por parte do campo jornalístico.

Segundo Traquina, “(...) muitas vezes, os assuntos, processos e problemáticas só são abordados, só entram no campo jornalístico através da existência de um... acontecimento” (TRAQUINA, 1999, p.175). E as ciências humanas, dessa forma, são abordadas nas revistas tanto num movimento de encerramento de suas problemáticas no formato de acontecimentos de outras áreas (reduzindo sua complexidade e apagando as marcas de dimensões como a reflexividade, a controvérsia, o erro como fator gerador etc.), quando são acionadas por algum acontecimento “maior” (primavera árabe, união civil entre pessoas do mesmo sexo); quanto por meio da disponibilização de sua problemática (e seu potencial contextualizador e interpretativo) como um pano de fundo ou mediador para acontecimentos de outras áreas que as tematizam.

Outra consideração que é possível tecer frente à primeira leitura das matérias de capa das revistas como um todo, diz respeito à questão levantada por Quéré (2005) de possibilidade de compreensão do acontecimento tanto como um começo quanto como um fim, com poder de abertura e de fecho, de iniciação e de esclarecimento, de revelação e de interpelação.

Tomando por base essa dupla modalidade de experiência do acontecimento, verificamos uma tendência, na abordagem realizada pelas revistas (principalmente as populares), de tomada do mesmo como um encerramento. As revistas buscam compreender os temas por uma perspectiva de esclarecimento do passado, de explicação de um cenário que lhes é anterior. É uma busca por compreender realidades e situações existentes ou que já existiram. A construção das reportagens remonta sempre ao contexto no qual se inserem os estudos e pesquisas, com reconstruções históricas e retomadas do problema que deu origem à descoberta ou à revelação em questão. Uma das implicações desse fato se dá no tom histórico adotado em muitos casos. Para apresentar o novo (no caso, o tema selecionado e que tem sua cota de atualidade, foi legitimado) as matérias precisam construir um cenário no qual esse novo chegue como um fecho, como algo capaz de organizar uma realidade, de responder questões em aberto, de amarrar nós descontraídos e gerar uma ordem ou continuidade.

É essa retórica da planificação, da explicação e busca de certezas (ou uma verdade para se afirmar) que dá um aspecto de história à abordagem dos temas. Em alguns casos, a

narrativa se assemelha menos a uma apresentação de estudos, técnicas e processos científicos, que a uma história sendo contada.

Isso se dá principalmente nos casos em que, ao invés de uma pesquisa ou projeto específico, é apresentado um determinado fenômeno, problema ou situação que exige respostas (Destino existe? Hipnose pode ser considerada uma nova modalidade terapêutica? Qual a melhor dieta? Como impedir o envelhecimento?). Nesses casos, um conjunto de linhas de pesquisa, de fontes e de perspectivas é acionado para tentar oferecer respostas. No entanto, o foco se volta para esclarecer aquela realidade, numa tentativa de fornecer a “versão definitiva” e as relações estabelecidas são, em geral, de causalidade.

Em casos de maior poder de acionamento da ciência (quando a abordagem foca-se mais em um estudo específico ou em número menor de pesquisas de uma determinada área), pode-se vislumbrar um movimento diferente e cria-se uma aura de expectativa. As revistas que abordam os projetos e pesquisas em si (ou as publicações na quais a ciência tem poder/força de acionamento da mídia) focam o futuro, o que está por vir (os possíveis resultados e aplicações, em que tais investimentos podem resultar, quais contribuições poderão oferecer). Mas, ainda aqui, a relação de causalidade, ou seja, a abordagem da ciência como algo que vem atender a um chamado, preencher uma lacuna, disponibilizar uma solução para um problema ainda é evidente.

As revistas populares são um grande exemplo dessa perspectiva do acontecimento como um fecho. Elas são marcadas por uma perspectiva que remete ao acontecimento como algo capaz de explicar o passado. São legitimadoras de acontecimentos que possam organizar e explicar o passado e trazer esclarecimento sobre o hoje, o agora. Buscam planificar a realidade e reduzir sua complexidade. Raramente é visível um movimento em direção aos desdobramentos, às implicações desse acontecimento. Tal perspectiva pode até ser vislumbrada – como forma de indicar os resultados possíveis e reforçar os produtos a serem disponibilizados pelo estudo/ pesquisa / linha de trabalho em questão – mas a abordagem oferecida pelas matérias não tem foco no acontecimento como algo capaz de indicar futuros possíveis, ou mesmo não tem foco o acontecimento como algo que abre uma perspectiva de futuro, uma vez que isso implica em incertezas.

Nessas revistas, os exemplos, em grande parte, são casos concluídos. As fontes acionadas, ou os testemunhos são de pesquisadores/pessoas que tinham uma questão/problema/caso, mas já encontraram a solução ou escolheram um caminho a seguir em

relação a seu problema. A retórica ali é dos resultados já obtidos, mais que das potencialidades futuras. São raros os casos em que os estudos ou projetos acionados ainda estejam em desenvolvimento. Há uma tendência em se buscar experiências encerradas, com resultados que possam ser demonstrados e comprovados.

Já nas revistas institucionais, o teor conclusivo é menor. Os testemunhos são de pessoas que podem vir a ser beneficiadas, ou que veem no trabalho em questão algumas perspectivas. Quando se aborda uma pesquisa ou projeto específico, há possibilidades de que os trabalhos ainda se encontrem em andamento, ou que façam parte de um conjunto maior de investigações que tem como sua maior vantagem as possibilidades que abrem, ou seja o potencial do que ainda está por ser revelado.

Além de variarem em função do modo de acionamento da ciência, tais diferenças, é evidente, se dão em função das especificidades de cada categoria de revista. Nas revistas institucionais há uma necessidade de validação do estudo/pesquisa e justificativa para o investimento feito, por isso busca-se focar os resultados, os produtos possíveis, mesmo que estes ainda não tenham sido alcançados.

De qualquer forma, ainda é cedo para tecer mais considerações. Passemos, antes, para uma análise mais apurada da cobertura das revistas por categorias.

## 7- HUMANIDADES EM REVISTAS POPULARES

Dentre as categorias de publicações abordadas neste trabalho e voltadas para a divulgação científica, as revistas tidas aqui como populares são aquelas que visam o público mais amplo e trazem a linguagem mais informal, além de realizarem os maiores investimentos em imagens e recursos visuais e gráficos. São também as de maior tiragem e cujo discurso, ainda que heterogêneo, se encontra mais afastado do discurso científico e da linguagem acadêmica.

Considerando o universo das duas revistas dessa categoria que são foco da presente análise (Superinteressante e Galileu), obtivemos o seguinte cenário. A revista Superinteressante apresentou ao longo de 2011, em suas capas, 84 chamadas, sendo 33 relativas a temas das ciências humanas. Dessas 33, nove não caracterizam o gênero reportagem e, por isso, não integram o grupo do qual selecionamos nossa amostra. Trata-se de entrevistas, artigos, fotorreportagens, quadros interativos e páginas dedicadas a guias de “Faça você mesmo” ou de dicas. A Revista Galileu, por sua vez, dedicou 20 de suas 53 chamadas de capa a assuntos referentes às humanidades. Dessas, apenas duas não se referiam a reportagens, sendo uma entrevista e um artigo.







FIGURA 1 – Capas de Superinteressante: Edições 298 a 298 – jan 2011 – dez 2011



FIGURA 2 – Capas de Galileu: Edições 234 a 245 – jan 2011 – dez 2011

Desse universo, foram selecionadas 12 matérias, sendo 6 de cada revista, subdivididas em 3 reportagens nas quais as humanidades são tema e três nas quais são tematizadas. Cada matéria escolhida tem por característica trazer à tona traços ou elementos marcantes de uma determinada dimensão das ciências humanas (controvérsia, reflexividade e retórica dos resultados). Para nossa análise foram selecionadas as seguintes reportagens<sup>25</sup>:

**Tabela 1**  
Matérias selecionadas em revistas populares

Revista	Abordagem	Dimensão	Matéria <sup>26</sup>	Descrição
Superinteressante	Tema	Controvérsia	Os anos ocultos de Jesus	Matéria de capa Edição 293, julho 2011
		Retórica dos resultados	A Ciência dos preços	Chamada secundária Edição 294, agosto 2011
		Reflexividade	Psicopatas no trabalho	Matéria de capa Edição 291, maio 2011
	Tematização	Controvérsia	Destino existe?	Matéria de capa Edição 287, janeiro 2011
		Retórica dos resultados	Amizade Por que é impossível ser feliz sozinho	Matéria de capa Edição 288, fevereiro 2011
		Reflexividade	Como tomar decisões	Matéria de capa Edição 295, setembro 2011
Galileu	Tema	Controvérsia	Revolução Digital	Chamada terciária Edição 236, março 2011
		Retórica dos resultados	E aí, beleza?	Chamada terciária Edição 244, novembro 2011

<sup>25</sup> Devido à grande extensão dos textos, as matérias analisadas não foram anexadas à dissertação. No entanto, podem ser acessadas nas versões virtuais das revistas, disponíveis nos seguintes endereços: <http://super.abril.com.br/superarquivo/> e <http://editoraglobo.adobe.globo.com/adobe/revista-digital/galileu/>.

<sup>26</sup> Os títulos utilizados na tabela 1 se referem às chamadas de capa recebidas pelas matérias. Alguns se repetem ao encabeçar as matérias no interior das revistas, mas, na maioria dos casos, novos títulos são elaborados para as reportagens. Os respectivos títulos internos são os seguintes: “Os anos ocultos de Jesus”; “A ciência dos preços”; “Psicopatas S.A.”; “Destino”; “O que nos tornou amigos”; “Como tomar decisões”; “A queda das ditaduras versão 2.0”; “Bela Injustiça”; “Faça uma coisa de cada vez”; “De onde vem o mal”; “Porqu3 3rr4mo5?”; e “Supercomputadores”.

		Reflexividade	Organize sua vida	Matéria de capa Edição 243, outubro 2011
	Tematização	Controvérsia	De onde vem o mal?	Matéria de capa Edição 240, julho 2011
		Retórica dos resultados	Por que nosso cérebro nos engana?	Matéria de capa Edição 237, abril 2011
		Reflexividade	Máquinas que pensam	Matéria de capa Edição 238, maio 2011

Nota-se que a maioria das reportagens selecionadas teve destaque como matéria de capa das revistas. Tal fato não foi intencional, mas manifestou-se uma vez que buscávamos matérias em que traços das dimensões destacadas das ciências humanas se fizessem mais notáveis. Por ganharem mais destaque, e conseqüentemente mais espaço no interior das revistas, as matérias de capa chamaram atenção por explorar de forma mais expressiva elementos que pudessem ser associados a tais dimensões. É importante ressaltar também que, de forma particular nas revistas populares, as aparições mais expressivas das ciências humanas se dão exatamente quando algum de seus temas é eleito para a capa.

A cobertura dada pelas revistas populares aos temas é tal que, à primeira vista, qualquer assunto poderia ser eleito para estampar as páginas das publicações e qualquer assunto poderia ser abarcado para o universo das ciências. Notamos nas revistas a presença de temas que, em geral, são abarcados por rubricas diferenciadas em outras publicações ou veículos, como política, mercado, sistema judiciário, eleições etc. É como se, de repente, todos os assuntos possíveis fossem tragados ao universo da ciência. Como se esta tivesse carta branca para entrada em todas as esferas, como forma de dar sentido, de suportar decisões e tomadas de posição, de oferecer justificativas, esclarecimentos ou explicações, mas também para legislar a favor ou contra muitas questões. A ciência já é, por exemplo, uma das principais aliadas em casos da justiça, para amparar argumentos em prol ou contra suas decisões. A ciência também é acionada para equilibrar disputas de poder e embates polêmicos como aborto, prostituição, homossexualidade, fé e estado etc. E as revistas indicam uma tendência de reforçar esse posto de legisladora objetiva e imparcial, capaz de decidir entre o certo e o errado. E essa visão corrobora para uma já estabelecida dificuldade, do jornalismo, em lidar com temas em que essa espécie de “poder” da ciência não é tão evidente.

A revista popular de divulgação científica aponta um esforço no sentido de se legitimar como a portadora de um poder de “dar ordem ao mundo”, de “revelação”. Ela legitima acontecimentos, ou seja, constrói acontecimentos midiáticos para, em seguida, integrá-los à vida normal, ao “mundo dos comuns”. Na maioria dos textos, a revista quer apresentar soluções e não problemas, ou melhor, quer apresentar os problemas, mas já apontando como ele deve ser entendido e “resolvido”. E, mais, as soluções apresentadas devem ser simples, claras, palatáveis.

As publicações partem de uma fórmula aparentemente simples: busca-se um problema ou um tema complexo, que parece apresentar um obstáculo, ou uma pergunta em busca de resposta (Quem foi Jesus? A beleza é usada como critério de favorecimento? Nosso cérebro nos engana? Como fazer a dieta dar certo? Destino existe? Espiritismo é religião? Os animais têm sentimentos? Podemos controlar a natureza?). Desse tema complexo, a revista parte para tentar simplificá-lo, ou planificá-lo. Uma afirmação de que a ciência pode tornar tudo mais fácil e pode ser acessível.

Mas tal concepção cria um obstáculo para as ciências humanas. Elas dificilmente serão legitimadas como acontecimentos complexos (o poder de atração sensacionalista de seus objetos é menor) e mais dificilmente ainda fornecerão respostas simplificadoras. As humanidades não poderão, como as ciências naturais, oferecer respostas prontas: A mídia é boa ou ruim? A democracia existe? É possível a existência plena de um estado laico? Existe ou não pós-modernidade? Bullying pode ser positivo? Antropologia é ciência? Pode-se falar em autenticidade na arte? São exemplos de perguntas que mobilizam o saber social e humano, mas que dificilmente obterão respostas acabadas. Qualquer uma delas pode incitar um debate complexo e extenso.

O que é possível observar, para além de uma retórica dos resultados, é uma retórica do mundo esclarecido. Retórica do mundo planificado e das promessas: se não de soluções definitivas para os problemas, ao menos de respostas para os ‘mistérios’ ou de explicações para o complexo e/ou desconhecido.

O que importa não é o tema enquanto objeto de uma área (sociologia, antropologia, história, psicologia), mas enquanto um assunto de interesse coletivo, com poder de afetação no maior número de leitores. À revista interessam os fenômenos. E o que muda é a área que ela vai acionar para explicá-los. A ciência é um meio e não um fim.

De modo geral, a cobertura realizada pelas revistas populares lembra a das *newsmagazines* semanais de variedades. Apesar de não abordar diretamente temas como política, esportes, cidade, economia etc. e não contar com rubricas específicas para essas áreas, a abordagem dos temas eleitos é feita da mesma forma. Não há uma elaboração diferenciada no tratamento dos temas por se limitarem – em teoria – ao universo da ciência, e isso provoca um apagamento do suposto caráter de revista de especialidade. A especialidade se dá pela seleção dos temas – ou melhor, na restrição da pauta a um determinado conjunto de áreas de interesse – e não por investimento em um modelo ou gramática jornalística diferente.

Não se percebe, pelo texto, um investimento em um formato, linguagem, recursos ou estratégias específicas para abordagem dos temas em questão. Os textos poderiam estar facilmente inseridos em revistas semanais. E não só na rubrica “ciência”, mas em outras como meio ambiente, cultura, economia, comportamento, curiosidades, saúde etc.

No caso das ciências humanas, isso gera uma dupla questão a ser pensada, visto que além dessa imposição do modelo de cobertura tradicional às *newsmagazines*, são submetidas ao tradicional modelo de cobertura das ciências que tem como base as ciências naturais.

Feita essa consideração sobre as semelhanças entre o modelo de *newsmagazines* e as revistas tidas aqui como de especialidade em ciência, é preciso ressaltar as diferenças, que se dão, principalmente, na forma de seleção e construção da notícia e de configuração do acontecimento noticiado. Diferenças essas que não são exclusivas de uma comparação entre revistas semanais e mensais, ou de variedades ou especialidades, mas também que se dão em função de diferentes dispositivos, temporalidades e temáticas abordadas.

Tais revistas inserem as notícias sobre ciências num concorrido universo de acontecimentos das mais variadas ordens, frente aos quais deve destacá-las e colocá-las na ordem do dia. Tais publicações, como apontado no capítulo anterior não são pautadas de forma predominante por acontecimentos que irrompem na realidade e se fazem legítimos, mas tem a missão de prospectar tais acontecimentos para sua rede de noticiabilidade, de forma a fazer uso de seu poder de afetação como forma de promover seus próprios temas e legitimar sua abordagem.

Temas como o risco de contaminação nuclear nas usinas de Fukushima, no Japão, após um dos maiores tsunamis da história, em 2011, ou a discussão no congresso da aprovação da união civil estável entre pessoas do mesmo sexo, a chacina em uma escola em Realengo, no Rio de Janeiro, a primavera árabe (conjunto de manifestações populares contra

regimes autoritários no oriente médio) ou mesmo o lançamento do polêmico filme sobre a vida da ex-prostituta Bruna Surfistinha, ganham espaço e chamam atenção, pautam as revistas assim como pautam diversos outros veículos que têm sua atenção tragada para esses tópicos. Mas esse pautar, nas revistas de divulgação científica, não se dá de maneira direta. Tais temas não são abordados enquanto foco dos textos, mas se tornam referências, se tornam ganchos para que temas tangentes sejam explorados. Dessa forma, temas como as novas tecnologias em termos de energia nuclear; ou a importância das redes sociais em movimentos de contestação política organizados por civis; a necessidade de atualização dos códigos jurídicos brasileiros; ou ainda discussões sobre bullying e sobre a prostituição na era da internet entram em cena. As revistas não podem se furtar ao apelo que tais acontecimentos “geradores” possuem, mas como seu *timing* não as permite operar como “reveladoras”, cabe a elas contextualizá-los e inseri-los em outras ordens de sentido.

Ainda que a periodicidade permitisse às revistas abordar tais acontecimentos com a menor distância temporal de sua ocorrência, essa abordagem dificilmente aconteceria, uma vez que não são temas que interessam, ou se relacionam, diretamente, ao universo da ciência. É precipitado afirmar que não são temas pertencentes a esse universo, ou que não se encaixam na especialidade das publicações, uma vez que – frente a discussões internas ao próprio universo científico sobre o lugar da ciência e o do fazer científico na modernidade – não cabe a nós estabelecer limites temáticos ou definir o que é ou não uma pauta específica das ciências. Mas, embora seja perceptível uma tendência em “tragar” assuntos diversos para a sua pauta, às revistas interessam as conexões possíveis com o universo das ciências e as reverberações desses acontecimentos e não sua ocorrência em si. As exceções se encontram quando tais acontecimentos têm seu campo gerador vinculado a alguma área científica (o lançamento de um livro, a criação de uma vacina etc.). Mas, ainda assim, o que se verifica não é uma abordagem ligada à apresentação da ocorrência do fato (dar a conhecer um acontecimento inédito ou em ‘primeira mão’) mas à sua contextualização.

Da mesma forma, as revistas operam a seleção de determinados assuntos que julgam merecedores de visibilidade e que atendem aos interesses de seu público e atribui a eles uma proeminência, ou uma existência relevante frente aos demais, ou seja, legítima acontecimentos frente a um universo complexo de outras ocorrências por meio de estratégias de enquadramento e de exposição. A apresentação de uma nova dieta ou de uma teoria sobre os impactos do sono no nosso dia a dia, assim como a discussão da hipnose como alternativa terapêutica ou das possibilidades de desenvolvimento cognitivo dos animais são temas que

difícilmente ganhariam as páginas de um jornal ou revista por seu simples poder de afetação, mas se inserem na ordem dos temas possíveis em uma revista de especialidade de ciência e são selecionados e alçados à categoria de acontecimentos noticiáveis nas publicações.

Isso não implica que o universo científico seja impossibilitado de gerar acontecimentos legítimos ou que as revistas de divulgação científica sejam fechadas à possibilidade de se pautarem diretamente por eles. A cura da Aids ou a descoberta de vida extraterrestre certamente irromperiam nas páginas das revistas. Mas, para além do fato de que tais acontecimentos só se dão de tempos em tempos, a revista não se configuraria como o lugar de anúncio ou revelação de tais temas, mas um espaço para sua retomada e explicação.

Nesse sentido, as ciências humanas ganham visibilidade nessas publicações como acontecimentos legitimados. É por meio de estratégias das revistas que eles ganham exposição e uma forma. Mas essa forma está mais atenta ao modelo de cobertura institucionalizado pela revista enquanto empresa jornalística que às especificidades dos temas e das pesquisas das humanidades e de seu lugar frente às demais ciências. Mas, para além do reconhecimento desse potencial em ser construída como notícia e legitimada como acontecimento, as humanidades adquirem também, a nosso ver, um poder legitimador, ou melhor a capacidade de atuar como ferramenta da produção jornalística para legitimação de acontecimentos. É o contexto que fornecem, o link com o público e com sua realidade e a mediação que estabelecem que, muitas vezes, permite a um fenômeno de ordem diversa ser alçado ao status de acontecimento.

Nessas revistas, mais que um acontecimento legitimado (tema), as ciências humanas atuam como instrumentos de legitimação (tematização).

## **7.1 – Controvérsia**

Ao buscar nas revistas populares reportagens marcadas por traços ou elementos de controvérsia, selecionamos as Matérias “Os anos ocultos de Jesus” (tema) e “Destino existe?” (tematização) de Superinteressante; e “Revolução digital” (tema) e “De onde vem o mal?” (tematização) de Galileu, que serão identificadas, a partir de agora, pelos números 1, 2, 3 e 4 sucessivamente.

A matéria 1 apresenta uma corrente de estudos de historiadores, arqueólogos e teólogos que buscam esclarecer os acontecimentos da vida de Jesus entre sua infância (desde a visita ao templo durante a Páscoa) até a vida adulta (período não descrito pela Bíblia). Os pesquisadores apontam possibilidades para esse período e mesmo incoerências entre os registros históricos e arqueológicos com relação ao relato dos evangelhos e à mitologia cristã. A controvérsia nasce assim, pela própria escolha temática. Mas, mais que isso, há um tom de “possibilidade” nos argumentos apresentados que vai de encontro a milhares de anos de crença e ao discurso de diversas igrejas e religiões. A controvérsia se dá entre uma visão recontada da vida de Jesus, com uma pluralidade de versões e hipóteses possíveis (segundo os estudos, não há dados históricos sobre o nascimento de Jesus, nem evidências de que tenha ocorrido em Belém, não há registros sobre massacre de crianças na cidade, sobre costume de libertar presos na Páscoa ou de realizar crucificações em cruzes, além de não existirem comprovações sobre a autoria dos evangelhos) e toda uma vertente da teologia, da história e, principalmente, da crença religiosa, que reconhece a versão apresentada pela Bíblia como um relato coerente da história, baseado em fatos e relatado com fidelidade.

Há um contraponto entre uma realidade partilhada coletivamente e tomada como senso comum (que entende o relato bíblico à luz da fé e do discurso cristão) e o conhecimento dito científico (que tenta montar um relato puramente histórico, baseado em evidências). A revista tem como objetivo apresentar as novas “descobertas”, mas adota um tom ponderado, assumindo os argumentos apresentados pelos estudos como uma possibilidade e evitando apontar certezas. É a controvérsia se estabelece, dessa forma, como a falta de conclusões sobre as considerações apresentadas e sem um lado “certo” da questão, mas sem que isso invalide as perspectivas. Embora apontem para realidades bem distintas, nenhuma das possibilidades apresentadas é tida como falsa ou sem fundamento.

A linguagem utilizada, apesar do tema polêmico, é informal e corriqueira, evitando tomar partido ou realizar afirmações taxativas, e buscando se aproximar do leitor por meio do conhecimento comum partilhado sobre o caso e com uso de estratégias como metáforas e a adoção de algumas expressões coloquiais. “E deram um jeito de melhorar a coisa” (p.52, ao se referirem à baixa formação de Jesus e às estratégias utilizadas pelos autores dos evangelhos para melhorá-la); “E seu amigo Gaio completou o serviço, queimando a cidade” (p. 52, ao abordar a destruição de Séforis); “O Herodes Júnior (...)” (p.55, ao se referir a Herodes Antipas, filho de Herodes, o Grande); “A única certeza, enfim, é que foi por aí’ que Jesus nasceu” (p. 52, ao apontar a falta de certeza sobre a data e o local do nascimento).



Outra estratégia que pode ser relacionada à presença da controvérsia é a constante presença de interrogações ao longo do texto. As perguntas aparecem tanto com função retórica e pedagógica – no intuito de chamar a atenção do leitor, estabelecer um ritmo à narrativa e introduzi-lo às questões que serão explicadas em seguida – quanto como uma forma de ilustrar a falta de certezas ou de consenso sobre o tema: “E é bem provável que ele tenha seguido a profissão de José, seu pai. Carpinteiro? Talvez não” (p.52); “(...) mas afinal por que Mateus e Lucas fazem Jesus nascer em Belém?” (p.56); “O negócio era fazer o Reino dos Céus aqui e agora. Como?” (p.55); “Mas o que aconteceu com Jesus entre os 12 e os 30 anos? Qual foi sua formação, o que moldou seu pensamento nesses 18 ‘anos ocultos’? Afinal, o que ele fez antes de profetizar na Galileia” (p.52).

Apesar da controvérsia e do tom ponderado da reportagem, é notável uma “tomada de partido” da revista a favor dos argumentos históricos e da “nova versão” da vida de Jesus. Sem ser explícita, há uma espécie de denúncia aos interesses do cristianismo e daqueles que escreveram a bíblia. Mas as frases polêmicas, ou as afirmações que vão diretamente contra a história bíblica, são todas creditadas aos pesquisadores e apresentadas em suas falas.

A controvérsia ganha, assim, um tom de polêmica: não apenas há uma versão para o que aconteceu na vida de Jesus no período não descrito pela Bíblia, mas há indícios de que toda a história seja uma fraude. A controvérsia perde seu potencial questionador e criador, de estimular debates e propor revisões e se reverte numa espécie de “disputa entre lados”.

Essa não explícita tomada de partido pode ser compreendida uma vez que a nova versão da vida de Jesus é apresentada tendo como base dados históricos e arqueológicos, duas áreas das humanidades que se destacam frente às demais nas revistas. Nesse caso, em específico, as pesquisas tomam como base evidências físicas (escavações, fósseis, documentos originais, relatos milenares) valorizadas pelas revistas como “fatos inquestionáveis”. Percebe-se na construção das narrativas das revistas populares que a História figura como uma ciência humana mais confiável, uma vez que se atenha a métodos verificáveis e a evidências. A mesma força (ou importância) não é dada aos dados ou argumentos da teologia.

Tais considerações são verificáveis quando se observa, por exemplo, as fontes acionadas e a forma como seus relatos foram utilizados. Entre as pessoas ouvidas estão historiadores, arqueólogos e teólogos e são utilizados ainda o próprio texto bíblico e alguns documentos e manuscritos da era romana. Mas há apenas uma voz efetiva no texto. Não há

espaço para o depoimento de teólogos contrários a essa nova explicação, ou historiadores com outras versões possíveis, e nenhuma fonte do universo cristão (igrejas, porta vozes, fiéis etc.) é ouvida. É como se os evangelhos falassem por si mesmos, enquanto os pesquisadores precisam de voz para apresentar seus argumentos.

Há a controvérsia, mas não como a entendemos enquanto fundamento das humanidades. O texto se torna espaço para uma disputa ideológica, mas cujo “vencedor” já foi definido de antemão.

A matéria 3 aborda a influência das redes sociais e da internet nos conflitos de contestação popular aos regimes autoritários do Oriente Médio, que ficaram popularmente conhecidos como “Primavera Árabe”. Apesar do título da chamada de capa: “Revolução Digital”, a reportagem já tem início contradizendo tal concepção: “Nada de revolução no Twitter. O que vimos no mundo árabe foi a boa e velha revolução analógica” (P.72).

A partir daí nota-se que o tema é controverso, assim como a abordagem da matéria deixa transparecer. Diversos pontos de vista e formas de compreensão dos acontecimentos são apresentados por meio das fontes e argumentos. Há aqueles que acreditam que as redes sociais foram o diferencial da “revolução”, aqueles que afirmam que as manifestações aconteceriam mesmo sem a participação das redes sociais, uma corrente que defende que as redes sociais e a internet ajudaram, mas em conjunto com outros fatores e há ainda aqueles que defendem que a internet não teve nada com a história. A matéria tem como principal marca o fato de que retoma a discussão sobre essa possível influência das tecnologias da informação na queda dos governos. O que está em pauta é exatamente o conflito de ideias, embora isso não transpareça na chamada de capa ou nos títulos internos.

Ao longo do texto, os argumentos vão se cruzando e formando uma costura que dá a impressão, ao mesmo tempo, de que todos estão certos, ou melhor, que todos os argumentos são coerentes, embora, a princípio sejam divergentes. Mas isso não apaga o tom de disputa, marcado principalmente por sequências de frases que vão se intercalando (sempre na voz das fontes, uma vez que a narrativa da revista mantém um tom ponderado): “Foram as pessoas na rua, enfrentando a polícia, e não comentários no Facebook que derrubaram 53 anos somados de governos autoritários” (p.72); “(...) é difícil negar o papel da internet na articulação dos protestos” (p.72); “As armas digitais, nesse caso, fizeram a diferença” (p.72); “Antes da internet sempre existiram revoluções” (p.75); “(...) a web foi peça importante em vários momentos” (p.73);

Da mesma forma, exemplos de como se deu a mobilização digital, são contrastados com exemplos da mobilização nas ruas, analógica.

Apesar de deixar clara sua posição (de afirmação da influência dos meios digitais para as revoltas) na chamada de capa, a matéria não assume riscos no interior da revista. O tom é de mediadora entre as diferentes concepções. Isso se dá, principalmente, pelo fato de que, com argumentos tão variados, fica difícil apontar certezas ou a versão mais adequada. O risco de erro, nesse caso, é transferido para as fontes.

A matéria faz uma retomada histórica para explicar os conflitos e constrói um panorama da situação política e social da região. As ciências humanas são acionadas enquanto tema (política, relações internacionais, comunicação), mas também são tematizadas. São tema primário e também oferecem pano de fundo. É como uma confirmação de que as humanidades “dão conta” de explicar, sozinhas, aquela realidade. No entanto, as fontes mobilizadas não ganham status de cientistas, mas são apresentados mais como pessoas capazes de opinar sobre uma situação que como alguém que possa explicá-la. As fontes não são identificadas por suas áreas de formação ou atuação, mas apenas por seu nome e pela alcunha de “pesquisador” ou “autores de livros”, de forma a reconhecer sua competência, sua legitimidade para falar, mas sem identificar o universo de onde parte sua fala.

Outra estratégia utilizada (e que é recorrente em matérias das revistas populares) é a utilização de fontes que temos chamado aqui de “genéricas”. Nesse caso, há indicação de uma voz capaz de apresentar uma informação nova, explicar, confirmar ou negar um argumento, mas essa voz não tem nome ou definição. Fala-se apenas em “segundo pesquisadores”, ou “especialistas da área”, ou ainda “os cientistas afirmam”. Da mesma forma, não há presença de testemunhos populares ou de vozes que não sejam identificadas como “especializadas” no caso. São utilizados vários casos ilustrativos, mas esses personagens nunca ganham direito de fala. Tem sua história relatada, mas sem direito a opinar.

Outro fato importante é que, apesar do tema controverso e ligado diretamente a ocorrência dos conflitos, não são os manifestos que estão em questão, mas a forma como se desenvolveram e ganharam adeptos. Não há discussão sobre as manifestações e não são ouvidos, por exemplo, integrantes do movimento ou representantes dos governos. Os especialistas não são chamados a mobilizar seu repertório de conhecimentos. Os depoimentos colhidos ficam sempre à margem do que poderia ser uma opinião de alguém inteirado dos acontecimentos.

Nessa matéria, a controvérsia ganha outra dimensão. São diferentes formas de olhar o acontecimento sendo apresentadas, sem que nenhuma seja preterida ou apontada como incorreta. O tema é controverso, mas não coloca necessariamente as fontes em lados opostos. São diferentes pontos de vista que podem, a seu modo, contribuir para se entender a questão. E esse se torna um mérito do texto, que deixa transparecer a controvérsia como um princípio construtivo, capaz de estimular o debate e contribuir para a geração de conhecimento. Embora o texto não avance muito nos argumentos das humanidades, as diferenças de visão não são abordadas como uma falha. Mas a falta de certezas e respostas definitivas marca o tom da reportagem e causa um certo incômodo, ilustrado pela pergunta ao final da matéria: “Dá para saber se essas revoltas aconteceriam sem as redes sociais?” (p.75)

Na matéria 2 (“Destino existe?”), a controvérsia se dá tanto pelo tema em si – a possível existência do destino – quanto pela inserção das humanidades em seu contexto. A ideia de controvérsia aparece desde o subtítulo da matéria, no interior da revista: “Estamos mesmo no comando da nossa vida? A ciência tem mais de uma resposta: por um lado, o conceito de destino é imaginação pura. Por outro, a própria realidade é uma ilusão. E o futuro já está escrito” (p.36).

E essa perspectiva ganha força por meio de uma sequência de questionamentos com relação ao acaso, que dão a entender que a controvérsia foi o próprio fio condutor escolhido para a matéria.

A reportagem é dividida em quatro partes com enfoques específicos e a ideia de controvérsia é reforçada pelos títulos de cada fragmento específico do texto. Em todos eles, são feitas afirmações sobre o destino que parecem solucionar o enigma proposto pela matéria (“O destino está nas estrelas”; “O destino está em Einstein”; “O Destino está na sua mãe”; “O destino (não) está nos genes”). As quatro frases se contradizem, mas não chegam a gerar um conflito no texto. Todas as possibilidades são apresentadas como legítimas e possíveis. Embora algumas ganhem mais visibilidade e sejam abordadas com mais entusiasmo.

Uma das estratégias utilizadas é o próprio reconhecimento da controvérsia e dos limites da ciência e do texto. Tal postura garante um tom de franqueza ao texto e ajuda na tarefa de conquistar a credibilidade do leitor.

Desde o início da reportagem, a questão do Destino é situada nos confins das ciências naturais, com a afirmação de que tendemos a acreditar em destino devido a um defeito no cérebro (que é programado para encontrar sentido em qualquer coisa) e não pelas crenças,

religiões ou cultura. As ciências humanas são acionadas, assim, para explicar nossos hábitos de acreditar e tentar prever esse destino. As humanidades são mobilizadas para explicar a origem da crença e assim contrapor as perspectivas neurocientíficas e genéticas.

Para explicar como a ideia de destino cresceu e se sofisticou ao longo do tempo, são acionadas a filosofia e a história da religião, além da teologia. São mobilizadas também informações não referenciadas, como dados históricos, da arqueologia e antropologia, que surgem naturalizados, como parte do senso comum ou um conhecimento acessível a todos.

Para além da controvérsia do tema, surge a controvérsia do destino enquanto crença, ou enquanto objeto de debate entre diversas correntes. São contrapostas ideias religiosas, com crenças antigas e correntes filosóficas: carma X estoicismo X epicurismo X existencialismo X cristianismo etc.

As ciências humanas são acionadas para oferecer um contexto, uma compreensão da importância do tema. E nesse caso, atuam validando a abordagem oferecida pela revista. É por meio do discurso humanístico que somos apresentados às origens do conceito de destino, e do por que da importância de sua discussão. As humanidades são colocadas em cena para serem questionadas (já entram em campo com o placar definido contra elas).

A psicologia também é acionada para oferecer um contraponto. No entanto, esse contraponto é oferecido para reforçar o lado positivo da questão. Mostrando como a base da psicologia pode ser questionável (segundo demonstra a narrativa), a revista acaba por eleger a base física como a “visão correta”.

As fontes das ciências humanas são chamadas para confirmar perspectivas propostas por outras áreas e para preencher as lacunas que as ciências naturais não conseguem preencher. Ao abordar, por exemplo, a questão de que o destino poderia estar relacionado aos nossos genes abre-se espaço para uma controvérsia entre a perspectiva genética e outra que defende o ambiente, a formação e os fatores sociais como definidores do que se poderia chamar de destino. E, nesse momento, é acionado um psicólogo para expor o que seria o “outro lado” da questão. Mas sua fala é toda colocada em função do argumento genético. Ele está ali para confirmar essa versão e não para oferecer um ponto de vista diferenciado. As humanidades são colocadas enquanto uma ciência capaz de explicar fenômenos, mas, ao mesmo tempo, como uma ciência em função das ciências naturais, como quem vem para complementar e não para responder as perguntas.

No que se refere às ciências naturais (física, genética, biologia), a matéria faz questão de apresentar e explicar os conceitos utilizados (síndrome alcoólica fetal, origens fetais, propriedades teratogênicas). Nas ciências humanas essa apresentação de conceitos é rara e quando acontece é menos extensa.

O que também pode ser considerada como uma expressiva marca da controvérsia que envolve o tema é o grande número de fontes apresentadas ao longo do texto. São 19 no total, entre físicos, biólogos, psiquiatras, psicólogos, filósofos e uma série de pesquisas desenvolvidas em universidades de renome, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido. Outra marca do texto, que se estende à maioria das reportagens das revistas populares, é a presença maciça de fontes do exterior, com raras aparições de fontes nacionais. Da mesma forma, apesar de contar com personagens e casos ilustrativos das questões abordadas, essas fontes raramente ganham voz. Tais casos e personagens também são raramente nacionais e não há explicitação de como a revista teve acesso a seus relatos/histórias.

Na matéria 4 (“De onde vem o mal?”), a controvérsia presente no interior da revista é apagada na capa, na qual são oferecidas certezas que o texto não apresenta. A reportagem de capa promete revelar o que seria a origem do mal e, conseqüentemente, indicar sua cura. Mas o texto contradiz essa ideia.

A reportagem tem início com a descrição de uma cena do filme “Laranja Mecânica”, de Stanley Kubrick, na qual é realizado um experimento para curar a maldade do personagem principal. Essa estratégia contribuiu não só para chamar a atenção do leitor e atraí-lo por meio da referência a um produto da cultura de massa. O filme é bem conhecido e a cena descrita é, por si mesma, polêmica. No filme, além de doloroso, o método é tão cruel quanto a crueldade que busca eliminar e, ainda por cima, não tem os resultados esperados.

O recurso à cena é estratégico também por situar o leitor na posição desejada pela revista: frente à tentativa de se curar o mal e se questionando se isso é possível. No entanto, o texto afirma que “(...) a busca de uma cura para a maldade deixou de ser ficção científica” (p.64), o que depõe contra a sua pretensa visão e postura imparcial frente à questão.

O foco da matéria é apresentar a questão sob o ponto de vista da neurociência, da medicina e da genética. Mas as áreas se mostram insuficientes para explicar a questão. As humanidades entram em cena para contribuir com a discussão e oferecer um contraponto, principalmente por meio do depoimento de psicólogos e sociólogos e dados de pesquisas da

área. Eles são responsáveis por estabelecer a controvérsia e propor uma série de questionamentos.

Surgem, assim, diferentes abordagens possíveis para a questão: mal como doença, defeito no cérebro, problema genético, passível de cura X mal como problema social, resultado da inserção em determinado meio sociocultural, da formação, família etc. X mal como resultado da combinação de fatores genéticos e socioambientais, etc. Ganha evidência um confronto direto entre a perspectiva da neurociência e a visão defendida pela psicologia social. Mas da mesma forma que se estabelece um contraponto entre as duas abordagens, a controvérsia também se dá no interior das duas vertentes. E a reportagem é finalizada em meio a uma série de discussões que estão bem distantes de um desfecho.

O tema é controverso e as humanidades entram em cena para propor esse espaço de discussão e de questionamento. Além disso, as ciências humanas são acionadas para falar de um domínio que escapa às áreas mobilizadas em primeiro plano na matéria. O tema não consegue ser amplamente coberto sem uma perspectiva que o aproxime da realidade comum, que o retire dos laboratórios e o insira na vida prática. E as humanidades são tematizadas dessa forma, como mediadoras entre o que vem sendo chamado de ciência natural e o mundo social.

Apesar de transparecer uma tomada de posição favorável ao discurso das ciências naturais, o tom da reportagem é moderado e, a exemplo das outras matérias já citadas, evita afirmações taxativas e polêmicas, reservando os depoimentos das fontes como lugar para destacá-las. Outro aspecto importante, é que a matéria reconhece os diferentes pontos de vista apresentados como legítimos, uma vez que mobilizam a seu favor uma série de pesquisas, dados, estatísticas e especialistas. Assim como na matéria 3, chama atenção o grande número de fontes mobilizadas. São 14 fontes diretas, além da já citada estratégia das fontes genéricas.

A análise das matérias marcadas por traços de controvérsia nos permitem algumas considerações adicionais. Em primeiro lugar, há uma grande diferença da controvérsia nas matérias em que as humanidades são tema e naquelas em que são tematizadas. No primeiro caso, a controvérsia é interna ao campo das humanidades, ou seja, se configura como uma disputa ideológica, embora essa não se aprofunde. Quando tematizadas, as ciências humanas surgem como uma espécie de proponentes da controvérsia, como o elemento capaz de fazê-la surgir. Nesses casos, as humanidades são acionadas para além de uma área que consegue oferecer um pano de fundo para o tema principal ou oferecer uma contextualização. Elas são

acionadas para oferecer um contraponto, ou “um outro olhar possível”, mesmo que esse olhar já entre “vencido” no jogo. O que vemos é que o próprio desenvolvimento do texto demanda uma perspectiva, ou uma complementação que vai além da competência da área central abordada.

As pistas aqui elencadas sobre a abordagem da controvérsia nas matérias das revistas populares diz da cobertura das humanidades, uma vez que mostra o esforço das publicações para apresentar uma resposta conclusiva para as questões que propõe e mostra, também, uma busca pelo apagamento das incertezas. Pontos que se tornam difíceis na abordagem das humanidades.

Nas matérias em que o tema principal faz parte do universo das ciências humanas, apesar do esforço para se manter fiel ao princípio jornalístico da objetividade e imparcialidade e apresentar todos os “os lados da questão”, não se estabelece efetivamente um espaço de debate, de confronto de ideias. A revista não vai muito além do tradicional procedimento jornalístico de “ouvir partes diferentes envolvidas” como forma de garantir isenção e legitimidade. Não é uma controvérsia abordada como fundamento das ciências humanas. A controvérsia não se estabelece por se tratar de um tema das ciências humanas, mas por ser um tema controverso por si só. E a controvérsia ganha um tom de polêmica, de disputa pelo “certo” e “errado” e não como um debate que pode contribuir para uma compreensão menos bilateral, dualista, da temática em questão.

Mas na tematização, as ciências humanas surgem como o lugar da controvérsia. São esse espaço para os questionamentos, para as dúvidas e incertezas, uma vez que oferecem uma explicação mais interpretativa e menos engessada aos métodos tradicionais – fiéis à verificabilidade – das ciências naturais. As humanidades são acionadas para lidar com a exceção, com o que foge à regra, e com o que não é categorizável e inserido em padrões de análise. No entanto, a necessidade de “bater o martelo” ou de planificar as questões a ponto de alcançar uma suposta “verdade dos fatos” acaba por impactar a cobertura dos temas controversos, que já entram em pauta – antes que o debate se instaure – com as posições definidas.



## 7.2 – Reflexividade

A principal questão referente às matérias que abordam temas das humanidades e que tragam elementos de reflexividade, diz da dificuldade em se codificar esses elementos e identificá-los ao longo dos textos. Para tanto, tomamos por base a discussão sobre reflexividade indicada anteriormente, apoiada nas reflexões de Anthony Giddens e Boaventura de Souza Santos (ver seções 3.1, 3.2 e 3.2.2 – iv). A reflexividade das ciências humanas é vista, aqui, como a marca de um conhecimento que retorna, que vai em direção à dupla ruptura hermenêutica de Santos e à hermenêutica dupla de Giddens. Um conhecimento que sai do senso comum (apesar de partir dele) para em seguida retornar a ele de forma qualificada, de modo a contribuir no exame das práticas sociais com informações renovadas sobre essas práticas.

O que observamos, de forma geral, é que não há muito de reflexividade nas matérias, mesmo quando o tema se insere no campo das humanidades. O que podemos apontar é que alguns traços são perceptíveis em matérias com temas relacionados à psicologia e voltados para o comportamento humano, nas quais as próprias práticas dos leitores – ou práticas que lhe são próximas e conhecidas – são colocadas em questão. Nesses textos, o jornalista se dirige diretamente ao leitor, uma vez que o relato só faz sentido se ele se colocar naquele lugar, e pensar naquela prática abordada enquanto prática sua. Exemplos dessa categoria encontrados em Superinteressante e Galileu estão em matérias sobre a memória, tentações, como tomar decisões etc. E nesses textos existem menos certezas e muitas perguntas. Mas, ao contrário das perguntas utilizadas em outras matérias (como estratégias de linguagem, para atrair atenção ou dar tom de franqueza; ou como estratégia didática, para introduzir o tema e permitir sua compreensão), aqui as perguntas, na maioria das vezes, permanecem sem respostas. Estão presentes como forma de ilustrar um questionamento que permanece.

Nesse sentido, a reflexividade, ainda que de forma tímida, se faz presente nas matérias com foco nas humanidades ou que as tragam tematizadas. Partindo do panorama que construímos sobre a abordagem das revistas populares, o que podemos apontar é que os temas das ciências humanas são vistos como mais próximos de nós [leitores] e nos quais somos considerados mais capazes de opinar. Quando o assunto somos nós mesmos (nossa memória, nosso sono, nossas amizades, nossas relações de trabalho, a educação de nossos filhos),

deparamo-nos com a informação e a incorporamos ao nosso repertório para, com esse conjunto de referências, tecer opiniões e pontos de vista.

Frente à dificuldade em se identificar traços de reflexividade nos textos e de se categorizar reportagens dessa dimensão, a própria presença de traços que remetessem a uma perspectiva reflexiva (percebida em diferentes modos) tornou-se critério de seleção dos textos. A leitura atenta das matérias nos levou aos seguintes textos: “Psicopatas no trabalho” (tema) e “Como tomar decisões” (tematização) de Superinteressante e “Organize sua vida” (tema) e “Máquinas que pensam” (tematização) de Galileu, para as quais manteremos o esquema numérico sucessivo 1, 2, 3 e 4, como forma de identificação. Nesse caso, as matérias 1 e 3 dizem respeito às ciências humanas como tema, enquanto em 2 e 4 são abordadas de forma tematizada.

Na matéria 1, o alto índice de psicopatas em ambientes empresariais – apontado por um conjunto de pesquisas – motiva a abordagem sobre o distúrbio, suas motivações e como reconhecer esses sujeitos em nossa vida cotidiana. São acionadas pesquisas e pesquisadores da psicologia, além de estudos estatísticos realizados em empresas e que corroboram para os argumentos da matéria. A reportagem fala diretamente ao leitor, num tom de alerta e aconselhamento: “Não confie tanto nesse colega de firma” (p.49). Em alguns momentos, o texto lembra uma conversa, como se o interlocutor realmente estivesse presente e interagindo com o autor do texto.

A proposta visual é interativa, com uma espécie de jogo no qual o leitor deve coletar as pistas deixadas ao longo da reportagem (nas imagens ilustrativas) para desvendar um suposto golpe. Tal estratégia vai ao encontro da ideia reflexiva, de que é o leitor, por meio de sua própria interpretação, que vai “revelar o mistério”, e que a revista apenas oferece insumos. E a matéria faz, no texto, o mesmo jogo que é proposto nas ilustrações. Oferece pistas para que o leitor reconheça e se identifique com o processo descrito e possa ser capaz de “identificar os psicopatas ao seu redor”

O uso de um caso ilustrativo (exemplo real de um psicopata no ambiente de trabalho, prejudicando os colegas) no início do texto, além de facilitar a introdução do tema, permite a identificação do público e construção de afinidade. É um “caso comum” que poderia acontecer com qualquer um. A criação desse ‘vínculo’ com o leitor e essa proposta de estimular (ainda que retoricamente) que ele tire suas próprias conclusões pode ser indício de

um investimento (tímido e não intencional) numa forma de lidar com esse caráter reflexivo do conhecimento das humanas.

A linguagem utilizada é informal, inclusive com algumas licenças, que ajudam a aproximar o leitor e reduzir a complexidade do tema. As ciências humanas, enquanto campo legitimado para falar sobre o assunto e oferecer explicações demora a aparecer. O início do texto podia ser o de uma reportagem sobre o ataque de um *serial killer* ou sobre um golpe qualquer. Mas as humanidades são representadas pelas vozes de psicólogos e pelas referências de pesquisas sobre comportamento e gestão de pessoas. Logo no primeiro depoimento, os argumentos apresentados são amparados por uma série de números e estatísticas que visam justificá-lo. Os dados numéricos ganham mais visibilidade que os argumentos da fonte. Apesar do tema pertencer às humanidades, a revista não demonstra plena confiança em suas afirmações e aciona áreas das ciências naturais, como medicina e neurociência, para endossar seus argumentos e posições. Não há também espaço para contrapontos. O texto compra o argumento dos especialistas e com ele conduz o processo de convencimento do leitor.

Outra marca da reportagem é o uso expressivo de interrogações, tanto como recurso retórico e pedagógico (“E esse Carlos, um cretino, não?” p.50; “Então, no fim da história, Carlos faz picadinho de Luana, certo? Errado!” p.50; “E se for pego antes de sair? Simples: ele mente” p.54) quanto como forma de marcar as questões não respondidas ou que exigem mais pesquisas e discussões. As interrogações contribuem, também, para a construção do esquema narrativo. Elas estruturam uma espécie de roteiro para a montagem do texto, no qual são pontuadas uma série de perguntas e apresenta, em seguida, as respostas.

As interrogações estão ali, também, como mecanismo para forçar o leitor ao questionamento. E, aqui, também podemos apontar um vislumbre de reflexividade.

A matéria 3 (“Organize sua vida”) aborda os modos de organização do trabalho e da vida pessoal (ritmo acelerado, realização de várias atividades ao mesmo tempo) e questiona o próprio modo de vida moderno, ou seja, o modo de vida do leitor. Visualmente, assim como pelos títulos e chamadas, a matéria não parece remeter ao campo das humanidades, mas ao universo da auto-ajuda e dos manuais de boas práticas e de dicas de comportamento.

Ao longo do texto é explícita uma tomada de posição a favor do argumento do *monotasking* (ou da tendência de se fazer uma coisa de cada vez ao invés de investir no multitarefa). Não há contrapontos e tanto os argumentos, quanto os exemplos e depoimentos de fontes utilizados reforçam esse ponto de vista.

A matéria tem início propondo ao leitor que simule uma situação e se coloque naquela posição (quando começa uma tarefa e muitas outras surgem ao mesmo tempo, o impedindo de terminá-la). Dessa forma, remete a sentimentos comuns ao leitor: frustração, desconforto, angústia. É uma estratégia para dialogar diretamente com esse leitor, fazer com que ele se coloque nesse lugar sugerido pelo texto e dele possa fazer sua leitura, se envolvendo com a questão abordada. Outra estratégia da qual a reportagem lança mão é a de atrair a atenção do público por meio da demonstração de experiências reais de outras pessoas. Muitos casos ilustrativos são utilizados, com direito ao depoimento de uma série de personagens.

Além desses exemplos, a reportagem é marcada por uma linguagem simples e direta, que simula uma conversa com o leitor e utiliza muitas estratégias de simplificação do tema, como descrições, expressões coloquiais e figuras de linguagem. Outro traço expressivo da linguagem utilizada é o grande número de verbos no imperativo, que reforçam a ideia de diálogo com o público: “organize”, “conheça”, “faça”, “priorize”.

O tema se insere no campo das humanidades, visto que envolve a vida moderna e seu ritmo acelerado e as formas de organização e planejamento pessoal. Para tanto, são mobilizados conhecimentos da administração, psicologia, filosofia e comunicação. Mas as humanidades também são tematizadas e ganham destaque por meio do acionamento de conhecimentos referentes à modernidade e à cultura contemporânea.

A matéria diz respeito ao universo das ciências humanas e aciona suas fontes, mas isso não parece ser suficiente. Após uma série de argumentos a favor da tese defendida no texto (contra a multitarefa e a favor de uma coisa de cada vez) e de acionar as fontes das humanidades, a revista põe em cena a neurociência para comprovar o que foi dito. A ciência natural é acionada para validar e “embasar cientificamente” as ideias propostas, como fica claro na seguinte afirmação, feita após o depoimento de uma filósofa e de um jornalista: “A ciência já provou o que Babauta diz (...)” p.45.

São acionadas fontes testemunhais, todas brasileiras e todas com direito de fala, que funcionam como casos ilustrativos dos argumentos. Elas explicam e exemplificam, ao mesmo tempo, a questão abordada. São os típicos personagens do jornalismo tradicional, mas que ganham uma atenção especial aqui, visto serem figuras raras nas revistas populares. Esses personagens ganham status de fontes principais da matéria, com mais espaço e voz que as fontes tidas como especializadas, ou seja, as fontes do campo das humanidades. Esses testemunhos abordam a questão do ponto de vista de suas próprias experiências, o que permite

ao leitor criar vínculos de identificação e de afinidade, além de oferecer a ele um quadro de possibilidades no qual possa visualizar ou encaixar seu caso específico.

Outro traço que se destaca no texto é a presença constante de interrogações, que se manifesta, podemos observar, como uma marca desse rastro de reflexividade, remetendo a ideia de questionamentos que ainda precisam ser feitos, de perguntas que ainda precisam ser discutidas e de um conhecimento inacabado, num circuito contínuo de construção.

Na tematização, a matéria 2 (“Como tomar decisões”) aborda uma questão semelhante àquela apresentada no caso anterior, com a diferença de não pautar as humanidades como tema de seu relato. O viés adotado direciona a explicação sobre a forma como tomamos nossas decisões no curso de nossa vida para uma visão da neurociência e da medicina.

A matéria fala de três engrenagens no processo de tomada de decisão: razão, instinto e experiência. A partir disso, se divide em três partes, que podem ser lidas em diferentes ordens. Para indicar ao leitor por onde começar, a revista remete ao próprio tema da matéria: escolha.

O texto se dirige diretamente ao leitor. Essa marca de reflexividade se dá uma vez que a matéria o reconhece como objeto do conhecimento em questão ao mesmo tempo em que é aquele capaz de se deparar com tal conhecimento e incorporá-lo (no que lhe diz respeito) aos seus próprios julgamentos.

A função explicativa assumida pela revista só se faz possível uma vez que o leitor reconheça o tema, se identifique e consiga relacionar as ideias propostas ao seu próprio cotidiano. Para tanto, a matéria se apega a exemplos e experiências compartilhadas socialmente (vestibular, casamento, filhos, trânsito etc.). A linguagem é marcada pela simplicidade e uso de muitas analogias e figuras de linguagem: “Pedimos que você faça algo simples: escolha” (p.58); “Mas nós temos um método bem bom para matar essa leva de trabalho” (p.60); “É como se o trio formasse uma banca de advogados” (p.58).

Outro traço expressivo da reportagem é o uso de muitos exemplos e a construção de cenários possíveis, para os quais o leitor é convidado a olhar e nos quais é incentivado a se imaginar: “Você freia, joga o carro para o lado, faz o que pode para impedir o atropelamento” (p.63); “Se você está dirigindo na estrada e vê um posto, talvez fique com vontade de ir ao banheiro” (p.63); “Em uma festa, se você está a procura de um par (...)” (p.63).

Apesar de ter como foco a relação de diferentes partes do nosso cérebro com nossas decisões, o contexto, a cultura, o ambiente e as emoções são acionados para compor o quadro

no qual essas decisões se dão. A matéria tem um impasse com relação ao que definiria nosso processo de tomada de decisão. Apesar de se mostrar favorável ao argumento da neurociência (de uso das diferentes articulações), o texto deixa brechas para se pensar na influência do meio, das experiências, da cultura e das emoções. Tal impasse não chega a se caracterizar como uma controvérsia, no sentido de que não são apontados pontos de vista diferentes e as humanidades são acionadas com o intuito de complementar, de preencher lacunas e contribuir para a explicação que vem sendo dada e não para oferecer contrapontos. O que se verifica é que a neurociência e a medicina, sozinhas, não dão conta de explicar a questão e as ciências humanas entram em cena para oferecer uma mediação.

O teor de reflexividade das ciências humanas aparece exatamente no momento em que as humanidades oferecem ali uma espécie de alerta de que, apesar do cérebro interferir em nossas decisões ele não pode prever o futuro e não está totalmente no comando. A matéria tem como traço de reflexividade, garantido pela presença das humanidades tematizadas, essa possibilidade do leitor, confrontado com tais argumentos, poder pensar.

No momento de reconhecer, ou de ter de lidar, com o fato de que não há respostas definitivas, o texto aciona as humanidades para se explicar. As ciências humanas são uma espécie de carta na manga, que viabilizam mundos possíveis por meio da criação de conexões entre os temas e entre estes e o mundo comum.

É importante ainda notar que, apesar do grande número de exemplos e casos ilustrativos, não há fontes testemunhais com direito a depoimentos. A maioria dos casos ilustrativos é do exterior e, embora estejam presentes fontes brasileiras, a maioria das referências, principalmente aquelas especializadas, é internacional.

A matéria 4 (“Máquinas que pensam”) traz um impasse entre a capa e o conteúdo interno, uma vez que, na capa, a ideia trazida é a de robôs e máquinas que pensam – com uma referência clara aos humanoides dos filmes de ficção científica – enquanto o foco real da reportagem são softwares que entendem formas de linguagem (e podem ajudar em atividades cotidianas) e a maneira como já lidamos com a inteligência artificial em nossa vida.

A reportagem remete diretamente a um acontecimento que ganhou notoriedade na mídia no período: a vitória do supercomputador Watson no torneio de conhecimentos Jeopardy (que também repercutiu em outras revistas da nossa amostra). A partir desse acontecimento, o tema da matéria é apresentado ao leitor.

Uma das estratégias utilizadas na reportagem é o visual escolhido, que explora a ideia de anúncios publicitários fictícios, nos quais são vendidos supercomputadores e seus benefícios. Essas propagandas, além de tornar a matéria atrativa, funcionam como estratégia de convencimento do leitor. É um modo de falar diretamente com ele, usando muitas perguntas, verbos no imperativo e apontando – de forma enfática – os benefícios e possibilidades dos computadores inteligentes: “Dê as boas vindas ao primeiro computador inteligente do mundo” (p.43); “Use os incríveis supercomputadores” (p.45); “Como andam os negócios?” (p.45); “Qual o melhor investimento para o seu perfil?” (p.45); “Conheça a máquina que nunca erra um diagnóstico” (p.47); “Não perca mais tempo (...)” (p.51).

As simulações de anúncios trazem muitas informações e fazem afirmações polêmicas que, por terem sido incorporadas à estratégia publicitária, não se obrigam a ser justificadas ou confirmadas por cientistas ou outras fontes quaisquer. Há muita informação em jogo que não é confrontada porque está inserida no formato publicitário e ganha uma espécie de licença.

O tom da reportagem é positivo com relação à incorporação da inteligência artificial em tarefas humanas, ponderando em diversos momentos que as máquinas só irão ajudar e que “Isso não significa que elas vão nos dominar” (p.44). O foco é nas inúmeras possibilidades de aplicação prática (diagnósticos mais rápidos e certos, buscas mais precisas na web, análises financeiras e de mercado mais eficientes etc.) e os casos ilustrativos apresentados são, na sua maioria, exemplos de aplicação bem sucedida da inteligência artificial. Entre as fontes acionadas estão pesquisadores da área de robótica e computação e representantes de empresas de desenvolvimento tecnológico de ponta. Além disso, os argumentos são embasados por uma série de estatísticas, percentagens e pela explicação detalhada dos procedimentos relativos à programação e ao funcionamento dos supercomputadores. Ainda assim, frente ao universo de promessas oferecido nas chamadas e ilustrações (os anúncios), o que o conteúdo do texto tem a oferecer é algo bem mais modesto.

As ciências humanas são acionadas não apenas para oferecer um contraponto, ou outra perspectiva, mas para questionar, chamar o leitor e propor uma reflexão sobre o tema. Além das perguntas, são oferecidas a ele informações para que possa formar suas próprias opiniões. A matéria em si é marcada pela retórica dos resultados (busca ressaltar a aplicabilidade do conhecimento e os produtos e benefícios disponibilizados), mas as humanidades entram em cena por um viés mais compatível ao da reflexividade.

A posição proposta pelas humanidades (e suas fontes) não é de contrariar ou confirmar, mas propor perguntas, criar articulação do tema inteligência artificial com outras questões sociais e relativas aos sujeitos. Ou seja, a questão é retirada do âmbito da aplicabilidade para se pensar nos impactos e consequências, mas sem que isso seja visto, a priori, de forma negativa.

O momento de acionamento das humanidades é a única vez em todo o texto em que algumas das estratégias utilizadas nos anúncios publicitários fictícios (utilizados como ilustração) são retomados: fala direta ao leitor, verbos no imperativo, proposição de perguntas ao leitor e apontamento de questões que ainda precisam ser discutidas e pensadas.

A perspectiva do texto não é, a exemplo da maioria dos textos analisados nas revistas populares, de explicar o passado, mas sim de organizar o presente e oferecer perspectivas de futuro. Isso pode ser associado ao fato de a reportagem mobilizar menos pesquisas e fontes. O que podemos observar é que, quando há um caso específico (estudo, fonte, projeto, personagem) que serve de fio condutor ao desenrolar da narrativa, há mais espaço para se explorar seus desdobramentos e possibilidades.

Em meio a um discurso sobre computadores capazes de identificar e entender a linguagem e suas possibilidades de aplicação nas atividades humanas, as humanidades surgem para problematizar o lugar do sujeito, a relação desse sujeito autônomo e pensante com essas máquinas e o impacto tanto psicológico como social dessa convivência. Nesse sentido, são tematizadas não apenas pelas fontes das humanidades, mas também por vozes da física e de outros campos, que colocam questões como: o quanto delegamos às máquinas? O quanto somos dependentes e quanto mais podemos ficar? Quanta informação armazenamos nesses sistemas? Questões a serem pensadas e para as quais ainda não há respostas concretas.

### **7.3 – Retórica dos resultados**

Como apontado anteriormente, a retórica dos resultados, nas revistas populares, diz mais de uma busca por explicações e respostas para questões amplas, que permitam oferecer ao leitor um mundo planejado (organizado e com respostas) que da abordagem de pesquisas ou projetos específicos, ou do apontamento de produtos pontuais. Da mesma forma, a tendência de se abordar os acontecimentos à jusante, ou seja, como “o ponto de chegada de



um encadeamento serial” (QUÉRÉ, 2005), de forma a disponibilizar explicações para o passado e esclarecer o presente, contribui para essa retórica dos resultados mais focada em certezas e respostas conclusivas que em produtos ou aplicações práticas para o futuro.

Essa ponderação sobre a forma como se apresenta essa retórica nos textos não impede que se perceba, no entanto, a forte presença dessa dimensão, em geral, em todas as matérias das revistas. O que não é diferente em matérias sobre temas das humanidades. Dessa forma, selecionamos para análise as seguintes reportagens: “A ciência dos preços” (tema) e “Amizade: Por que é impossível ser feliz sozinho” (tematização) de Superinteressante e “E aí, beleza?” (tema) e “Por que nosso cérebro nos engana?” (tematização) de Galileu.

As matérias 1 e 3, que selecionam as humanidades enquanto tema tem em comum uma abordagem bem similar àquela oferecida pela cobertura de temas das ciências naturais. Além do tema em si pertencer ao campo das ciências humanas, são acionadas fontes desse universo para apresentar argumentos e validar as colocações feitas pela revista.

A matéria 1 aborda a forma como são estipulados os preços de produtos e serviços, as estratégias utilizadas na precificação e a relação das pessoas com os custos e valores dos bens que adquirem. A explicação dada ao tema é toda construída com base em exemplos que, além de ilustrativos, são didáticos e funcionam como uma estratégia de tradução, de simplificação do tema. Os muitos casos ilustrativos mobilizados contribuem para a construção da estrutura do texto (são o fio condutor da narrativa) e para oferecer respostas (ou conclusões) para as problemáticas apontadas.

Essa busca por respostas é, afinal, uma das principais marcas da retórica dos resultados. As ciências humanas – nesse caso, a economia de forma mais específica – são mobilizadas para fornecer explicações. Seus conhecimentos são aplicados sobre situações concretas como forma de estabelecer uma ordem e oferecer soluções.

A adoção dessa retórica privilegia a apresentação de alguns conceitos e linhas de pesquisa específicos, uma vez que sua individualização facilita a apresentação de seus produtos e contribuições práticas. Embora o foco da matéria 1 seja sobre uma questão ampla (os preços) e não sobre uma pesquisa específica, a narrativa foca-se em uma linha de estudo determinada, com espaço para apresentação detalhada de seus argumentos e explicação de alguns de seus conceitos, como a ideia de “ancoragem”, “menu induzidor”, “preço não-linear”, “psicologia dos preços” etc. Aqui, a capacidade de oferecer respostas e explicações é apresentada como um produto das ciências.

Nas matérias marcadas pela retórica dos resultados é verificável um esforço em introduzir e explicar conceitos, torná-los acessíveis. E uma razão para isso pode ser o fato de que tais conceitos são vistos como o produto desse conhecimento, como o resultado palpável das pesquisas e ganham, assim, uma aplicação prática facilmente observável.

A matéria conta com colunas laterais onde são oferecidas respostas a questões específicas relacionadas ao tema (“Preço maior dá a ideia de produto melhor?”; “Vinho caro é melhor que vinho barato?”). Além de oferecer uma resposta rápida e direta para as perguntas pontuais, as respostas são contextualizadas pelos argumentos das humanas. Ou seja, além de “sim” ou “não”, é oferecido um rápido “porquê”. Os exemplos da coluna lateral podem ser considerados como o “auge” da retórica dos resultados. Ali, a ciência humana é chamada a oferecer respostas imediatas e objetivas a problemas específicos.

As fontes das humanidades ganham espaço e voz, mas além disso a matéria faz uso do recurso das fontes genéricas ao vincular determinadas afirmações e argumentos a “especialistas”, “estudiosos”, “consultores” e “pesquisadores”, sem que haja identificação de quem sejam ou especificação de suas áreas de competência. Esses especialistas invisíveis estão ali para legitimar (confirmar ou refutar) os argumentos propostos, mas não sabemos quem são ou mesmo se são autorizados a falar sobre o tema proposto. A revista os autoriza.

A base do texto são os exemplos, ou seja, as possibilidades de aplicação prática daquele conhecimento apresentado. São 16 casos ilustrativos ao longo do texto e mais três presentes nas imagens (o visual do texto é composto de casos ilustrativos), além dos já citados casos das colunas laterais. A presença de interrogações – num esquema de perguntas e respostas – também é constante. A estratégia retórica é explorada para facilitar a apresentação das respostas (ou dos produtos) que o texto tem a oferecer sobre os problemas em pauta.

A matéria 3 (“E aí, beleza?”) aborda a questão da beleza física como critério de favorecimento em diversos campos e os impactos dessa “cultura do belo”. O texto toma como base uma pesquisa realizada pelo economista americano Daniel Hamermesh e publicada no período. Tal pesquisa se torna o fio condutor da reportagem, que aciona outras fontes (economistas, antropólogos, sociólogos e estudos desenvolvidos em conceituadas universidades do exterior) para reforçar o ponto de vista apresentado.

Esse foco em um trabalho específico contribui para o reforço da retórica dos resultados, uma vez que fica mais fácil apontar os resultados e as possíveis implicações envolvidas. Apesar de não ser a única fonte acionada, a pesquisa de Hamermesh ganha mais

espaço e visibilidade, tendo inclusive parte de seu processo de desenvolvimento e seus conceitos apresentados (“*lookism*”; “pulcromia”; “prêmio de beleza”). É um dos poucos casos encontrados em revistas populares em que a ciência aciona a mídia, ou seja, a pauta do universo científico chama atenção do jornalismo e é abordada como foco da reportagem.

A matéria é cheia de dados numéricos, valores, porcentagens, estatísticas e “conclusões”. Ou seja, se foca sobre os resultados e os produtos da pesquisa central e das demais que são mobilizadas. Percebe-se uma expressiva presença de pesquisas quantitativas, com métodos similares aos das pesquisas das ciências naturais. A apresentação de conceitos, típica das matérias de ciências naturais, também é realizada aqui, ou seja, usa a mesma retórica com o tema das humanidades. É o caso de cobertura das humanidades em que os elementos de subjetividade ganham menos evidência, uma vez que os procedimentos, conceitos e resultados das pesquisas ganham destaque. Os estudos e fontes eleitas para entrarem na matéria são aqueles que possuem dados concretos, números e estimativas.

A matéria apresenta um esforço para apagar as marcas de subjetividade. Exemplo disso é a insistência em demonstrar critérios para definir a beleza. A reportagem também dá ênfase e um espaço expressivo para apresentação das metodologias utilizadas (uma vez que são similares às das ciências naturais).

Os argumentos das ciências humanas se mantêm por si, mas é importante observar que isso acontece num contexto em que as humanidades são abordadas da mesma forma em que são abordadas as demais áreas, como provedoras de dados, números e conclusões, obtidos todos com métodos similares àqueles das ciências naturais. De forma geral, o tema é das ciências humanas, mas o modelo de cobertura é das ciências naturais, sem adequações que permitissem às ciências humanas mostrar sua especificidade.

A matéria 2 (“Amizade”) aborda o fenômeno da amizade, como ele surgiu e suas implicações entre os seres humanos. O texto é construído sob o ponto de vista biológico e neurocientífico, da amizade como algo que existe em função do funcionamento do nosso cérebro. Mas fica inevitável recorrer às ciências humanas, visto que a amizade é prioritariamente reconhecida como um fenômeno social.

Fica marcada no texto a capacidade da revista de relacionar até o mais trivial dos temas com o desenvolvimento da humanidade e os rumos do mundo como o conhecemos (A amizade é abordada como a relação que faz a humanidade ser o que é hoje). A reportagem

aborda um tema tradicionalmente associado às humanidades – a interação social, a convivência – e explica isso sob o viés das ciências naturais.

A história ganha força como o pano de fundo para o desenvolvimento do texto. Há um resgate desde a pré-história para se contextualizar o tema e apresentar a amizade como um fenômeno social. No entanto, essa retomada é rapidamente superada pelo argumento neurocientífico, segundo o qual a amizade surgiu como um fenômeno social na pré-história, mas graças à ocitocina (um hormônio): “(...) deixou de ser apenas uma coisa ‘de família’ para agir em prol da sociedade” (p.48); “Graças à ocitocina, o cérebro aprendeu a transformar algo que era necessário à sobrevivência – a cooperação – em prazer” (p.48).

As humanidades são acionadas para oferecer dados, resultados e números e para explicar o passado e fazer compreender o presente. Mas não fazem isso por si só. Elas são chamadas para contribuir com as explicações (com os resultados) das ciências naturais. A matéria apresenta uma teoria polêmica, segundo a qual nenhuma pessoa consegue ter mais de 150 amigos, e para legitimá-la faz uso de um infográfico explicativo e recorre a fontes das ciências humanas, desde os clássicos (Platão e Aristóteles) até o uso de casos ilustrativos.

Apesar do assunto ser abordado pela ótica das ciências naturais, há uma espécie de reconhecimento de que o tema (amizade) pertence ao social e logo sua abordagem recorre às humanidades. Em dado momento do texto é apresentado como fonte o “maior estudo já realizado sobre a saúde humana, na Universidade de Harvard”. Nesse momento, é reconhecido que o fator social, a aptidão social, tem mais influência sobre a saúde que a genética ou mesmo a alimentação. Tem-se assim uma espécie de fusão (ou associação) entre as ciências humanas e as ciências naturais. A capacidade humana de se associar contribuiu para que a ocitocina ganhasse papel maior na vida humana e o ganho de destaque da ocitocina fez com que o associar-se em grupo se ampliasse.

Quase todos esses números são fornecidos por pesquisas, estudos e pesquisadores das ciências humanas. As humanidades ganham espaço na matéria (economia, psicologia) para oferecer resultados que ilustrem, comprovem os argumentos.

Na matéria 4 (“Por que nosso cérebro nos engana?”), novamente as humanidades são tematizadas junto a um tema da neurociência. A explicação de como e por que erramos é atribuída ao funcionamento do nosso cérebro.

A reportagem é motivada pelo erro de uma enfermeira brasileira que confundiu soro com vaselina e provocou a morte de uma garota. É esse acontecimento que legitima a pauta e

põe a questão do erro humano em cena. O acontecimento é utilizado como caso ilustrativo que abre a matéria e serve de estratégia para introduzir o assunto.

A matéria é toda embasada em exemplos, números e estatísticas (acidentes em rodovias, condenações injustas à prisão e pena de morte etc.) como forma de justificar sua pertinência, validar seu ponto de vista e oferecer ao leitor um produto concreto, ou uma realidade esclarecida. Os exemplos elencados funcionam também como forma de demonstrar como o tema é próximo a nós (público) e nosso cotidiano, criando um vínculo com o leitor.

A perspectiva apresentada é a do erro como uma falha do cérebro e do processamento cerebral. Mas essa premissa, apresentada na capa e ao longo da matéria, deixa lacunas na sua explicação, principalmente frente a alguns casos específicos que não se encaixam no argumento central da matéria e fogem do padrão apresentado pela neurociência. E é para contribuir no preenchimento dessas lacunas que as ciências humanas entram em cena.

As humanidades são tematizadas inicialmente para introduzir o leitor ao tema: uma sociedade que não lida bem com erros, o peso social do erro, a cultura do acerto e do “destacar-se”. Mas, além disso, as ciências humanas roubam a cena, visto que conseguem lidar com a questão, ou mais precisamente, oferecem interpretações menos conclusivas e que permitem refletir sobre os pontos que as ciências naturais não conseguem abarcar, como a subjetividade envolvida, o peso das nossas experiências e do nosso repertório e a importância do contexto social no qual realizamos nossas ações e no qual estamos submetidos ao erro.

Os depoimentos das fontes das humanidades, assim como os argumentos levantados por elas acabam por ganhar muita importância no texto. Mas isso não se reflete em uma grande visibilidade para a área, uma vez que fica notável um movimento de apagamento do caráter humanístico desses pontos de vista. As ciências humanas aparecem destituídas de sua identificação como ciências humanas. A maioria das fontes tem suas áreas de atuação e seus créditos reduzidos ou simplesmente ocultados (são creditados como “autor do livro”, “vencedor do pullitzer”, “grande especialista”, “há quatro anos debruçado sobre o assunto” sem que sua área de atuação ou formação sejam mencionadas). Outro exemplo é que a psicologia cognitiva é sempre apresentada como ciência cognitiva, e as instituições de origem das fontes ganham mais destaque que suas pesquisas ou a descrição de seu campo de atuação.

As falas das ciências humanas trazem uma grande carga de informação ainda não pautada no texto. Os argumentos das humanidades são apresentados por meio de depoimentos e aspas dos pesquisadores ou por dados extraídos de suas pesquisas e documentos, enquanto

que com as ciências naturais, em geral, os argumentos são apresentados pelo texto da matéria (pelo autor/revista) e confirmados (ou reforçados) pelas falas dos pesquisadores.

Quando o argumento das ciências humanas é comprovado nos termos da revista (por meio de critérios que envolvem a presença de pesquisa quantitativa, de muitas fontes que confirmem uma determinada posição, ou pelo fato de se tratar de uma pesquisa ou visão já estabelecida e legitimada), a revista o toma como uma realidade dada, naturalizada e pré-estabelecida. O conhecimento das ciências humanas quando é tido como confirmado, legitimado, vira senso comum aos olhos da publicação.

Além de oferecer um contexto e contribuir para “complementar” a abordagem das ciências naturais, as humanidades são mobilizadas nesse caso para oferecer mais pontos a favor dos argumentos das ciências naturais. Os ‘resultados’ de pesquisas das humanidades e sua capacidade interpretativa são acionados a favor da visão das neurociências.

As humanidades ganham espaço no texto devido às possibilidades de aplicação de seu conhecimento para compreensão do problema proposto no texto: por que erramos? Mas a resposta que oferece não se encaixa perfeitamente à tese apresentada pela revista e pela qual a publicação toma partido: erramos devido ao funcionamento do nosso cérebro. Para contornar esse problema, os argumentos das humanidades são incorporados ao discurso da neurociência e reformulados, de modo a contribuir para sua validação.

Em termos de linguagem, a exemplo do que fora observado nas demais matérias das revistas populares, temos uma abordagem simples, com alto uso de analogias e mesmo de ditados. Aqui também observamos o uso das interrogações como estratégia retórica e pedagógica e o acionamento recorrente de fontes genéricas, principalmente quando os argumentos mobilizados pertencem ao universo das humanas. No entanto, se a fonte das humanas corrobora o argumento defendido na reportagem, ela destaque para sua fala e suas credenciais. Ex: “A psicóloga cognitiva da pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e pós-doutoranda na Universidade de Barcelona, na Espanha”.

A matéria mobiliza 21 fontes, entre especialistas e personagens, que se intercalam na narrativa. A maioria dos pesquisadores que ganha voz é oriundo de áreas das humanas, mas a abordagem da matéria, ainda assim, não privilegia seu ponto de vista.

## 8 – HUMANIDADES EM REVISTAS INSTITUCIONAIS

As revistas institucionais têm como marca a divulgação prioritária de pesquisas e projetos desenvolvidos com financiamento de sua respectiva instituição promotora. No entanto, tomando como base as revista Minas Faz Ciência (publicada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig) e Pesquisa Fapesp (publicada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp), notamos que outros temas podem entrar na pauta, desde que digam respeito diretamente ao universo científico, respondam a interesses das instituições promotoras ou estejam relacionados (direta ou indiretamente) a estudos e trabalhos financiados pelas agências. Dentre esses, destacam-se reportagens sobre políticas de ciência e tecnologia, eventos científicos, trabalhos internacionais divulgados em importantes revistas de disseminação científica etc.

Considerando o universo das duas revistas, identificamos o seguinte quadro. A revista Minas Faz Ciência, de tiragem trimestral, teve cinco edições incorporadas à análise – uma vez que incluímos tanto a edição dez 2010 a fev 2011 quanto a edição dez 2011 a fev de 2012) e apresentou, ao longo do período, 16 chamadas em suas capas, sendo 5 relativas a temas das humanidades. Destas, uma se referia a entrevista e não foi integrada à amostra. O pequeno número de reportagens sobre temas das ciências humanas impactou diretamente a nossa seleção, visto que as possibilidades para se buscar os traços mais expressivos de suas dimensões se tornaram restritas.

A revista Pesquisa Fapesp apresentou, ao longo de 2011, um total de 55 chamadas de capa, das quais 16 se referiam a temas das humanas. Dentre estas 16 aparições, três diziam respeito a entrevistas e não foram incluídas em nossa grade.



FIGURA 3 – Capas Minas Faz Ciência: Edições 44 a 48 – Dez/Fev 2011 - Dez/Fev 2012



FIGURA 4 – Capas de Pesquisa Fapesp: Edições 179 a 190 – jan 2011 a dez 2011

Assim como realizado junto às revistas populares, foram selecionadas 12 matérias, sendo 6 de cada revista, subdivididas em 3 reportagens nas quais as humanidades são tema e três nas quais são tematizadas. Cada matéria escolhida tem por característica trazer à tona traços ou elementos marcantes de uma determinada dimensão das ciências humanas (controvérsia, reflexividade e retórica dos resultados).

Para nossa análise foram selecionadas as seguintes reportagens:<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Devido à grande extensão dos textos, as matérias analisadas não foram anexadas à dissertação. No entanto, podem ser acessadas nas versões virtuais das revistas, disponíveis nos seguintes endereços: <http://www.fapemig.br/category/revistas/> e <http://revistapesquisa.fapesp.br/revista/edicoes-antiores/>.



**Tabela 2**  
Matérias selecionadas em revistas institucionais

<b>Revista</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Matéria<sup>28</sup></b>	<b>Descrição</b>
Minas Faz Ciência	Tema	Controvérsia	Um código para avançar	Matéria de capa Edição 47, Set/Nov 2011
		Retórica dos resultados	Memória coletiva	Matéria de capa Edição 48, Dez 2011 a Fev 2012
		Reflexividade	Cinema Pesquisadores revelam a intensa relação entre a ciência e a sétima arte	Chamada secundária Edição 45, Março/Maio 2011
	Tematização	Controvérsia	Aids, 30 anos	Chamada secundária Edição 47, Set/Nov 2011
		Retórica dos resultados	Álbum de família	Chamada secundária Edição 46, Jun/Ago 2011
		Reflexividade	O mundo do (não) lixo	Matéria de capa Edição 46, Jun/Ago 2011
Pesquisa Fapesp	Tema	Controvérsia	A memória volta à educação	Chamada secundária Edição 181, março 2011
		Retórica dos resultados	A renúncia que mudou o Brasil	Chamada secundária Edição 182, abril 2011
		Reflexividade	Plástica faz do corpo um capital	Chamada secundária Edição 187, setembro 2011
	Tematização	Controvérsia	Número de falantes decide destino das palavras na web	Chamada secundária Edição 185, julho 2011

<sup>28</sup>Os títulos utilizados na tabela 1 se referem às chamadas de capa recebidas pelas matérias. Alguns se repetem ao encabeçar as matérias no interior das revistas, mas, na maioria dos casos, novos títulos são elaborados para as reportagens. Os respectivos títulos internos são os seguintes: “Código que rompe amarras”; “Riqueza em forma de arquivo”; “Uma câmera na mão e o universo na cabeça”; “Aids, 30 anos: um desafio permanente”; “Álbum de família faz bem para a saúde”; “Novos tempos para os resíduos”; “Reaprender a estudar”; “Fê-lo porque quis o quê?”; “A economia das aparências”; “A vida das palavras”; “Herança americana”; e “A fraqueza das células-tronco”.

		Retórica dos resultados	Um retrato ancestral dos ameríndios	Matéria de capa Edição 182, abril 2011
		Reflexividade	Mal de Parkinson	Matéria de capa Edição 183, maio 2011

A cobertura nas revistas institucionais se diferencia daquela descrita nas revistas populares em alguns aspectos. O primeiro diz do deslocamento do foco de um problema que a revista busca “solucionar” (ou uma realidade que ela busca planificar e esclarecer) para um projeto (ou conjunto de projetos) que a revista busca apresentar e indicar as contribuições. Dito isso, fica evidente uma tendência natural pela adoção de uma retórica de valorização de resultados e produtos finais e de validação e justificativa das pesquisas realizadas (uma vez que foram financiadas pelas instituições promotoras da revista).

Como as revistas pertencem ao próprio “universo científico” (ou o têm como campo gerador), o modo de acionamento da ciência também muda. O movimento aqui é diferente e o poder de acionamento da ciência (embora uma ciência delimitada aos temas financiados pelas agências ou cujas fontes e iniciativas, desenvolvidas sob tutela da instituição, possam se manifestar a respeito) se sobressai. As revistas não elegem problemas e buscam soluções. Mas, a partir dos temas a que têm acesso selecionam uma abordagem e promovem sua divulgação.

As revistas institucionais são pautadas por temas de interesse de suas respectivas agências, mas também por temas relacionados à temática científica e que emergem na pauta social. As revistas não são imunes aos acontecimentos legítimos, embora sua afetação por eles seja diferenciada tanto com relação aos veículos de grande mídia quanto com relação às publicações populares de divulgação científica. Acontecimentos que se projetam com poder de reverberação próprio e que exigem atenção da mídia afetam as revistas, mas essa influência além de ser diluída pela temporalidade das publicações, pela necessidade de vinculação temática e pela demanda em atender aos interesses do público – a exemplo do ocorrido nas revistas populares – é diluída também pela necessidade de vinculação dos temas ao universo específico das instituições. Embora o movimento de prospecção de acontecimentos para sua rede de noticiabilidade ainda seja visível (nos casos em que os projetos e pesquisas financiados pelas instituições são mobilizados para oferecer interpretações sobre acontecimentos de outras esferas ou casos em que os desdobramentos desses acontecimentos

podem ser explicados pelas fontes ou estudos pertencentes à rede das agências), o que transparece, na construção das notícias, é uma presença bem menor das reverberações de acontecimentos que irrompem em outros espaços da cena midiática.

No caso de Pesquisa Fapesp, essa atualidade das pautas se manifesta por meio de uma atenção voltada para acontecimentos científicos ‘relevantes’ ao redor do globo. A revista se pauta de forma expressiva por temas abordados por revistas de disseminação científica conceituadas, como *Nature* e *Science*. Nesses casos, em geral é feita uma apresentação da “revelação” divulgada nas revistas internacionais com interpretações (análises críticas, opiniões, contextualização dos casos no Brasil) de pesquisadores brasileiros vinculados à Fapesp, ou são acionados estudos financiados pela agência e relacionados ao assunto. De uma forma ou de outra, o acontecimento funciona como um gancho para dar visibilidade a trabalhos financiados pela instituição. Vale ressaltar que esse acionamento não ocorre apenas por revistas internacionais. Em muitos casos, pesquisas realizadas no Brasil (em outras instituições e estados) ganham a pauta de Pesquisa Fapesp e são articuladas com trabalhos desenvolvidos sob tutela da Fundação. É preciso apontar que, em muitas dessas ocasiões, os trabalhos externos é que constituem o foco dos textos, ficando as pesquisas financiadas pela Fapesp como complementos ou contrapontos.

No caso de Minas Faz Ciência esse acionamento de acontecimentos e pesquisas externas é menos expressivo. Na grande maioria dos casos o foco do texto é um projeto ou conjunto de projetos vinculado diretamente à Fapemig. Mas pesquisas de outras instituições e estados ganham espaço, desde que relacionados à discussão do projeto focalizado. Há um movimento duplo observado: tanto é possível identificar reportagens em que fora definido um tema de antemão e as pesquisas foram acionadas para contextualizar e oferecer explicações como estão presentes matérias em que o próprio trabalho fora eleito como tema.

Essa prospecção de acontecimentos para a pauta tem ainda como filtro a divisão temática das revistas e a repartição em rubricas. As reportagens são categorizadas de forma menos rígida em Minas Faz Ciência, que etiqueta as matérias de acordo com sua abordagem, resultando numa variável bem mais ampla de rubricas que Pesquisa Fapesp. Esta última realiza dois movimentos. Em primeiro lugar, divide seus temas entre quatro grandes áreas: Políticas de C&T; Ciência; Tecnologias e Humanidades. Cada uma dessas categorias recebe subdivisões de acordo com a disciplina específica. No caso das humanidades, encontramos matérias com as rubricas sociologia, antropologia, filosofia, psicologia, literatura, história etc.

Dessa forma, fica delimitado o campo de visibilidade das humanas, embora esporadicamente seus temas sejam projetados nas categorias Política de C&T e ciência.

A retórica dos resultados a que nos referimos acima, transplantada do modelo de cobertura das ciências empíricas para a cobertura de todos os temas das revistas – incluídas aí as humanidades – no entanto, se manifesta em níveis diferentes em Minas Faz Ciência e Pesquisa Fapesp. O que nos leva a um dos principais pontos observados na cobertura: a diferença marcante entre as duas publicações em termos de relatos, de linguagem, de acionamento de fontes, de aprofundamento dos temas e manejo dos argumentos evocados.

Nos dois casos, chama atenção a forma como as fontes é que conduzem a narrativa, cabendo ao jornalista uma função de organizar o relato e articular a aparição dessas vozes e argumentos. A grande maioria das informações é apresentada por meio de aspas dos pesquisadores e referências ao conteúdo das pesquisas. Os autores das reportagens raramente apresentam dados novos por conta própria ou fazem afirmações reveladoras. Diferente do que fora muitas vezes observado nas matérias das revistas populares, o autor dos textos se mostra como alguém que teve acesso aos dados e relata o caso, enquanto que nas publicações populares o autor dos textos parecia dominar o assunto e oferecia as informações por meio de seu próprio relato, acionando as fontes, muitas vezes, apenas para confirmar/contrapor os argumentos apresentados.

Partindo dessa consideração, podemos afirmar que, nas revistas institucionais, as fontes especializadas ganham um status diferenciado. Suas falas, em geral, são extensas e de alto teor explicativo e descritivo. Há uma maior abertura para aprofundamento dos temas – uma vez que o que está em jogo é apresentar perspectivas de trabalho e possibilidades de inovação e não respostas conclusivas. Outra marca dos textos é a presença de um número bem menor de fontes se comparado às matérias das revistas populares. No caso de Minas Faz Ciência essa redução é ainda mais visível. Da mesma forma, são raríssimos os casos de uso de personagens ou fontes testemunhais. A voz do texto é a voz dos especialistas.

Por se pautarem em grande medida por projetos e pesquisas específicos, as matérias assumem uma abordagem que tenta menos explicar o passado, mas lançar luz sobre o futuro. Os textos se voltam para a capacidade explicativa das pesquisas, mas de forma mais contundente para as possibilidades de aplicação e para as perspectivas criadas pelos conhecimentos apresentados. Mesmo em casos em que os trabalhos se voltam para a interpretação de fenômenos e realidades do passado (como nos casos de pesquisas da história

e da arqueologia) o foco é nas possibilidades de releitura que esse conhecimento novo disponibiliza e na forma como pode trazer implicações para o modo como olhamos para o mundo a partir de sua ‘revelação’.

Embora possuam diferenças expressivas, Minas Faz Ciência e Pesquisa Fapesp trazem uma linguagem mais elaborada e menos aberta a licenças e uso de expressões coloquiais. O tom é mais formal e o texto, muitas vezes, se aproxima daquele dos próprios trabalhos acadêmicos, com pouco recurso a figuras e jogos de linguagem. O uso de exemplos e casos ilustrativos é identificável, mas de forma menos recorrente, assim como é maior o espaço para apresentação de conceitos e descrição de procedimentos de pesquisa. À diferença do que fora observado nas revistas populares, as revistas institucionais não fazem muita alusão a elementos da cultura de massa ou usam referências comuns ao grande público. Pelo contrário, são encontradas referências a conceitos e autores pouco conhecidos pelo público em geral, e isso se dá sem muito investimento em apresentação ou identificação (em alguns textos encontramos referências a autores como Gilles Deleuze e Godard e a noções como os princípios monológicos e topológicos de Jacques Derrida apresentados como informações naturalizadas e de amplo conhecimento).

No que diz respeito à cobertura das humanidades, no entanto, as especificidades das revistas institucionais não são tão abrangentes. Parece haver um esforço em garantir que temas pertencentes ao campo das humanas ganhem espaço, mas não há grandes investimentos em sua abordagem, que recebe o mesmo tratamento dado aos temas das ciências naturais.

Os elementos referentes aos fundamentos das ciências humanas são observados, mas não de forma privilegiada. Suas dimensões ganham espaço, mas não de forma planejada ou como resultado de um esforço em lidar com as especificidades das humanas. De toda forma, não podemos avaliar a cobertura como inadequada, visto que há um esforço evidente em garantir não só espaço mas legitimidade aos temas e trabalhos desenvolvidos na área.

Quanto às dimensões observadas, é preciso chamar atenção para algumas impressões iniciais. No que se refere ao tom das reportagens, este apresenta-se sempre favorável aos trabalhos apresentados, embora a linguagem seja ponderada e não demonstre entusiasmo excessivo com os “achados”. De forma mais preponderante em Pesquisa Fapesp, o tom dos textos é sempre de discussão, de “colocar novos elementos e variáveis no debate”, o que se ajusta bem no caso da cobertura das humanidades.

Como as pesquisas divulgadas são financiadas pela instituição promotora das revistas – ou estão vinculadas à instituição de alguma forma indireta – há uma aprovação antecipada dos trabalhos. O próprio fato de ter sido selecionada para entrar em pauta nas revistas – frente a um universo de outras possibilidades que também contaram com suporte financeiro das agências – demonstra uma validação do trabalho pela publicação. Isso dificulta a presença de aspectos da controvérsia nos textos. Em geral, as fontes acionadas – embora tragam contribuição para o entendimento e para a ampliação da abordagem dos temas – estão em conformidade com as tendências e linhas de pesquisa dos estudos realizados sob tutela das instituições.

Outra questão que merece destaque diz respeito à forma como as humanidades são tematizadas nas revistas. O acionamento de conhecimentos e fontes das ciências humanas como contextualizadoras, mediadoras ou criadora de vínculos é bem menos evidente nas matérias de revistas institucionais. Como o foco é sobre projetos específicos, que em geral respondem às questões por ele propostas, a presença das humanidades é reduzida e quando ocorre, tem menos destaque. O movimento de complementação dos argumentos, de busca de diferentes pontos de vista ou contrapontos é realizado junto a pesquisas semelhantes àquela que motivou a reportagem, mas desenvolvidas em outras instituições ou contextos. A tematização das humanas não deixa de ocorrer, mas perde evidência e força. São poucas as aparições de fontes das humanidades em textos de outras áreas e muito do que é percebido em termos de tematização diz respeito a um conhecimento naturalizado, tido como dado e sem identificação de referências.

Partimos agora para uma análise segmentada da cobertura das humanidades em revistas institucionais, levando em consideração suas dimensões específicas.

## **8.1 – Controvérsia**

Algumas considerações são necessárias antes da análise da presença de elementos de controvérsia nas matérias sobre temas das humanidades nas revistas institucionais. A seleção de reportagens em que se destacassem elementos dessa dimensão foi difícil, uma vez que – como já apontado – a controvérsia é pouco observada nos textos das revistas institucionais. Em geral, a controvérsia identificada se deve mais aos temas em si que a uma proposta de discussão, de apresentação de diferentes visões e perspectivas pelo texto. Nas matérias nas

quais as humanidades são o foco da abordagem (o tema), a controvérsia foi identificada em poucos casos, das quais selecionamos “Um código para avançar” (Minas Faz Ciência) e “A memória volta à educação” (Pesquisa Fapesp).

No primeiro caso, a escolha se deteve sobre a controvérsia inerente ao tema e não necessariamente pautada no texto. Não identificamos na capa da revista Minas Faz Ciência uma reportagem que abordasse um tema das ciências humanas sob o viés da controvérsia. A matéria sobre a proposta de um novo Código Nacional de CT&I foi a alternativa que mais se aproximou dessa perspectiva ao apresentar ideias para um novo marco regulatório da pesquisa e desenvolvimento científico no país através da apresentação do atual cenário, das políticas e princípios em voga, das dificuldades encontradas e dos impactos disso para o posicionamento do Brasil em termos de CT&I e para o desenvolvimento do País. Para tanto, como forma de demonstrar a pertinência da nova proposta, o texto faz um contraponto com as leis vigentes, demonstrando seus pontos fracos e apontando soluções. No entanto, nem todas as propostas são unânimes e algumas geram polêmica, como a dispensa de licitação e flexibilização da prestação de contas.

O texto conta com fontes que vão desde a procuradora do Estado de Minas Gerais, passando por representantes do legislativo federal até professores e pesquisadores que avaliam o cenário atual, a nova proposta e, além disso, contam suas experiências de financiamento de pesquisas e gestão de projetos.

Em matérias referentes a temas de outras áreas, a controvérsia também não ganha muito espaço, mas é sua ausência nas matérias das humanidades – campo fértil para o estabelecimento de discussões e fomento das controvérsias – que se faz mais sentida. Uma das justificativas possíveis para esse quadro de ausência de controvérsias é a própria vinculação dos temas à instituição promotora das publicações. O próprio fato de terem sido desenvolvidas sob tutela da Fundação e terem sido selecionadas para ganhar visibilidade na revista, de certo modo, legitima o trabalho divulgado e contribui para que contrapontos e questionamentos fiquem em segundo plano.

Esse quadro se repete nas matérias de Pesquisa Fapesp. Na matéria selecionada: “A memória volta à educação”, o tema é a retomada de métodos de memorização como instrumentos importantes de aprendizado. A reportagem é motivada pela publicação de um estudo favorável ao método na revista *Science*. Para retomar o estudo e realizar uma análise crítica sobre o mesmo, contextualizando-o no cenário das pesquisas brasileiras, é acionada

uma pesquisadora da USP, que não só se mostra favorável ao estudo como retoma antigos estudos na mesma linha de trabalho, legitimando a iniciativa e inserindo todo um ramo de pesquisas em educação desenvolvidas sob tutela da Fapesp na trilha do projeto internacional de destaque. Contudo, a discussão proposta no texto remete a um antigo debate envolvendo estratégias de aprendizado, que polariza as práticas de memorização (associada a uma “pedagogia tradicional”) à perspectiva da Escola Nova e suas derivações, como a pedagogia das competências e o construtivismo.

A controvérsia se dá, aqui, com o estabelecimento de uma discussão sobre o assunto, em que vários pontos de vista são apresentados e elementos e ordens diversas são incorporados ao debate. O que chama atenção é que, apesar de validar os postulados da pesquisa sobre memorização e apontar falhas no modelo da Escola Nova, as fontes acionadas (educadores, pedagogos e psicólogos) não são contrárias ao modelo questionado. O que se estabelece não é uma disputa entre correntes, mas uma apresentação de diferentes ângulos e variáveis da mesma questão. Mas esses ângulos, em geral, são coerentes à visão da pesquisa base, que motivou a reportagem.

A controvérsia se estabelece por meio da problematização de maneiras distintas de se avaliar o método e sua validade. E o que temos ao longo do texto são ideias para se apropriar do que há de melhor nos diferentes modelos e o questionamento de pontos que precisam ser revisados ou repensados. As humanidades em pauta ganham assim destaque como espaço de construção, de troca, o que sinaliza o que se poderia chamar de uma forma promissora para se tratar os temas das humanas. Mas, é preciso esclarecer que esse tipo de controvérsia ganha espaço em poucas ocasiões em Pesquisa Fapesp e, ainda assim, quando não há pesquisas diretamente financiadas em cena. Nesse caso, o foco da matéria é a pesquisa publicada na *Science*. É ela que aciona a revista e a faz buscar, entre os pesquisadores e fontes vinculadas à Fapesp especialistas brasileiros para debater a questão.

Outro fato que chama atenção é que não há personagens ou fontes testemunhais. O vestibular e a angústia por que passam os alunos no fim do ano são citados, mas os estudantes (assim como professores da educação básica e fundamental que aplicam os métodos discutidos) não são ouvidos.

Nos casos da tematização das humanidades pelo viés da controvérsia a situação é ainda mais rara. Como pautam pesquisas específicas, com objetivos específicos e, em geral, com respostas específicas para as questões que propõem, as humanidades raramente são



acionadas para oferecer um contraponto ou estimular uma discussão sobre diferentes pontos de vista e possibilidades de apreensão de um tema.

Na matéria “Aids, 30 anos”, publicada em Minas Faz Ciência, é realizada uma retomada de todo quadro histórico da doença, desde os primeiros casos, sua descoberta, os primeiros estudos, a evolução das pesquisas e as perspectivas de tratamento, cura e vida com o vírus. O foco da reportagem são as pesquisas médicas e relativas ao desenvolvimento de medicamentos e vacinas, assim como os avanços do sistema público de saúde do Brasil que oferece todo o tratamento gratuito. Mas, para além desse quadro, é feito um contraponto abordando a Aids enquanto problema social. As ciências humanas são acionadas no texto para construir a contextualização da doença (o cenário sócio histórico), mas também para apontar questões que são deixadas em segundo plano quando o entusiasmo com relação ao aumento da expectativa de vida e às melhorias do tratamento ganham pauta.

O foco da reportagem são os trabalhos desenvolvidos na Faculdade de Medicina, Escola de Enfermagem e Hospital das Clínicas da UFMG e relacionados ao atendimento de pacientes, prevenção da doença e desenvolvimento de pesquisas na área. Todos os trabalhos contam com apoio da Fapemig e, por isso, se destacam no texto. Mas são também acionadas pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e dados oficiais sobre a doença. Nesse sentido, o cenário parece positivo, com o volume de dados sobre HIV/Aids se ampliando, o número de casos reduzindo, os tratamentos mais eficientes e com menos efeitos colaterais. Mas as humanidades são tematizadas para pautar o problema social da Aids, sua prevalência em classes sociais de baixa renda, a contaminação dos jovens, a permanência de índices preocupantes de contaminação geral, a necessidade de programas educacionais e do acesso à informação, além da necessidade de se discutir os impactos familiares e de inserção social dos pacientes. Pesquisadores da psicologia, dados do IBGE, estudos sobre questões psicossociais de pessoas vivendo com HIV ou Aids ganham espaço para disponibilizar um outro ângulo de abordagem da questão.

A controvérsia surge, fundamentalmente, em função do tema – que ainda traz por si uma carga de polêmica. Mas a presença das humanidades garante a instauração de uma discussão mais ampla e evita a planificação do tema ou a limitação da abordagem a questões médicas. O acionamento das humanidades garante ainda à matéria uma linguagem mais simples e acessível, a entrada de exemplos reais e a mobilização de casos ilustrativos e personagens (com direito a depoimento). A construção da narrativa da reportagem se baseia na utilização de muitos números, estatísticas e referências a uma multiplicidade de estudos na

área, tanto relacionados à doença em si e ao tratamento quanto aos impactos sociais, de qualidade de vida e inserção social dos pacientes.

No caso da matéria “Número de falantes decide destino das palavras na web”, de Pesquisa Fapesp, a tematização das humanas se dá como forma de contrapor argumentos da física sobre um tema, à primeira vista, das humanidades: a língua e o suposto futuro das palavras. Uma pesquisa desenvolvida por físicos brasileiros apontou uma série de resultados polêmicos sobre o nascimento e morte das palavras e a evolução do vocabulário na web. Ao analisarem estatisticamente milhares de palavras empregadas por quase 167 mil usuários de dois grupos de discussão na internet durante uma década, os pesquisadores concluíram que: “(...) as chances de uma palavra, velha ou nova, permanecer em uso no futuro não dependem tanto da frequência com que ela é usada atualmente, mas sim da variedade de assuntos em que é empregada e, mais importante ainda, do número de pessoas que a utilizam” (p. 45). Ou seja, “(...) é melhor muita gente falar pouco do que pouca gente falar muito” (p.45).

Apesar de contarem com a colaboração de uma linguista, os estudos geraram uma série de questionamentos na área, uma vez que vão contra estudos anteriores, inclusive alguns desenvolvidos sob tutela da Fapesp. A reportagem aciona pesquisadores vinculados à Agência de fomento e de outras instituições e estados para opinar sobre a questão e o que se constitui é um debate com argumentos favoráveis, contrários e muitas ponderações sobre as “revelações” do estudo estatístico.

Os argumentos da pesquisa realizada pelos físicos ganha força uma vez que têm como base métodos e dados quantitativos – dos quais faz uso para validar seus resultados. A amostra utilizada é ampla e o período coberto é extenso, o que favorece a perspectiva estatística. Já os argumentos da linguística (alguns favoráveis, outros contrários e outros ainda chamando atenção para a necessidade de ponderação quanto ao assunto) se baseiam no conhecimento das especificidades da área e são mais ponderados quanto aos riscos de generalizações. Uma das linguistas acionadas como comentadora ressalta: “Em linguagem não há receita pronta para nada, senão não existiriam a literatura e a poesia.” (p.47).

Nesse caso, pouco recorrente nas páginas de Pesquisa Fapesp, as humanidades se fizeram presentes para propor essa discussão sobre um tema em que ainda não há consenso. No entanto, trata-se de uma exceção. Em geral, o espaço reservado às controvérsias é escasso, principalmente no que diz respeito às ciências humanas tematizadas. Enquanto tema, podemos constatar que a controvérsia surge mais vinculada ao aspecto controverso (ou polêmico)

inerente aos próprios assuntos selecionados que ao fato de se inserirem no campo das humanas.

## **8.2 – Reflexividade**

Dentre as características da cobertura das revistas institucionais de divulgação científica se destaca uma linguagem mais elaborada e formal, que em muitos casos se aproxima da linguagem acadêmica. O uso dessa linguagem, associada à complexidade das explicações, ao uso menos recorrente de exemplos e à liberdade (e espaço) dada aos pesquisadores em sua fala têm impacto na configuração mais hermética dos textos. No caso de Pesquisa Fapesp esse caso é ainda mais expressivo.

As humanidades têm espaço cativo nas revistas institucionais, garantido por suas respectivas rubricas, e esse lugar legitimado garante a elas presença em todas as edições das revistas e espaço para apresentação não só das pesquisas e de seus achados, mas também de seus processos, linhas de pensamento e questionamentos que motivam os trabalhos. As reportagens de Minas faz Ciência, mas de maneira mais expressiva de Pesquisa Fapesp, apesar de focarem em estudos específicos e mobilizarem um número menor de fontes, apresentam uma preocupação reduzida em apresentar resultados e aplicações práticas imediatas. O esforço é direcionado para a explicação do trabalho, seus objetivos, meios de desenvolvimento, base conceitual e teórica mobilizada, assim como as possibilidades de contribuição futura, seja por meio do conhecimento gerado ou de uma nova visão suscitada por um tema. Dessa forma, as pesquisas ganham espaço considerável para sua exposição e discussão (embora muitas vezes uma discussão limitada a um universo pré-aprovado).

Em Pesquisa Fapesp os textos são mais extensos e a voz do jornalista se apresenta apenas como uma organizadora da informação e articuladora das fontes. Não pertence à revista – ou ao menos assim ela deixa transparecer – os pontos de vista mobilizados e as posições assumidas em termos de aprovação ou reprovação dos argumentos e explicações apresentados. Em Minas Faz Ciência também notamos esse esforço de deixar a cargo das fontes a explicação dos fenômenos. Mas, mais que uma pretensa objetividade (que seria em tese impossível, visto que o próprio critério de legitimação dos temas parte da sua inserção no campo de financiamento das agências), o que notamos no tom das revistas é uma tentativa de não assumir as perspectivas dos projetos divulgados como versões definitivas. A intenção está

mais voltada em apresentar o “estado da arte” de uma determinada linha de investigação ou pesquisa que em revelar apenas seu resultado. Há espaço para exploração do “como” foi feito, assim como há espaço para o “quê” foi realizado.

E as humanidades se beneficiam dessa postura. Não há grandes investimentos em termos de abordagem específica para os seus temas, seja como tema ou tematização, mas essa disposição das revistas em divulgar os projetos e suas articulações com o que “de mais novo” ou “mais moderno” tem sido pensado na sua respectiva área abre oportunidades aos temas das humanas, uma vez que não se configuram como problemas ou acontecimentos específicos, mas como *problemáticas*.

Nessa lógica, além do tema central dos projetos ganham espaço também seus desdobramentos e são criados links com outras temáticas, abrindo espaço para uma reflexão mais aberta. E é nesse sentido que as matérias dão espaço à reflexividade. Os textos apresentam marcas dessa dimensão exatamente por estabelecer e incentivar uma reflexão para além do tema central das matérias. As reportagens oferecem, por meio das fontes e de uma série de outras pesquisas e iniciativas que consegue articular na narrativa, novos elementos e variáveis a serem pensados.

A reflexividade das ciências humanas, como já antecipado anteriormente, é vista aqui como a marca de um conhecimento que sai do senso comum, para ser qualificado, e retorna a ele de forma renovada, para contribuir com o exame das práticas sociais. É um conhecimento que nos permite pensar, articular nosso repertório e decidir, enquanto sujeitos autônomos pela formulação de nossas próprias perspectivas. Dito dessa forma, retomamos à dificuldade de encontrar elementos específicos que nos permitam classificar as matérias com relação a essa dimensão.

As matérias de Minas Faz Ciência e Pesquisa Fapesp que pautam temas das humanidades não trazem alguns traços que foram comuns em outros textos marcados pela reflexividade, como a presença maciça de interrogações, as falas diretas ao leitor e a criação de situações simuladas nas quais o leitor pudesse se visualizar. No entanto, a retórica dos textos é marcada por questionamentos (nem sempre formulados sob a forma de perguntas) que não são respondidos no texto, mas incitam novas discussões e a mirada das questões por outros prismas. A reflexividade é identificada aqui por uma tendência das matérias em “cobrir” o campo relativo a um tema, ou dito de outra forma, de tentar realizar uma cobertura ampla, que ofereça elementos para se pensar o tema em diferentes aspectos. Apesar de focar

em estudos (ou conjunto de estudos) específicos, a matéria não fica presa a seus argumentos e traz outras referências para o jogo, sempre deixando um tom de “questão inacabada”.

De forma mais clara, foram selecionadas as seguintes matérias marcadas pela reflexividade das humanidades: “Cinema: pesquisadores revelam a intensa relação entre a ciência e a sétima arte” (tema) e “O mundo do (não) lixo” (tematização) de Minas faz Ciência; e “Plástica faz do corpo um capital” (tema) e “Mal de Parkinson” (tematização) de Pesquisa Fapesp. Por ordem prática, as enumeraremos sucessivamente com números de 1 a 4.

A matéria 1 tem como foco a parceria entre ciência e cinema e a maneira como o cinema já serviu (suas técnicas, seu potencial de divulgação) à ciência ao mesmo tempo em que se alimenta dela (roteiros, personagens, mitologia etc.). A reportagem tem como foco um grupo de pesquisa específico (o Scientia, da Universidade Federal de Minas Gerais) que trabalha com história e filosofia da ciência e da tecnologia, mas outros estudos e fontes são acionados para compor um quadro de discussão sobre as relações entre ciência e cinema, abordando a forma como os dois campos vêm se articulando ao longo da história e as possibilidades que essa parceria ainda pode trazer em termos de produtos e de reflexões.

Ao mesmo tempo em que se volta para o passado, para explicar como a relação entre cinema e ciência se deu e como evoluiu, a matéria se volta para uma projeção de futuro, ou seja busca refletir sobre as potencialidades em termos de entretenimento e de produção de conhecimento.

O texto é construído por meio de depoimentos dos pesquisadores da área. Cabe ao jornalista a organização da narrativa e a articulação dos argumentos, além de um esforço de contextualização e de preenchimento de lacunas que vão sendo deixadas pelas fontes, principalmente no que se refere às referências específicas do universo abordado. É o caso da explicação da “alegoria da caverna” de Platão, que é citada na fala de um dos especialistas e retomada no texto como forma de esclarecer a referência. Apesar desse investimento de “tradução” presente em algumas partes, o texto assume um tom bem próximo ao dos textos acadêmicos e, em alguns momentos, parece se voltar para um público específico e conhecedor do tema em questão. Referências a nomes como Pierre Jansen, Gilles Deleuze, Godard e Lumière são abordadas como se pertencessem a um horizonte comum aos leitores.

Apenas quatro fontes ganham direito de fala efetivamente, mas outras são citadas e a maioria dos argumentos apresentados são ilustrados com exemplos. A partir dos trabalhos do grupo tomado como foco, outros grupos de pesquisa, estudos e pesquisadores entram em cena

para abordar uma variedade de possibilidades de se pensar a articulação entre ciência e cinema.

Contrariando a constatação do pequeno número de interrogações nas matérias das revistas institucionais, a reportagem traz uma série de questionamentos, sem necessariamente buscar respondê-los no texto. São indagações que vão além dos objetivos e do espaço da matéria e que instigam uma maior reflexão sobre alguns pontos abordados: “De que modo essa continuidade se insinua, e que descontinuidade ela pressupõe?” (p.41); “Precisaríamos supor uma realidade para além da caverna?” (p.41).

E é nesse modo de apresentar o tema, como algo inacabado, em construção, que ainda precisa ser pensado que identificamos as marcas mais evidentes de reflexividade do texto. Os pesquisadores não são acionados para responder perguntas e explicar problemas específicos, mas para falar do que tem sido feito/pensado em termos de relação entre ciência e cinema e do que ainda pode ser feito, ou seja, fazer uma análise das possibilidades entre as duas áreas como um campo a ser explorado. E o que temos é uma abordagem dessa relação como algo ainda não esgotado, com a matéria deixando “pistas” de caminhos possíveis.

A reportagem constrói um quadro de possibilidades que é “contaminado” pelo entusiasmo dos especialistas na área. Não há contrapontos ou fontes que demonstrem um pensamento de outra corrente, mas a matéria também não busca esgotar o tema ou fechá-lo para outras interpretações.

A matéria 3 (“Plástica faz do corpo um capital”) traz como tema a cirurgia plástica e a forma como a aparência tem se tornado um capital na sociedade brasileira. A reportagem é motivada por um acontecimento específico: a divulgação de uma pesquisa do Ibope em conjunto com a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), que indica que, no Brasil, uma cirurgia plástica é realizada a cada minuto, num total anual de 645 mil (segundo maior índice do mundo). A partir disso, o texto vai abordar não apenas essa banalização da cirurgia, mas a origem dessa demanda e suas implicações culturais e sociais, sem deixar de fora as relações com temas como saúde, envelhecimento, mercado de trabalho e família.

Num primeiro momento, a matéria se apoia sobre as estatísticas e uma série de dados numéricos como forma de chamar atenção para o tema e para o texto. Dessa forma parece buscar validar (por meio dos dados) a discussão, ou seja, o acontecimento que mobilizou a pauta acaba por também legitimá-la.

O texto mobiliza diferentes estudos e pesquisas, trazendo novas perspectivas para se avaliar a questão da plástica, para além da “futilidade” ou da “ vaidade”. Apesar do tema ser controverso, não há controvérsia na matéria, uma vez que os trabalhos apontados seguem, no geral, uma mesma tendência e olham para o problema de modo semelhante. Mas, diferente de buscar um tom consonante ou de “querer chegar a um ponto comum”, as fontes colocam em pauta questões específicas e cada uma aponta para uma perspectiva pela qual a discussão pode passar. A cobertura não é marcada, como se poderia pensar a princípio, por uma discussão a favor ou contra as cirurgias plásticas. Mais que isso, a cobertura é marcada por pautar outras variáveis que precisam ser colocadas em discussão, como a pressão sofrida pelas mulheres nas sociedades capitalistas modernas, os modelos culturais distintos, a força da mídia, a estetização da saúde, o apoio velado da psicologia em questões como “complexo de inferioridade” e “auto-aceitação”, a confusão entre os conceitos de beleza e bem-estar e a internalização da ideia de beleza como um direito. Ou seja, a matéria pauta a necessidade de reflexão do tema sob diferentes prismas. Sem, no entanto, apontar para algum deles como o mais adequado. Cabe ao leitor uma avaliação crítica frente ao cenário oferecido.

Os pesquisadores ganham espaço expressivo para falar de suas pesquisas e apresentar suas hipóteses e teorias. A reportagem conta com um dos maiores conjuntos de fontes encontrados nas matérias de Pesquisa Fapesp. São 11 no total, a maioria antropólogos. Estão presentes também, uma psicóloga, uma historiadora, uma socióloga, um biomédico e a chefe da equipe médica de uma clínica de cirurgia plástica pertencente a um renomado cirurgião brasileiro. Outros estudos também são acionados sem que seus autores sejam citados. A pesquisa que motiva o texto é deixada de lado, mas serve de gancho para que outros trabalhos sejam acionados, tanto no Brasil como exterior. Dentre eles, está um estudo que a Fapesp financia e que faz uma espécie de “apanhado” da questão. Ganham voz, também, pesquisadores vinculados à instituição e com autoridade na área em destaque ou em campos relacionados ao tema. A matéria se configura como um debate sobre a cirurgia plástica e suas nuances sociais no Brasil. Chama atenção a preocupação da matéria em identificar as fontes financiadoras dos demais trabalhos (Faperj, CNPq, Finep etc.).

Além de longas falas, com direito à descrição de pesquisas e experimentos, o texto dá espaço para a apresentação de noções e conceitos específicos das áreas representadas na matéria, como “saúde estética”, “cidadania cosmética”, “modernidade plástica”. Dessa forma, a matéria ganha um caráter mais hermético. Ao mesmo tempo em que usa exemplos e referências acessíveis a um público leitor mais abrangente (como alusões à apresentadora

Adriane Galisteu, ao cirurgião Ivo Pitanguy ou ao escritor Jorge Amado), usa referências específicas ao campo acadêmico ao qual se relaciona o tema. Em alguns momentos, parece partir do pressuposto de que é de conhecimento comum a obra, por exemplo, do escritor e sociólogo Gilberto Freyre.

De forma geral, o tema é abordado sem favorecer a realização abusiva dos procedimentos cirúrgicos, mas também sem vilanizar a plástica ou quem a realiza. E é dessa forma que identificamos marcas reflexivas. Não se estabelece uma controvérsia, mas abre-se espaço para um debate, para uma discussão da questão para além dos pontos rotineiramente abordados. Há um incentivo à reflexão. A reportagem pauta tanto impactos negativos, como a desnaturalização dos processos biológicos, o impedimento de uma “estética da velhice” e a naturalização das cirurgias, como dá espaço para se pensar em aspectos positivos, como o fato de “incitar uma visão da beleza como igualitária”. Não há espaço para defensores da plástica (a única fonte do meio médico tem uma fala reduzida e sem expressão), mas, ao mesmo tempo, ela não é “jogada na fogueira”. Cabe ao leitor posicionar-se.

No caso da reflexividade em matérias que tematizam as ciências humanas, como dito anteriormente, a identificação de traços dessa dimensão se mostrou difícil. As humanidades são, em geral, tematizadas não enquanto ciências, enquanto um conhecimento estabelecido de uma área, mas como informações naturalizadas, dadas. As humanidades – e seus saberes – aparecem como senso comum, sem referências e sem validação. Mesmo nas matérias em que foi possível identificar marcas ou elementos de reflexividade, essas não foram muito expressivas. Nesses casos, as humanidades entram em cena para propor questionamentos, suscitar indagações para além das abordadas na matéria, além de oferecer um pano de fundo e contextualização para o desenvolvimento das narrativas.

Em Minas faz Ciência selecionamos a matéria “O mundo do (não) lixo”. O texto aborda soluções inovadoras para minimizar a geração de lixo e a poluição ambiental. Para tanto, aciona pesquisas desenvolvidas em diferentes cidades mineiras e os seus possíveis benefícios.

As humanidades ganham espaço desde o início do texto, uma vez que oferecem o gancho para o desenvolvimento da reportagem. O crescimento da “classe C” brasileira e o consequente impacto na capacidade de consumo dessa população trazem impactos para a geração e gestão de resíduos e abrem espaço para uma série de questionamentos. E é nesse sentido que a reportagem apresenta suas características de reflexividade. As ciências humanas



entram como espaço para as dúvidas e reflexões sobre os problemas apontados e que ainda permanecem.

As humanidades tematizadas aparecem não só sob a forma da fala de especialistas ou de argumentos embasados em teoria científica. Elas também estão presentes sob a forma de um conhecimento que já fora incorporado pelo social ou pelo senso comum. É uma informação qualificada (validada), mas tomada pela revista como dada (ex.: o lixo como problema social, a coleta seletiva como geração de emprego e renda, os direitos civis dos trabalhadores, o conceito de classe social, de cidadania e de democracia etc.).

A matéria em si é marcada pela retórica dos resultados. Mas as humanidades ali presentes (tematizadas) não são acionadas no sentido de reforçar essa retórica ou de fornecer respostas e resultados. Elas entram para fornecer um quadro no qual os argumentos das pesquisas sobre lixo se encaixem e também para instigar perspectivas, em geral, não são levantadas. Pauta-se, assim, uma discussão sobre alguns dos desdobramentos do tema (a questão dos catadores e da geração de emprego e renda vinda do lixo, o consumismo, os impactos sociais da gestão de resíduos etc.).

As perguntas que aparecem no texto (em quantidade reduzida com relação ao caso das revistas populares) são questionamentos colocados pelas humanidades e que a revista busca discutir por meio de projetos ou apenas lança como forma de indagar o leitor. Algumas das perguntas são direcionadas diretamente a ele: “pergunte-se qual a última vez que você comprou alguma coisa realmente necessária” (p.8); “Como fazer para educar esse contingente a consumir menos?” (p.7); “Como aliar a questão social, ambiental e econômica?” (p.8).

Em Pesquisa Fapesp, a presença da reflexividade em matérias que tematizam as humanidades é ainda mais incipiente. No caso da matéria sobre o Mal de Parkinson, o que temos é uma reportagem com retórica totalmente voltada para os resultados de uma série de pesquisas que buscam a cura da doença ou melhoras no tratamento. Em função da divulgação dos resultados de uma pesquisa desenvolvida sob financiamento da Fapesp, outras pesquisas, nacionais e internacionais, são acionadas para construir um cenário com o estado da arte dos estudos sobre a doença. Uma ampla discussão sobre as perspectivas relacionadas ao uso de células-tronco é apresentada. Mas, em meio a essa discussão, é aberto um pequeno espaço para o questionamento de um viés diferente do tema: para além da busca da cura, como lidar com o Parkinson enquanto problema social? Como lidar com o aumento da expectativa de vida em países em desenvolvimento e o conseqüente crescimento do número de casos da

doença? As humanidades entram em cena para problematizar a questão para além da esfera médica, genética ou farmacológica. Uma pesquisadora da antropologia é chamada a se posicionar e pauta a questão do envelhecimento da população e da necessidade de se pensar nesse quadro.

As humanidades são tematizadas para construírem um contraponto, sem necessariamente caracterizar uma controvérsia. Não há questionamento quanto aos trabalhos, métodos ou resultados apresentados pelos estudos e pelas fontes que buscam meios de curar a doença. O que entra em cena é a necessidade de se ampliar a discussão.

### **8.3 – Retórica dos resultados**

Ao analisarmos os fundamentos das ciências humanas e seu lugar frente ao corpo da ciência, ponderamos que, frente às especificidades de seu processo, seu objeto e suas implicações práticas, uma retórica dos resultados como a identificada no modelo tradicional de divulgação científica não apresentava as condições de lidar com suas especificidades. Ainda assim, colocamos como meta olhar para o modo como a cobertura das revistas configura as humanidades em tal lógica de divulgação.

O que temos observado é que esse modelo está presente na cobertura de temas das humanidades, mas sem nenhuma alteração em função de seus diferentes fundamentos. As humanidades, na maioria das vezes, são encaixadas nessa lógica. Apesar da dificuldade em lidar com as contribuições, ou os “resultados” das ciências humanas, as matérias, em geral, se focam nas possíveis aplicações do conhecimento, ou na forma como ele pode explicar uma realidade ou mudar uma concepção anterior. No entanto, nas matérias em que tal retórica prevalece sobre outras dimensões das humanidades (como a controvérsia ou a reflexividade), as marcas dessas demais dimensões são apagadas. Em textos que focam em resultados e produtos não há espaço para controvérsias ou para questionamentos.

No caso das revistas institucionais, que abordam um número menor de pesquisas por matéria e tentam focar a cobertura em projetos específicos, essa retórica ganha força. No entanto, embora seja notável um esforço em apontar as implicações práticas e os benefícios “palpáveis” dos estudos, as revistas demonstraram não se limitar a esse objetivo e buscam

explorar os trabalhos divulgados em termos do seu potencial de “levantar questões” e abrir novas discussões.

Em Minas faz Ciência, ainda encontramos textos em que o modelo tradicional prevalece, como a reportagem selecionada para nossa análise: “Memória coletiva”. Mas, de forma geral, são perceptíveis esforços nos demais textos para que a divulgação não se restrinja a explorar os resultados das pesquisas, mas sim dar conhecimento de sua existência e das problemáticas que suscita.

Em Pesquisa Fapesp, encontramos uma contradição. Embora a retórica dos resultados seja, em geral, presente em seus textos, foi difícil identificá-la em matérias das humanas presentes nas capas. No geral, seus traços se encontram presentes uma vez que as matérias se propõem a divulgar os “achados” das pesquisas e suas possíveis contribuições. Mas essas contribuições, em grande parte das vezes, consistem em possibilidades de novas leituras de fenômenos ou períodos históricos e na oferta de novos elementos para se pensar e discutir os casos e objetos tomados para estudo. O que está em voga é o “quê” de novo que os trabalhos têm a oferecer, mesmo que esse novo seja apenas a confirmação de algo que já se pressupunha, ou seja, apenas uma nova forma de se pensar um fenômeno.

Como a revista evita afirmações de certeza e tem um tom mais moderado – sempre de quem traz mais “lenha para a fogueira” e não de quem chega para apagá-la – não fica explícita a retórica de oferta de “verdades conclusivas” ou “produtos prontos para uso”. A revelação, em geral, aparece como dada, e cabe à revista acionar conhecimentos para interpretá-la. Ou seja, se destaca uma competência interpretativa dessas ciências sobre fenômenos e realidades.

Tendo em vista tais considerações, a matéria selecionada para análise foi uma, dentre muitas, que abordam pesquisas recentes e estabelecem uma articulação entre um trabalho específico e outros que abordem temas semelhantes, apontando os horizontes de possíveis que se abrem com sua realização. Em “A renúncia que mudou o Brasil”, o gancho para a realização da matéria é a publicação de um estudo financiado por Fapesp sobre “A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas”. Nele, o autor aponta o episódio da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, após sete meses de governo, como um ato populista que contribuiu para o “processo de progressiva deslegitimação das instituições básicas da democracia representativa”. A partir daí, tal premissa é discutida e são levantados questionamentos sobre os motivos da renúncia – que como a própria reportagem reconhece, permanecem obscuros, e sobre os impactos desse episódio para a cena política do Brasil de hoje.

Vários livros recém-lançados, estudos e artigos relacionados à temática da renúncia de Quadros são acionados e tem seu conteúdo articulado à questão. Todos os pesquisadores responsáveis pelos trabalhos – num total de sete fontes, entre sociólogos e cientistas políticos – ganham voz e tentam mostrar, por meio de sua pesquisa, uma forma de compreender a questão e seus desdobramentos. A retórica dos resultados é observada nessa tentativa de buscar a elucidação do “mistério” e de acionar os trabalhos focalizando o que eles têm de novo sobre o tema. Cada projeto tem sua versão apresentada e apontadas as contribuições – ou as variáveis novas – que traz para a discussão. É dessa forma que se dá a exploração dos resultados desses trabalhos e a construção de uma espécie de “versão” da revista sobre os fatos.

A hipótese que vai se construindo conjuntamente é a de que a visão de Jânio Quadros dos políticos e dos partidos como algo ineficaz e desnecessário tenha influenciado a imagem política da opinião pública. De modo que estudar o fenômeno Janista e suas consequências ajudaria a compreender o quadro político do Brasil de hoje. Ou seja, além dos resultados das pesquisas em si, a matéria reforça os benefícios de se discutir o tema e realizar o movimento que ela mesma tenta estabelecer na matéria.

Já em Minas Faz Ciência, como dito anteriormente, a matéria cujo tema das ciências humanas foi abordado sob o viés da retórica dos resultados traz os elementos dessa perspectiva de forma mais expressiva. A reportagem selecionada foi “Memória Coletiva”, que traz como foco o projeto do Acervo dos Escritores Mineiros (realizado por meio de apoio da Fapemig e localizado na UFMG), sua importância e possibilidades de contribuição para a produção científica e literária.

Além de descrever o processo de constituição do acervo, com doações das famílias de grandes intelectuais mineiros, a matéria reforça os investimentos necessários para organização do material e dos espaços, as iniciativas de preservação e de busca de novos materiais. A cobertura apresenta uma estrutura padrão em que é descrito o objetivo do Acervo, sua origem, processo de constituição, financiamento, e o retorno esperado, ou seja, são apontadas as possibilidades práticas de uso do acervo, e seu potencial em termos de contribuição para novas pesquisas, para a cultura de forma geral e para a preservação da memória e da história.

O texto aciona poucas fontes, como o diretor do Acervo, pesquisadores da área literária e mesmo um dos escritores a doar seu espólio. Apenas três dessas fontes tem direito a fala, mas essas se constituem em depoimentos longos e com um grande volume de informações e explicações. A narrativa é construída por meio dos argumentos apresentados

por essas fontes, que o jornalista busca articular e contextualizar. A reportagem dá espaço a reflexões teóricas e conceituais, como por exemplo a referência aos princípios topológicos e monológico de Jacques Derrida, as discussões sobre história e memória de Foucault, além de citações às reflexões de Jacques Le Goff e Ángel Rama.

O texto se configura como uma matéria de divulgação, mas também de apoio ao trabalho, evidenciando suas demandas, problemas enfrentados e potencial. Entre os diferenciais da narrativa está sua perspectiva voltada para o futuro. Aqui não está em foco abordar o projeto por meio de suas possibilidades de contribuir para a explicação do passado ou de uma realidade estabelecida. A atenção se volta para a forma como a iniciativa projeta perspectivas de futuro. E isso se dá tanto pela abordagem das perspectivas do próprio Acervo (seus próximos passos, desafios, os problemas eminentes e a necessidade de apoio para expansão) quanto pelas perspectivas de sua contribuição para novos estudos. O tom da matéria é positivo, de reafirmação do projeto. Não são encontrados contrapontos ao longo do texto ou mesmo vozes dissonantes dos argumentos apresentados.

No caso das matérias marcadas pela retórica dos resultados e que trazem as humanidades tematizadas, selecionamos as seguintes reportagens: “Álbum de família” (Minas Faz Ciência) e “Um retrato ancestral dos ameríndios” (Pesquisa Fapesp).

No primeiro caso, a reportagem aborda um projeto de saúde pública voltado para o maior conhecimento, por parte dos profissionais da área médica, do histórico familiar dos pacientes e de informações de seu meio social. A matéria remonta à tradição dos médicos de família, que acompanhavam de perto todos os integrantes do grupo familiar e acumulavam informações sobre cada um, assim como conseguiam estabelecer relações entre a saúde dos integrantes de um mesmo grupo. É ancorada nessa ideia que a matéria apresenta o projeto “Álbum de família: genograma online como instrumento clínico e ferramenta de educação à distância”. A ideia apresentada no texto é a de se criar representações gráficas de três ou mais gerações dos pacientes e melhorar o registro de informações e a relação médico/paciente.

A partir dessa premissa, a matéria vai apresentar os benefícios da metodologia, como vem sendo desenvolvida e os resultados que tem alcançado, assim como as perspectivas de futuro. Além dos pesquisadores envolvidos diretamente na iniciativa, são ouvidos médicos e especialistas de outras áreas que validam a perspectiva e ressaltam seus benefícios.

Apesar do foco na temática da saúde, as humanidades entram em cena desde o início do texto, uma vez que é delas o conceito utilizado para embasar o projeto. A ideia de genograma é apresentada como oriunda da psicologia (e utilizada em ambientes clínicos como

forma de aperfeiçoar o processo de comunicação com as famílias dos pacientes). Enquanto um resultado positivo, a ideia é apropriada pelas ciências naturais e, a partir disso, a matéria assume uma abordagem que aciona o lado social da medicina: como o social (as relações afetivas, de trabalho, o contexto socioeconômico) afeta a saúde e como conhecer e interpretar essas variáveis pode beneficiar o sistema de saúde e o procedimento médico?

Da mesma forma, as humanidades aparecem tematizadas para esclarecer um contexto cultural de mudanças (avanço industrial, sistema econômico capitalista, mudanças nos valores e nas famílias etc.) e a maneira como elas podem afetar os profissionais e o sistema de saúde. As humanidades ganham espaço no texto por meio das possibilidades de aplicação que os seus resultados (suas possibilidades explicativas) assumem. Mas, ainda assim, esse espaço é limitado.

Em Pesquisa Fapesp, o cenário não é muito diferente. As humanidades são acionadas para disponibilizar seus conhecimentos (seus resultados, ou capacidade explicativa) em função da contextualização ou explicação de temas de outras áreas. Na matéria sobre os ameríndios, o foco é a descoberta, por meio de uma pesquisa internacional, de uma alteração genética partilhada pelos povos nativos das Américas e que favorece o desenvolvimento de obesidade, diabetes e danos cardiovasculares. Detectada em índios da América do Norte, a mutação abre espaço para perguntas sobre os demais povos do continente e surge daí a interação entre os pesquisadores do exterior e trabalhos desenvolvidos no Brasil, sob financiamento da Fapesp.

A matéria explora o procedimento que levou à descoberta e aponta as lacunas que ainda precisam ser preenchidas, assim como uma série de contribuições que o conhecimento produzido pode oferecer em termos de planejamento de saúde e políticas públicas.

Em meio a essa discussão, as humanidades são acionadas para fornecer os dados históricos de que precisam os pesquisadores para contextualizar o estudo e compreender como se deu a mutação. Os geneticistas e bioquímicos (principais fontes da reportagem) lançam mão de argumentos históricos e arqueológicos como hipóteses para se explicar como se deu o fenômeno estudado. Referências sobre a escassez de alimentos antes que a agricultura se tornasse estável e os animais fossem domesticados; à domesticação do milho como alimento; aos fluxos migratórios e hábitos de alimentação das populações antigas são mobilizadas para validar a hipótese das pesquisas.

Os dados históricos e arqueológicos são bem explícitos e deixam transparecer que são oriundos de pesquisas específicas, ou seja, não são de conhecimento comum e dificilmente se

confundiriam com senso comum. No entanto, não são citadas pesquisas das humanas, assim como suas fontes não ganham voz (ou sequer são citadas). As humanidades são mobilizadas no interior das próprias pesquisas genéticas. Ou seja, não é a revista em si que as tematiza como forma de contextualizar seu relato, ela apenas reporta uma contextualização feita anteriormente. O que importa aqui são os resultados, os dados ou as explicações que as humanidades podem fornecer para contribuir na compreensão de um fenômeno.

## 9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nenhum conhecimento sob as condições da modernidade é conhecimento no sentido ‘antigo’, em que ‘conhecer’ é estar certo” (GIDDENS, 1991, p.46). É por meio do pensamento de Giddens que coloco a primeira questão frente à reflexão desenvolvida neste trabalho. A ideia de analisar a cobertura das ciências humanas – pensadas a partir de seus fundamentos e de uma discussão de seu lugar epistemológico – em revistas de divulgação científica, e verificar como se constrói o gesto jornalístico em direção às temáticas desse amplo campo do conhecimento, se mostrou um desafio complexo e, em algumas medidas, inconclusivo.

A falta de referências e estudos dedicados ao tema, assim como a própria complexidade da abordagem epistemológica das humanidades foram pontos que contribuíram para que, mais que um estudo revelador ou conclusivo, nossa proposta se revelasse como um gesto de abertura para a problemática, como um investimento inicial em um campo que tem muito a ser discutido e explorado e que tem muito a dizer.

Voltando à motivação inicial para realização do estudo, encontra-se o interesse pela cobertura jornalística das humanidades frente ao intrincamento das relações entre ciência e comunicação, e da importância da divulgação científica como processo privilegiado de circulação de conhecimentos. Da mesma forma, a presença pouco expressiva de temas das humanidades nesse universo de divulgação causava uma inquietação e um estímulo de compreender – ainda que de forma inicial – os motivos de tal distanciamento.

Em busca de entender a configuração dessa cobertura das humanidades, nos voltamos para um breve estudo da divulgação científica de forma geral, seus modelos, obstáculos e as implicações específicas de suas formas jornalísticas. Fez-se necessário, dessa forma, compreender a cobertura das ciências como um todo, o que nos revelou um importante panorama: um modelo de divulgação pautado ainda de forma prioritária por uma noção de ciência moderna e positivista, por uma noção de público como massa amorfa, deficitária de informações que caberia a essa divulgação fornecer, e por uma retórica que privilegia os resultados e as aplicações práticas das ‘ciências’ abordadas.

Olhar para a cobertura das humanidades, e proceder a uma análise de suas configurações frente a esse universo de divulgação da ciência, não prescinde de um



investimento na compreensão dessa cobertura de forma mais ampla, voltada a todos os campos da ciência. É por meio da construção desse quadro geral que qualificamos a nossa mirada para um olhar direcionado especificamente para a cobertura das humanidades.

Outro desafio que se apresentou foi referente à própria noção de humanidades. Para procedermos a um investimento de análise da cobertura das ciências humanas, é necessário identificá-las frente ao corpo da ciência. O que são? O que as define? Quais seus fundamentos? Olhar para as ciências humanas pressupõe a capacidade de diferenciá-las, conhecer suas especificidades e identificá-las frente ao vasto universo de saberes. Essa não é uma tarefa fácil e, por si só, não se esgotaria num estudo de mestrado.

E, aqui, nos inserimos num debate intelectual acirrado, no qual, mais que respostas, tivemos oportunidades de nos deparar com mais questionamentos e um debate longe de esgotamento. Para além das dificuldades de separar as ciências humanas e as ciências naturais em dois campos – procedimento que se mostra inoperante e impraticável, principalmente num momento de transição paradigmática e no qual as fronteiras estão cada vez mais diluídas – nos deparamos com a dificuldade de olhar para as humanidades enquanto campo integrado – uma vez que seus conflitos internos e as diferentes formas de racionalidade em seu interior se projetam na forma como são vistas e abordadas.

Não há consensos sobre a definição das humanidades (ou ciências humanas, ou ciências sociais, ou ciências do homem ou, ainda, ciências da cultura). Nesse sentido, mais que categorizar as humanidades ou fechá-las em conceituações pré-estabelecidas, adotamos um entendimento das humanidades enquanto forma de conhecimento marcado pela reflexividade e voltado para o homem e suas práticas sociais. As humanidades, dessa forma, podem ser compreendidas, para além das disputas ideológicas a seu respeito, como um campo com fundações epistemológicas distintas, com uma relação intrínseca com o senso comum, aberto ao estabelecimento de controvérsias e cujas aplicações práticas podem ser observadas na circulação de seus saberes e no seu caráter de transformação social.

Ainda assim, era necessário focar o olhar nas humanidades e sua cobertura específica. Mas como? Onde? De que maneira? Como forma de direcionar o olhar e limitar um campo de estudo, selecionamos as revistas de divulgação científica, uma vez que apresentam limites (a especialidade temática, a periodicidade e uma proposição formal de abordagem das ciências) que se ajustavam ao investimento de análise proposto.

Nosso estudo se voltou para a análise da cobertura das humanidades em matérias de capa de quatro revistas de divulgação científica, divididas nas categorias populares e institucionais, e nos trouxe alguns apontamentos importantes, embora ainda carentes de mais reflexão. Os apresentamos aqui como forma de propor pistas para novas investigações. São apontamentos iniciais para discussões que ainda precisam ganhar corpo.

A primeira consideração importante diz respeito a uma presença significativa de temas das humanidades nas revistas. Contrariando as expectativas geradas pela literatura da área, que aponta uma ausência das humanidades em espaços, veículos e iniciativas de divulgação científica, encontramos as humanidades representadas em cerca de 35% das chamadas de capa das revistas *Superinteressante* e *Galileu* (populares) e *Minas Faz Ciência e Pesquisa Fapesp* (institucionais).

Além disso, chamou nossa atenção a ocorrência de duas formas predominantes de abordagem das humanidades: enquanto tema e tematização. Para além dessa categorização, voltamos nossos esforços para a busca de elementos, ou marcas, de três das principais dimensões das humanidades (controvérsia, reflexividade e retórica dos resultados) nas matérias que abordem as ciências humanas. Vale lembrar que a retórica dos resultados não constitui especificamente um fundamento das ciências humanas, mas foi eleita como eixo de análise por ser apontada pela literatura da área como preponderante nos discursos de divulgação científica, nos quais se faz notar de forma expressiva. A ideia aqui foi verificar como esse discurso se faz presente na cobertura das humanidades e como se configura para lidar com os seus temas e problemáticas.

De forma geral, no caso da abordagem enquanto tema, as humanas são conformadas ao modelo de divulgação das ciências naturais. Enquanto tem seus temas eleitos (ou legitimados) para figurar nas capas das revistas, a abordagem das humanidades não ganha nenhum tipo de elaboração em termos de linguagem, de exploração dos temas ou de valorização de suas dimensões. Mas suas problemáticas ganham lugar de destaque, o que por si, já representa um avanço em termos de legitimidade do espaço das humanidades nessas publicações.

Já enquanto tematização, surpreendeu-nos a presença das humanidades – principalmente nas matérias das revistas populares – ocupando um lugar de mediadora e, em muitos casos, de auxiliar na explicação dos fenômenos. Não vemos as humanidades como ferramentas instrumentais das ciências tidas aqui como naturais, mas essa presença – em

muitos casos expressiva – das humanidades em reportagens de outras áreas abre espaço para se pensar numa visão de saberes combinados. Ou, dito de outra forma, para se pensar numa perspectiva na qual a compreensão dos mais diferentes fenômenos do mundo se dê por meio de um processo hermenêutico duplamente qualificado: nenhuma das “duas culturas” consegue lidar sozinha com a complexidade do mundo e, dessa forma, sua leitura só é possível por meio de um olhar combinado.

Em alguns casos, é possível vislumbrar a compreensão – ainda que incipiente e talvez não consciente – de que a separação dos conhecimentos em campos distintos é inoperante e que a explicação desejada para os fenômenos do mundo só é possível por meio de uma combinação de saberes, por meio de uma dinâmica que permita a interação de conhecimentos das humanidades e das demais ciências.

Um das principais considerações a se tecer no que diz respeito à presença dos traços específicos das humanidades em matérias que as abordem como tema ou tematização diz da não identificação de uma abordagem ou de estratégias específicas para cobertura das ciências humanas. Identificamos traços de suas dimensões nas matérias, mas tal fato não se deu de forma planejada ou estruturada. Não há um investimento explícito na abordagem dessas dimensões.

No entanto, apesar das críticas apresentadas, é perceptível um esforço em se avançar frente a um modelo de cobertura tradicional. Nesse sentido, é importante salientar, que a intenção do trabalho não se dirigiu para uma avaliação da cobertura jornalística em termos de boas práticas ou de crítica a procedimentos inadequados de abordagem por parte dos jornalistas. Não foi intenção, também, criar uma dicotomia entre jornalistas descuidados ou despreparados e os cientistas competentes. Mais que isso, nos voltamos para a identificação de pistas que nos permitissem compreender a cobertura. E essas pistas coletadas nos permitem apontar para perspectivas otimistas.

Embora ainda incipientes, é notável um esforço em termos de permitir a criação de contrapontos nos textos sem que isso caracterize uma disputa entre “certo e errado”. Da mesma forma, em algumas matérias é possível perceber uma abertura para a discussão de temas e diferentes ângulos de abordagem, sem determinações apriorísticas de posturas legítimas.

A retórica dos resultados ainda é fortemente marcada nos textos, mas tem começado a ceder espaço para retóricas que pautem mais questionamentos e dúvidas e incitem novas

perspectivas de abordagem. E aqui, salientamos o importante papel que vai sendo atribuído às humanidades dentro da realidade da cobertura das revistas analisadas: como espaço para questionamentos, para as dúvidas, para os contrapontos. As humanidades encontram, assim, um lugar.

Tais esforços observados nos textos, ainda que incipientes, contribuem para uma abordagem mais afim às demandas que o conhecimento das humanas apresenta.

O fato é que muitas das características observadas na cobertura das humanidades se mostram consequências do próprio relacionamento do campo científico com a mídia e da própria percepção pública sobre as humanidades.

Outra questão que chamou nossa atenção diz da apreensão das humanidades, em muitos casos – principalmente nas suas ocorrências de forma tematizada –, não como um conhecimento construído, fruto de pesquisas, reflexões e verificações, mas como uma realidade dada, um conhecimento naturalizado e confundido com senso comum. E não tomamos tal constatação de forma negativa. Tal fato pode ser pensado como fruto do potencial das humanidades de sair da vida prática para novamente nela se infiltrar, ou seja, resultado de seu processo de circulação, que marca a forma como alcança sua já citada ‘aplicabilidade’.

O que observamos é que as humanidades têm ganhado legitimidade enquanto pautas científicas e enquanto mediadoras entre as ciências *hard* e o mundo social. É ainda perceptível uma espécie de hierarquização do conhecimento na lógica das revistas, na qual o conhecimento das ciências naturais se apresenta como mais legítimo ou confiável por se basear em métodos mais ortodoxos, passíveis de replicabilidade e cujos resultados são mais fácil e imediatamente apreendidos. Mas esse espaço conquistado pelas humanas e sua inserção (cada vez mais estratégica e expressiva) de forma tematizada também contribui para uma aproximação e convivência entre os campos. Esse pode ser um caminho promissor para se pensar num modelo reformulado de cobertura.

## 10 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIN, L. H; MASSARANI, L. Jornalismo Científico: um estudo de caso de três jornais brasileiros. R.B.E.C.T., V.1, Nº 1, jan./abr. 2008.
- ANTUNES, E.; VAZ, P. B. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. (Orgs.) *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- AUTHIER-REVUZ, J. Dialogismo e divulgação científica. In *Rua: revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*. Número 5, março de 1999. Campinas, SP.
- AVRITZER, L. Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia. In: \_\_\_\_\_; DOMINGUES, J. M. *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BAKHTIN, M. A interação verbal. In: BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 12ª edição, 2006 (original russo:1929)
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Unesp, 2004.
- BRAUDEL, F. Unidade e diversidade das ciências do homem. In: BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva. 2007.
- BROTAS, A. M. P. Sob a perspectiva da mídia: o jornalista como agente da construção pública de certezas. Trabalho apresentado ao Foro ibero-americano de comunicação e divulgação científica. Campinas, novembro de 2009. Disponível em: [http://oei.es/forocampinas/actas\\_comunicaciones.htm](http://oei.es/forocampinas/actas_comunicaciones.htm). Acesso em 25 de março de 2012.
- BUENO, W. C. O jornalismo científico e o compromisso das fontes. São Bern@rdo.com.br: Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo. Ano 2, n.3, janeiro/junho de 2005.
- CASCAIS, A. F. *A retórica dos resultados na comunicação da ciência*. Comunicação e Sociedade, vol. 6, 2004, p. 135 a 150.
- CASSIDY, A. Communicating the social sciences. IN: BUCCHI, M., TRENCH, B. (Eds). *Handbook of public communication of science and technology*. London: Routledge, 2008.
- CASTELFRANCHI, Y; PITRELI, N. Non c'è scienza senza comunicazione. In:\_\_\_\_\_. *Come si comunica la scienza?*Roma-Bari: Laterza, 2007.
- CASTELFRANCHI, Y. Por que comunicar temas de ciência e tecnologia ao público? In: MASSARANI, L. (Org.). *Jornalismo e Ciência: uma perspectiva ibero-americana*. Rio de Janeiro: Fiocruz / COC / Museu da Vida, 2010.
- \_\_\_\_\_. Para além da tradução: o jornalismo científico crítico na teoria e na prática. IN: MASSARANI, L.; POLINO, C. (Orgs.). *Los desafíos y la evaluación Del periodismo científico em Iberomerica*. Santa Cruz de La Sierra (Bolívia): AECE, RICYT, CYTED, SciDevNet, OEA, 2008.

- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COSTA, A. R. F.; SOUSA, C. M.; MAZOCCO, F. J. *Modelos de comunicação pública da ciência: agenda para um debate teórico-prático*. Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n.18, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/624/463>>. Acesso em 17 de junho de 2011.
- COSTA, S. Sociedade mundial, reflexividade e a globalização brasileira. In \_\_\_\_\_. *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CUNHA, R. B. Do científico ao jornalístico: análise comparativa de discursos sobre saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, vol.12, n.24, janeiro-março 2008, p.195-203.
- DOMINGUES, I. *Epistemologia das ciências humanas*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- FERNANDES, J. L. Perspectivas sobre os discursos da divulgação científica. *Exedra*, número especial, 2011.
- FOUCAULT, M. As ciências humanas. In: FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. *Manual de normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FRANÇA, V. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; GOMES, R. C.; FIGUEIREDO, V. L. F. (orgs.) *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Curso básico de teorias da comunicação*. Texto para circulação restrita em sala de aula. Belo Horizonte, agosto de 2004.
- FREUND, J. *A teoria das Ciências Humanas*. Lisboa: Sociocultur, 1977.
- GALILEU, edição Nº 234, janeiro de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- GALILEU, edição Nº 235, fevereiro de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- GALILEU, edição Nº 236, março de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- GALILEU, edição Nº 237, abril de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- GALILEU, edição Nº 238, maio de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- GALILEU, edição Nº 239, junho de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- GALILEU, edição Nº 240, julho de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- GALILEU, edição Nº 241, agosto de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- GALILEU, edição Nº 242, setembro de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- GALILEU, edição Nº 243, outubro de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.

GALILEU, edição Nº 244, novembro de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.

GALILEU, edição Nº 245, dezembro de 2011. São Paulo: Editora Globo, 2011.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. Os contornos da alta modernidade. In: \_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002)

\_\_\_\_\_. *Política, Sociologia e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 1998.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, I. M. A. M. Revistas de Divulgação Científica: uma proposta de tipologia. In: XX COMPOS, 2011, Porto Alegre. XX Encontro Anual Compós 2011. Porto Alegre: UFRGS, 2011.v. 1. p. 78-95.

\_\_\_\_\_. O discurso do outro na divulgação científica. In: XII COMPÓS, 2003, Recife/PE, UFPE. GT Produção de Sentido nas mídias. Disponível em: <http://www.compos.org.br/> Acesso em 12 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. A ciência nos jornais. *Galáxia*, n. 3, 2002. P. 93 a 108.

\_\_\_\_\_. A representação da ciência em *Veja*, *IstoÉ* e *Época*. In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2004, Porto Alegre. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Porto Alegre -RS: PUCRS, 2004.V. 1.

\_\_\_\_\_; SALCEDO, D. A.; ALENCAR, L. B. O Jornal Nacional e a ciência. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 20, p. 15-33, janeiro/junho de 2009.

GONÇALVES, E. M. Os discursos da divulgação científica: um estudo de revistas especializadas em divulgar ciência para o público leigo. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2011, Recife. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife - PE: UFPE, 2011. V. 1.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Divulgação científica na esfera midiática. *Revista Intercâmbio*, volume XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, ISSN 1806-275X, 2006.

GUIMARÃES, E. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *Produção e circulação do conhecimento* (volume 1): estado, mídia, sociedade. Campinas: Pontes, 2001.

KAGAN, J. *Le treculture*. Scienzenaturali, scienzesociali e discipline umanistiche nem XXI secolo. Milão: Feltrinelli, 2013.

HERNANDO, M. C. Manual de periodismo científico. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1997.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. A etnografia das ciências. In: \_\_\_\_\_. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

LEAL, B.S; ANTUNES, E. O acontecimento como conteúdo. Limites e implicações de uma metodologia. In: LEAL, B.S.; ANTUNES, E.; VAZ, P.B. *Jornalismo e Acontecimento*. Volume 2 – Percursos metodológicos. Florianópolis, insular, 2011.

LEWENSTEIN, B. *Models of public communication of science and technology*. Version: 16 June 2003. Disponível em [http://www.dgdc.unam.mx/Assets/pdfs/sem\\_feb04.pdf](http://www.dgdc.unam.mx/Assets/pdfs/sem_feb04.pdf) . Acesso em agosto/2011.

LYOTARD, J. F. *A condição Pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MACIEL, B. SABBATINI, M. Construção da realidade social, meios de comunicação e jornalismo científico na era da tecnociência: uma reflexão. Congresso Anual dos programas de Pós-graduação em Comunicação – UFF, Niterói, RJ, junho de 2005.

MARCUZZO, P. O gênero notícia de popularização da ciência: objetivo comunicativo e organização retórica. *Interdisciplinar*, ano IV, V.9, ago-dez 2009.

MAROCCO, B. A morte e as mortes no jornal. As aparições da morte em ZH. In: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P.B. *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

MASSARANI, L; MOREIRA, I. C.; A retórica e a Ciência: dos artigos originais à divulgação científica. *Multiciência – A linguagem da ciência*, n.4, maio de 2005.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C.; BRITO, F. (Orgs.) *Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

MASSARANI, L.; TURNEY, J.; MOREIRA, I. C. (Orgs.) *Terra Incógnita: a interface entre ciência e público*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent: UFRJ, Casa da Ciência: Fiocruz, 2005.

MASSARANI, L.; BUYS, B. A Ciência em jornais de nove países da América Latina. In: MASSARANI, L.; POLINO, C. (Orgs.). *Los desafíos y la evaluación Del periodismo científico em Iberoamerica*. Santa Cruz de La Sierra (Bolívia): AEI, RICYT, CYTED, SciDevNet, OEA, 2008.

MINAS FAZ CIÊNCIA, edição Nº 44, dezembro 2010 a fevereiro de 2011. Belo Horizonte: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, 2011.

MINAS FAZ CIÊNCIA, edição Nº 45, março a maio de 2011. Belo Horizonte: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, 2011.

MINAS FAZ CIÊNCIA, edição Nº 46, junho a agosto de 2011. Belo Horizonte: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, 2011.

MINAS FAZ CIÊNCIA, edição Nº 47, setembro a novembro de 2011. Belo Horizonte: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, 2011.

MINAS FAZ CIÊNCIA, edição Nº 48, dezembro de 2011 a fevereiro de 2012. Belo Horizonte: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, 2012.

MORIN, E. O Pensamento Duplo. In: \_\_\_\_\_. *O método 3*. Porto Alegre: Sulina, 2008.



MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. A informação ou a parte da sombra. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. O sistema de citações. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NUNES, J. H. A divulgação científica no jornal: ciência e cotidiano. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *Produção e circulação do conhecimento* (volume 2): política, ciência, divulgação. Campinas: Pontes, 2003.

OLIVEIRA, F. *Jornalismo científico*. São Paulo: Contexto, 2005.

ORLANDI, E. P. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. (Org.) *Produção e circulação do conhecimento* (volume 1): estado, mídia, sociedade. Campinas: Pontes, 2001.

PESQUISA FAPESP, edição N° 179, janeiro de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 180, fevereiro de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 181, março de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 182, abril de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 183, maio de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 184, junho de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 185, julho de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 186, agosto de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 187, setembro de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 188, outubro de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 189, novembro de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

PESQUISA FAPESP, edição N° 190, dezembro de 2011. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011.

QUÉRÉ, L. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos* n.6. Lisboa, 2005.

\_\_\_\_\_. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.) *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RIBEIRO, A. S. As humanidades como utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.63, outubro 2002, p. 199-207.

RIBEIRO, R. J. *A Universidade e a vida atual: Fellini não vai filmes*. Rio de Janeiro, Editora campus, 2003.

\_\_\_\_\_. *Humanidade: um novo curso na USP*. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez Editora, 2010

\_\_\_\_\_. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989

\_\_\_\_\_. O Social e o político na transição pós-moderna. In: \_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez Editora: 1995.

\_\_\_\_\_. Da ciência moderna ao novo senso comum. In: \_\_\_\_\_. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHMIERBACH, M. Methods matters: the influence of methodology on Journalists' assessments of social science research. *Science Communication*, vol. 26, n.3, 2005, p. 269-287.

SCHWARTZMAN, S. *Ciências naturais, ciências sociais e humanidades*. Preparado para a reunião sobre Avaliação de Competência Científica, apoiada pela CAPES, em Búzios, Rio de Janeiro, julho de 2007.

SIEBEL, C., Smith, K. C. How public are we: coverage of sociology by the associated Press. *The American Sociologist*, v. 40, n. 4, 2009, p. 289-308.

SILVA, G.; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: proposta de um protocolo metodológico para estudos do acontecimento. Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Universidade Federal do maranhão, São Luís, novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. O método Análise de Cobertura Jornalística na compreensão do crack como acontecimento noticioso. In: LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P.B. *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

SIQUEIRA, D. C. O. *Comunicação e Ciência: Estudos de representações e outros pensamentos sobre mídia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.

SNOW, C. P. *The two cultures and the scientific revolution*. New York: Cambridge University Press, 1961.

SUPERINTERESSANTE, edição Nº 287, janeiro de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.

SUPERINTERESSANTE, edição Nº 288, fevereiro de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.

- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 289, março de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 290, abril de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 291, maio de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 292, junho de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 293, julho de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 294, agosto de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 295, setembro de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 296, outubro de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 297, novembro de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- SUPERINTERESSANTE, edição Nº 298, dezembro de 2011. São Paulo: Editora Abril, 2011.
- TRAQUINA, N. As notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1999.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo*. Volume 2: porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- TUCHERMAN, I.; OITICICA, L. T.; CAVALCANTI, C. Revistas científicas, mediações e retóricas: encontros e desencontros entre a mídia e o biopoder. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V.; MARTINO, L. C. (Orgs.) *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010.
- \_\_\_\_\_. Revistas de divulgação científica e ciências da vida: encontros e desencontros. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v.33, n.1, p. 277-295, jan/jun. 2010.
- UNESCO. *Declaração sobre a ciência e o uso do conhecimento*. *Jornal da Ciência*, n.407, páginas 6-7, março de 1999.
- VAN DIJK, T.A. La estructura de La noticia. In: VAN DIJK, T. A. *La noticia como discurso*. Comprensión, estructura y producción de La información. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.
- VAZ, P. B. F. Capas de *Newsmagazines* brasileiras: produção e apropriação de sentidos. In: VIII LUSOCOM, 2009, Portugal. VIII LUSOCOM Comunicação, Espaço Global e Lusofonia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- VAZ, P. B. F.; FRANÇA, R. O. Entre o Legítimo e o legitimado: a explosão dos acontecimentos nas capas de *Veja*. In: XVIII Encontro da Compós – Anais. Belo Horizonte: Associação nacional dos programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2009.
- WEBER, M. A ciência como vocação. In: WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2010.
- \_\_\_\_\_. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN. G. (Org.) *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

WEISS, C. H. The nature of the study. In: WEISS, C. H.; SINGER, E. *Reporting of social science in the national media*. New York: Russel Sage Foundation, 1987.

ZAMBONI. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: Subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

## 11 – ANEXOS

### Anexo A

Tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para as disciplinas integrantes das grandes áreas denominadas como Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

#### 6000007 CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

##### 6010001

##### ÁREA DE AVALIAÇÃO: DIREITO

##### DIREITO

60101008 TEORIA DO DIREITO  
60101016 TEORIA GERAL DO DIREITO  
60101024 TEORIA GERAL DO PROCESSO  
60101032 TEORIA DO ESTADO  
60101040 HISTÓRIA DO DIREITO  
60101059 FILOSOFIA DO DIREITO  
60101067 LÓGICA JURÍDICA  
60101075 SOCIOLOGIA JURÍDICA  
60101083 ANTROPOLOGIA JURÍDICA  
60102004 DIREITO PÚBLICO  
60102012 DIREITO TRIBUTÁRIO  
60102020 DIREITO PENAL  
60102039 DIREITO PROCESSUAL PENAL  
60102047 DIREITO PROCESSUAL CIVIL  
60102055 DIREITO CONSTITUCIONAL  
60102063 DIREITO ADMINISTRATIVO  
60102071 DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO  
60103000 DIREITO PRIVADO  
60103019 DIREITO CIVIL  
60103027 DIREITO COMERCIAL  
60103035 DIREITO DO TRABALHO  
60103043 DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO  
60104007 DIREITOS ESPECIAIS

##### 6020006

##### ÁREA DE AVALIAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO

##### ADMINISTRAÇÃO

60201002 ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
60201010 ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO  
60201029 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
60201037 MERCADOLOGIA  
60201045 NEGÓCIOS INTERNACIONAIS  
60201053 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS  
60202009 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
60202017 CONTABILIDADE E FINANÇAS PÚBLICAS  
60202025 ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS  
60202033 POLÍTICA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAIS  
60202041 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

60203005 ADMINISTRAÇÃO DE SETORES ESPECÍFICOS

60204001 CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**61300004 TURISMO**

**60300000**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: ECONOMIA**

**ECONOMIA**

60301007 TEORIA ECONÔMICA

60301015 ECONOMIA GERAL

60301023 TEORIA GERAL DA ECONOMIA

60301031 HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

60301040 HISTÓRIA ECONÔMICA

60301058 SISTEMAS ECONÔMICOS

60302003 MÉTODOS QUANTITATIVOS EM ECONOMIA

60302011 MÉTODOS E MODELOS MATEMÁT., ECONOMÉTRICOS E ESTATÍSTICOS

60302020 ESTATÍSTICA SÓCIO-ECONÔMICA

60302038 CONTABILIDADE NACIONAL

60302046 ECONOMIA MATEMÁTICA

60303000 ECONOMIA MONETÁRIA E FISCAL

60303018 TEORIA MONETÁRIA E FINANCEIRA

60303026 INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FINANCEIRAS DO BRASIL

60303034 FINANÇAS PÚBLICAS INTERNAS

60303042 POLÍTICA FISCAL DO BRASIL

60304006 CRESCIMENTO, FLUTUAÇÕES E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

60304014 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

60304022 TEORIA E POLÍTICA DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO

60304030 FLUTUAÇÕES CICLÍCAS E PROJEÇÕES ECONÔMICAS

60304049 INFLAÇÃO

60305002 ECONOMIA INTERNACIONAL

60305010 TEORIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

60305029 RELAÇÕES DO COMÉRCIO; POLÍT. COMERCIAL; INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

60305037 BALANÇO DE PAGAMENTO; FINANÇAS INTERNACIONAIS

60305045 INVESTIMENTOS INTERNACIONAIS E AJUDA EXTERNA

60306009 ECONOMIA DOS RECURSOS HUMANOS

60306017 TREIN. E ALOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA; OFERTA MÃO-DE-OBRA F. TRAB.

60306025 MERCADO DE TRABALHO; POLÍTICA DO GOVERNO

60306033 SINDICATOS, DISSÍDIOS COLET., RELAÇÕES DE EMPREGO(EMP./EMP)

60306041 CAPITAL HUMANO

60306050 DEMOGRAFIA ECONÔMICA

60307005 ECONOMIA INDUSTRIAL

60307013 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL E ESTUDOS INDUSTRIAIS

60307021 MUDANÇA TECNOLÓGICA

60308001 ECONOMIA DO BEM-ESTAR SOCIAL

60308010 ECONOMIA DOS PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL

60308028 ECONOMIA DO CONSUMIDOR

60309008 ECONOMIA REGIONAL E URBANA

60309016 ECONOMIA REGIONAL

60309024 ECONOMIA URBANA

60309032 RENDA E TRIBUTAÇÃO

60310006 ECONOMIAS AGRÁRIA E DOS RECURSOS NATURAIS

60310014 ECONOMIA AGRÁRIA

60310022 ECONOMIA DOS RECURSOS NATURAIS

**60400005**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: ARQUITETURA E URBANISMO**

**ARQUITETURA E URBANISMO**

60401001 FUNDAMENTOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

60401010 HISTÓRIA DA ARQUITETURA E URBANISMO

60401028 TEORIA DA ARQUITETURA

60401036 HISTÓRIA DO URBANISMO

60401044 TEORIA DO URBANISMO

60402008 PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO

60402016 PLANEJAMENTO E PROJETOS DA EDIFICAÇÃO  
60402024 PLANEJAMENTO E PROJETO DO ESPAÇO URBANO  
60402032 PLANEJAMENTO E PROJETO DO EQUIPAMENTO  
60403004 TECNOLOGIA DE ARQUITETURA E URBANISMO  
60403012 ADEQUAÇÃO AMBIENTAL  
60404000 PAISAGISMO  
60404019 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PAISAGISMO  
60404027 CONCEITUAÇÃO DE PAISAGISMO E METODOLOGIA DO PAISAGISMO  
60404035 ESTUDOS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR  
60404043 PROJETOS DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS

**61200000 DESENHO INDUSTRIAL**

**60500000**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA**

**PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

60501006 FUNDAMENTOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
60501014 TEORIA DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
60501022 TEORIA DA URBANIZAÇÃO  
60501030 POLÍTICA URBANA  
60501049 HISTÓRIA URBANA  
60502002 MÉTODOS E TÉCNICAS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
60502010 INFORMAÇÃO, CADASTRO E MAPEAMENTO  
60502029 TÉCNICA DE PREVISÃO URBANA E REGIONAL  
60502037 TÉCNICAS DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO URBANA E REGIONAL  
60502045 TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO E PROJETO URBANOS E REGIONAIS  
60503009 SERVIÇOS URBANOS E REGIONAIS  
60503017 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E URBANA  
60503025 ESTUDOS DA HABITAÇÃO  
60503033 ASPECTOS SOCIAIS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
60503041 ASPECTOS ECONÔMICOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
60503050 ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS DO PLANEJ. URBANO E REGIONAL  
60503068 SERVIÇOS COMUNITÁRIOS  
60503076 INFRA-ESTRUTURAS URBANAS E REGIONAIS  
60503084 TRANSPORTE E TRÁFEGO URBANO E REGIONAL  
60503092 LEGISLAÇÃO URBANA E REGIONAL

**60600004 DEMOGRAFIA**

60601000 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL  
60601019 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL GERAL  
60601027 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL URBANA  
60601035 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL RURAL  
60602007 TENDÊNCIA POPULACIONAL  
60602015 TENDÊNCIAS PASSADAS  
60602023 TAXAS E ESTIMATIVAS CORRENTES  
60602031 PROJEÇÕES  
60603003 COMPONENTES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA  
60603011 FECUNDIDADE  
60603020 MORTALIDADE  
60603038 MIGRAÇÃO  
60604000 NUPCIALIDADE E FAMÍLIA  
60604018 CASAMENTO E DIVÓRCIO  
60604026 FAMÍLIA E REPRODUÇÃO  
60605006 DEMOGRAFIA HISTÓRICA  
60605014 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL  
60605022 NATALIDADE, MORTALIDADE, MIGRAÇÃO  
60605049 MÉTODOS E TÉCNICAS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA  
60606002 POLÍTICA PÚBLICA E POPULAÇÃO  
60606010 POLÍTICA POPULACIONAL  
60606029 POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE POPULAÇÃO  
60606037 POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR  
60607009 FONTES DE DADOS DEMOGRÁFICOS

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I**

**60700009 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

60701005 TEORIA DA INFORMAÇÃO  
60701013 TEORIA GERAL DA INFORMAÇÃO  
60701021 PROCESSOS DA COMUNICAÇÃO  
60701030 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO  
60702001 BIBLIOTECONOMIA  
60702010 TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO  
60702028 MÉTODOS QUANTITATIVOS, BIBLIOMETRIA  
60702036 TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO  
60702044 PROCESSOS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO  
60703008 ARQUIVOLOGIA  
60703016 ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

**60800003 MUSEOLOGIA****60900008 COMUNICAÇÃO**

60901004 TEORIA DA COMUNICAÇÃO  
60902000 JORNALISMO E EDITORAÇÃO  
60902019 TEORIA E ÉTICA DO JORNALISMO  
60902027 ORGANIZAÇÃO EDITORIAL DE JORNAIS  
60902035 ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE JORNAIS  
60902043 JORNALISMO ESPECIALIZADO (COMUNITÁRIO, RURAL, EMP. CIENTIF.)  
60903007 RÁDIO E TELEVISÃO  
60903015 RADIODIFUSÃO  
60903023 VIDEODIFUSÃO  
60904003 RELAÇÕES PÚBLICAS E PROPAGANDA  
60905000 COMUNICAÇÃO VISUAL  
61201006 PROGRAMAÇÃO VISUAL  
61202002 DESENHO DE PRODUTO

**61000000****ÁREA DE AVALIAÇÃO: SERVIÇO SOCIAL****SERVIÇO SOCIAL**

61000000 SERVIÇO SOCIAL  
61001007 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL  
61002003 SERVIÇO SOCIAL APLICADO  
61002011 SERVIÇO SOCIAL DO TRABALHO  
61002020 SERVIÇO SOCIAL DA EDUCAÇÃO  
61002038 SERVIÇO SOCIAL DO MENOR  
61002046 SERVIÇO SOCIAL DA SAÚDE  
61002054 SERVIÇO SOCIAL DA HABITAÇÃO  
61100005 ECONOMIA DOMÉSTICA

**70000000 CIÊNCIAS HUMANAS****70100004****ÁREA DE AVALIAÇÃO: FILOSOFIA / TEOLOGIA: SUBCOMISSÃO FILOSOFIA****FILOSOFIA**

70101000 HISTÓRIA DA FILOSOFIA  
70102007 METAFÍSICA  
70103003 LÓGICA  
70104000 ÉTICA  
70105006 EPISTEMOLOGIA  
70106002 FILOSOFIA BRASILEIRA

**71000003****ÁREA DE AVALIAÇÃO: FILOSOFIA / TEOLOGIA: SUBCOMISSÃO TEOLOGIA****TEOLOGIA**

71001000 HISTÓRIA DA TEOLOGIA  
71002006 TEOLOGIA MORAL  
71003002 TEOLOGIA SISTEMÁTICA  
71004009 TEOLOGIA PASTORAL

**70200009****ÁREA DE AVALIAÇÃO: SOCIOLOGIA****SOCIOLOGIA**



70201005 FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA  
70201013 TEORIA SOCIOLÓGICA  
70201021 HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA  
70202001 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO  
70203008 SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO  
70204004 SOCIOLOGIA URBANA  
70205000 SOCIOLOGIA RURAL  
70206007 SOCIOLOGIA DA SAÚDE  
70207003 OUTRAS SOCIOLOGIAS ESPECÍFICAS

**70300003**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA**

**ANTROPOLOGIA**

70301000 TEORIA ANTROPOLÓGICA  
70302006 ETNOLOGIA INDÍGENA  
70303002 ANTROPOLOGIA URBANA  
70304009 ANTROPOLOGIA RURAL  
70305005 ANTROPOLOGIA DAS POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS

**70400008 ARQUEOLOGIA**

70401004 TEORIA E MÉTODO EM ARQUEOLOGIA  
70402000 ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA  
70403007 ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

**70500002**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: HISTÓRIA**

**HISTÓRIA**

70501009 TEORIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA  
70502005 HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL  
70503001 HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA  
70504008 HISTÓRIA DA AMÉRICA  
70504016 HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS  
70504024 HISTÓRIA LATINO-AMERICANA  
70505004 HISTÓRIA DO BRASIL  
70505012 HISTÓRIA DO BRASIL COLÔNIA  
70505020 HISTÓRIA DO BRASIL IMPÉRIO  
70505039 HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA  
70505047 HISTÓRIA REGIONAL DO BRASIL  
70506000 HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

**70600007 ÁREA DE AVALIAÇÃO: GEOGRAFIA**

**GEOGRAFIA**

70601003 GEOGRAFIA HUMANA  
70601011 GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO  
70601020 GEOGRAFIA AGRÁRIA  
70601038 GEOGRAFIA URBANA  
70601046 GEOGRAFIA ECONÔMICA  
70601054 GEOGRAFIA POLÍTICA  
70602000 GEOGRAFIA REGIONAL  
70602018 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
70602026 REGIONALIZAÇÃO  
70602034 ANÁLISE REGIONAL

**70700001**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: PSICOLOGIA**

**PSICOLOGIA**

70701008 FUNDAMENTOS E MEDIDAS DA PSICOLOGIA  
70701016 HISTÓRIA, TEORIAS E SISTEMAS EM PSICOLOGIA  
70701024 METODOLOGIA, INSTRUMENTAÇÃO E EQUIPAMENTO EM PSICOLOGIA  
70701032 CONSTRUÇÃO E VALIDADE DE TESTES, ESC. E O. MEDIDAS PSICOLÓG.  
70701040 TÉCN. DE PROCES. ESTÁT., MATEMÁTICO E COMPUT. EM PSICOLOGIA  
70702004 PSICOLOGIA EXPERIMENTAL  
70702012 PROCESSOS PERCEPTUAIS E MOTORES  
70702020 PROCESSOS DE APRENDIZAGEM, MEMÓRIA E MOTIVAÇÃO  
70702039 PROCESSOS COGNITIVOS E ATENCIONAIS

70702047 ESTADOS SUBJETIVOS E EMOÇÃO  
70703000 PSICOLOGIA FISIOLÓGICA  
70703019 NEUROLOGIA, ELETROFISIOLOGIA E COMPORTAMENTO  
70703027 PROCESSOS PSICO-FISIOLÓGICOS  
70703035 ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA E COM DROGAS; COMPORTAMENTO  
70703043 PSICOBIOLOGIA  
70704007 PSICOLOGIA COMPARATIVA  
70704015 ESTUDOS NATURALÍSTICOS DO COMPORTAMENTO ANIMAL  
70704023 MECANISMOS INSTINTIVOS E PROCESSOS SOCIAIS EM ANIMAIS  
70705003 PSICOLOGIA SOCIAL  
70705011 RELAÇÕES INTERPESSOAIS  
70705020 PROCESSOS GRUPAIS E DE COMUNICAÇÃO  
70705038 PAPEIS E ESTRUTURAS SOCIAIS; INDIVÍDUO  
70706000 PSICOLOGIA COGNITIVA  
70707006 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO  
70707014 PROCESSOS PERCEPTUAIS E COGNITIVOS; DESENVOLVIMENTO  
70707022 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA PERSONALIDADE  
70708002 PSICOLOGIA DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM  
70708010 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL  
70708029 PROGRAMAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ENSINO  
70708037 TREINAMENTO DE PESSOAL  
70708045 APRENDIZAGEM E DESEMPENHO ACADÊMICOS  
70708053 ENSINO E APRENDIZAGEM NA SALA DE AULA  
70709009 PSICOLOGIA DO TRABALHO E ORGANIZACIONAL  
70709017 ANÁLISE INSTITUCIONAL  
70709025 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL  
70709033 TREINAMENTO E AVALIAÇÃO  
70709041 FATORES HUMANOS NO TRABALHO  
70709050 PLANEJAMENTO AMBIENTAL E COMPORTAMENTO HUMANO  
70710007 TRATAMENTO E PREVENÇÃO PSICOLÓGICA  
70710015 INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA  
70710023 PROGRAMAS DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO  
70710031 TREINAMENTO E REABILITAÇÃO  
70710040 DESVIOS DA CONDUTA  
70710058 DISTÚRBIOS DA LINGUAGEM  
70710066 DISTÚRBIOS PSICOSSOMÁTICOS

**70800006**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO**

70801002 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
70801010 FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO  
70801029 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO  
70801037 SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO  
70801045 ANTROPOLOGIA EDUCACIONAL  
70801053 ECONOMIA DA EDUCAÇÃO  
70801061 PSICOLOGIA EDUCACIONAL  
70802009 ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL  
70802017 ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS  
70802025 ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES EDUCATIVAS  
70803005 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL  
70803013 POLÍTICA EDUCACIONAL  
70803021 PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
70803030 AVAL. DE SISTEMAS, INST. PLANOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS  
70804001 ENSINO-APRENDIZAGEM  
70804010 TEORIAS DA INSTRUÇÃO  
70804028 MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO  
70804036 TECNOLOGIA EDUCACIONAL  
70804044 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM  
70805008 CURRÍCULO  
70805016 TEORIA GERAL DE PLANEJAMENTO E DESENV. CURRICULAR

70805024 CURRÍCULOS ESPECÍFICOS PARA NÍVEIS E TIPOS DE EDUCAÇÃO  
70806004 ORIENTAÇÃO E ACONSELHAMENTO  
70806012 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL  
70806020 ORIENTAÇÃO VOCACIONAL  
70807000 TÓPICOS ESPECÍFICOS DE EDUCAÇÃO  
70807019 EDUCAÇÃO DE ADULTOS  
70807027 EDUCAÇÃO PERMANENTE  
70807035 EDUCAÇÃO RURAL  
70807043 EDUCAÇÃO EM PERIFERIAS URBANAS  
70807051 EDUCAÇÃO ESPECIAL  
70807060 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR  
70807078 ENSINO PROFISSIONALIZANTE

**70900000**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CIÊNCIA POLÍTICA**

70901007 TEORIA POLÍTICA  
70901015 TEORIA POLÍTICA CLÁSSICA  
70901023 TEORIA POLÍTICA MEDIEVAL  
70901031 TEORIA POLÍTICA MODERNA  
70901040 TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA  
70902003 ESTADO E GOVERNO  
70902011 ESTRUTURA E TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO  
70902020 SISTEMAS GOVERNAMENTAIS COMPARADOS  
70902038 RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS  
70902046 ESTUDOS DO PODER LOCAL  
70902054 INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS ESPECÍFICAS  
70903000 COMPORTAMENTO POLÍTICO  
70903018 ESTUDOS ELEITORAIS E PARTIDOS POLÍTICOS  
70903026 ATITUDE E IDEOLOGIAS POLÍTICAS  
70903034 CONFLITOS E COALIZÕES POLÍTICAS  
70903042 COMPORTAMENTO LEGISLATIVO  
70903050 CLASSES SOCIAIS E GRUPOS DE INTERESSE  
70904006 POLÍTICAS PÚBLICAS  
70904014 ANÁLISE DO PROCESSO DECISÓRIO  
70904022 ANÁLISE INSTITUCIONAL  
70904030 TÉCNICAS DE ANTECIPAÇÃO  
70905002 POLÍTICA INTERNACIONAL  
70905010 POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL  
70905029 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS  
70905037 INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL, CONFLITO, GUERRA E PAZ  
70905045 RELAÇÕES INTERNACIONAIS, BILATERAIS E MULTILATERAIS

**80000002 LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES**

**80100007**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: LETRAS / LINGUÍSTICA**

**LINGUÍSTICA**

80101003 TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA  
80102000 FISIOLÓGIA DA LINGUAGEM  
80103006 LINGÜÍSTICA HISTÓRICA  
80104002 SOCIOLINGUÍSTICA E DIALETOLOGIA  
80105009 PSICOLINGUÍSTICA  
80106005 LINGUÍSTICA APLICADA

**80200001 LETRAS**

80201008 LÍNGUA PORTUGUESA  
80202004 LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS  
80203000 LÍNGUAS CLÁSSICAS  
80204007 LÍNGUAS INDÍGENAS  
80205003 TEORIA LITERARIA  
80206000 LITERATURA BRASILEIRA  
80207006 OUTRAS LITERATURAS VERNÁCULAS

80208002 LITERATURAS ESTRANGEIRAS MODERNAS

80209009 LITERATURAS CLÁSSICAS

80210007 LITERATURA COMPARADA

**80300006**

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: ARTES / MÚSICA**

**ARTES**

80301002 FUNDAMENTOS E CRÍTICA DAS ARTES

80301010 TEORIA DA ARTE

80301029 HISTÓRIA DA ARTE

80301037 CRÍTICA DA ARTE

80302009 ARTES PLÁSTICAS

80302017 PINTURA

80302025 DESENHO

80302033 GRAVURA

80302041 ESCULTURA

80302050 CERÂMICA

80302068 TECELAGEM

80303005 MÚSICA

80303013 REGÊNCIA

80303021 INSTRUMENTAÇÃO MUSICAL

80303030 COMPOSIÇÃO MUSICAL

80303048 CANTO

80304001 DANÇA

80304010 EXECUÇÃO DA DANÇA

80304028 COREOGRAFIA

80305008 TEATRO

80305016 DRAMATURGIA

80305024 DIREÇÃO TEATRAL

80305032 CENOGRAFIA

80305040 INTERPRETAÇÃO TEATRAL

80306004 ÓPERA

80307000 FOTOGRAFIA

80308007 CINEMA

80308015 ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO DE FILMES

80308023 ROTEIRO E DIREÇÃO CINEMATOGRAFICOS

80308031 TÉCNICAS DE REGISTROS E PROCESSAMENTO DE FILMES

80308040 INTERPRETAÇÃO CINEMATOGRAFICA

80309003 ARTES DO VÍDEO

80310001 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA